



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

HUGO HENRIQUE TRAJANO DE SOUSA

A TENSÃO ENTRE CONSERVAÇÃO E MUDANÇA NO GÊNERO *NOTA DE*
REPÚDIO

FORTALEZA

2024

HUGO HENRIQUE TRAJANO DE SOUSA

A TENSÃO ENTRE CONSERVAÇÃO E MUDANÇA NO GÊNERO *NOTA DE REPÚDIO*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Aurea Suely Zavam de Stefani.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S696t Sousa, Hugo Henrique Trajano de.
A tensão entre conservação e mudança no gênero nota de repúdio / Hugo Henrique Trajano de Sousa. –
2024.
271 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-
Graduação em Linguística, Fortaleza, 2024.
Orientação: Profa. Dra. Aurea Suely Zavam.
1. Análise diacrônica de gêneros. 2. Tradições Discursivas. 3. Nota de repúdio. I. Título.
CDD 410
-

HUGO HENRIQUE TRAJANO DE SOUSA

A TENSÃO ENTRE CONSERVAÇÃO E MUDANÇA NO GÊNERO *NOTA DE REPÚDIO*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.
Área de concentração: Linguística.

Aprovada em 20/08/2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Aurea Suely Zavam de Stefani (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Julio Cesar Rosa de Araujo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Alessandra Castilho Ferreira da Costa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

AGRADECIMENTOS

Às minhas deusas e aos meus deuses da música, literatura, fotografia e pintura – Björk, Grimes, Lana Del Rey, Indila, Lacrimosa, Epica, Guy Bourdin, Richard Avedon, Man Ray, Gustav Klimt, Caravaggio, Rembrandt, Martín Rico y Ortega, Descartes Gadelha, Natércia Campos, Rachel de Queiroz, José Saramago, James Joyce, Machado de Assis, Lima Barreto, Fiódor Dostoiévski, Nikolai Gogol, Liev Tolstoi, Vladimir Nabokov, William Faulkner, Ernest Hemingway, Philip Roth, Mário Vargas Llosa, Jorge Luis Borges e Thomas Mann –, por tornarem minha vida mais feliz e menos solitária com sua arte, principalmente durante a escrita desta dissertação.

À minha amiga-irmã, a senhorita Joyce Barbosa, por tudo de grande e precioso que fez por mim ao longo dos últimos anos, em particular, neste momento, por me apresentar o Curso de Letras (amor à primeira vista!), pela ajuda na análise quantitativa dos dados e por dedicar muito de seu precioso tempo a ouvir minhas ideias e lamúrias acadêmicas.

À minha doce e amada irmã, Marcela Alves, pela confiança em mim e pelo apoio incondicional aos meus estudos.

Às amigas Adelaide Cristina, Bianca Marques, Fabíola Tavares, Joyciane Firmino, Maylle Lima, Sayonara Melquíades e Tatiana Pires e aos amigos Alesson Vidal, Breno Alves e José Wesley, pelas conversas sempre frutíferas sobre Notas de repúdio, Análise do Discurso, História do Brasil e Ceará, Semiolinguística, Sociolinguística, Linguística Textual, Literatura, Política, entre outros temas, que contribuíram para meu crescimento pessoal e desenvolvimento deste estudo.

À querida professora Maria Margarete Fernandes de Sousa, por me conduzir, durante a graduação, em meus primeiros passos pelo campo da análise de gêneros. Também agradeço pelos saberes compartilhados ao longo da disciplina *Tópicos em Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização II* e pelos ricos comentários a este trabalho durante os *Seminários de Pesquisa I*.

À admirada professora Aurea Zavam, por me receber como seu orientando e me guiar, com seu olhar cuidadoso e humano, pelo desafiador mundo da pós-graduação. Foi uma honra estar com a senhora nesse período e ampliar, sob sua orientação, meus conhecimentos sobre gêneros, texto e discurso.

Às professoras e aos professores do Programas de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin/UFC) com quem estudei – em específico o professor Ricardo Lopes Leite e as

professoras Maria das Dores Nogueira Mendes e Mônica Magalhães Cavalcante (*in memoriam*) –, pelas leituras e discussões levantadas durante as aulas que, direta ou indiretamente, se refletiram nesta pesquisa.

À professora Alessandra Castilho Ferreira da Costa, pelos valiosos apontamentos no exame de qualificação e por aceitar o convite de participar da banca de defesa.

À professora Pollyanne Bicalho Ribeiro, pelas significativas contribuições na banca de qualificação.

Ao professor Júlio César Rosa de Araújo, por gentilmente ter aceitado participar da banca de defesa.

Aos Funcionários do Setor de Periódicos da Biblioteca Estadual do Ceará (BECE), pela atenção dedicada durante a coleta do *corpus*.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Sob uma perspectiva histórico-diacrônica, neste trabalho, temos como objetivo central investigar traços de mudança e permanência em notas de repúdio publicadas em jornais impressos e mídias sociais de instituições cearenses entre os séculos XX e XXI. Para tanto, traçamos como objetivos específicos: i) descrever o entorno sócio-histórico e político que engendra as notas de repúdio que compõem nosso *corpus*; ii) reconhecer de que forma o suporte e as mídias podem contribuir para mudanças e permanências, verbais e não verbais, no gênero; e iii) identificar os elementos linguístico-discursivos típicos das notas de repúdio que se configuram como tradições discursivas. Como base teórica, amparamo-nos em reflexões advindas da perspectiva sociodiscursiva do Círculo de Bakhtin, dos Estudos Retóricos de Gêneros, do Inglês Para Fins Específicos e do paradigma das Tradições Discursivas. Quanto à metodologia, empregamos o método de abordagem indutivo, o método de procedimento histórico-comparativo e os métodos de pesquisa documental e bibliográfica. Com o objetivo de conhecer o percurso histórico da nota de repúdio, compusemos um *corpus* de 68 exemplares do gênero publicados entre os anos de 1964 e 2022 na versão impressa dos jornais *O Povo*, *O Estado*, *Tribuna do Ceará* e *Diário do Nordeste* e também em mídias sociais de instituições cearenses. Nossa pesquisa cobre, portanto, um período de 59 anos, que dividimos em seis fases distintas: a) 1964-1973; b) 1974-1983; c) 1984-1993; d) 1994-2003; e) 2004-2013; f) 2014-2022. Para a análise do *corpus*, recorremos à abordagem teórico-metodológica de Zavam (2017), que propõe seis categorias co(n)textuais para um estudo diacrônico de gêneros. Entre os achados da pesquisa, verificamos, no que diz respeito à categoria “ambiência”, que as configurações sócio-históricas, políticas e tecnológicas contribuíram para uma menor ou maior publicação de notas de repúdio no decurso do período de tempo analisado. Sobre os “interlocutores”, observamos que o gênero expressa, de forma típica, a opinião de instituições e mantém um auditório social regular, composto, por exemplo, pela classe socioprofissional do próprio autor e pela vítima e acusado das ações repudiadas. Quanto à “finalidade”, identificamos nos dados um conjunto de oito propósitos comunicativos que, por sua vez, podem ser interpretados como estratégias de ataque e/ou salvamento de face. No tocante ao “conteúdo”, verificou-se que as notas de repúdio, a partir dos anos 1980, discutem, com frequência, sobre temas antes proibidos pelo regime militar brasileiro, como agressões a profissionais da imprensa e ataques à liberdade de expressão. Já em relação à “norma”, os dados mostraram que o gênero emerge, na maioria dos casos, de instituições representativas de classe e que possui uma organização retórica relativamente estável, com unidades e subunidades de informação que variaram entre cada fase geracional. Por fim, com a análise da categoria “forma”, constatamos que nosso objeto de estudo não possuiu um lugar específico nas páginas dos jornais impressos e que as possibilidades das mídias sociais, no contexto digital on-line, propiciaram aos autores novos modos de materializar e interagir através dessa tradição discursiva. Ante os resultados totais, concluímos, então, que a nota de repúdio é um artefato cultural de comunicação bastante tradicional em nossa sociedade, que traz em sua constituição traços típicos e recorrentes, mas, ao mesmo tempo, variáveis e que passaram, alguns, por reelaborações ao longo do tempo.

Palavras-chave: análise diacrônica de gêneros; tradições discursivas; nota de repúdio.

ABSTRACT

This investigation aims to analyze traces of permanence and change under a historical-diachronic perspective in notes of repudiation published in print newspapers and social media from Ceará (state from Brazil) institutions between the 20th and 21st centuries. For this purpose, we traced specific objectives: i) describe the social-historical and political environment that engenders the *corpus* repudiation notes; ii) recognize how gender support and media can contribute the gender verbal and non-verbal permanence and changes; iii) identify typical repudiation notes linguistic-discursive elements which characterize discourse traditions. Our theoretical basis is grounded in the Bakhtin Circle sociocultural perspective, Rhetorical Genre Studies, English for Specific Purposes, and the paradigm of Discourse Traditions. Regarding methodology, we employ the inductive approach, the historical-comparative procedure, and documentary and bibliographic research methods. In order to recognize the repudiation note historical trajectory, we compiled a *corpus* of 68 gender samples published from 1964 to 2022 in the print versions of the newspapers: *O Povo*, *O Estado*, *Tribuna do Ceará* and *Diário do Nordeste* and on the social media from Ceará's institutions. Our research covers a period of 59 years, divided into six distinct phases: a) 1964-1973; b) 1974-1983; c) 1984-1993; d) 1994-2003; e) 2004-2013; f) 2014-2022. For corpus analysis, we draw on the theoretical-methodological approach of Zavam (2017), which proposes six co(n)textual categories for a diachronic study of genres. Among the research findings, regarding the category "ambiance," we found that socio-historical, political, and technological configurations contributed to the greater or lesser frequency of publication of repudiation notes during the analyzed period. For the "interlocutors," we observed that the genre typically expresses the opinion of institutions and maintains a regular social audience, composed, for example, of the author's socio-professional class, the victim, and the repudiated actions accused. Concerning the "purpose," we identified eight communicative purposes in our *corpus*, which can be interpreted as face attack and/or saving strategies. Considering the "content," we found that since the 1980s, repudiation notes frequently discuss topics previously prohibited by the Brazilian military regime, such as aggressions committed against press professionals and attacks on freedom of expression. For the "norm," the data showed that the genre emerges in most cases from representative class institutions and has a relatively stable rhetorical organization, with units and subunits of information varying across each generational phase. Finally, in the analysis of the "form" category, we found that our object of study did not have a specific place on the pages of print newspapers and that the possibilities of social media, in the online context, provided the authors with new ways to materialize and interact through this discourse tradition. Based on our global results, we conclude that the repudiation note is a traditional cultural communication artifact in our society. The genre brings in its constitution typical and recurrent traits, which are variable at the same time, and that part of them have undergone some reworking over time.

Keywords: genres diachronic analysis; discourse traditions; repudiation notes.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Modelo CARS para introduções de artigos de pesquisa	48
Quadro 2	– Adaptações do modelo CARS para diferentes gêneros	50
Quadro 3	– Níveis de linguagem segundo Coseriu	55
Quadro 4	– Níveis e domínios da linguagem segundo Koch	56
Quadro 5	– <i>Corpora</i> utilizados em trabalhos sobre tradições discursivas	77
Quadro 6	– <i>Corpus</i> da pesquisa	78
Quadro 7	– Lugares sociais de emergência da nota de repúdio	153
Quadro 8	– Organização retórica das notas de repúdios	163
Quadro 9	– Frequência das unidades retóricas das notas de repúdio	164
Quadro 10	– Frequência dos títulos adotados nas notas em cada fase geracional	166

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Lista de música com incorporação de recibo de compras	28
Figura 2	– Anúncio publicitário do fogão <i>Dako</i> de 1937	30
Figura 3	– Anúncio publicitário do fogão <i>Dako</i> de 2023	30
Figura 4	– Tradições discursivas	58
Figura 5	– Proposta teórico-metodológica para análise diacrônica de gêneros	63
Figura 6	– Proposta para análise diacrônica e co(n)textual de gêneros	64
Figura 7	– Tipos e subtipos de autoria da nota de repúdio	104
Figura 8	– Primeira página do jornal <i>Diário do Nordeste</i>	188
Figura 9	– Terceira página do jornal <i>Diário do Nordeste</i>	190
Figura 10	– Segunda página do jornal <i>O Povo</i>	191
Figura 11	– Nota de repúdio apenas com título	193
Figura 12	– Nota de repúdio com nome da instituição e título	193
Figura 13	– Nota de repúdio com brasão, nome da instituição e título	194
Figura 14	– Nota de repúdio com brasão, nome da instituição e título	194
Figura 15	– Nota de repúdio com uso de fotografias	195
Figura 16	– Nota de repúdio da AACRIMEC publicada no jornal <i>Diário do Nordeste</i> .	197
Figura 17	– Nota de repúdio da AACRIMEC publicada no jornal <i>O Povo</i>	198
Figura 18	– Nota de repúdio publicada na mídia <i>site</i>	200
Figura 19	– Nota de repúdio com uso de montagem fotográfica	202
Figura 20	– Nota de repúdio publicada na mídia <i>Instagram</i> – primeira parte	203
Figura 21	– Nota de repúdio publicada na mídia <i>Instagram</i> – segunda parte	204
Figura 22	– Nota de repúdio publicada na mídia <i>Instagram</i> – terceira parte	204
Figura 23	– Publicação na mídia <i>Instagram</i> acessada através de conta pessoal	206

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: PERSPECTIVAS QUE EMBASAM O ESTUDO	18
2.1	A perspectiva sociodiscursiva do Círculo de Bakhtin	18
2.1.1	O enunciado como unidade real da comunicação discursiva	19
2.1.2	Os gêneros do discurso e o fenômeno da reelaboração	24
2.2	A perspectiva dos Estudos Retóricos de Gêneros	34
2.3	A perspectiva do Inglês para Fins Específicos	39
2.4	A perspectiva do paradigma das Tradições Discursivas	53
3	PERCURSO METODOLÓGICO: PROCEDIMENTOS ADOTADOS NA INVESTIGAÇÃO	69
3.1	Métodos de pesquisa	69
3.2	Constituição e caracterização do <i>corpus</i>	70
3.3	Procedimentos de análise	81
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: OS ACHADOS DA PESQUISA	83
4.1	Ambiência: o entorno sócio-histórico e político de produção do gênero	83
4.2	Interlocutores: os atores sociais envolvidos na nota de repúdio	101
4.2.1	Os tipos e subtipos de autoria no gênero	102
4.2.2	Os destinatários do gênero	113
4.3	Finalidade: os propósitos comunicativos do gênero	120
4.4	Conteúdo: os tópicos discursivos mais recorrentes do gênero	134
4.5	Norma: os elementos tradicionais do gênero	147
4.5.1	A autoria coletiva institucional nas notas de repúdio	147
4.5.2	A organização retórica de notas de repúdio	162
4.6	Forma: a configuração grafoespacial da nota de repúdio	186
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
	REFERÊNCIAS	215
	APÊNDICE A – REFERÊNCIAS PARA DEFINIÇÃO DO TAMANHO DA AMOSTRA	224
	ANEXO A – NORMAS DE EDIÇÃO	226

ANEXO B – <i>CORPUS</i>	227
--------------------------------------	-----

1 INTRODUÇÃO

Vinculada ao Grupo de Pesquisa em Tradições Discursivas do Ceará (TRADICE/UFC)¹, esta dissertação tem a diacronia dos gêneros como tema de pesquisa. Para tanto, levamos em consideração o fato de que, ao longo das últimas décadas, tem-se observado um crescente e produtivo interesse por essa perspectiva no cenário acadêmico nacional e internacional. Em interface, por exemplo, com a Linguística Textual (LT) e a Análise do Discurso (AD), os estudos histórico-diacrônicos buscam, de modo geral, apreender o surgimento de um gênero e sua evolução em determinados períodos de tempo. Desse modo, tais estudos têm demonstrado que fatores de ordem histórica, social, política e tecnológica agem diretamente no modo como os sujeitos interagem e (re)constroem os sentidos do mundo através dos gêneros do discurso². Portanto, mudanças e permanências estruturais, linguísticas e discursivas podem ser mais bem compreendidas se analisarmos as particularidades do contexto de produção e de circulação dos gêneros. Para ilustrar a produtividade dessa vertente, no panorama internacional, podemos apresentar, por exemplo, as investigações de Bazerman (1988), sobre artigo científico, de Yates e Orlikowski (1992), sobre memorando, e de Miller (2012), sobre *blog*.

Em seu estudo, Bazerman (1988) analisa o desenvolvimento de artigos experimentais publicados na revista científica *Philosophical Transactions of the Royal Society*, do século XVII ao XIX. Entre os resultados, o pesquisador identificou uma mudança na apresentação dos experimentos, uma vez que, nos volumes mais antigos da *Transactions*, a maioria dos artigos focava o relato de observações de fenômenos da natureza e, somente num momento posterior, passaram a apresentar os resultados dos experimentos com detalhes e cuidado e a adotar um tom mais argumentativo e persuasivo. Por sua vez, Yates e Orlikowski (1992), em suas discussões sobre a trajetória do memorando nos séculos XIX e XX, mostraram que mudanças sociais, institucionais e tecnológicas – como o uso do correio eletrônico, por exemplo –, influenciaram no surgimento e na evolução desse gênero do campo administrativo. Em sua pesquisa, as linguistas apontam para as variações estruturais e linguísticas que a tecnologia possibilita, destacando que os usuários do correio eletrônico

¹ O Grupo Tradice tem como objetivo geral investigar como os textos se constituem nos diferentes gêneros textuais, desde o século XVIII até o presente, de modo a analisar aspectos sócio-históricos e linguísticos.

² De acordo com Rojo (2005), de um modo geral, os estudos voltados à análise da composição e da materialidade linguística tendem a adotar o termo “gênero textual”, enquanto os que se concentram na descrição da situação de enunciação e dos aspectos sociais e históricos costumam empregar as nomenclaturas “gênero do discurso” e “gênero discursivo”. Em nossa pesquisa, analisamos as duas dimensões (textual e discursiva), mas, em diálogo com a perspectiva sociodiscursiva do Círculo de Bakhtin, optamos por utilizar, de forma intercambiável, “gênero do discurso” e “gênero discursivo”.

fazem seletivamente escolhas sobre o gênero memorando, às vezes conservando-o, às vezes reelaborando-o.

Concebendo o *blog* como um gênero³, em seu trabalho, Miller (2012) focaliza, sobretudo, a descrição do *kairós*, isto é, do momento social em que os primeiros *blogs* surgiram, que seria, conforme argumenta a pesquisadora, o *kairós* da cultura norte-americana no final dos anos 1990. Segundo Miller (2012), esse período se caracteriza pela acentuada instabilidade da fronteira entre público e privado, pelo exibicionismo pessoal e pelo “voyeurismo mediado”⁴, características influenciadas pela popularização da internet e de programas televisivos como *realities* e *talk shows*, além de outros fatores. Nesse cenário, o *blog* surge como um instrumento tanto para a autoexpressão – a partir do qual os sujeitos contam suas histórias pessoais para uma audiência potencialmente enorme, embora distante e invisível –, como para o voyeurismo. Além da descrição do contexto cultural de emergência, Miller (2012) identifica e faz uma descrição dos gêneros que seriam ancestrais ao *blog*, como, por exemplo, o diário, o panfleto, a coluna de opinião e a *home page*. A partir do que expõe a linguista estadunidense, entende-se que o conhecimento acerca dos múltiplos ramos genealógicos dos *blogs* permite compreender as principais características semânticas, sintáticas e pragmáticas do gênero.

Como dissemos, o interesse por estudar um gênero sob o ponto de vista diacrônico também tem atraído a atenção de pesquisadores no contexto acadêmico brasileiro. Em sua tese, Gomes (2007) dedicou-se a descrever a trajetória evolucionária de editoriais publicados na imprensa pernambucana. Entre os resultados encontrados, seu estudo mostrou que no percurso do século XX ao XXI, o editorial passou por alterações micro e macroestruturais, mas manteve uma linha de continuidade assegurada por sua função social reconhecida. Nesse sentido, identificaram-se vestígios de mudança na denominação, no estilo, na estrutura e na linguagem do gênero; e de permanência no que diz respeito ao seu teor opinativo, ao seu *status* como gênero jornalístico nobre e à sua finalidade comunicativa. A análise evidenciou,

³ A discussão empreendida neste parágrafo toma como base o artigo “Blogar como ação social: uma análise do gênero weblog”, publicado originalmente em (2004). Em trabalho posterior, “Questões da blogosfera para a teoria de gênero” (2009), também disponível no volume utilizado por nós no decorrer desta pesquisa (cf. Miller, 2012), a autora reavalia alguns de seus posicionamentos precedentes e passa a defender que o *blog* “é uma tecnologia, um meio, uma constelação de recursos – e não um gênero” (Miller, 2012, p. 109). Concordamos com esse posicionamento da autora, no entanto, tendo em vista nos basearmos na primeira pesquisa citada, continuaremos a tratar *blog* como gênero.

⁴ Expressão utilizada pelo pesquisador Clay Calvert (2000, p. 2 *apud* Miller, 2012, p. 65) para se referir ao “consumo de imagens reveladoras e de informações sobre a vida aparentemente mostrada e desprotegida dos outros, frequentemente – mas nem sempre – com propósitos de entretenimento (...) através dos meios de comunicação de massa e da internet”. CALVERT, Clay. **Voyeur Nation: Media, Privacy, and Peering in Modern Culture**. Boulder, CO: Westview Press, 2000.

ainda, que as modificações funcionais, estruturais e linguísticas pelas quais passaram os editoriais ocorreram de acordo com as necessidades da sociedade e do suporte que os veiculava, achados que corroboram, portanto, com a ideia de que traços de mudança e permanência podem ser mais bem compreendidos se observamos os gêneros em seu contexto sócio-histórico de produção e circulação.

Outra contribuição é a tese de Zavam (2009), na qual a autora analisa o percurso histórico do editorial de jornal em exemplares publicados em jornais cearenses nos séculos XIX e XX. Apoiada nos estudos do Círculo de Bakhtin e no paradigma teórico das Tradições Discursivas (TD), a pesquisadora propõe um modelo para a análise diacrônica de gêneros que se divide em duas dimensões: a do contexto e a do texto, desdobradas, cada uma, em três planos analíticos: i) ambiência, ii) interlocutores e iii) finalidade comunicativa, na dimensão contextual, e i) conteúdo, ii) norma e iii) forma, na dimensão textual. A partir dessa proposta teórico-metodológica, observou-se, por exemplo, com relação à autoria institucional – tomada como objeto de análise na categoria norma –, que a responsabilidade discursiva no século XIX era atribuída à instância que responde pelo jornal, enquanto no século XX a responsabilidade passou a ser atribuída à instância que responde pela empresa. Entre outros achados, no século XIX, as iniciais do redator do editorial se faziam presente nos textos, traço que desapareceu nos editoriais do século seguinte. Aplicado, inicialmente, no estudo do editorial, o modelo desenvolvido por Zavam (2009) tem se mostrado produtivo na investigação de outros gêneros do discurso, como comprovam as pesquisas de Rodrigues (2011) e Sena (2014), sobre anúncio publicitário; de Carvalho (2016), sobre resenha acadêmica e de Rodrigues (2016), sobre denúncia em processos criminais⁵.

Nessa perspectiva diacrônica, destaca-se também o trabalho de Castilho da Costa (2011), que analisa a formação da carta do leitor em jornais paulistas dos séculos XIX e XX. A partir de Silva (2008)⁶, a pesquisadora comenta que a publicação do gênero inicia-se desde pelo menos os finais do século XV e intensifica-se com o desenvolvimento da *penny press*⁷ nos meados do século XIX, tornando-se uma publicação regular no século XIX. Lembra ainda que no Brasil do século XIX, a maior publicação de cartas de leitor pode estar relacionada ao fato de a primeira fase do jornalismo brasileiro ter sido de caráter fortemente opinativo. Levando em consideração a função textual e social dos textos, Castilho da Costa (2011, p.

⁵ Esses trabalhos serão retomados na seção 2.4, quando apresentaremos o paradigma teórico das Tradições Discursivas.

⁶ SILVA, Marisa Torres da. As cartas dos leitores no Público e no Diário de Notícias. **Observatorio (OBS*) Journal**, n.5, p. 263-279, 2008.

⁷ Termo que designa um modelo de jornal popular e de baixo preço.

283-287) identificou nos dados de sua pesquisa cinco variantes da carta de leitor, a saber: a *carta opinativa* – em que o leitor opina sobre determinado assunto; a *carta de reclamação* – em que o leitor reclama sobre determinada situação ou serviço ou, ainda, pede a alguém que tome providências em relação à determinada situação; a *carta de resposta* – em que o leitor responde a uma acusação ou afirmação ou, ainda, apresenta novos pontos de vistas em relação a um artigo ou cartas anteriores; a *carta de agradecimento* – em que o leitor agradece à comunidade ou a indivíduos o auxílio recebido; e a *carta de parabenização* – em que o leitor congratula alguém em público. Diante desses resultados, a autora mostra que no corte de 1854 a 1901, observou-se a redução no número de cartas de reclamação e o aumento de cartas opinativas, o que parece indicar que o gênero passa a ser mais um instrumento de debate que de exigência de serviços.

Os trabalhos anteriormente apresentados, além de nos permitirem observar a produtividade da perspectiva histórico-diacrônica para a análise de gêneros, também deixam ver as principais questões, objetivos e resultados levantados pelos estudiosos. Nesse sentido, verificamos que os achados dessas investigações têm apontado, explícita ou implicitamente, para o caráter histórico, mutável e recorrente dos gêneros e de seus aspectos linguístico-discursivos. Para melhor compreender essa questão, recorreremos, num primeiro momento, aos postulados do filósofo e linguista Mikhail Bakhtin, para quem os gêneros são “correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (Bakhtin, 2016, p. 20). Com isso, entende-se que os gêneros mudam, se renovam e se reelaboram constantemente, pois as configurações sócio-históricas em que se engendra sua produção e circulação também se modificam. No entanto, a partir dos apontamentos de Bakhtin e do Círculo, depreende-se, ainda, que, ao mesmo tempo que mudam, os gêneros conservam em sua arquitetura marcas típicas, ou seja, recorrentes, que possibilitam aos sujeitos agirem responsivamente na interação comunicativa.

No delineamento desta pesquisa, além das reflexões advindas do Círculo de Bakhtin, como fundamento teórico basilar, também recorreremos aos postulados do paradigma das TD. De acordo com Kabatek (2005a), o conceito de TD nasce no seio da Linguística Alemã, especialmente no interior da Linguística Românica, sendo fortemente influenciado pela tradição da escola de Eugênio Coseriu para a interpretação da linguagem humana, sobretudo pela distinção coseriana entre os três níveis de funcionamento da linguagem: i) o nível universal, que diz respeito à técnica, isto é, ao falar em geral; ii) o nível histórico, que concerne às diferentes línguas, entendidas como sistemas de significação historicamente construídos; e iii) o nível individual, que remete aos textos ou discursos concretos (Coseriu,

1980). A partir dessas discussões, o romanista alemão Peter Koch ([1997] 2021) propõe uma bifurcação do nível histórico coseriano, acrescentando, ao lado da historicidade da língua, a historicidade das TD, isto é, dos modelos textuais culturalmente armazenados “que estabelecem, na construção de um texto ou discurso, uma relação entre o momento atual e a tradição” (Andrade; Gomes, 2018, p. 30). Como exemplos de TD, podemos citar o conteúdo temático, os propósitos comunicativos, os interlocutores, a construção composicional e certas fórmulas textuais.

O referido romanista alemão também afirma em seu trabalho que não há ligação direta entre a mudança interna da língua e os acontecimentos externos, ou seja, entre as mudanças dos fatos das línguas particulares (mudança fônica, mudança gramatical e lexical) e entre os acontecimentos político-históricos, econômicos, culturais etc. relevantes para os períodos temporais correspondentes. Sobre essa questão, o pesquisador defende que mudanças políticas, econômicas, culturais, religiosas etc. despertam novas necessidades comunicativas, e que estas, por sua vez, motivam o surgimento de novas TD. Porém, quando novas TD surgem a partir de antigas, deve-se contar com certo conservadorismo, isto é, nas novas tradições permanecem elementos das tradições anteriores, mesmo que esses elementos sejam disfuncionais em relação ao objetivo comunicativo. Cedo ou tarde, os elementos disfuncionais poderão ser apagados. Para Peter Koch, a prática discursivo-tradicional está sempre no campo de tensão entre convenção e inovação. Por tudo isso, declara – num posicionamento que podemos aproximar ao do Círculo de Bakhtin quando de sua defesa da inter-relação entre gênero do discurso, história da sociedade e história da linguagem –, que “a verdadeira ligação entre história externa e história interna da língua são as tradições discursivas” (Koch, [1997] 2021, p. 379).

Indivíduos e instituições têm lançado mão de diferentes gêneros do discurso para a expressão de suas opiniões. Melo (1985), a esse respeito, cita, entre outros exemplos, a carta de leitor e o editorial, gêneros que ocupam, respectivamente, no espaço do jornal, um lugar discursivo assegurado para a manifestação opinativa do leitor e da empresa jornalística. Na esteira dessa discussão, podemos mencionar, ainda, a nota de repúdio, gênero discursivo que figura no campo jornalístico-midiático, mas que adquire maior visibilidade nas redes sociais (Albuquerque; Cavalcante, 2022). Constituindo-se hodiernamente um importante instrumento para a expressão de pontos de vista e canal de interlocução entre diferentes atores sociais, a nota de repúdio, no entanto, é um gênero pouco explorado pela Linguística, em particular, pela LT, área a qual nossa pesquisa está situada. Admitindo que os gêneros estão a todo momento na tensão entre conservação e mudança, e que esse processo está diretamente

relacionado às configurações sócio-históricas de seu contexto de produção e circulação, levantamos o seguinte questionamento: que traços de mudança e permanência podemos observar em notas de repúdio publicadas em jornais impressos e mídias sociais de instituições cearenses entre os séculos XX e XXI a partir da descrição do contexto sócio-histórico que engendra a produção e a circulação do gênero?

Apoiados na perspectiva sociodiscursiva do Círculo de Bakhtin e nos estudos sociorretóricos de Miller (2012) e Bazerman (2011a, 2011b), definimos nota de repúdio como um artefato cultural de comunicação e sentido através do qual autores individuais ou coletivos manifestam publicamente sua atitude valorativa de rejeição e não aceitação convicta a algum acontecimento ou ato (físico e/ou verbal) praticado contra sua própria pessoa, seus pares ou outros grupos e categorias socioprofissionais. Nesse contexto, classificamos a nota de repúdio como uma variante da constelação *nota*⁸, da qual também se pode mencionar, com propósitos comunicativos centrais que pressupomos aproximados: a *nota de protesto*, a *nota de repulsa*, a *nota de indignação*, a *nota de irresignação*, a *nota de reprovação* e a *nota de condenação*. Diante dessa variedade de gêneros, decidimos tomar a nota de repúdio como objeto empírico de análise, tendo em vista ser a variante mais recorrente nesta segunda década do século XXI. Investigamos, pois, o processo de institucionalização desse gênero na imprensa e mídias sociais cearenses, de modo a evidenciar comportamentos textuais e discursivos, valores e ações sociais típicas dessa comunidade retórica⁹.

Assumindo que a historicidade, a mutabilidade e a recorrência são características constitutivas dos gêneros do discurso, esta pesquisa tem, então, por objetivo central, investigar traços de mudança e permanência em notas de repúdio publicadas em jornais impressos e mídias sociais de instituições cearenses entre os séculos XX e XXI. Como objetivos específicos, pretendemos: i) descrever o entorno sócio-histórico e político que engendra as notas de repúdio que compõem nosso *corpus*; ii) reconhecer de que forma o

⁸ Conforme definição de Araújo (2021, p. 106, grifos do autor), uma constelação de gêneros consiste em um agrupamento de situações comunicativas em torno das quais gravitam, em diferentes graus, 1) *características comuns ao ambiente ou à esfera de comunicação* dos gêneros da constelação; 2) *características de sua constituição genética*, isto é, aproximando-os também em seu processo formativo; 3) e [...] *propósitos comunicativos* relativamente claros pelos quais os gêneros são reconhecidos pelos seus usuários [...]. No caso da constelação de notas, teríamos, então, um arqui-gênero “nota”, cujo propósito comunicativo central seria manifestar opiniões e/ou informações acerca de acontecimentos da atualidade, e que, por sua vez, desdobra-se em diferentes variantes, cada uma com uma intenção comunicativa central particular de “repúdio”, “esclarecimento”, “apoio”, “solidariedade”, entre outras.

⁹ É preciso ressaltar que com este trabalho pretendemos dar continuidade às discussões sobre o gênero nota de repúdio iniciadas no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFC – 2020/2021), sob orientação da Profa. Dra. Maria Margarete Fernandes de Sousa. As pesquisas realizadas nesse período resultaram em dois artigos científicos (Sousa *et al.*, 2022; Sousa; Sousa, 2023), os quais serão apresentados ainda neste capítulo introdutório, e retomados em outros capítulos desta dissertação.

suporte e as mídias podem contribuir para mudanças e permanências, verbais e não verbais, no gênero; e iii) identificar os elementos linguístico-discursivos típicos das notas de repúdio que se configuram como tradições discursivas. Para atingir esses objetivos, procuramos responder às seguintes questões: i) como o entorno sócio-histórico de produção e circulação tem influenciado mudanças e permanências na arquitetura do gênero? ii) de que forma o suporte e as mídias podem contribuir para mudanças e permanências tanto em aspectos verbais quanto não verbais? iii) que elementos linguístico-discursivos típicos das notas de repúdio publicadas em jornais impressos e mídias sociais de instituições cearenses se configuram como tradições discursivas?

Em consonância com os pressupostos teóricos que norteiam este trabalho, partimos das hipóteses de que: i) com base na identificação de marcas linguístico-discursivas de contextualização na tessitura dos textos – tais como, data, localização, elementos gráficos, título, indicação de autoria, entre outros –, podemos reconstruir aspectos da história político-social do Brasil, do estado do Ceará e da imprensa cearense dos séculos XX e XXI, o que nos permite pressupor que *os gêneros*, em particular a nota de repúdio, *refletem e refratam suas condições enunciativas e históricas de produção e circulação*; ii) as especificidades do suporte e das mídias impõem certas restrições e possibilidades sobre o processo de produção e circulação do gênero; assim, a *multimodalidade* é uma característica mais acentuada das notas de repúdio publicadas nas mídias sociais de instituições cearenses, mas não necessariamente daqueles exemplares publicados nos jornais impressos; iii) em termos tradicionais, a *autoria institucional* e a *organização retórica* são elementos típicos da nota de repúdio que se configuram, entre outros, como tradições discursivas.

Com o propósito de conhecer o percurso histórico da nota de repúdio, compusemos um *corpus* de 68 exemplares do gênero publicados entre os anos de 1964 e 2022 na versão impressa dos jornais cearenses *O Povo*, *O Estado*, *Tribuna do Ceará* e *Diário do Nordeste* – todos disponíveis na Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE) –, e também em mídias sociais de instituições cearenses. Nossa pesquisa cobre, portanto, um espaço temporal de 59 anos, que dividimos em seis períodos distintos, a saber: a) 1964-1973; b) 1974-1983; c) 1984-1993; d) 1994-2003; e) 2004-2013; f) 2014-2022. Para que pudessemos alcançar nossos objetivos e verificar nossas hipóteses de trabalho, adotamos, então, o modelo teórico-metodológico de Zavam (2009), com suas seis categorias co(n)textuais para estudo diacrônico de gêneros (ambiência, interlocutores, finalidade comunicativa, conteúdo, norma e forma). Assim, observamos a nota de repúdio em diferentes fases de sua história, assinalando, nesse processo, as especificidades de seu contexto sócio-histórico, político e cultural de produção e

circulação; seus autores e destinatários; seus propósitos comunicativos e tópicos discursivos mais frequentes; seus elementos típicos que se configuram como TD; e sua configuração grafoespacial.

Como assinalado anteriormente, a nota de repúdio é um gênero ainda pouco investigado pela Linguística. Entre os trabalhos na área, podemos destacar o de Albuquerque e Cavalcante (2022), no qual os pesquisadores analisaram estratégias linguístico-discursivas de (im)polidez em uma nota de repúdio. Outra contribuição é a pesquisa de Sousa *et al.* (2022), que mostrou, através do exame de trinta exemplares do gênero produzidos pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que a nota de repúdio apresenta uma estrutura organizacional com diferentes unidades e subunidades retóricas, evidenciando, assim, a relativa estabilidade dos gêneros sobre a qual comenta Bakhtin (2016). Dando continuidade às discussões teórico-analíticas empreendidas por Sousa *et al.* (2022), Sousa e Sousa (2023) se dedicaram ao estudo dos propósitos comunicativos da nota de repúdio. Com a análise, observaram que o gênero, além de realizar o propósito comunicativo de tornar público o posicionamento de repúdio de seu autor, também pode cumprir as funções de: i) mostrar as consequências da ação repudiada; ii) apresentar apoio às vítimas da ação repudiada; e iii) exigir/apresentar punição/solução para a ação repudiada. Nos trabalhos encontrados, a nota de repúdio aparece ou como objeto central, ou como pretexto para se investigar algum fenômeno linguístico-discurso particular. Em nenhum deles, porém, o gênero é analisado sob uma perspectiva histórico-diacrônica.

Esta dissertação se justifica, portanto, pelo interesse em analisar a nota de repúdio, um gênero socialmente institucionalizado, todavia, pouco explorado pela linguística textual. Assim, ocupamos essa lacuna investigativa e apresentamos ao campo da análise diacrônica de gêneros um trabalho que acreditamos ser de grande valia para outros pesquisadores do texto e discurso. A investigação também se destaca por conseguir abarcar diferentes perspectivas teóricas na análise do percurso evolucionário da nota de repúdio. Nesse sentido, trazemos para cena o aporte teórico da perspectiva sociodiscursiva – da qual destacamos as posições do Círculo de Bakhtin (Bakhtin, 2010, 2015, 2016; Volóchinov, 2019, 2021) a respeito dos conceitos de *enunciado*, *gênero do discurso* e *reelaboração* e do paradigma das TD, a partir de Koch ([1997] 2021) e de Kabatek (2005a, 2005b). Além desse aporte teórico-basilar, também dialogamos com a perspectiva dos Estudos Retóricos de Gêneros – com ênfase nos conceitos de *gênero como ação social* e *comunidade retórica* (Miller, 2012) – e com a perspectiva do Inglês para Fins Específicos, da qual destacamos os conceitos de *gênero* e *propósito comunicativo* e o *modelo CARS* (*create a research space*) (Swales, 1990). Dessa

forma, colaboramos para ampliar o debate sobre os gêneros do discurso, e, em particular, sobre a nota de repúdio, seja em diferentes sincronias, ou mesmo em seu percurso evolucionário.

Em relação à organização retórica, esta dissertação está estruturada do seguinte modo: neste *primeiro capítulo*, apresentamos e contextualizamos nosso trabalho, assinalando objetivos, justificativas, problemas, questões e hipóteses de pesquisa. No *segundo capítulo*, tratamos da fundamentação teórica adotada a fim de alcançarmos os objetivos traçados. Esse segundo capítulo está dividido em quatro seções: na primeira, discorremos sobre os pressupostos da perspectiva sociodiscursiva do Círculo de Bakhtin, com destaque para os conceitos de *enunciado*, *gênero do discurso* e *reelaboração*; na segunda, a partir da perspectiva de Carolyn R. Miller e Charles Bazerman, discutimos a noção de *gênero como ação social* e *comunidade retórica*; na terceira seção, nos debruçamos sobre os desenvolvimentos teóricos e metodológicos de John Swales, especificamente em relação ao conceito de *gênero*, *propósito comunicativo* e ao *modelo CARS* para análise de gêneros; por fim, na quarta seção, trazemos para cena o aparato teórico desenvolvido no âmbito do paradigma das tradições discursivas. Feito isso, no *terceiro capítulo*, descrevemos os procedimentos metodológicos de nosso estudo, que compreendem, respectivamente, as seções de métodos de pesquisa, constituição e caracterização do *corpus* e procedimentos de análise. Na sequência, apresentamos, no *quarto capítulo*, a análise das notas de repúdio, observando, nesta ordem, as categorias “ambiência”, “interlocutores”, “finalidade”, “conteúdo”, “norma” e “forma”. Por fim, no capítulo intitulado *considerações finais*, sintetizamos os principais achados, mostramos se os objetivos do trabalho foram alcançados, indicamos as contribuições da investigação e levantamos algumas lacunas deixadas, trazendo sugestões para a continuidade da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: PERSPECTIVAS QUE EMBASAM O ESTUDO

Neste capítulo, apresentamos a base teórica utilizada para a realização de nosso estudo. Levando em consideração nossos objetivos, filiamo-nos àqueles trabalhos que, indo além de uma perspectiva puramente linguística e textual, ampliam a visão sobre os gêneros ao considerá-los como artefatos culturais, sociais e discursivos. Para tanto, discutimos, inicialmente, sobre a *perspectiva sociodiscursiva* do Círculo de Bakhtin, da qual destacamos os trabalhos de Bakhtin (2010, 2015, 2016) e Volóchinov (2019, 2021) a respeito dos conceitos de *enunciado*, *gênero do discurso* e *reelaboração*. Na sequência, trazemos as reflexões dos Estudos Retóricos de Gêneros, da qual destacamos os conceitos de *gênero como ação social* e *comunidade retórica* (Miller, 2012). Em terceiro lugar, apresentamos a perspectiva do *Inglês para Fins Específicos* de John Swales, com ênfase nas noções de *gênero* e *propósito comunicativo* e no *modelo CARS* (Swales, 1990). Por fim, a partir de Koch ([1997] 2021) e Kabatek (2005a, 2005b), trazemos para cena o debate desenvolvido no âmbito do paradigma das TD. Com essa revisão teórica, que não tem a pretensão de ser exaustiva, esperamos tornar mais coesa nossa argumentação sobre o percurso evolucionário da nota de repúdio. Para dar início a esse empreendimento, apresentamos, a seguir, os pressupostos teóricos bakhtinianos.

2.1 A perspectiva sociodiscursiva do Círculo de Bakhtin

As reflexões desenvolvidas pelo Círculo de Bakhtin representaram uma importante virada de pensamento no campo dos estudos de gêneros no início do século XX. Direta ou indiretamente, seus postulados teóricos têm influenciado pesquisas de diferentes áreas da Linguística – a exemplo da Linguística Textual (LT) e da Análise do Discurso (AD) –, sobretudo no que diz respeito ao entendimento dos gêneros como artefatos culturais, históricos e dinâmicos de comunicação. Com o objetivo de investigar o percurso evolucionário da nota de repúdio, neste trabalho, também nos aproximamos da abordagem sociodiscursiva do Círculo de Bakhtin, especialmente dos conceitos de enunciado, gênero do discurso e reelaboração. Nas duas subseções que se seguem, apresentamos, então, estes conceitos. Na primeira, discutimos sobre enunciado, destacando, nesse momento, as noções de valorização, dialogismo e conclusibilidade; na segunda, discutimos sobre gêneros do discurso e o fenômeno da reelaboração.

2.1.1 O enunciado como unidade real da comunicação discursiva

Ao observar que línguas como o “sânscrito”, o “germânico”, o “grego”, o “latim” entre outras possuem certas afinidades, e, por isso, podem ser situadas como membros de uma mesma família (o indo-europeu), a Linguística praticada durante o século XIX, desenvolvida, sobretudo, sob o signo da chamada Gramática Comparada, procurou investigar e descrever as relações genéticas que unem todas essas línguas. Insatisfeito com essa abordagem analítica baseada na comparação entre línguas, Ferdinand de Saussure postula que a *“Linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma”* (Saussure, 2012, p. 305, grifo do autor). Nas palavras de Lopes (1997), opera-se, com essa postura, uma ruptura epistemológica crucial para as ciências humanas, e dá-se início, assim, no começo do século XX, ao Estruturalismo, episteme que terá como princípio a descrição imanente das regras que permitem o funcionamento da língua, vista como uma organização, *“um sistema estável e imóvel de formas linguísticas normativas e idênticas”* (Volóchinov, 2021, p. 162, grifo do autor).

Reconhecida a relevância da Linguística saussuriana para os estudos da linguagem, é preciso assinalar que, no início do século XX, esse campo de investigações também foi fortemente influenciado pelas ideias filosófico-linguísticas de outros pesquisadores, a exemplo de Wilhelm von Humboldt, Karl Vossler e Benedetto Croce. Representantes do chamado “subjativismo individualista” (Volóchinov, 2019, 2021), para esses pensadores, a realidade fundamental da língua se resume não a um sistema linguístico acabado e pronto – no sentido de normas gramaticais gerais e estáveis, conforme defendido por Saussure e seus seguidores –, mas sim à expressão criativa do mundo individual e espiritual do falante. Portanto, “o que importa não são as formas gramaticais gerais, estáveis e presentes em todos os enunciados da língua, mas a modificação e a concretização estilístico-individual dessas formas abstratas em um enunciado” (Volóchinov, 2021, p. 153). Para essa tendência de estudos, língua é atividade, processo ininterrupto de criação, mas realizado por meio de um ato puramente individual, em que o falante assume o único papel ativo na produção de sentidos.

Indo na contramão dessas tendências, os pesquisadores vinculados ao chamado Círculo de Bakhtin defenderão, por seu turno, que todo enunciado, seja ele oral ou escrito, realiza-se apenas no fluxo da comunicação discursiva concreta, e, por isso, precisa ser analisado considerando sua ligação com a situação social (imediate e ampla) em que é produzido e está inserido. Conforme postula Volóchinov (2019, 2021), a essência fundamental

da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas (língua como um sistema estável de formas normativas idênticas), tampouco pelo enunciado monológico isolado (língua como expressão da consciência de um indivíduo falante), mas pelo acontecimento social da interação discursiva. A partir disso, distingue-se, então, enunciado – compreendido como *unidade da comunicação discursiva* –, de oração – compreendida como *unidade da língua abstrata*. O enunciado, nessa perspectiva, pode ser definido como uma unidade de comunicação (oral ou escrita) axiologicamente constituída em situações reais de comunicação verbal, voltada para a ativa compreensão responsiva do outro, e cujos sentidos são coconstruídos *in situ* pelos participantes da interação.

Sob o prisma da teoria bakhtiniana, os sentidos do enunciado não são dados *a priori*, mas construídos e negociados pelos participantes no contexto da interação discursiva. Sobre essa questão, Bakhtin (2016) e Volóchinov (2019) dizem que uma expressão verbal, formada seja por uma palavra ou por uma oração, é absolutamente compreensível como unidade da língua, isto é, possui um significado linguístico (lexical e gramatical) e um papel possível no enunciado. Contudo, lembram os autores, é somente vinculada ao contexto (imediate e amplo) que a engendrou que essa expressão verbal se torna um enunciado pleno, capaz de determinar a compreensão e a ativa posição responsiva do outro. Por tudo isso, verifica-se que a dimensão extraverbal integra-se ao enunciado como uma parte indispensável da sua composição semântica e axiológica. Sem considerá-la, isolamos o sentido do enunciado e o reduzimos à significação puramente linguística, impossível, portanto, de suscitar resposta. Assim, segundo Volóchinov (2019), a dimensão extraverbal do enunciado pode ser definida a partir de três aspectos: 1) o horizonte espacial e temporal (o “onde” e o “quando” do enunciado); 2) o horizonte temático (“sobre o quê” se fala); e 3) o horizonte axiológico (sobre a avaliação dos participantes a respeito do objeto do enunciado e de outros enunciados e dos interlocutores da interação).

Todo enunciado sempre fala sobre algo, sobre um acontecimento, sobre alguém. Nas ideias do Círculo, no entanto, o *tema* vai além do conteúdo, assunto ou tópico sobre o qual se versa. Ele expressa acentos valorativos de um sujeito e de um momento histórico; revela modos particulares de observar e agir discursivamente sobre a realidade social. Vemos, com isso, que o horizonte temporal-espacial de produção e circulação do enunciado age diretamente na escolha e na maneira como os temas serão abordados, e também avaliados, pelos parceiros da interação. A esse respeito, Volóchinov (2021, p. 228) afirma que “o tema do enunciado é definido não apenas pelas formas linguísticas que o constituem – palavras, formas morfológicas e sintáticas, sons, entonação –, mas também pelos aspectos extraverbais

da situação”. Portanto, como um todo de sentido, o enunciado só se realiza na interação intersubjetiva e concreta.

Numa postura contrária àquela defendida pelo formalismo saussuriano, Volóchinov (2021) afirma que todo signo é ideológico, ou seja, possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Nesse caso, entende-se por ideologia “todo o conjunto de reflexos e refrações no cérebro humano da atividade social e natural, expressa e fixada pelo homem na palavra, no desenho artístico ou técnico ou em alguma outra forma sígnica” (Volóchinov, 2019, p. 243). Como lembram Pereira e Rodrigues (2014), para o autor russo, os fenômenos ideológicos não podem ser reduzidos às particularidades do psiquismo e da consciência do falante, pois possuem uma encarnação material: no som, na massa física, na cor, no movimento do corpo etc. Além disso, para o filósofo russo, o signo – e podemos dizer, igualmente, o enunciado –, sempre reflete e refrata o horizonte cultural, político, econômico e axiológico de seu contexto de produção e circulação. Assim, ao expressar uma postura avaliativa sobre o objeto de seu enunciado e sobre os enunciados dos outros, o falante sempre o faz a partir de um lugar social, atravessado pelas potencialidades valorativas que emergem desse espaço. Logo, a depender do contexto sócio-histórico e discursivo de observação, um mesmo objeto/acontecimento pode ser avaliado como falso, verdadeiro, correto, justo ou bom etc.

No seio dessas reflexões, Bakhtin (2016) explica que o enunciado não pode ser reconhecido como unidade do nível último e superior da estrutura da língua, ou seja, como unidade abstrata e com significação puramente linguística – como os fonemas, os lexemas e as orações –, pois faz parte de um mundo totalmente diferente, o das relações dialógicas. Conforme o autor, tais relações não podem se reduzir a relações de ordem lógica, linguística, psicológica, mecânica ou natural. São relações semântico-axiológicas de um tipo especial que se estabelecem entre enunciados integrais ou mesmo no interior de enunciados. Em Bakhtin, conforme apontado por Faraco (2009), as relações dialógicas são relações entre índices sociais de valor em que é possível perceber visões de mundo que se entrecruzam. Portanto, na concepção bakhtiniana, todo enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados, diante dos quais o interlocutor pode definir sua própria atitude valorativa: de concordância, de discordância, de solidariedade, de agradecimento, de indignação, de repúdio etc. Seja, por exemplo, na forma de um romance, de uma resenha acadêmica ou de uma nota de repúdio, o enunciado sempre responde, refuta ou confirma, de diferentes maneiras, os enunciados do outro.

Em nossa apreciação sobre a natureza do enunciado, outra questão que precisamos

também levar em conta é seu *direcionamento* a alguém, sua ligação aos elos subsequentes da comunicação discursiva. Antes, porém, de nos debruçarmos sobre esse problema, lembramos que Bakhtin (2016), além de apontar para a natureza dialógica do enunciado, também o concebe como um acontecimento único e irrepetível da comunicação. Isso significa que, ao contrário das unidades da língua – que são reprodutíveis um número infinito de vezes –, ele não pode ser repetido, somente citado. Ainda que pronunciado novamente – com as mesmas palavras e pelo mesmo falante –, o enunciado nunca será completamente igual ao anterior, pois os contextos sócio-históricos que o engendram variam e se modificam, tornando-o uma totalidade individual singular, diferente daquele com o qual está vinculado por relações dialógicas. Por nascer na inter-relação discursiva, ele representa apenas um elo, um momento na cadeia complexa e ininterrupta de discursos verbais.

Como uma fração, um momento, o enunciado está ligado dialogicamente tanto aos elos precedentes quanto aos subsequentes da comunicação discursiva contínua. Assim, reconhecemos com Bakhtin (2016) que uma peculiaridade constitutiva do enunciado é o fato de ele dirigir-se a alguém, de estar voltado para um destinatário. Visto sob esse prisma, todo enunciado tem autor e necessariamente destinatário, procede de alguém e para alguém se dirige. Sobre o destinatário, Brait e Melo (2005) apontam que ele tem várias faces, vários perfis, várias dimensões. Pode ser um destinatário mais concreto, como, por exemplo, o ouvinte direto do diálogo cotidiano; ou, ainda, um outro presumido e virtual, tal como o leitor de um artigo científico, de um anúncio publicitário ou de uma nota de repúdio. Sendo mais ou menos próximo daquele que enuncia, o destinatário terá forte influência sobre o projeto de dizer desse sujeito, refletindo-se, por exemplo, na escolha do gênero discursivo, do tema e do estilo do enunciado. Para tanto, ressaltamos que o autor sempre antecipa e leva em consideração o ponto de vista de seu destinatário, sua posição social, seus valores, seus conhecimentos, bem como aguarda a sua ativa compreensão responsiva sobre o que se tratou no enunciado.

O destinatário, consideradas as contribuições do Círculo, assume uma posição ativa no fluxo comunicativo. Sobre esse tema, Bakhtin (2016) comenta que, em sua época, a língua era investigada somente a partir do ponto de vista do falante, como uma expressão de seu mundo individual e espiritual. Contrapondo-se a essa tendência limitadora e reducionista, o linguista russo argumenta que “toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva”, que toda compreensão “é prenhe de resposta”, e, em algum momento, nessa interação entre o *eu*-falante e o *outro*-ouvinte, “o ouvinte se torna falante” (Bakhtin, 2016, p. 25). Nesse viés, o falante não visa a uma compreensão passiva que se limite a repetir

seus pensamentos. Pelo contrário, deseja do outro uma resposta, ou seja, uma aceitação, uma objeção, uma recusa etc. a que ele mesmo possa responder, uma vez que, para Bakhtin (2016), até mesmo o autor do enunciado é um respondente em potencial. Vemos, então, que no diálogo não há a primeira nem a última voz, pois cada enunciado é apenas um elo na cadeia complexamente organizada de outros enunciados.

A partir disso, é possível perceber que na concepção de Bakhtin, todo enunciado – desde uma réplica monolexêmica, como *Cuidado!*, *Sim* e *Não*, até um romance, um discurso político ou um tratado científico –, tem um princípio e um fim. Cada enunciado particular representa, assim, uma unidade plena de sentido, cujos limites são determinados pela *alternância dos sujeitos do discurso* (Bakhtin, 2016). É importante salientar que esse intercâmbio verbal assume formas variadas, a depender, por exemplo, das diferentes condições e situações de produção e de recepção dos enunciados. No diálogo cotidiano – considerado por Bakhtin (2016) como a forma clássica da comunicação discursiva –, observamos a alternância dos sujeitos quando o falante termina o seu dizer e transfere o turno de fala para o interlocutor, permitindo que este possa assumir uma ativa posição responsiva. A resposta pode ser imediata ou retardada, mas, de qualquer modo, como nos lembra Carvalho (2016), cada réplica do diálogo será um enunciado novo e diferente. Por outro lado, nos gêneros escritos, a alternância entre os sujeitos é percebida na medida em que cada enunciado é produzido por um autor diferente e também está disposto para a resposta do outro (dos outros), para a sua compreensão e expressão valorativa.

No caso do gênero nota de repúdio, temos, por exemplo, um tipo de enunciado que desempenha no jornal impresso ou nas mídias sociais o espaço de manifestação valorativa de um autor individual ou coletivo sobre acontecimentos de sua atualidade. Sob esse ponto de vista, um exemplar de nota de repúdio configura-se como uma unidade linguística finalizada, única e irrepetível que emerge como reação-resposta a outros enunciados e ações também concluídas e irá repercutir suscitando a atitude responsiva de seus destinatários, que podem concordar ou não concordar (total ou parcialmente) com o conteúdo temático do enunciado. Considerada como uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso, a *conclusibilidade* específica do enunciado é o que define seu acabamento e o que assegura a possibilidade de resposta do destinatário. Para Bakhtin (2016), na interação discursiva, o interlocutor pode determinar a plenitude do enunciado do falante a partir de três fatores interligados: i) o tratamento exaustivo do tema do enunciado, ii) a intenção discursiva do falante e iii) o gênero de discurso.

O tratamento exaustivo do tema do enunciado, de acordo com os marcos teóricos

bakhtinianos, difere em relação aos diversos campos da comunicação discursiva. Segundo Bakhtin (2016), enquanto na vida cotidiana, os temas podem emergir e chegar a uma plenitude quase absoluta através de pedidos, perguntas e respostas factuais, nos campos da criação, por outro lado – tal como no campo da ciência –, só é possível falar de um mínimo de acabamento do tema se observadas as condições e os propósitos do trabalho realizado. Sobre a intencionalidade do falante, além de determinar a conclusibilidade do enunciado, esse segundo fator também pode determinar a própria escolha do tema do enunciado, o seu tratamento exaustivo e as suas fronteiras. Buscando agir sobre o outro, o falante escolhe, então, uma forma típica de enunciado, ou seja, um certo gênero de discurso, a qual sua vontade discursiva possa adaptar-se. Para tal escolha, precisa levar em conta, no entanto, a especificidade do campo da comunicação discursiva pelo qual o enunciado transitará, seu conteúdo temático, as condições de sua produção e a composição dos seus participantes, com seus conhecimentos, valores e intenções.

As noções de enunciado e gênero do discurso guardam estreita relação na perspectiva sociodiscursiva do Círculo de Bakhtin. Por isso, continuamos nosso debate na próxima subseção.

2.1.2 Os gêneros do discurso e o fenômeno da reelaboração

Ao se debruçar sobre a problemática dos gêneros do discurso, Bakhtin (2016) salienta, inicialmente, que apesar de esses artefatos de comunicação serem objeto de interesse desde a Antiguidade Clássica, sua complexidade e natureza geral jamais fora verdadeiramente investigada. No âmbito da Literatura, por exemplo, a análise de gêneros sempre esteve orientada para uma perspectiva artístico-literária, para as distinções intergenéricas dentro dos limites da literatura. Os estudos da Retórica, por sua vez, embora tenham dado maior atenção aos aspectos sociais – como as ações do orador em face do ouvinte e sua influência na construção do enunciado –, também se limitaram a investigar as especificidades do próprio campo. Para Bakhtin (2016), a caracterização insuficiente dos gêneros nesses quadros teóricos se explica, possivelmente, em virtude da diversidade e da heterogeneidade funcional desses objetos, que poderia fazer crer que essas características diversas e heterogêneas dos gêneros discursivos converteriam seus traços gerais em algo abstrato e vazio.

De modo a contribuir para o debate, o teórico russo mostra que é possível distinguir entre dois grandes grupos de gêneros, os quais denomina de primários e secundários. Sob suas lentes, os *gêneros primários*, ou simples, são aqueles produzidos em situações de troca verbal

espontâneas e imediatas – como as breves réplicas do diálogo cotidiano e os bilhetes trocados entre parentes e amigos nos domínios privado e familiar –, enquanto os *gêneros secundários*, ou complexos, seriam aqueles forjados em situações de comunicação cultural menos espontâneas, relativamente mais desenvolvidas e organizadas – como o romance, o artigo científico e o editorial de jornal.

Consoante esse posicionamento, Bakhtin (2016, p. 12, grifo do autor) defende, então, que “cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*”. No seu entender, os gêneros surgem em um campo (jornalístico-midiático, artístico-literário, religioso, publicitário etc.) e transformam-se à medida que esses espaços de comunicação se desenvolvem e se complexificam. Além disso, acena para a possibilidade de ver esses artefatos de comunicação como construtos sociais e históricos, ao mesmo tempo *estabilizados* (passíveis de estruturação) e *dinâmicos* (passíveis de sofrerem mudanças). Nesse sentido, ainda que em constante movimento, os gêneros conservam traços linguístico-discursivos típicos que possibilitam aos interlocutores seu reconhecimento e uso.

Para Bakhtin (2016), determinadas funções (cotidiana, científica, técnica, artística etc.) e determinadas condições de comunicação discursiva geram determinados tipos de enunciados *estilísticos*, *temáticos* e *composicionais* relativamente estáveis: os gêneros do discurso. Sobre o estilo – entendido como os recursos linguísticos empregados pelo autor na construção de seu enunciado –, Bakhtin (2016) afirma que este primeiro traço pode ser dividido em dois tipos: individual e funcional ou de linguagem. Sobre o primeiro, o linguista russo defende que todo enunciado pode refletir as marcas da individualidade de seu autor. Em que pese esse fato, pondera que nem todos os gêneros são igualmente favoráveis a esse reflexo. Se, por um lado, gêneros como os do campo artístico-literário e publicitário são mais propícios à manifestação da individualidade de seus autores, em contrapartida, gêneros que requerem uma forma padronizada, a exemplos de documentos oficiais e jurídicos como declarações, atestados, ofícios, súmulas, pareceres, petições, certidões etc., são menos favoráveis a refletir essa individualidade na linguagem. Os estilos de linguagem, por sua vez, estão relacionados aos estilos de gêneros específicos de cada campo da atividade humana. Nesse caso, como assinalamos anteriormente, uma dada função, somada às singularidades de cada um dos campos da comunicação, geram gêneros do discurso com aspectos estilísticos específicos.

Com relação à estrutura composicional, nos estudos bakhtinianos, esta diz respeito à organização e ao acabamento geral de um texto. É preciso ter em mente, no entanto, que a

forma composicional não equivale a uma “fôrma”, a algo pronto e acabado, pois sendo os gêneros flexíveis e dinâmicos, os textos assumem formas únicas a cada enunciação. Por isso, a necessidade de se considerar em sua análise variáveis como: quem fala? de que lugar social fala? a quem fala? quando? onde? por quais motivos? Os gêneros do discurso não são, portanto, objetos dados, prontos e acabados, como interpretado pela opinião comum. Como tipos de enunciados, ganham vida no uso efetivo, no processo intersubjetivo de coconstrução dos sentidos¹⁰.

Feitas essas considerações, lembremos ainda que além de diferenciar gêneros primários de secundários, Bakhtin (2016) também discute sobre a possibilidade destes últimos, em sua formação histórica, incorporarem e reelaborarem os primeiros. É o que ocorre, por exemplo, segundo o autor, com o diálogo e a carta, gêneros simples que podem, no entanto, tornar-se componentes de gêneros complexos, como o romance. Nesse processo, ao serem incorporados à estrutura do gênero secundário, os primários perdem seu vínculo direto com o campo da vida cotidiana e seu significado passa a ser apreendido apenas se considerarmos as especificidades do gênero e do campo complexo que os incorporou. Sob essa perspectiva, o romance, assim como a carta e o diálogo, configura-se como um enunciado autônomo e com conclusibilidade. Todavia, difere deles por estar vinculado a um campo complexo da comunicação humana, no caso, o artístico-literário.

Reavaliando a proposta bakhtiniana sobre o fenômeno da reelaboração, Zavam (2017)¹¹ defende que o gênero complexo, ao absorver e reelaborar um simples, está, ao mesmo tempo, reelaborando a si próprio. Assim, ao incorporar à estrutura de seus romances o gênero primário carta, diferentes autores reelaboram não somente esta última, como também o próprio romance, que, por conseguinte, tem sua forma modificada. Neste exemplo (carta e romance), a reelaboração ocorre entre gêneros de campos distintos. Porém, Zavam (2017) mostra que esse fenômeno também pode ser flagrado entre gêneros do mesmo campo, a exemplo de um romance que pode incorporar um poema em sua estrutura. Uma vez reconhecida essa possibilidade, a reelaboração pode ser entendida como a “transformação por que passa um gênero (seja primário ou secundário), tanto na absorção de um gênero por outro (quer da mesma esfera ou de diferentes esferas), quanto na adaptação a novas contingências (histórica, sociais, entre outras) (Zavam, 2017, p. 41)¹².

¹⁰ Pelo fato de termos discutido sobre o *tema* na subseção 2.1.1, limitamo-nos neste momento à exposição sobre o *estilo* e a *estrutura composicional*.

¹¹ Em nosso trabalho adotamos a publicação em livro da tese de Zavam (2009), que aconteceu em 2017.

¹² Em seu estudo, a autora se fundamenta no texto de Bakhtin traduzido da versão em francês por Maria Ermantina Galvão Pereira (1992, 1ª. edição), na qual figura o termo *transmutação*. Em nosso estudo, optamos

Ampliada a noção de reelaboração, Zavam (2017) apresenta, ainda, uma tipologia operacional para distinguir os diferentes modos de realização desse fenômeno. Segundo a autora, numa primeira instância, esse processo pode ser de dois tipos: i) criador e ii) inovador. A *reelaboração criadora* se refere ao fato de que gêneros podem surgir de outros, como, por exemplo, o blog, que, segundo Miller (2012), teria o diário, o panfleto, a coluna de opinião e a *home page* como alguns de seus múltiplos ancestrais. Nesse contexto, os gêneros surgem a partir de características incorporadas de outros tipos de enunciados já existentes. A *reelaboração inovadora*, por sua vez, trata da possibilidade de que todo gênero tem de se renovar, sem que necessariamente essa transformação dê origem a novos gêneros. É o caso das notas de repúdio analisadas nesta dissertação, pois ao contrastar textos atuais com aqueles produzidos em sincronias passadas, observamos que esse gênero passou por mudanças que, no entanto, não alteraram sua natureza.

Numa segunda instância, Zavam (2017) distingue entre reelaboração iii) externa (ou intergenérica) e iv) interna (ou intragenérica). Por *reelaboração externa*, entende-se o processo de inserção de um gênero em outro. Bakhtin (2015, p. 108) já havia apontado para a existência desse fenômeno ao afirmar que “o romance permite que se introduzam em sua composição diferentes gêneros tanto literários (novelas intercaladas, peças líricas, poemas, cenas dramáticas, etc.) como extraliterários (retóricos, científicos, religiosos, narrativa de costumes, etc.)”. De acordo com o linguista russo, um grupo especial de gêneros – entre os quais menciona a confissão, o diário, a biografia e a carta –, desempenha no romance tamanho papel construtivo que chega, às vezes, a criar variantes do gênero romanesco, a exemplo do romance-confissão, do romance-diário e do romance epistolar. Para melhor entender o processo intergenérico, observemos o exemplo 1, a seguir:

Exemplo 1:

Figura 1 – Lista de música com incorporação de recibo de compras



RECEIPTIFY
LAST 6 MONTHS

ORDER #0002 FOR JARED RICHARDS
MONDAY, SEPTEMBER 21, 2020

QTY	ITEM	AMT
00	WAP (FEAT. MEGAN THEE STALLION) – CARDI B, MEGAN THEE STALLION	3:08
01	ALICE – LADY GAGA	2:58
02	HIDE AND SEEK – IMOGEN HEAP	4:29
03	RAIN ON ME (WITH ARIANA GRANDE) – LADY GAGA, ARIANA GRANDE	3:02
04	SOUR CANDY (WITH BLACKPINK) – LADY GAGA, BLACKPINK	2:38
05	FREE WOMAN – LADY GAGA	3:11
06	911 – LADY GAGA	2:52
07	CHROMATICA II – LADY GAGA	0:42
08	SINE FROM ABOVE (WITH ELTON JOHN) – LADY GAGA, ELTON JOHN	4:05
09	REPLAY – LADY GAGA	3:07
ITEM COUNT:		10
TOTAL:		30:11

CARD #: **** * 2020
AUTH CODE: 123420
CARDHOLDER: JARED RICHARDS

THANK YOU FOR VISITING!


receiptify.herokuapp.com

Fonte: The STUDIO¹³.

Nesse exemplar do tecnôgenero de discurso¹⁴ lista de música, encontramos o que Paveau (2021) denomina de “tecnôgenero prescrito”, um tipo de gênero discursivo preexistente nas produções pré-digitais, mas que adquire traços tecnolinguageiros no contexto digital on-line. Disponibilizado pelo serviço de *streaming* de música *Spotify*, esse tipo de tecnôgenero mostra a lista com as músicas mais ouvidas durante um mês por um usuário, contudo, o faz por meio de uma “cenografia” (Maingueneau, 2015)¹⁵ que simula um recibo

¹³ Disponível em: <https://studioforcreativeinquiry.org/project/receiptify>. Acesso em: 14 jan. 2022.

¹⁴ Paveau (2021) conceitua tecnôgenero de discurso como um gênero de discurso dotado de uma dimensão compósita, derivada de uma coconstituição do linguageiro – siglas, palavras, expressões, etc. – e do tecnológico – segmentos clicáveis (*hashtag*, hiperlink, curtir, compartilhar etc.). Outro aspecto apontado diz respeito ao fato de um tecnôgenero poder derivar de um gênero discursivo pertencente ao repertório pré-digital – mas que os ambientes digitais o dotam de características específicas – ou mesmo constituir um gênero digital novo.

¹⁵ Ao tomar como base para sua proposição a metáfora de que o mundo seria um teatro no qual os participantes representam diferentes papéis, Maingueneau (2015) defende que a enunciação pode ser concebida, ao mesmo tempo, como um quadro – espaço no qual os sujeitos se encontram em ação –, e como um processo, isto é, a sequência das ações verbais desses sujeitos. A partir disso, afirma que a cena de enunciação de um gênero de discurso faz interagir três diferentes cenas: a “cena englobante”, a “cena genérica” e a “cenografia”. No sua

de compras, como podemos perceber através do título – que traz um neologismo formado pela palavra *receipt* (recibo em inglês) + sufixo *fy* (que remete à palavra *Spotify*) –, e dos elementos verbais *QTY* (quantidade), *ITEM* (item), *ITEM COUNT* (contagem de itens) e *AMT* (valor unidade), que mostram, respectivamente, a ordem decrescente das músicas mais ouvidas, quais são os títulos dessas músicas (acompanhado do nome do artista), a quantidade de músicas ouvidas e o tempo de duração de cada uma delas, além dos aspectos visuais e de diagramação, como o código de barras e a forma retangular, com fundo cor neutra, em que o texto é apresentado. Aqui, portanto, o recibo de compras é reelaborado e passa, assim, a constituir a realidade simulada desta lista de música, não de todas, que, por sua vez, também sofre reelaboração.

Apresentado o processo de reelaboração externa, em seguida, Zavam (2017) discute sobre a *reelaboração interna*, processo que ocorre, segundo a autora, quando há a transformação de um gênero, não pela inserção de outro gênero em sua estrutura composicional – como ocorre com a reelaboração intergenérica – mas, sim, em razão de fatores (sociais, discursivos, tecnológicos) que condicionam e impulsionam essa transformação – como, por exemplo, mudança de suporte e de *mídium*, de propósito comunicativo, de campo, de época, entre outros. Nas palavras de Zavam (2017, p. 49), “a este processo [de reelaboração] estão submetidos todos os gêneros, mesmo os mais inflexíveis, pois a sociedade muda, se transforma, assume novas configurações, e os gêneros do discurso, por sua vez, refletem e refrangem essas mudanças [...]”. Para ilustrar essa discussão, no exemplo 2, a seguir, trazemos dois anúncios publicitários, ambos da empresa de fogões Dako, mas publicados em períodos históricos e em suporte e mídia diferentes:

Exemplo 2:

proposta, a cena englobante diz respeito ao tipo de discurso (literário, político, religioso, publicitário, entre outros) subjacente ao gênero. A cena genérica, por sua vez, é a realidade material, tangível, com a qual os usuários se deparam em suas atividades discursivas. Categoria mais instável entre as três cenas, a cenografia corresponde à organização da situação a partir da qual o locutor pretende enunciar tendo em vista seus propósitos comunicativos. Como pontua o linguista francês, a cenografia não deve ser vista como um cenário pronto e acabado, mas, sim, como um processo que se realiza durante as trocas verbais e que se legitima na própria enunciação, quando se reconhece que a cenografia escolhida é a que melhor convém ao gênero de discurso ao qual se lança mão.

Figura 2 – Anúncio publicitário do fogão *Dako* de 1937

D'A'KO

E' um fugão a carvão
Que consome menos da metade que os alimentados a lenha.

De aquecimento rápido. Não produz fumaça. Higiênico. Comodo.

Vendido por modicos Preços e sob todas garantias, Particularmente indicado as Exmas. Sras. Donas de casas que desejam ter um fogão ao nivel de uma cosinhá moderna

Demonstrações e detalhes na
CASA LUSITANA
FLORIANO PEIXOTO 115
Bons preços e bons Artigos

Fonte: Jornal do Ceará, maio de 1937¹⁶.

Figura 3 – Anúncio publicitário do fogão *Dako* de 2023

Fogão Diplomata

Perfeito mesmo é ter **um fogão funcional** e que ainda deixa a cozinha **mais bonita!**

As funcionalidades do fogão Diplomata vão te surpreender:

- ✓ Testeira anti-resíduo: para não ter mais sujeira acumulada.
- ✓ Um dos maiores fornos da categoria: liberdade na hora de escolher suas receitas.
- ✓ Grades em formato quadrado com 8 pontos: painéis mais estáveis.
- ✓ Porta com vidro duplo: preserva o calor para manter a receita aquecida.

Além de tudo, o design moderno contribui na decoração! Ele combina com vários estilos que estão em alta, como, por exemplo, cozinha no estilo industrial ou estilo fazenda.

Gostou? Conheça melhor a linha por meio do nosso site. Link na bio!

Curtido por ritaysidio e outras pessoas
FEVEREIRO 28

Adicione um comentário... Publicar

Fonte: Perfil da empresa na mídia *Instagram*¹⁷.

Publicado em maio de 1937 no periódico *Jornal do Ceará*, o anúncio da Figura 2 mobiliza, essencialmente, o texto do tipo verbal. Para atrair a atenção do possível consumidor, o produtor da peça publicitária investe, nesse caso, na descrição do produto, destacando, por exemplo, sua constituição e qualidades – trata-se de um “fogão a carvão”, “[d]e aquecimento

¹⁶ Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=872687&hf=memoria.bn.br&pagfis=10>. Acesso em: 22 maio 2023.

¹⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CpNb4vgtowO/>. Acesso em: 22 maio 2023.

rápido”, que “[n]ão produz fumaça”, “higienico” e “comodo” –, seus potenciais consumidores – “Particularmente indicado as / Exmas. Sras. Donas de casas que desejam / ter um fogão ao nível de uma cosinhá moderna” –, e vantagens econômicas relacionadas à sua compra – “Vendido por modicos Preços e sob todas / garantias”. Além disso, apresenta, ainda, informações referentes ao local (nome da loja, rua e número) em que o produto pode ser testado e adquirido – “Demonstrações e detalhes na / **CASA LUSITANA / FLORIANO PEIXOTO 115**”.

No anúncio publicitário da Figura 3 – publicado em fevereiro de 2023 na mídia social *Instagram* –, além do texto verbal, observamos a utilização de recursos imagéticos (vídeo) e tecnolinguageiros (*hashtags*). Num primeiro plano, o anúncio constrói a cenografia (Maingueneau, 2015) de uma cozinha – com móveis, utensílios domésticos (pratos, faca, tábua de cortar), dois personagens preparando alimentos e a imagem do fogão no centro do quadro. Na legenda da postagem, como no exemplar de 1937, o produtor do anúncio atual descreve as especificidades do fogão e destaca suas qualidades, como podemos observar pelos seguintes trechos: “Testadeira anti-resíduo: para não ter mais sujeira acumulada”, “Um dos maiores fornos da categoria: liberdade na hora de escolher suas receitas”, “Grades em formato quadrado com 8 pontos: panelas mais estáveis”. Sendo este um anúncio nativo do contexto digital on-line, o uso de *hashtags* – tais como #DakoEletrodomésticos, #FogãoDakoDiplomata e # CozinhaDecorada – atua diretamente no processo de interação entre locutor (empresa) e interlocutores (possíveis consumidores) do gênero, possibilitando, assim, outros níveis de interatividade (Muniz-Lima, 2022)¹⁸.

Ante o exposto, observamos que as transformações neste anúncio publicitário ocorreram não pela inserção de um outro gênero em sua constituição – como acontece no caso do recibo de compras inserido na lista de música (Figura 1) –, mas em virtude das contingências de seu contexto sócio-histórico de produção e circulação. Nesse sentido, enquanto o anúncio publicitário do século XXI tem a multimodalidade (texto verbal, imagens

¹⁸ Definindo interação como um processo de coconstrução de sentidos entre interlocutores humanos e não humanos que encenam uma comunicação situada em contexto sócio-histórico, Muniz-Lima (2022), em sua tese de doutorado, propõe que a interação no contexto digital seja compreendida em três níveis de interatividade: 1) controle do conteúdo; 2) caráter dialogal e 3) sincronidade. A respeito do primeiro, a pesquisadora demonstra, através de exemplos retirados do aplicativo *Whatsapp*, que os interlocutores podem, num alto nível de interatividade, controlar ou reagir a textos que circulam no ambiente digital, seja editando-os, excluindo-os ou compartilhando-os. Por sua vez, o caráter dialogal diz respeito à possibilidade que os interlocutores têm de realizar trocas de turno no contexto digital. Na rede social *Instagram*, por exemplo, o caráter dialogal da interação pode ser observado nos comentários exibidos no *feed*, como também nas mensagens de *direct* e nas reações aos *stories*. O terceiro nível apontado, o da sincronidade, trata do tempo de resposta fornecido pelos interlocutores em uma interação. Em uma mídia como o *Whatsapp*, interpreta-se o tempo de resposta a uma pergunta como fator determinante para a interatividade. Assim, quanto menor o tempo de resposta, maior será o nível de engajamento na interação.

fixas e móveis, sons, cores, etc.) como característica fundamental – assumindo, inclusive, um valor argumentativo –, o anúncio do início do século XX, por sua vez, tem o texto verbal e a sequência descritiva como aspectos predominantes. Tal fenômeno é assinalado, inclusive, por Sena (2014) em sua dissertação de mestrado. Ao analisar exemplares desse gênero destinados ao público feminino, a autora constatou, por exemplo, que os textos verbais pertencentes àqueles anúncios publicados no século XX eram mais longos do que os textos verbais do século XXI. Além disso, nesses últimos, o texto não verbal passou a ganhar cada vez mais espaço, fato que tem modificado a maneira como o gênero tem sido produzido, circulado e consumido atualmente

Reconhecemos que a classificação dos processos de reelaboração operada por Zavam (2017) é bastante útil para os estudos de gêneros, especialmente porque, ao retomar o conceito bakhtiniano de reelaboração, desdobrando-o em diferentes categorias analíticas, a autora o torna mais refinado teórica e metodologicamente. Portanto, a autora amplia e operacionaliza esse conceito, e, mesmo que suas reflexões não estejam especificadas no pensamento bakhtiniano, elas se mostram coerentes com as postulações do filósofo russo. Costa (2010)¹⁹ também destaca a utilidade e aplicabilidade dessa classificação, mas levanta algumas ponderações no que diz respeito à chamada reelaboração criadora. De acordo com o pesquisador, ao se referir a essa instância como sendo a atividade assegurada pela possibilidade que, em princípio, todo gênero tem de dar origem a novos gêneros, Zavam (2017) não dá maiores pistas quanto ao que se pode chamar de *novos gêneros*. Diante disso, o pesquisador propõe ampliar as discussões sobre o tema, e, para tanto, introduz os conceitos de *gêneros emergentes* e *gêneros standardizados*.

A respeito dos gêneros emergentes, o autor os define como tipos de enunciados nascidos preferencialmente (mas não apenas) sob o signo das tecnologias digitais. Em seu processo formativo, esses gêneros podem remeter a diversos gêneros precedentes – e dos quais herdam alguns traços formativos (a exemplo do blog estudado por Miller (2012) e apresentado anteriormente) –, ou introduzir novos gêneros nas plataformas ou ambientes de comunicação em que se inserem, sem a existência de uma contraparte (como o cartaz virtual²⁰ (Paveau, 2021)). Portanto, falar de *novos gêneros* é apontar para a emergência de artefatos que, embora prioritariamente ligados a tipos de enunciados preexistentes, despontam como novos

¹⁹ Em sua pesquisa, o autor recorre ao trabalho doutoral de Aurea Zavam (defendido em 2009). Nesta dissertação, optamos pela leitura e discussão da versão em livro (publicada no ano de 2017) da tese da autora. Assim, nas citações feitas por Costa (2010) à pesquisa de Zavam, empregamos o ano de 2017, em acordo com a versão do trabalho utilizada por nós.

²⁰ Dispositivo fotográfico nativo da internet, geralmente empregado nos discursos militantes, composto por uma mensagem escrita num cartaz, o corpo daquele que segura o cartaz e a publicação on-line desse conjunto.

aos olhos dos grupos sociais que os utilizam.

No polo oposto, os gêneros estandardizados são definidos como tipos de enunciados cuja presença, utilização e aceitação é consensual ou, ao menos, relativamente estável, entre os membros da comunidade que os utilizam. Passado o estágio de emergência, todo novo gênero se encaminha para uma fase de estabilização (ainda que nunca permaneça igual ao longo de sua formação), tornando-se, assim, parte dos conhecimentos sociais, cognitivos e discursivos dos grupos sociais. Frente a essas considerações, Costa (2010) questiona se todo gênero resultante de uma reelaboração criadora é um gênero emergente. No seu entender, uma resposta positiva seria uma hipótese redutora, uma vez que alguns gêneros, ao serem reelaborados criativamente, originam gêneros que podem ser classificados num *continuum* entre gêneros emergentes e gêneros estandardizados. É o caso do comentário on-line, texto produzido pelos internautas na web a partir de um texto primeiro que, atravessado pelas potencialidades das mídias nas quais é materializado (blogs, redes sociais, sites de imprensa, etc.), possibilita novas maneiras de interação no contexto digital (Paveau, 2021).

Os postulados bakhtinianos já apontavam, conforme mostrado por nós em momento anterior, que os gêneros do discurso, no decorrer de seu processo de constituição e mudança, ao mesmo tempo que conservam elementos do seu passado, estão em permanente renovação e atualização. Flagrada por Bakhtin (2010) em seu estudo sobre a obra de Dostoiévski, essa tensão existente entre o velho e o novo, entre o que é conhecido e o que é emergente, também é assinalada por Zavam (2017) em seu modelo dos processos de reelaboração dos gêneros do discurso e, posteriormente, na proposta de ampliação desse esquema por Costa (2010). A respeito dessa questão, acreditamos que esse último autor contribui significativamente para as discussões empreendidas pelos demais pesquisadores ao mostrar, com a introdução dos conceitos de *gêneros emergentes* e *gêneros estandardizados*, a complexidade subjacente aos chamados *gêneros novos*, principalmente, mas, não exclusivamente, no tocante àqueles surgidos no contexto digital. Nessa perspectiva, falar de reelaboração é falar de um processo criador de gêneros distintos do original, sem desconsiderar, no entanto, o fato de que os gêneros reelaborados, por estarem sujeitos a uma gradação (*continuum*) entre o polo emergente e o polo estandardizado, nem sempre são necessariamente novos. Por isso, o pesquisador diz haver gêneros com *inclinação* estandardizada ou emergente, indicando, assim, que tais distinções não são absolutas e nem facilmente demarcáveis.

Tendo em vista nosso interesse em compreender o papel dos gêneros discursivos, em especial a nota de repúdio, nas atividades languageiras na sociedade contemporânea, trouxemos para cena as reflexões desenvolvidas pelo Círculo de Bakhtin, posto que elas

continuam a desempenhar importante papel na maneira como os estudiosos veem e pensam os gêneros, a exemplo do trabalho de Zavam (2017), que nos permitiu observar os diferentes processos de reelaboração pelos quais os gêneros discursivos podem passar em sua evolução histórica. Apresentada a perspectiva sociodiscursiva do Círculo de Bakhtin, a seguir, trazemos as postulações teóricas das abordagens sociorretóricas. Primeiramente, discutimos sobre o conceito de gênero como ação social, conforme encontrado nos Estudos Retóricos de Gêneros (ERG) de Carolyn R. Miller e Charles Bazerman; na sequência, trazemos a proposta do Inglês para Fins Específicos (*English for Specific Purposes* – ESP), da qual destacamos, a partir dos trabalhos de John Swales, os conceitos de gênero, propósito comunicativo e o modelo CARS para análise retórica de gêneros.

2.2 A perspectiva dos Estudos Retóricos de Gêneros

Como lembram Coelho (2014) e Mateus (2018), durante séculos, o pensamento filosófico, pelas mãos do cristianismo e do racionalismo cartesiano, considerou a retórica e a argumentação dialética artifícios perniciosos, ou, ao menos, inúteis e vazios, empregados por oradores hábeis para a manipulação e enganação dos seus interlocutores. Para René Descartes, idealizador do método cartesiano, por exemplo, as argumentações contraditórias e probabilísticas seriam impossíveis, posto que, para ele, a evidência seria a característica da razão e tudo em que se pudesse imaginar a menor dúvida deveria ser rejeitado como absolutamente falso. Em contraste com o racionalismo de Descartes, as ideias apresentadas no *Tratado de argumentação: nova retórica* ([1966] 2014), de autoria de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, possibilitaram uma reabilitação e renovação dos conhecimentos e princípios da Retórica Clássica. Ao proporem uma Nova Retórica, os autores adotam, ampliam e reformulam diferentes noções da tradição clássica, a exemplo da ideia de auditório (que passa a ser distinguido em auditório interno e universal) e da preocupação em torno dos conceitos de persuasão e convencimento. Além disso, outra questão importante apontada pelos autores diz respeito à ênfase dada, em suas reflexões, ao exame de textos escritos.

A partir dos anos 1960, a perspectiva teórica da Nova Retórica vai desempenhar importante papel no ensino de escrita nos Estados Unidos, sobretudo nas pesquisas desenvolvidas no âmbito dos ERG. Segundo Miller (2012), a obra *Rhetorical Criticism* (1965), de Edwin Black, representa uma importante virada nos estudos retóricos no contexto norte-americano. Para Black, a atenção retórica, em vez de enfatizar os discursos únicos de falantes únicos (como o da oratória política), deveria estar voltada para o exame das

“‘congregações’ de discurso que são similares quanto às situações em que ocorrem, às estratégias em que empregam e aos efeitos que provocam sobre suas audiências através do tempo” (Miller, 2012, p. 14). Tendo como propósito o ensino de produção textual, especialmente para falantes nativos de inglês nos cursos superiores, nos ERG, mais do que artefatos linguísticos e discursivos, gêneros são vistos como uma espécie de hábito e acordo discursivo e cognitivo que firmamos para a ação em sociedade.

Entre as obras fundamentais para as formulações teóricas desse campo de pesquisas, destaca-se o ensaio “Gênero como ação social” (*Genre as Social Action*), de autoria da professora emérita de retórica e de comunicação técnica Carolyn R. Miller. Publicado originalmente em 1984, nesse trabalho, Miller propõe que os gêneros funcionam como resposta a situações retóricas recorrentes, comparáveis e definidas socialmente. De caráter pragmático, pois toma a prática retórica como princípio classificador de discursos em gêneros, a tese da autora repousa na ideia de que uma definição retórica de gênero deve estar centrada não na substância ou na forma do discurso, mas na ação retórica que é realizada por meio do gênero. Diante disso, examina a relação entre gênero e situação recorrente, buscando mostrar como os gêneros podem representar uma ação retórica típica.

Apoiada na teoria de Lloyd F. Bitzer (1968)²¹, Miller defende que práticas retóricas – tais como os discursos inaugurais, elogios fúnebres, discursos jurídicos e outros semelhantes – têm formas convencionais porque surgem em situações com estruturas e elementos similares e porque os interlocutores respondem de modo similar, tendo aprendido de um precedente o que é apropriado e que efeitos suas ações terão sobre outras pessoas. Logo, os gêneros são respostas a demandas situacionais, um complexo de traços formais e substantivos que cria um efeito particular numa dada situação. Mais que uma entidade formal, o gênero, “se torna pragmático, completamente retórico, um ponto de ligação entre intenção e efeito, um aspecto da ação social” (Miller, 2012, p. 24). Se em Bitzer a situação retórica é apresentada como um fenômeno materialista e objetivo, em Miller, por outro lado, situações são uma estrutura semiótica, construções sociais e intersubjetivas. Para a autora, cada enunciação é única e irrepetível, por isso, o que recorre não é uma situação material, mas nossa interpretação de situações que, de alguma forma, são comparáveis, similares ou análogas a outras situações.

Diretamente relacionados a essa discussão estão os conceitos de exigência e tipificação. Sobre o primeiro, Miller (2012) deixa claro que, dentro do seu quadro teórico,

²¹ BITZER, Lloyd F. The Rhetorical Situation. *Philosophy and Rhetoric*, Pennsylvania, vol. 1, n. 1, p. 1-14, 1968.

esse conceito não pode ser compreendido como intenção do falante ou escritor. Localizada no mundo social, não numa percepção privada nem numa circunstância material, na visão milleriana, a exigência é uma forma de conhecimento e necessidade social, uma interpretação mútua de objetos, eventos, interesses e propósitos. Para a pesquisadora, importa observar a exigência não como intenção particular e individual de um sujeito, mas como motivo social e conhecimento social. O segundo conceito, o de tipificação, diz respeito à ideia de recorrência das situações retóricas. Em função das similaridades e dos padrões recorrentes com os quais deparamos em nossas práticas discursivas, vão-se armazenando em nossa memória discursiva e cognitiva um “estoque de conhecimentos” que nos permite interpretar uma situação como um tipo. Indispensáveis para o engajamento e interação social, os gêneros são vistos como tipos de discursos convencionais e estabilizados socialmente, ou seja, respostas às exigências das situações retóricas recorrentes.

Vemos, assim, que o compartilhamento das convenções genéricas é indispensável para o engajamento e a interação social, caso contrário, como já apontava Bakhtin (2016), se tivéssemos, a cada vez no processo da fala ou escrita, que inventar os gêneros do discurso, a troca verbal seria quase impossível. Nesse sentido, gêneros são artefatos culturais e históricos, respostas à diversidade e exigência de situações típicas da comunicação discursiva. Logo, porque se fundam em situações recorrentes, podemos reconhecer um elogio fúnebre, um manual técnico, um artigo científico, uma nota de repúdio e assim por diante. A recorrência de traços formais e estruturais pode, nesse sentido, ser tomada como critério para a classificação de tipos de discurso em gênero. Entretanto, convém esclarecer que, para Miller (2012), o estudo de gêneros é valioso não porque pode permitir a criação de taxonomias ou o reconhecimento de elementos estruturais para classificações estáticas, mas porque enfatiza a relação entre os aspectos sociais e históricos da retórica. Assim como pudemos observar em Bakhtin (2016), a autora também defende que o conjunto de gêneros de uma sociedade constitui uma classe aberta, diversa e dinâmica, com novos membros evoluindo, velhos membros decaindo.

No que concerne à relação entre gênero, comunidade retórica e cultura, lembramos que no artigo “Comunidade retórica: a base cultural dos gêneros” – publicado originalmente em 1994 –, Miller retoma algumas de suas discussões anteriores para afirmar que uma cultura pode ser caracterizada por meio de seu conjunto de gêneros. Nessa perspectiva, podemos dizer, em diálogo com Miller, que o conjunto de gêneros representa um sistema de ações e interações que possui funções e lugares sociais específicos – assim como valor ou função recorrente –, o que “sugere uma relação entre particularidades materiais, *instanciações* de um

gênero em atos individuais e sistemas de valor e significação” (Miller, 2012, p. 47, grifo da autora). Dessa discussão, a questão geral gravita em torno da necessidade de se entender a relação entre, de um lado, as ações particulares de sujeitos individuais e, do outro lado, a influência abstrata de uma cultura, sociedade ou instituição.

Para responder a essa problemática, bem como para refinar seu conceito de gênero e de comunidade retórica, Miller (2012) toma como base a chamada Teoria da Estruturação, conforme proposta pelo sociólogo inglês Anthony Giddens²². Para esse autor, estrutura é o conjunto de regras e de recursos que ajudam a constituir e regular as relações sociais no tempo e no espaço. Enquanto as regras são constitutivas e normativas, isto é, organizam as interações e ações sociais – que tomam a forma de práticas estruturadas por ocorrerem de modo semelhante e regular; os recursos, por sua vez, são os meios materiais ou de autoridade pelos quais as regras se realizam. Ao desenvolver essa questão, Giddens (1984) vai se contrapor ao tradicional dualismo das teorias da ação – que observava os agentes e as estruturas como dois conjuntos de fenômenos independentes – e propor, no seu lugar, a noção de dualidade da estrutura, expressão usada para significar que estrutura é, ao mesmo tempo, meio e fim, recurso e produto das condutas sociais que ela organiza recursivamente. No entender de Miller (2012, p. 49), “a estruturação serve, portanto, como nexos explicativo entre indivíduos e coletividade, quer dizer, entre a concretude e particularidades da ação e a abstração e a longevidade das instituições”.

Na teoria de Carolyn Miller, a forma composicional modela a resposta do leitor ou ouvinte à substância ao fornecer instruções sobre como perceber e interpretar a situação retórica; no entanto, quando aprendemos um gênero, aprendemos não somente um padrão de formas ou um método para realizar nossos propósitos: aprendemos que propósitos podemos ter; que podemos (ou devemos), como agentes em nosso próprio interesse ou no interesse de outros, louvar, pedir desculpas, repudiar algum ato que fira nossos valores. Tendo em vista esse posicionamento, para o analista de gêneros, os estudos dos usos típicos da retórica e das formas que ela assume podem servir tanto como índice para se compreender padrões de uma cultura ou de um período histórico quanto como ferramenta para a exploração das realizações de falantes e escritores. Além disso, esses saberes são importantes para o estudante na medida em que lhe permite entender como participar das ações de sua comunidade.

Os postulados teóricos de Charles Bazerman também têm desempenhado importante papel nos ERG. Dialogando com a perspectiva de Carolyn R. Miller – principalmente no que

²² GIDDENS, Anthony. **The constitution of society**: outline of the theory of structuration. Berkeley: University of California Press, 1984.

diz respeito à noção de gênero como ação social e aos processos de tipificação –, o autor estadunidense defende que a escrita é uma importante forma de organização e participação social, um meio para a produção, uso e disseminação de conhecimento. Relevante para as práticas de letramento (escrita e leitura) no contexto escolar e acadêmico, o conceito de gênero, nesse sentido, “pode nos falar da mente, da sociedade, da linguagem e da cultura e até da organização e do funcionamento das leis e da economia, como também de muitos outros aspectos da vida letrada moderna” (Bazerman, 2011a, p. 10). Por isso, recusando o formalismo e sustentando uma visão sociodiscursiva de escrita, o pesquisador sugere que gênero, mais do que um construto puramente formal (textual e linguístico), é uma forma de vida, uma ação social tipificada, identificável e reconhecível, pela qual os sujeitos podem tornar suas intenções e sentidos inteligíveis para os outros.

De acordo com Bazerman (2011b), a definição de gêneros como apenas um conjunto de traços textuais, além de ignorar o papel dos indivíduos no uso e na construção de sentidos, ignora também as diferenças de percepção e compreensão; o uso criativo da comunicação para atender novas necessidades; e a mudança no modo de compreender o gênero com o passar do tempo. Não cabe, portanto, numa abordagem de gêneros, a ideia de sujeito como um agente passivo, sem interesses pessoais e experiências anteriores; nem a ideia de gênero como uma forma típica estática, cristalizada no tempo. O que uma teoria de gêneros precisa, na ótica do autor, é “incorporar a criatividade improvisatória das pessoas na interpretação de suas situações, na identificação de suas metas, no uso de novos recursos para alcançá-las e na transformação das situações através de seus atos criativos” (Bazerman, 2011a, p. 10). Precisa, além disso, considerar o fato de que o gênero é uma categoria sócio-histórica sempre em mudança, ou seja, uma forma interacional tipificada, reconhecível, mas cambiante.

Ao defender que o ensino de escrita deve valorizar a criatividade, os interesses e conhecimentos prévios dos alunos e de seus interlocutores, bem como a variedade e dinamicidade dos gêneros do discurso, Charles Bazerman se afasta de uma visão de gênero que consideramos formalista e limitadora – por dar maior atenção às questões textuais de um número restrito de gêneros, tal como observado nos tradicionais estudos literários –, e se aproxima, por outro lado, dos desenvolvimentos da linguística, da retórica, da psicologia e da sociologia, que ampliam essa visão dos estudos literários ao incorporarem uma preocupação com o histórico e o psicossocial às teorias de gêneros. Nessa perspectiva mais alargada, Bakhtin (2016), por exemplo, diz que a configuração genérica pode regularizar os objetivos dos sujeitos, sua postura emocional em relação a esses objetivos e sua relação com outros sujeitos do discurso. Ralph Cohen, outro pesquisador citado por Bazerman (2011a),

argumenta, por sua vez, que, assim como os gêneros mudam, mudam também as expectativas e as formas como os interlocutores percebem socialmente os gêneros.

As teorias socioestruturais e sociopsicológicas de gêneros têm implicações ao mostrarem que as situações discursivas nas quais os sujeitos devem falar de modo reconhecível e apropriado se configuram como espaços definidos sócio-historicamente e que os gêneros, como parte de processos de atividades socialmente organizadas, são fenômenos de reconhecimento psicossocial. Para Bazerman (2011a), o que emerge desses vários estudos é que os gêneros constituem um recurso rico e multidimensional que nos ajuda a localizar nossa ação discursiva em relação a situações altamente estruturadas. Além de tipificar formas textuais, ao criarmos gêneros, tipificamos também nossa compreensão padronizada de determinadas situações e o modo como realizamos certas ações em determinadas circunstâncias. Assim, “os gêneros, da forma como são percebidos e usados pelos indivíduos, tornam-se parte de suas relações sociais padronizadas, de sua paisagem comunicativa e de sua organização cognitiva” (Bazerman, 2011a, p. 28).

Os ERG – aqui representados pelos trabalhos de Carolyn R. Miller e Charles Bazerman –, corroboram com nosso entendimento de que um estudo de gêneros que considera a análise textual em si mesma, em detrimento dos aspectos sociais, discursivos e interacionais, mostra-se insuficiente para a compreensão do porquê o discurso se manifesta da forma como o faz, isto é, em padrões passíveis de identificação. Fundamentados, pois, nas formulações teóricas desses autores, interessa-nos entender, por exemplo, quais ações sociais a nota de repúdio realiza; em que circunstâncias típicas da comunicação discursiva surge e circula; quem são seus interlocutores; quais comportamentos e valores culturais recorrentes da comunidade retórica podem ser evidenciados através do estudo desse gênero. Observadas numa perspectiva diacrônica, as respostas a esses questionamentos nos ajudarão a conhecer melhor as práticas languageiras (textuais e discursivas) realizadas no contexto cearense. Nesse sentido, também destacamos as proposições teórico-metodológicas de John M. Swales, sobretudo suas investigações a respeito dos propósitos comunicativos e da organização retórica dos gêneros do discurso. Dito isso, passamos, a seguir, à discussão sobre a proposta desse autor.

2.3 A perspectiva do Inglês para Fins Específicos de John Swales

Para desenvolver sua definição de gênero, Swales (1990) esclarece, antes de tudo, que atualmente esse termo tem sido utilizado para se referir a distintas categorias de discurso

falado ou escrito, indo além, portanto, de um posicionamento estritamente literário ou retórico. Esse fato é apresentado positivamente pelo autor, pois, segundo ele, expande os sentidos do termo para outros campos de atividade, dando-lhe, assim, maior independência. Contudo, Swales (1990) se mostra preocupado com um problema teórico-aplicado recente que é o de associar gênero apenas à ideia de fórmula, um mecanismo de construir e interpretar textos. Para ele, uma análise de gêneros não deve se reduzir ao estudo dos seus elementos linguísticos, uma vez que os aspectos contextuais e discursivos assumem igual importância na atividade de reconhecimento e na eficaz comunicação através de gêneros em quaisquer situações comunicativas. Como meio de delinear seu caminho teórico e orientar a prática de ensino de produção textual, sobretudo de estudantes do Inglês para Fins Específicos, Swales (1990) se vale, então, do conceito de gênero conforme utilizado em quatro campos distintos: o dos estudos folclóricos, literários, linguísticos e retóricos.

De acordo com Swales (1990), o conceito de gênero tem se mantido central nos estudos folclóricos desde os trabalhos pioneiros, no início do século XIX, sobre os mitos, lendas e contos populares germânicos pelos Irmãos Grimm. Nesse campo, o autor verificou um número de perspectivas a partir das quais essa noção é considerada. A primeira diz respeito à importância de gênero como uma categoria classificatória, isto é, como ferramenta de pesquisa que permite o arquivamento de textos pertencentes a diferentes gêneros, a exemplo de uma história que pode ser classificada como um mito, uma lenda ou um conto. Além disso, Swales (1990) mostra que uma série de estudos folclóricos têm visto os gêneros como formas permanentes, mas que podem sofrer mudanças no seu uso e papel na sociedade. Sobre isso, o pesquisador diz ainda que, para muitos folcloristas, gêneros como o mito, a lenda e o conto popular não são rotulados de acordo com a forma narrativa, mas pelo modo como essas narrativas são recebidas pela comunidade. Diante disso, para o autor, as lições que se podem tirar dos estudos folclóricos são: i) classificar gêneros pode ter uma utilidade em termos de oferecer uma tipologia; ii) uma comunidade percebe os gêneros como meio para alguma finalidade; e iii) a percepção que a comunidade tem sobre como interpretar um texto é de grande importância para o analista de gêneros.

Sobre os estudos literários, Swales (1990) destaca que, nesse campo, críticos e teóricos da literatura, embora compreendam os gêneros como artefatos permanentes, enfatizam em suas análises não a permanência das formas em si – como fazem os folcloristas em seus estudos –, mas, sim, a possibilidade de os gêneros desviarem de sua estabilidade e transgredirem suas formas padronizadas. Portanto, nessa perspectiva, tais pesquisadores estão interessados em mostrar que as escolhas individuais dos autores, ao quebrarem as convenções,

estabelecem, com isso, um significado e a originalidade da sua obra. Além disso, ao trazer para a discussão o posicionamento de Tzvetan Todorov sobre essa questão, Swales (1990) chama nossa atenção para o fato de os gêneros não necessariamente deixarem de existir porque sofreram mudança, mas que as mudanças só são possíveis em virtude da existência de convenções prévias. Por fim, cabe destacar que as reflexões desenvolvidas no campo dos estudos literários vão diretamente ao encontro dos objetivos e propósitos teóricos de Swales (1990), na medida em que evidenciam o caráter instável e evolutivo dos gêneros discursivos, bem como o fato de que as transformações podem decorrer de fatores tanto contextuais como sociais, a exemplo dos papéis e lugares discursivos assumidos pelos autores nas diferentes situações de produção discursiva.

Por sua vez, em relação ao campo dos estudos linguísticos, Swales (1990) comenta haver certa relutância por parte dos pesquisadores desta área em utilizar o termo gênero, em parte, porque nesse campo há uma tendência a se fazer uma análise linguística ao nível da frase e não ao nível do texto – ao contrário dos estudos de gêneros –, e, em parte, pelo fato de gênero ser um termo de arte intimamente associado aos estudos literários. De qualquer forma, linguistas que seguem uma linha etnográfica ou sistêmico-funcional têm se dedicado a refletir sobre a noção de gênero. No primeiro caso, Swales (1990) lembra dos trabalhos de Saville-Troike, para quem o termo gênero se refere a tipos de eventos comunicativos, a exemplo da piada, dos cumprimentos e da conversação. Além disso, para essa autora, interessa compreender como esses eventos comunicativos são geralmente tipificados e rotulados pela comunidade discursiva, pois esses dados podem revelar quais elementos do comportamento verbal a comunidade considera, em termos sociolinguísticos, como mais salientes. Já na vertente sistêmico-funcional, representada pela figura de Michael Halliday, gênero é visto em relação ao conceito de registro, compreendido como a variação no uso da linguagem. Nesse cenário, Swales (1990) endossa a ideia de James Robert Martin de os gêneros apresentarem certas combinações das três variáveis e realizarem propósitos sociais através de recursos linguísticos e discursivos, cuja análise integrada possibilita o seu reconhecimento e estudo.

Por último, outro campo que traz contribuições para a análise de gêneros, conforme apresentado por Swales (1990), é o dos estudos retóricos. Nesse cenário, o autor mostra que desde Aristóteles a retórica tem se interessado em classificar os diversos tipos de discursos, e, como exemplo disso, cita a proposta de James L. Kinneavy em classificar os discursos em quatro tipos: o expressivo, o persuasivo, o literário e o referencial. Assim, um discurso será classificado como um tipo particular de acordo com o elemento que receber maior destaque no processo comunicativo. Por exemplo, o discurso é classificado como expressivo se o foco

estiver no remetente; persuasivo, se no receptor; literário, se na forma linguística; e referencial, se o objetivo for representar as realidades do mundo. Entretanto, pelo fato de essa abordagem não considerar o papel do contexto na análise, Swales (1990) prefere se alinhar às ideias de Carolyn R. Miller, para quem, conforme discutimos na seção anterior, uma definição retoricamente válida de gênero deve estar centrada não na substância ou na forma de discurso, mas na ação social usada para realizar o gênero.

A partir das concepções encontradas em cada um desses quatro campos, Swales (1990) elabora, então, a sua própria definição de gênero, construída com base em cinco características. A primeira delas aponta para a ideia de *classe*. De acordo com o autor, gênero é uma classe de eventos comunicativos realizados por meio da linguagem verbal, sendo o evento comunicativo constituído não apenas pelo discurso e seus participantes, mas também pela função e ambiente em que esse discurso é produzido e recebido. A segunda característica diz respeito ao *propósito comunicativo*, considerado por Swales (1990) como critério privilegiado na identificação dos gêneros. Para o pesquisador, os propósitos podem ser de difícil identificação, porque são menos visíveis (linguisticamente) e demonstráveis que a forma textual, no entanto, esse critério mantém sua primazia na análise, uma vez que leva os analistas de gêneros a empreenderem uma investigação mais cuidadosa e livre de classificações superficiais baseadas em características estilísticas e crenças pré-estabelecidas. Ainda sobre essa segunda característica, Swales (1990) diz ser possível encontrar gêneros que realizam conjuntos de propósitos comunicativos, e cita como exemplo uma transmissão de notícias, que pode tanto ter o propósito comunicativo de informar o público, como ter o propósito de formar a opinião de sua audiência, modificar os comportamentos das pessoas ou apresentar seus controladores e patrocinadores sob uma luz favorável.

Após a publicação de *Genre Analysis: English in academic and research settings* (1990), Swales foi aos poucos modificando os conceitos-base de sua teoria, tendo em vista algumas limitações iniciais. Em um artigo escrito em coautoria com Inger Askehave, os autores vão dizer, a respeito do propósito comunicativo, que ele pode ser bastante indefinido em um gênero, e, sendo menos visível (linguisticamente) do que a forma composicional, dificilmente servirá como um critério básico e fundamental para a identificação e categorização inicial dos discursos como pertencentes a determinados gêneros (Askehave; Swales, [2001] 2009). Diante disso, uma possível solução seria descartar completamente o conceito, como fazem Halliday e Hasan; ou restringi-lo, como Martin, ao que é básico, transparente e oficialmente reconhecido pelos usuários. A partir dessas reflexões, Askehave e Swales ([2001] 2009) sugerem que se mantenha o status privilegiado do propósito

comunicativo, não como método imediato e rápido para identificar os gêneros, mas como um critério valioso em função do resultado final da investigação. Para isso, propõem, então, dois procedimentos de análise de gêneros, que podem variar a depender da orientação seguida pelo investigador, a saber: i) um procedimento mais linguístico, ou seja, orientado pelo texto; ou ii) um procedimento contextual, a partir do entorno enunciativo.

Em um estudo orientado pelo texto, o propósito comunicativo é examinado juntamente com i) a estrutura, ii) o estilo e iii) o conteúdo do gênero. Já numa análise baseada na abordagem contextual, o propósito comunicativo mantém sua relevância, mas o analista precisa, primeiro, examinar a comunidade discursiva, descrever seus comportamentos, valores e seu repertório de gêneros para, assim, poder distinguir que funções cada exemplar exerce socialmente. Os dois procedimentos valorizam a natureza dinâmica e evolutiva dos gêneros, e, por isso, Askehave e Swales ([2001] 2009) argumentam que, em vez de fazer um estudo centrado no texto, o analista de gêneros precisa considerar extensivamente o texto em seu contexto de produção e consumo. Nesse sentido, o propósito comunicativo, assim como o gênero, seria definido somente ao final da análise, quando os resultados da pesquisa levariam, a partir da consideração do entorno discursivo, à redefinição dos gêneros quanto aos seus propósitos. Em sintonia com essa perspectiva, em nosso estudo, vamos investir tanto na análise dos aspectos linguísticos/textuais (conteúdo, norma e forma) quanto dos aspectos contextuais (ambiência (percurso histórico), interlocutores e finalidade)²³ que envolvem a produção e a circulação do gênero nota de repúdio.

Como categoria de análise, o propósito comunicativo, sobretudo a partir das discussões empreendidas por Swales (1990) e Askehave e Swales ([2001] 2009), continua a desempenhar papel importante nas teorias de gênero, a exemplo do arcabouço teórico-metodológico para o estudo diacrônico de gêneros desenvolvido por Zavam (2017), do qual nos valemos em nossa investigação do percurso sócio-histórico e político da nota de repúdio. Nesse trabalho, ao lado das categorias tempo e espaço; lugar e papel social, a autora toma o propósito comunicativo como uma categoria analítica situada na dimensão contextual. De acordo com a pesquisadora, a inclusão do propósito comunicativo em sua proposta se justifica porque: 1) ainda que não deva ser tomado como categoria central na definição de um gênero, o propósito comunicativo continua sendo um critério valioso para quem busca compreender melhor as ações sociais corporificadas por meio verbal; 2) o propósito comunicativo e o

²³ As seis categorias apresentadas correspondem aos fenômenos linguísticos textuais elegidos por Zavam (2017) em sua proposta teórico-metodológica para um estudo diacrônico de gêneros. Essa abordagem será apresentada na seção 2.4.

contexto (cultural e situacional) guardam uma estreita relação de imbricação, isto é, o propósito de um texto é identificado junto ao estudo do contexto de produção e uso desse texto; 3) o propósito comunicativo é uma categoria percebida pelos próprios usuários e constitui, com efeito, o fundamento lógico do gênero discursivo.

Investigando os propósitos comunicativos de editoriais de jornais cearenses dos séculos XIX e XX – contrastando-os com textos do século XXI –, Zavam (2017) identificou nesse gênero outras funções além daquela de representar o posicionamento crítico do jornal. Assim, sua pesquisa mostrou que esse gênero igualmente atendia aos objetivos de: 1) atacar ou defender-se de ataques; 2) criticar a atuação do governo (quando este não fosse do mesmo partido dos redatores/proprietários do jornal); 3) enaltecer ações do governo ou de seus administradores (quando convinha aos redatores/proprietários do jornal); 4) defender os interesses do grupo político-econômico a que redatores/proprietários do jornal estivessem filiados; 5) levar os interlocutores a aderir à causa que defendiam (no caso de jornais religiosos); e 6) cobrar ações do governo. Diante desses dados, em diálogo com a postura adotada por Askehave e Swales ([2001] 2009), afirmamos, em síntese, que o propósito comunicativo se mantém como um aspecto discursivo teoricamente relevante para a análise de gêneros, tendo em vista possibilitar ao analista compreender as funções sociais desses artefatos culturais e históricos.

Sobre o propósito comunicativo, lembramos ainda que essa noção aparece também na discussão que Swales (1990) faz a respeito do conceito de *comunidade discursiva*²⁴. Em sua proposta analítica, o autor afirma que, para identificar um grupo de indivíduos como uma comunidade discursiva, a primeira característica que o analista deve observar é o *conjunto de objetivos que os usuários dos gêneros mantêm em comum*. De acordo com Swales (1990), esses objetivos podem estar formalmente inscritos em documentos ou podem estar subentendidos. Além disso, em uma comunidade discursiva como o Senado e o Parlamento, pode haver divergências entre os seus membros, mas é necessário que haja objetivos comuns entre os grupos adversários, caso contrário, a comunidade discursiva pode se fragmentar. Posteriormente, atendendo a críticas de diferentes analistas, que, entre outras questões, mostravam discordância ante a concepção de comunidade discursiva como um grupo

²⁴ Na pesquisa que aqui desenvolvemos, não vamos nos valer do conceito de comunidade discursiva, mas acreditamos ser importante trazê-lo aqui, uma vez que constitui elemento fundamental na proposta de Swales (1990), além do fato de ser uma noção que está estreitamente relacionada com o conceito de propósito comunicativo, categoria relevante para nós. Para uma melhor compreensão teórica e aplicada do conceito de comunidade discursiva, indicamos a leitura dos trabalhos de Bernardino (2000) sobre o gênero depoimento e a comunidade discursiva dos alcoólicos anônimos; Araújo (2003) sobre o gênero *chat* e a comunidade discursiva dos Tananans; e Catunda (2004) sobre o gênero jurídico acórdão e a comunidade jurídica.

homogêneo, verdadeiro e estável, Swales irá reformular esse conceito. Mantendo o propósito comunicativo como uma categoria de análise importante, mas tratando-o de maneira mais complexa, Swales (2009, p. 207) dirá, então, que uma comunidade discursiva “possui um conjunto perceptível de objetivos [que] podem ser formulados pública e explicitamente e também podem ser, no todo ou em parte, aceitos pelos membros; podem ser consensuais; ou podem ser distintos, mas relacionados [...]”²⁵. Com esse ajuste, passa-se a considerar a possibilidade de existir conflitos e discordâncias entre os membros da comunidade discursiva, especialmente no tocante aos objetivos do grupo e dos gêneros praticados no seu interior.

Apresentado o propósito comunicativo, de acordo com Swales (1990), o *terceiro* elemento característico dos gêneros é a *prototipicidade*. Para classificar uma classe de eventos comunicativos como pertencente a determinado tipo de gênero, além do propósito comunicativo, usuários e pesquisadores também podem se valer de outros dois mecanismos: a abordagem de *definição* e a abordagem de *semelhança familiar*. Na primeira, um texto será identificado como exemplar de um gênero se possuir as propriedades especificadas na definição desse gênero. Por exemplo, um artigo científico, de modo geral, produzido em quaisquer das culturas disciplinares – linguística, história, física, química etc. – pode ser definido em termos de ser um gênero acadêmico, apresentar um título, um resumo, palavras-chave, introdução, discussão teórica, procedimentos metodológicos, resultados e discussões, considerações finais e referências bibliográficas. Na abordagem de *semelhança familiar*, o texto é classificado como pertencente ao gênero pela sua semelhança com outros textos da família do gênero. Nessa perspectiva, os exemplares mais comuns da categoria são os protótipos, isto é, aqueles que são com maior facilidade reconhecidos pelos usuários. Assim, além do propósito comunicativo, a forma, a estrutura e as expectativas da audiência também atuam para classificar um exemplar como prototípico de um gênero.

A *quarta* característica do gênero é a sua *razão* ou *lógica subjacente*. Responsável por facilitar a atividade de reconhecimento, produção e recepção dos textos e discursos pelos interlocutores, para Swales (1990), a razão do gênero está diretamente relacionada com os propósitos comunicativos da comunidade discursiva na qual esse gênero é empregado. Nesse sentido, o autor nos diz que o reconhecimento dos propósitos comunicativos pelos membros

²⁵ Além do conjunto perceptível de objetivos, uma comunidade discursiva: possui mecanismos de intercomunicação entre seus membros; usa mecanismos de participação para uma série de propósitos (para prover o incremento da informação e do feedback; para canalizar a inovação; para manter os sistemas de crenças e valores da comunidade; e para aumentar seu espaço profissional); utiliza uma seleção de gêneros para alcançar seu conjunto de objetivos e para praticar seus mecanismos participativos (eles frequentemente formam conjuntos ou séries); já adquiriu e ainda continua buscando uma terminologia específica; e possui uma estrutura hierárquica explícita ou implícita que orienta os processos de admissão e de progresso dentro dela (Swales, 2009).

experientes, aprendizes ou mesmo por não-membros da comunidade fornece a razão subjacente do gênero e estabelece suas restrições em termos de conteúdo, posicionamento estrutural e forma. Para ilustrar essa discussão, lembramos, aqui, de nosso objeto de análise, a nota de repúdio. Nas práticas linguageiras em que o encontramos, esse gênero discursivo é utilizado por locutores, individuais e coletivos, sobretudo para a expressão pública de seu posicionamento enunciativo de repúdio, indignação e discordância convicta a algo que se rejeita. Portanto, esse propósito comunicativo mais imediatamente identificado, o repúdio, orientado pela doxa social, pelos princípios éticos e pelo papel discursivo desempenhado pelos locutores em sua enunciação, embasa o gênero, facilitando, assim, a atividade de reconhecimento e recepção dos seus exemplares pelos interlocutores.

A *quinta* e última característica do gênero apontada por Swales (1990) diz respeito à *terminologia* elaborada pela comunidade discursiva. Segundo o autor, as nomenclaturas utilizadas pelos membros mais experientes e envolvidos profissionalmente com os gêneros mostram como esses sujeitos percebem a ação retórica recorrente desses eventos comunicativos. No ambiente acadêmico, por exemplo, alguns termos podem esclarecer quanto ao propósito comunicativo do gênero – como podemos observar no uso do termo *revisão* em *seção de revisão* –, ou mesmo indicar a ocasião em que esse evento comunicativo ocorre – no caso de *final*, em *exame final*. No entanto, Swales (1990) reconhece que a terminologia pode apresentar certa fragilidade devido ao fato de um mesmo evento poder ser identificado por mais de um termo ou nome pela comunidade discursiva. Além disso, outro problema surge quando, com o passar do tempo, as atividades associadas aos gêneros mudam, mas os nomes dos gêneros se mantêm, como é o caso da palestra, que deixa de ser uma atividade monológica, possibilitando, quando possível, a expressão verbal tanto do palestrante como dos ouvintes. A esse debate, acrescentamos que a terminologia pode avançar expectativas e ativar saberes discursivos e cognitivos fundamentais na atividade de leitura, como no caso da nota de repúdio, que, através da construção “nota + de + repúdio”, além de indicar que essa classe de eventos comunicativos pertence à constelação *nota* – da qual fazem parte a nota de pesar, a nota de solidariedade, a nota de esclarecimento, entre outros gêneros –, também traz sua ação retórica mais restrita (questão a ser comprovada na leitura), aqui, o ato discursivo de repúdio.

Sintetizando as discussões apresentadas até aqui, para Swales (1990, p. 58), um gênero:

1. Compreende uma *classe de eventos comunicativos*;

2. Pode realizar um *propósito* ou um *conjunto de propósitos comunicativos*, sendo o propósito comunicativo a característica mais importante de todas e que faz com que o escopo do gênero se mantenha focado em determinada ação retórica compatível com o gênero;
3. Apresenta uma *prototipicidade*, isto é, um conjunto de traços que permite classificar um texto como protótipo de um gênero;
4. Tem uma *lógica subjacente*, que, em função do propósito comunicativo, facilita a atividade de reconhecimento, produção e recepção dos textos e discursos pelos interlocutores;
5. Tem uma *terminologia* herdada e elaborada pelos membros mais experientes da comunidade discursiva e importada por outras comunidades.

Apesar de Swales (2009) afirmar ter descoberto tardiamente os trabalhos de Bakhtin²⁶, é possível estabelecer alguns pontos de aproximação entre o seu conceito de gênero e as discussões empreendidas nesse campo pelo pesquisador russo. Sobre isso, destacamos, primeiramente, que ambos discutem sobre o papel da *forma composicional* e da noção de *recorrência* no reconhecimento e uso dos gêneros. Nesse caso, para os dois pesquisadores, os interlocutores já contam com saberes disponíveis, adquiridos ao longo de suas experiências discursivas, que lhes permitem reconhecer e usar os gêneros nas diversas situações comunicativas. No entanto, mostram que o conhecimento da estrutura composicional não é suficiente para uma comunicação plena, pois os gêneros não são formas prontas e acabadas, mas artefatos flexíveis e dinâmicos, sempre em mudança. Para nosso estudo, outra questão importante diz respeito à proximidade entre as noções de propósito comunicativo e intenção discursiva. Nesse sentido, enquanto Swales (1990) traz o *propósito comunicativo* como a característica que embasa o gênero e determina não só sua estrutura composicional, como também as escolhas do locutor em torno do conteúdo e estilo, Bakhtin (2016), por sua vez, emprega o termo *intenção discursiva* para se referir ao ato responsável por determinar tanto a escolha do objeto como a escolha da forma do gênero. Poderíamos trazer aqui outros tópicos para ilustrar a proximidade entre as perspectivas teóricas desses dois autores – por exemplo, as noções de comunidade discursiva e campos da atividade humana –, no entanto, vamos nos

²⁶ Em texto posterior ao seu livro de 1990, o autor lembra de ter recebido críticas e acusações pelo fato de importantes nomes da linguística, entre os quais figura o de Halliday e Bakhtin, não serem mencionados em suas reflexões anteriores sobre gêneros. Referindo-se ao filósofo e linguista russo, Swales (2009, p. 200) diz: “Tudo que posso dizer é que naqueles tempos obscuros, tudo o que conhecia de Bakhtin provinha de informações de segunda mão a respeito de dialogismo. Assim, permitam-me tentar uma reparação tardia, e garantir-lhes que hoje meu exemplar do longo ensaio de Bakhtin *O problema dos gêneros de discurso* encontra-se, como diria um negociante de antiguidades, terrivelmente desgastado”.

deter nos aspectos apontados, pois dialogam mais diretamente com os objetivos desta dissertação.

Em suas reflexões sobre os gêneros – principalmente aqueles pertencentes aos ambientes profissionais e acadêmicos –, Swales (1990) mostrou, a partir da análise de introduções de artigos de pesquisa produzidos em diferentes áreas do conhecimento, que os usuários de gêneros fazem uso de diversas estratégias retóricas na construção de seus textos. Como síntese de suas observações, o autor chegou ao denominado modelo CARS (*create a research space*), proposta teórico-metodológica cujo objetivo é delinear a organização retórica relativamente convencional dos gêneros a partir do reconhecimento das informações (unidades temáticas) recorrentes e do modo como essas informações estão distribuídas nos textos. No modelo resultante da análise de introdução de artigo de pesquisa, o termo “movimento” (*move*) se refere às unidades temáticas básicas do gênero, enquanto o termo “passo” (*step*) identifica as estratégias de condução de informações empregadas pelos autores em cada unidade. Por essa configuração, fica claro que Swales (1990) considera os gêneros como dispositivos linguísticos e discursivos marcados tanto pela estabilidade quanto pela instabilidade de suas formas, fato que nos leva a afirmar que o modelo CARS se trata de um modelo descritivo, e não prescritivo, para a análise e produção de textos.

Quadro 1 – Modelo CARS para introduções de artigos de pesquisa

Movimento 1 – Estabelecer o território
Passo 1 – Estabelecer a importância da pesquisa e/ou
Passo 2 – Fazer generalização/ões quanto ao tópico e/ou
Passo 3 – Revisar a literatura (pesquisas prévias)
Movimento 2- Estabelecer o nicho
Passo 1A – Contra-argumentar e/ou
Passo 1B – Indicar lacuna/s no conhecimento e/ou
Passo 1C – Provocar questionamento e/ou
Passo 1D – Continuar a tradição
Movimento 3 – Ocupar o nico e/ou
Passo 1A – Delinear os objetivos ou
Passo 1B – Apresentar a pesquisa ou
Passo 2 – Apresentar os principais resultados ou
Passo 3 – Indicar a estrutura do artigo

Fonte: Swales (1990, p. 141, tradução de Hemais; Biasi-Rodrigues, 2005).

Conforme identificado pelo autor, a introdução de artigo de pesquisa pode apresentar uma organização textual com três movimentos: movimento 1) – estabelecer o território; movimento 2) – estabelecer o nicho; e movimento 3) – ocupar o nicho. No movimento 1, encontram-se disponíveis três passos, que constituem, cada um deles, opções para o estabelecimento do território. No passo 1, o autor da pesquisa estabelece a importância de seu estudo; no passo 2, faz generalizações sobre conhecimento ou prática corrente e, no passo 3, revisa a literatura já produzida na área. No movimento 2, por sua vez, encontramos quatro passos, mas somente o 1B é classificado por Swales (1990) como obrigatório. Nesse movimento, o autor da introdução indicará lacunas a serem preenchidas, além de ressaltar limitações encontradas em investigações anteriores. Por fim, no movimento 3, o pesquisador tem como objetivo transformar o nicho estabelecido no movimento 2 em um espaço determinado de estudo. Aqui, o passo 1 é considerado obrigatório, e pode ser preenchido na opção A – em que o autor expõe o objetivo ou objetivos da pesquisa – ou na opção B – em que ele descreve as suas principais características. Os outros dois passos são opcionais: passo 2 – apresentar os principais resultados e passo 3 – indicar a estrutura do artigo.

Mesmo tendo sido desenvolvido a partir da análise de introduções de artigos de pesquisa, o modelo CARS foi adaptado para o estudo de outros gêneros discursivos, não exclusivamente do campo acadêmico. De acordo com Bernardino (2000, p. 32), a utilização do modelo CARS para a análise de gêneros não-acadêmicos é possível, “pois vários são os grupos sociais que apresentam comportamentos sociais típicos e que, portanto, são passíveis de uma descrição que tome como elemento de análise a distribuição e a organização das informações no texto”. Como exemplo da aplicabilidade do modelo CARS à investigação de peças genéricas pertencentes a outros campos da atividade humana, chamamos atenção para os trabalhos de Bernardino (2000) sobre o gênero depoimento dos alcoólicos anônimos; de Sarmiento e Silva (2009) sobre o gênero *ombudsman*; e Sousa *et al.* (2022) sobre o gênero nota de repúdio, sendo este último de grande pertinência para nossa pesquisa.

Em seu estudo sobre o depoimento dos alcoólicos anônimos, Bernardino (2000), após analisar um *corpus* de 60 exemplares, identificou um padrão de similaridades e regularidades quanto à distribuição e à organização das informações nesse gênero, que correspondem, respectivamente, às seguintes unidades retóricas (UR): UR1 – estabelecendo contato e identificação; UR2 – comparando experiências vividas antes e depois do ingresso na irmandade dos alcoólicos anônimos; e UR3 – fechando o depoimento. Assim como no modelo CARS original de Swales (1990), as três unidades retóricas principais também se desdobram

em subunidades retóricas de informação, assinalando, assim, a criatividade dos membros dos Alcoólicos Anônimos no uso do gênero depoimento. A análise do gênero *ombudsman*²⁷, operacionalizada por Sarmiento e Silva (2009) a partir de um *corpus* de 15 exemplares, identificou cinco movimentos retóricos, a saber: movimento 1 – situar o leitor; movimento 2 – introduzir o tema; movimento 3 – apresentar a crítica ao jornal; movimento 4 – concluir a crítica; e movimento 5 – apresentar credenciais. Conforme os resultados, esses três movimentos são subdivididos em 13 passos.

Sousa *et al.* (2022), ao estudarem o gênero nota de repúdio, destacaram um padrão de organização do gênero com três unidades retóricas: UR1 – estabelecer o campo; UR2 – apresentar o cenário da ação repudiada; e UR3 – apresentar conclusões. Nesse modelo retórico, as três UR são desdobradas em 10 subunidades, o que permitiu aos autores concluir que a nota de repúdio admite grande maleabilidade e flexibilidade na sua realização. A pesquisa de Sousa *et al.* (2022) assume grande relevância para nosso trabalho, sobretudo seu modelo retórico, por ser pioneiro ao mostrar a aplicação da proposta analítica de Swales (1990) ao estudo da nota de repúdio. Cabe ressaltar, no entanto, que os autores se detêm em uma investigação estritamente linguística do gênero, o que consideramos bastante limitador. Em nossa análise, vamos retomar e complexificar questões deixadas de lado pelos autores, trazendo para cena, além dos aspectos linguísticos, os fatos sociais e discursivos que engendram a nota de repúdio. Arrematando a discussão, ressaltamos que o modelo construído por Sousa *et al.* (2022) poderá nos orientar em nossa tarefa de verificar, através de uma análise contrastiva entre textos atuais e mais antigos, se o gênero nota de repúdio sofreu alterações, quanto à sua organização retórica, ao longo do tempo.

O Quadro 2, a seguir, dispõe, detalhadamente, os resultados dos três estudos:

Quadro 2 – Adaptações do modelo CARS para diferentes gêneros

Organização retórica do gênero depoimento dos alcoólicos anônimos (Bernardino, 2000)	Organização retórica do gênero <i>ombudsman</i> (Sarmiento; Silva, 2009)	Organização retórica do gênero nota de repúdio (Sousa <i>et al.</i>, 2022)
UR1 – Estabelecendo contato e identificação	Movimento 1 – situar o leitor	UR1 – Estabelecer o campo

²⁷ Referindo-se à produção e circulação do gênero *ombudsman*, Sarmiento e Silva (2009, p. 112) dizem que a constituição desse gênero “está ancorada na prática social dos interactantes, no universo do trabalho do jornalista que cumpre uma função específica: manifestar uma crítica à empresa jornalística com o objetivo de ser um autorregulador dessa mídia”. Além de nomear o gênero discursivo, no campo do jornalismo diário, o termo *Ombudsman* também vai identificar o profissional contratado pelo jornal com o objetivo de ouvir o leitor e escrever uma coluna semanal que manifeste as críticas e reclamações desse público.

<p>Subunidade 1.1 – saudando os membros do grupo;</p> <p>Subunidade 1.2 – apresentando o depoente;</p> <p>Subunidade 1.3 – agradecendo pelo controle sobre a bebida.</p>	<p>Passo 1 – marcar autoria;</p> <p>Passo 2 – estabelecer o título;</p> <p>Passo 3 – estabelecer o subtítulo, que antecipa o tema.</p>	<p>Subunidade 1 – apresentar título;</p> <p>Subunidade 2 – apresentar local e data;</p> <p>Subunidade 3 – apresentar abertura.</p>
<p>UR2 – Comparando experiências vividas antes e depois do ingresso na irmandade dos alcoólicos anônimos</p>	<p>Movimento 2 – Introduzir o tema</p>	<p>UR2 – Apresentar o cenário da ação repudiada</p>
<p>Subunidade 2.1 – fazendo referência a outra mensagem do grupo que tenha provocado a construção do depoimento em questão;</p> <p>Subunidade 2.2 – relatando experiências com o alcoolismo;</p> <p>Subunidade 2.3 – comentando sobre a recuperação após o ingresso nos alcoólicos anônimos.</p>	<p>Passo 1 – introduzir o tema;</p> <p>Passo 2 – apresentar a opinião do leitor.</p>	<p>Subunidade 1 – identificar o agente que repudia;</p> <p>Subunidade 2 – mostrar o motivo do repúdio;</p> <p>Subunidade 3 – trazer voz de autoridade para embasar o repúdio.</p>
<p>UR3 – Fechando o depoimento</p>	<p>Movimento 3 – Apresentar a crítica ao jornal</p>	<p>UR3 – Apresentar conclusões</p>
<p>Subunidade 3.1 – despedindo-se dos interlocutores;</p> <p>Subunidade 3.2 – desejando 24 horas de sobriedade;</p> <p>Subunidade 3.3 – agradecendo a atenção concedida pelos membros do grupo;</p> <p>Subunidade 3.4 – subscrevendo-se.</p>	<p>Passo 1 – criticar e defender o jornal;</p> <p>Passo 2 – inserir exemplos;</p> <p>Passo 3 – apresentar ideias sínteses;</p> <p>Passo 4 – reafirmar posicionamentos.</p>	<p>Subunidade 1A – mostrar as consequências da ação repudiada;</p> <p>Subunidade 1B – apresentar apoio às vítimas da ação repudiada;</p> <p>Subunidade 1C – exigir/apresentar punição/solução para a ação repudiada;</p> <p>Subunidade 1D – manifestar indignação ante à ação repudiada.</p>
	<p>Movimento 4 – Concluir a crítica</p> <p>Passo 1 – apresentar sugestões para o jornal.</p>	
	<p>Movimento 5 – Apresentar credenciais</p>	

	Passo 1 – indicar a próxima coluna; Passo 2 – apresentar credencial do Ombudsman (autor); Passo 3 – disponibilizar informações para o contato com o Ombudsman.	
--	--	--

Fonte: elaborado pelo autor.

Verificada a aplicabilidade do modelo CARS ao estudo de diferentes gêneros discursivos, durante nossas leituras, chamou-nos a atenção o fato de os autores utilizarem, em suas adaptações, uma variada terminologia para rotular as unidades de informação. Swales (1990) e Sarmiento e Silva (2009), por exemplo, adotam em seus modelos retóricos as formas *movimento* e *passos*. Bernardino (2000) e Sousa *et al.* (2022), por sua vez, utilizam os termos *unidade retórica* e *subunidade*, nomenclatura também encontrada nas pesquisas de Biasi-Rodrigues (1998) sobre o gênero resumo de dissertação de mestrado e Bezerra (2001) sobre resenhas acadêmicas, para quem essa terminologia “é uma alternativa mais neutra em relação a outras terminologias que representam tentativas de tradução e adaptação dos termos originais de Swales (1990), *move* e *step*, respectivamente” (Bezerra, 2001, p. 75). Em concordância com as proposições desse autor, em nosso modelo de organização retórica do gênero nota de repúdio, também adotamos as noções e os termos *unidade retórica* e *subunidade*. De acordo com Biasi-Rodrigues (1998, p. 124, grifo da autora), “uma *unidade retórica* é reconhecida como uma unidade de conteúdo informacional dentro de uma estrutura hierárquica de distribuição de informações na arquitetura física do texto”, podendo ser realizada por algumas formas opcionais de condução das informações, as *subunidades retóricas*, que, combinadas ou não em cada unidade básica, expressam as estratégias retóricas do autor do texto.

Como mostramos nesta seção, no campo da Análise de Gêneros, as contribuições teórico-metodológicas de John Swales estão voltadas, principalmente, para o estudo de gêneros discursivos pertencentes ao contexto profissional e acadêmico, com enfoque no ESP. Ao longo das últimas décadas, pesquisas como as de Bernardino (2000) sobre o gênero depoimento dos alcoólicos anônimos; de Sarmiento e Silva (2009) sobre o gênero *ombudsman*; e Sousa *et al.* (2022) sobre o gênero nota de repúdio, mostraram a aplicabilidade dos pressupostos swalesianos – a exemplo do seu conceito de gênero, propósito comunicativo e do seu modelo CARS – à investigação de gêneros do discurso pertencentes a outros campos da atividade humana. Diante disso, também lançamos mão da perspectiva sociorretórica de John Swales por acreditarmos que as propostas desse autor podem contribuir em nossa investigação dos aspectos linguísticos, co(n)textuais e discursivos da nota de repúdio,

especialmente quanto à forma composicional e aos propósitos comunicativos desse gênero. Feita essa explanação, a seguir discutiremos sobre os postulados teóricos que embasam o paradigma das Tradições Discursivas, importante para nossa compreensão dos aspectos referentes à historicidade dos gêneros discursivos, particularmente da nota de repúdio, nosso objeto de estudo.

2.4 A perspectiva do paradigma das Tradições Discursivas

Em sua tarefa de estabelecer os contornos da Linguística como ciência autônoma, Ferdinand de Saussure, no seu *Curso de Linguística Geral*, vai realizar uma série de recortes teóricos e metodológicos em relação aos estudos filológicos e comparatistas de seu tempo. Sabemos que uma questão elementar levantada pelo autor diz respeito à separação entre língua (*langue*) – entendida como sistema de regras fonológicas, morfossintáticas e semânticas – e fala (*parole*) – uso individual do sistema que caracteriza a língua – e a definição da primeira, a língua, como único e verdadeiro objeto da Linguística. Outra distinção feita por Saussure é entre investigação *diacrônica* e investigação *sincrônica*, antinomia que separa, respectivamente, os estudos linguísticos em dois caminhos: i) um que investiga as relações que unem termos sucessivos e que se substituem uns aos outros através do tempo – *linguística evolutiva* –, ii) outro que focaliza a descrição de um estado de língua em um determinado momento no tempo – *linguística estática*. Apontadas as diferenças entre esses dois modos de investigação, Saussure delimita o aspecto sincrônico da língua como foco de estudo da Linguística.

Conforme o estruturalismo saussuriano, o sistema linguístico deve ser estudado considerando sua manifestação em um determinado momento do tempo, uma vez que “a língua constitui um sistema de valores puros que nada determina fora do estado momentâneo de seus termos” (Saussure, 2012, p. 122). Nesse sentido, para o linguista genebrino, enquanto os fatos sincrônicos são sistemáticos – pois o sistema, em si mesmo, é imóvel, isto é, nunca se modifica diretamente –, os diacrônicos são particulares, isolados e heterogêneos e, por isso, não têm relação alguma com os sistemas. Cabe salientar que Saussure chega a reconhecer a historicidade da língua como objeto cultural e a possível complementaridade entre sincronia e diacronia. No entanto, por remeter ao que seria, supostamente, assistemático e exterior à língua – às mudanças, em particular às mudanças fônicas –, o método diacrônico contrastaria com a visão estruturalista de língua como sistema gramatical uniforme e permanente. À vista disso, foi considerado improdutivo para o Estruturalismo linguístico.

Coerente com o quadro teórico e com os objetivos de investigação da escola de Saussure, essa delimitação do aspecto sincrônico como foco de estudo da Linguística precisa, no entanto, ser observada com atenção e cuidado, uma vez que pode ser (e tem sido) interpretada como o único caminho metodológico possível para o estudo dos fatos linguísticos, quando, em realidade, trata-se de uma perspectiva de análise entre outras. Eugenio Coseriu, por exemplo, em suas reflexões sobre a historicidade das línguas, propõe superar a antinomia saussuriana sincronia *versus* diacronia. Retomando as proposições aristotélicas de Wilhelm von Humboldt, o linguista romeno defende que a linguagem não é coisa feita, produto acabado (*ergon*), estático, e sim atividade livre, criadora (*enérgeia*), “um sistema de produção, que, a todo instante, somente em parte surge como já realizado historicamente em produtos linguísticos” (Coseriu, 1982, p. 23). Tal entendimento da dinamicidade da linguagem se apresenta, para o autor, como questão importante para superar a distinção entre sincronia e diacronia, uma vez que, se a linguagem for entendida como *enérgeia*, “o funcionamento das regras e ‘a mudança’ linguística não são, na própria língua, dois momentos, mas apenas um” (Coseriu, 1982, p. 23).

Para o autor, o problema da antinomia entre sincronia e diacronia é, no fundo, um falso problema, ou melhor, um problema mal posto, pois a antinomia, tal como formulada por Saussure, não existe no plano do objeto, mas sim no plano da investigação, tratando-se, portanto, de uma distinção de ponto de vista metodológico que não implica nenhuma distinção real dos próprios fatos da linguagem. Vista pelo pesquisador como um sistema em movimento, a língua é, ao mesmo tempo, atualização e mudança, um sistema de produção que “funciona sincronicamente e é [constituído] diacronicamente” (Coseriu, 1979, p. 229). Concebida tanto como processo, como produto, a linguagem, ao mesmo tempo que é uma atividade universal – comum a todos os seres humanos – que se realiza individualmente por meio de textos concretos, também é uma técnica determinada e condicionada historicamente, isto é, manifesta-se sempre como uma língua reconhecida por meio de adjetivos pátrios, tais como: portuguesa, espanhola, inglesa, francesa. A partir dessa noção, Coseriu (1980, p. 93) propõe distinguir, dentro da linguagem, três níveis: i) o *universal*, que diz respeito ao falar em geral, comum a todos os seres humanos; ii) o *histórico*, relativo às línguas como sistemas de significação historicamente dados, isto é, o saber tradicional de uma comunidade; e iii) o *individual*, que diz respeito aos textos ou discursos concretos²⁸.

²⁸ Coseriu, em obras anteriores, já havia abordado os níveis da linguagem, como, por exemplo, em um artigo de 1955-1956, *Determinación y entorno: dos problemas de la lingüística del hablar*. COSERIU, Eugenio. **Determinación y entorno:** dos problemas de una lingüística del hablar. Universidad de la República. Facultad

Conforme podemos observar no quadro a seguir, a cada um desses níveis corresponderia um ponto de vista específico:

Quadro 3 – Níveis de linguagem segundo Coseriu

pontos de vista níveis	<i>ἐνέργεια</i> atividade	<i>δύναμις</i> saber	<i>ἔργον</i> produto
nível universal	falar em geral	saber elocucional	totalidade do “falado”
nível histórico	língua concreta	saber idiomático	(língua abstrata)
nível individual	Discurso	saber expressivo	“texto”

Fonte: Coseriu (1980, p. 93).

De acordo com Coseriu (1980), no nível universal, como atividade, língua corresponde à habilidade geral que possibilita ao homem se comunicar, independentemente do idioma que empregue; do ponto de vista da competência (saber), refere-se ao saber elocucional; e do ponto de vista do produto, diz respeito à totalidade dos enunciados ditos ou que se pode vir a dizer. No nível histórico, por sua vez, como atividade, língua corresponde à sistema de significação historicamente dado – a língua concreta, particular; do ponto de vista da competência, diz respeito ao saber idiomático, isto é, língua como saber tradicional de uma comunidade; e do ponto de vista do produto, língua é uma entidade abstrata, língua retirada do falar e objetivada pelas gramáticas e dicionários. Por fim, no nível individual, como atividade, língua refere-se ao discurso, ato linguístico de sujeitos numa dada enunciação; como saber, é o saber expressivo, conhecimento relativo à elaboração dos textos pelo falante em uma situação de fala determinada; e do ponto de vista do produto, língua é o texto propriamente dito, em qualquer que seja a modalidade, oral ou escrita.

Apresentados os três planos de linguagem, o linguista romeno assinala que a atenção dos estudos linguísticos tem se concentrado, especialmente, no nível histórico da técnica linguística, ou seja, no estudo do próprio sistema, o que fez com que a linguística de sua época se caracterizasse como uma *linguística das línguas*. Apesar de essa limitação se justificar pelas necessidades e por objetivos didáticos, o autor pontua que as pesquisas não devem, por isso, ignorar a importância dos outros dois planos, pois, “junto à *linguística das línguas* há lugar para uma *linguística do falar* e uma *linguística do discurso* (ou *do texto*)” (Coseriu, 1980, p. 94, grifos do autor). Nessa classificação, a linguística do falar diz respeito à análise do nível universal, e seu foco de estudo deveria ser a maneira pela qual as línguas se

manifestam considerando tanto determinada técnica histórica (tradições idiomáticas), quanto “certos princípios do pensar válidos para a humanidade em geral e a permanente referência a fatos não linguísticos: contextos objetivos, situações, conhecimento geral do ‘mundo’” (Coseriu, 1980, p. 95). Por sua vez, a linguística do discurso ou do texto, que diz respeito ao nível técnico individual, teria como objeto de estudo o problema de especificar “quais são as possibilidades e os limites do uso de fatos culturais extralinguísticos no falar correspondente a uma língua determinada e num momento, também determinado, da sua história” (Coseriu, 1980, p. 96).

O conceito de Tradições Discursivas (TD), basilar nas pesquisas atuais de orientação histórico-diacrônica, como aquelas realizadas no âmbito do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB)²⁹ e do Grupo de Pesquisa em Tradições Discursivas do Ceará (TRADICE/UFC)³⁰ – ao qual nosso trabalho se vincula –, representa um importante avanço na lacuna investigativa apontada por Coseriu. Ampliando o escopo de estudo da frase para dimensões mais complexas, como os textos e os gêneros do discurso, o paradigma teórico das TD surge de proposições realizadas, desde a década de 1980, no contexto da Filologia Pragmática Alemã, em torno das concepções de linguagem e de mudança linguística propostas por Eugenio Coseriu. Em seus estudos, o linguista romeno já apontava para o fato de que há, nas diferentes línguas, formas discursivas que se configuram como tradições textuais, a exemplo das expressões idiomáticas, todavia, não chega a distinguir essas tradições textuais das tradições linguísticas. Retomando essas reflexões, e articulando-as à Sociolinguística de Brigitte Schlieben-Lange – que postulou a distinção entre uma história dos *textos* e uma história das *línguas* em seu livro *Traditionen des Sprechens [Tradições do Falar]*, de 1983 –, o romanista alemão Peter Koch ([1997] 2021) propõe duplicar o nível histórico do quadro coseriano, conforme apresentamos anteriormente, em duas dimensões, uma que se refere à língua como sistema (gramatical e lexical) e outra que trata das TD ou normas discursivas (textual). Essa reformulação, a partir de Coseriu (1980), pode ser observada no seguinte quadro:

Quadro 4 – Níveis e domínios da linguagem segundo Koch

Nível	Campo	Tipo de norma	Tipo de regra
Universal	atividade de falar	normas do falar	regras do <i>falar</i>

²⁹ Projeto de alcance nacional, que objetiva, por meio da constituição de *corpora* diacrônicos do português brasileiro, possibilitar estudos que possam investigar a linguagem de diferentes segmentos sociais de cada fase da história brasileira.

³⁰ Ver nota de rodapé 1.

Histórico	línguas particulares	normas da língua	regras da <i>língua particular</i>
	tradição discursiva	normas discursivas	regras do discurso
Individual/atual	Discurso		

Fonte: Koch ([1997] 2021, p. 364).

Como podemos observar, nesse esquema dos níveis e domínios da linguagem, Koch ([1997] 2021) contempla elementos já propostos por Coseriu (1980), mas inova ao introduzir o campo das TD, que, constituindo tradições históricas, não se confundem, no entanto, com as línguas históricas particulares (português, espanhol, francês, alemão, etc.). Em seu estudo, o romanista alemão distingue ainda três diferentes regras – regras do falar, regras da língua e regras do discurso – para cada nível da linguagem, aplicáveis a todos eles, com exceção do nível individual/atual³¹. Assim, como falantes de uma língua particular, os sujeitos se valem, em suas enunciações, de uma série de regras morfológicas, fonológicas e sintáticas, internas ao sistema linguístico. São, por exemplo, regras idiomáticas que fazem com que, em língua portuguesa, os sujeitos saibam, ainda que inconscientemente, que, num sintagma nominal, o determinante vem sempre antes do nome, como em *O poeta é um fingidor*³², e não o contrário, **Poeta o é um fingidor*. Por outro lado, quando esses mesmos sujeitos desejam escrever uma carta, e iniciam seu texto com a fórmula *Caridade, 9 de julho de 2022*, o fazem a partir de regras discursivas estabelecidas pela relação com modelos textuais anteriores de mesma finalidade comunicativa, no caso, os textos epistolares. Por isso, é possível afirmar que, apesar de historicamente determinados, os dois domínios – o das línguas históricas e o das TD – constituem saberes distintos.

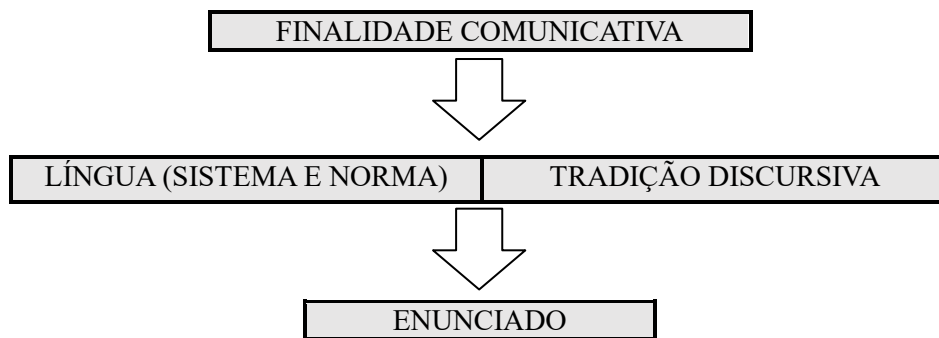
Diante disso, é possível afirmar que toda produção textual requer de um locutor, além dos saberes referentes às normas, à gramática e ao léxico de sua língua, também os conhecimentos acerca das TD, isto é, dos modelos e fórmulas linguísticas prévias de realizações discursivas (orais ou escritas) presentes na memória da sociedade. Assim, com o propósito comunicativo de cumprimentar alguém pela manhã, o locutor poderia empregar em expressões como *saúdo você nesta manhã e emito uma saudação a você*, ou ainda, *dia bom*, mas, em vez disso, dirá *bom dia*. Segundo Kabatek (2005a), o que levaria o enunciador a

³¹ Para Koch (2008), não há um tipo específico de regra no nível individual/atual, pois os falantes apenas aplicam as regras elocucionais (regras do falar), idiomáticas (regras da língua particular) e discursivas (regras do discurso) referentes aos outros níveis. KOCH, Peter. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento vuestra merced en español. In: KABATEK, Johannes. **Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico**: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2008. p. 53-88.

³² Primeiro verso do poema “Autopsicografia”, do poeta português Fernando Pessoa.

adotar o último enunciado em vez dos três primeiros é o fato de que, apesar de todas as expressões serem possíveis de acordo com as normas da língua, somente a última se configura como uma tradição discursiva já historicamente constituída na comunidade linguística brasileira. Kabatek (2005a) sintetiza esse processo com o esquema abaixo (Figura 4), no qual visualizamos que, partindo de uma finalidade comunicativa, a atividade de fala atravessa dois filtros – o da língua e o da TD – antes de resultar em um enunciado, produto final do ato comunicativo. Considerando nosso exemplo anterior, concluímos, portanto, que com o objetivo de saudar alguém pela manhã, o locutor utiliza o filtro da língua e o da TD para expressar o enunciado *bom dia*, e não outro qualquer.

Figura 4 – Tradições discursivas



Fonte: Kabatek (2005a, p. 155, tradução nossa).

Apesar de termos apresentado a bipartição do nível histórico feita por Koch ([1997] 2021) para a inclusão do campo das TD, nossas leituras mostram, no entanto, uma dissensão entre os romanistas alemães. Se por um lado, há consenso entre eles no que diz respeito ao aporte teórico que fundamenta o conceito de TD, ou seja, a diferenciação de Coseriu (1980) entre os três níveis de linguagem, o mesmo não se pode afirmar quanto ao lugar “onde verdadeiramente as TD devem ser alocadas na teoria da linguagem” (Kabatek, 2005b, p. 160). A tentativa mais difundida abriga as TD no nível histórico, que assim se duplica; outra, a qual Kabatek se filia, aloca as TD no nível individual; e há ainda uma terceira visão que postula a duplicação de todos os três níveis. Para Kabatek (2005a, p. 161), o motivo para essa divergência de opiniões está na “questão do *status* das manifestações linguísticas com respeito à relação entre TD e língua” e na imprecisão do próprio conceito de historicidade. Com o objetivo de deixar mais clara a posição que as tradições discursivas devem ocupar na teoria da linguagem, Kabatek (2005b) retoma, em suas reflexões, a distinção dos três tipos de

historicidade feita, em 1979, por Coseriu³³, em uma discussão sobre a historicidade dos atos de fala: i) *historicidade da língua*; ii) *historicidade das tradições*; e iii) *historicidade genérica*.

O primeiro tipo, a *historicidade da língua*, diz respeito à historicidade do próprio homem como um ser histórico. Com essa afirmação, quer-se dizer que, como língua particular – uma técnica dada historicamente –, a língua “é a história de uma comunidade internalizada no indivíduo”, uma vez que este indivíduo falante, ao incorporar durante o processo de aquisição da linguagem uma língua particular, a “recria dentro de si como *técnica* aberta, a qual lhe permite a ação linguística criativa” (Kabatek, 2005b, p. 162, grifo do autor). O segundo tipo, a *historicidade das tradições*, diz respeito à possibilidade que todas as manifestações culturais, incluindo as linguísticas, têm de se repetirem, completa ou parcialmente, ampliando o modelo tradicional anterior ou particularizando-o. Especificamente sobre as manifestações linguísticas, Kabatek (2005b, p. 163) se refere aos “textos que estabelecem uma relação de tradição com outros textos”, tradicionalidade essa que pode se dar tanto através da repetição de conteúdo temático, quanto pela repetição de aspectos composicionais e estilísticos.

No que concerne à recorrência das formas textuais, Kabatek comenta que a relação de tradição com outros textos se realiza numa escala contínua, que vai desde “marcações de tradição mínimas – algo como uma determinada denominação textual ou uma determinada fórmula em um texto ainda não fixado – passando por uma organização formal contínua até chegar a uma completa fixidez do texto” (Kabatek, 2005a, p. 163). Em sua exposição, o autor ressalta que essa fixidez textual, importante para o conceito de TD, é relativa, podendo ser classificada em diferentes graus. Assim, nas múltiplas situações de comunicação, deparamo-nos com textos altamente formulaicos – como uma fórmula de juramento ou uma oração –, ou ainda, com textos mais flexíveis, com um grau menor de fixidez – a exemplo da carta, que demonstra fixidez em razão das fórmulas de início e de desfecho, e liberdade de escolha nas demais partes do texto. Conforme mostra Longhin (2014, p. 52), “na grande maioria dos textos, há menos porções formulaicas e a liberdade de escolha é muito maior”. É o caso, por exemplo, da nota de repúdio, gênero discursivo que apresenta alguns componentes temáticos e textuais repetíveis e fixos em sua constituição – como o título, a identificação nominal do locutor (individual ou coletivo), a apresentação de seu ato ilocutório de repúdio e a contextualização da ação repudiada, entre outros –, mas cujo modo de realização desses

³³ Tal informação teria sido apresentada na seguinte obra, a qual não tivemos acesso: Schlieben-Lange, Brigitte. **Linguistische Pragmatik**, Stuttgart: Kohlhammer, 1979.

mesmos componentes é relativamente variável, a depender dos diferentes propósitos comunicativos, papéis sociais dos interlocutores e demais condições sociais, históricas e discursivas de produção e circulação dos textos.

Por fim, o terceiro tipo de historicidade sobre o qual Kabatek comenta – a *historicidade genérica* – diz respeito a “acontecimentos individuais, irrepetíveis e únicos”, a cada texto realizado como acontecimento situado “em algum lugar historicamente” (Kabatek, 2005b, p. 163). Ao focalizar a historicidade dos textos individuais – numa perspectiva que vai diretamente ao encontro das formulações bakhtinianas e das pesquisas mais recentes em LT, como aquelas realizadas pelo Grupo Protexito/UFC³⁴, que adota o conceito de texto “como um enunciado [...] que acontece como evento singular, compondo uma unidade de comunicação e de sentido em contexto, expressa por uma combinação de sistemas semióticos” (Cavalcante *et al.*, 2019, p. 26) –, Kabatek afirma que essa forma de historicidade está na base dos estudos filológicos, pois as características de um texto individual, quer funcionais ou formais, podem ser tomadas como exemplo ou modelo para outros textos, vindo, por esse motivo, a ser uma parte da tradição. Apresentada essa distinção entre os três conceitos de historicidade, concordamos com o autor quando este nos diz que, “independentemente do lugar exato que ocupem os dois filtros [língua/sistema e tradições discursivas] em relação aos três níveis coserianos, precisamos reconhecer sua existência e sua importância na hora de nos comunicarmos” (Kabatek, 2005a, p. 155, tradução nossa)³⁵.

Após revisitarmos as bases teóricas e o percurso de construção do modelo de TD, lançamos agora nosso olhar para a definição desse conceito. Conforme assinalamos anteriormente, o paradigma das TD tem contribuído significativamente para os estudos históricos do português brasileiro. No entanto, em que consistem as TD? Em Kabatek (2005a) encontramos que esse termo pode remeter a diferentes acepções. Assim, uma primeira definição aponta para o entendimento de que as TD estão relacionadas aos modos tradicionais de dizer as coisas, modos que podem ir desde uma fórmula simples – como a saudação, o agradecimento, a promessa –, até um gênero ou uma forma literária complexa. De acordo com Carvalho e Zavam (2018, p. 46), assim como uma forma particular de dizer, um gênero discursivo também pressupõe uma finalidade comunicativa concreta “e, para se atualizar,

³⁴ O grupo de pesquisa PROTEXTO, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, se dedica a investigar no texto, considerado como unidade singular da coerência textual no contexto da enunciação ampla, tanto aspectos macrotextuais (argumentação, interação, plano textual, discurso entre outros) quanto microtextuais (referenciação, intertextualidade e heterogeneidades enunciativas). Informações disponíveis em: <https://protexito.ufc.br/pt/pagina-exemplo/>. Acesso em: 06 maio 2023.

³⁵ “[...] independentemente del lugar exacto que ocupen los dos filtros respecto a los tres niveles coserianos, debemos reconocer su existencia y su importancia a la hora de comunicarnos”.

ultrapassa os filtros das regras linguísticas e das regras discursivas para se expressar através de enunciados concretos, isto é, de discursos produzidos e situados em um contexto social e histórico”. Por esse motivo, uma segunda acepção tem considerado TD como sinônimo da noção de gênero, posicionamento esse que Kabatek (2005a) se mostra contrário, pois, no seu entender, ao adotarmos TD e gênero de forma cambiável, o próprio termo TD não seria mais que uma terminologia aparentemente nova para a denominação de um objeto já conhecido e exaustivamente estudado por outras áreas, como a LT.

Para defender que esses termos não devem ser confundidos, Kabatek (2005a) propõe ampliar a noção de TD em dois sentidos. Primeiro, por TD, entendem-se não somente as tradições complexas, isto é, os gêneros do discurso, mas todas as formas concretas de tradições, seja a tradição de uma saudação, do artigo científico, das citações, das fórmulas de juramento, de batismo etc. Segundo, um gênero pode abrigar diferentes tradições em sua composição textual, ou seja, podemos observar, em um mesmo gênero, uma *constelação de TD*³⁶, cuja análise, “além de fornecer um painel da rede de tradições constitutiva da TD, pode trazer evidências de fatos da história da própria TD, revelando as relações e os cruzamentos entre gêneros” (Longhin, 2014, p. 27). Nesse sentido, pode-se afirmar que aspectos como os propósitos comunicativos, a organização retórica (Swales, 1990), o conteúdo temático, o estilo, a composição (Bakhtin, 2016), a tipologia textual (Adam, 2019)³⁷, bem como outras características constitutivas dos gêneros, podem ser tomadas como categorias para a análise das TD (Carvalho; Zavam, 2018). Dentre os fatores que permitem que um texto seja observado em uma tradição, ou em uma rede de tradições, Longhin (2014, p.12) apresenta, ainda, características tais como “o modo de enunciação oral ou escrito, o destinatário presumido, o possível vínculo institucional, a relação de proximidade com outros textos, o léxico comum ou especializado e os arranjos sintáticos nas diferentes partes do texto”. Com essa distinção estabelecida, chegamos, pois, ao entendimento de que todos os gêneros são TD, mas nem todas as TD são gêneros (Kabatek, 2005a, 2012).

Quando enunciamos, recorremos a uma tradição, a modelos textuais/discursivos já estabelecidos na história/memória cultural e linguística da comunidade na qual estamos inseridos. Enunciar é, portanto, recorrer a certas fórmulas, atos de fala e estilos. À vista disso, para compreendermos mais precisamente a noção de TD, precisamos considerar sua inter-relação com a ideia de repetição. Essa questão é levantada por Kabatek (2005a), para quem o

³⁶ Termo empregado por Longhin (2014, p. 27).

³⁷ ADAM, Jean-Michel. **Textos**: tipos e protótipos. Tradução Mônica Magalhães Cavalcante *et al.* São Paulo: Contexto, 2019.

traço definidor das TD está na relação temporal que um texto mantém, em um dado momento da história, por meio da repetição de algo – uma forma ou conteúdo –, com outro texto anterior. No entanto, o autor ressalta que nem todas as repetições são TD, por isso, apresenta algumas condições para a sua identificação. A primeira condição é que uma TD deve ser discursiva, ou seja, linguística; excluem-se, portanto, as pinturas, as roupas, a dança, que podem ser consideradas tradições, mas não discursivas. A segunda condição se refere ao fato de que nem toda repetição linguística forma, necessariamente, uma TD, pois é preciso que haja, além disso, uma combinação particular de uma série de elementos para a inserção de um texto na categoria de TD. A terceira, e última, condição apontada por Kabatek (2005a) diz respeito ao fato de que é necessário que a combinação de elementos anteriormente apresentada seja evocada em uma situação concreta, e, com isso, produza, efetivamente, uma repetição com significado. Como ilustração desse processo, pode-se dizer que os encontros pela manhã evocam a combinação particular “bom” + “dia” – não outra, como “dia” + “bom” –, que, por sua vez, como repetição significativa de textos anteriores, forma uma TD no contexto do português brasileiro. Portanto, de acordo com a proposta de Kabatek (2005a), *repetição* e *evocação* são dois fatores definidores das TD.

Feitos esses apontamentos, o pesquisador oferece a seguinte definição para o conceito de TD:

Entendemos por Tradição Discursiva (TD) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou de falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou com qualquer elemento de conteúdo cuja repetição estabelece um laço de atualização e tradição, quer dizer, qualquer relação que se possa estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados³⁸ (Kabatek, 2005b, p. 159, tradução nossa).

De modo a contribuir com essas discussões, Zavam (2017) concebeu um modelo teórico-metodológico para análise diacrônica de gêneros priorizando duas dimensões: uma *contextual* – que trata dos aspectos de natureza social, histórica e interacional de produção e circulação dos textos –, e outra *textual* – que, por sua vez, está centrada, mais especificamente, nos aspectos de natureza linguística e discursiva e, ainda, nos aspectos

³⁸ “Entendemos por Tradición Discursiva (TD) la repetición de un texto o de una forma textual o de una manera particular de escribir o de hablar que adquire valor de signo propio (por lo tanto es significable). Se puede formar en relación a cualquier finalidad de expresión con cualquier elemento de contenido cuya repetición establece un lazo entre actualización y tradición, es decir, cualquier relación que se puede establecer semióticamente entre dos elementos de tradición (actos de enunciación o elementos referenciales) que evocan una determinada forma textual o determinados elementos lingüísticos empleados”.

ligados à configuração grafoespacial (diagramação) e paratextual do gênero em análise. Ancorada nos pressupostos bakhtinianos, a pesquisadora definiu a categoria *reelaboração* como arquicategoria subjacente a todo estudo que tenha como propósito investigar as transformações pelas quais os gêneros discursivos passam no curso de sua história. Assim, em nosso trabalho, ao tomarmos a nota de repúdio como objeto empírico de análise, adotamos a reelaboração inovadora interna (cf. seção 2.2.1) como subcategoria da arquicategoria reelaboração, uma vez que descrevemos não o momento de surgimento desse gênero, mas, sim, as modificações observadas por meio do contraste entre exemplares do século XX e XXI. Na figura a seguir, encontra-se esquematizada a proposta teórico-metodológica desenvolvida pela autora:

Figura 5 – Proposta teórico-metodológica para análise diacrônica de gêneros



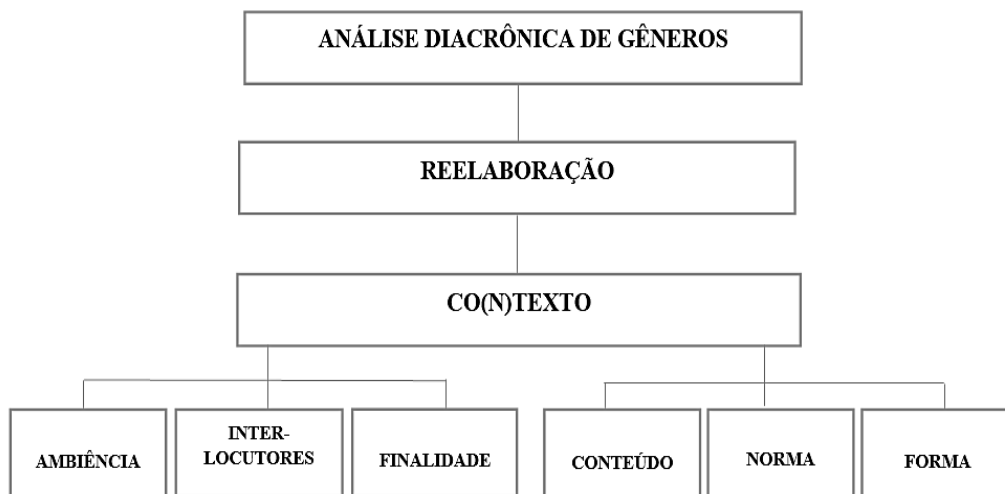
Fonte: Zavam (2017, p. 90, com adaptações)³⁹.

Observados os processos de reelaboração, em seguida, parte-se para a investigação das categorias teóricas *contexto* e *texto*. Nessa perspectiva, texto e contexto são duas dimensões indissociáveis e constitutivas dos gêneros, o que significa dizer que um estudo que tenha como objetivo resgatar o percurso histórico de um gênero precisa considerar, em suas análises, tanto os aspectos de natureza linguística (cotextual), quanto os de natureza não linguística (contextual) do gênero investigado. A respeito da divisão entre texto e contexto, Zavam (2017, p. 73) salienta que essa separação é meramente didática e explica que “em nenhum momento deixamos de considerar a indissociabilidade dessas dimensões”. Em sua

³⁹ Como dizemos em outro momento, a autora emprega, em seu modelo original, o termo “transmutação”. Em nossa pesquisa, por outro lado, utilizamos o termo “reelaboração” para se referir ao mesmo fenômeno descrito.

dissertação, Carvalho (2016)⁴⁰ também reconhece esse pressuposto teórico, mas apresenta uma contribuição ao modelo original de Zavam (2017) ao unir as dimensões do texto e do contexto em um único eixo, denominado pelo termo *co(n)texto*. Segundo Carvalho (2016), essa terminologia advém do quadro de análise textual-discursiva de Jean Michel-Adam⁴¹, para quem a análise da materialidade textual deve se fundamentar numa investigação *co(n)textual* do sentido, pois “o sentido de um texto se estabelece através de marcas mais ou menos evidentes que se materializam na tessitura do texto e também no contexto mais amplo no qual ele está inserido” (Carvalho, 2016, p. 58). Reconhecida a inter-relação entre texto e contexto, adotamos, em nosso trabalho, a contribuição de Carvalho (2016), apresentada na figura a seguir:

Figura 6 – Proposta para análise diacrônica e *co(n)textual* de gêneros



Fonte: Carvalho (2016, p. 58).

A primeira categoria, *ambiência*, objetiva investigar os aspectos sociais, históricos e culturais que circunscrevem a produção e a circulação dos gêneros, de modo a compreender como as particularidades do horizonte temporal e espacial agem nas produções textuais e discursivas. Portanto, partimos do princípio de que não é possível analisar um gênero se não levarmos em consideração o contexto de sua produção e circulação. Carvalho (2016), por exemplo, ao analisar a ambiência de resenhas acadêmicas publicadas entre os anos de 1953 e 2015, identificou, registrados na materialidade linguística desse gênero, alguns fatos que

⁴⁰ Na construção de seu trabalho, Carvalho (2016) também se baseia na versão de 2009 da tese de Aurea Zavam. Ver nota de rodapé 19.

⁴¹ ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual: uma introdução à análise textual dos discursos**. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da S. Neto e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. Revisão Técnica: João Gomes das S. Neto. São Paulo: Cortes, 2011.

permitem a reconstrução dos contextos que o engendram. Assim, o estudo mostrou que entre 1953 e 1970, a resenha acadêmica desempenhava um importante papel na validação e divulgação, em periódicos científicos, das primeiras publicações vinculadas à área de Linguística em nosso país. Posteriormente, entre as décadas de 1970 e 1990, a investigação apontou que esse gênero era produzido em um contexto que testemunhava a criação dos primeiros cursos de pós-graduação e o crescimento das políticas de financiamento de pesquisas. Nesse período, tornou-se necessário promover estudos que ultrapassassem a divulgação científica e que pudessem comprovar, a partir da quantidade de artigos científicos publicados, a produtividade intelectual do pesquisador. Testemunhou-se, com isso, uma diminuição no número de resenhas acadêmicas em periódicos especializados (Carvalho, 2016).

No que toca à categoria *interlocutores*, assinalamos o lugar e o papel social tanto dos produtores como dos destinatários dos gêneros. Para a análise dessa categoria, recorreremos às formulações de Maingueneau (2015, p. 118), que assevera, ao propor seu conceito de cena de enunciação, que “um gênero do discurso mobiliza seus participantes por meio de um papel determinado, mas não de todas as suas determinações possíveis”. Nesse sentido, quando um professor ou professora, numa situação comunicativa em sala de aula, repreende um aluno, intervém como agente educacional, e não como pai ou mãe de família, homem ou mulher de cabelos morenos, pele clara ou preta. Por esse motivo, ao investigar os interlocutores de dado gênero, interessa-nos verificar os *papéis institucionais* que os sujeitos desempenhavam na enunciação. Em sua pesquisa sobre denúncias em processos criminais, Rodrigues (2016) observou que nos séculos XX e XXI, os atores que atuam nesse gênero são o Promotor de Justiça – que assume a posição de autor do texto; o Juiz da Comarca – identificado como o destinatário da denúncia; e os denunciados, as vítimas e as testemunhas – participantes diretos da ação sobre a qual trata o texto. Além disso, a análise evidenciou a existência de uma forte segregação social entre as classes mais abastadas e as menos favorecidas na cidade de Fortaleza, do início do século XX. Enquanto, de um lado, pressupõe-se que Promotor e Juiz faziam parte da elite, por outro lado, denunciados, vítimas e testemunhas – na sua maioria, pessoas simples e de ofícios igualmente simples –, compunham a classe inferior da sociedade fortalezense de então.

Por sua vez, ao nos debruçarmos sobre a *finalidade comunicativa*, interessa-nos compreender as ações sociais corporificadas verbalmente pelos gêneros, isto é, as intenções comunicativas que moviam os atores sociais, identificados na categoria interlocutores, a interagirem. Para a investigação dessa terceira categoria, além dos pressupostos das TD,

também encontramos respaldo nas concepções das abordagens de análise de gêneros em ESP, que, adotando a nomenclatura *propósito comunicativo*, propõem que essa categoria seja mantida como critério privilegiado nos estudos de gêneros, não por sua centralidade, proeminência ou clareza evidente, mas “por sua posição como recompensa ou retribuição aos investigadores no momento em que chegam a completar o círculo hermenêutico” (Askehave; Swales, [2001] 2009, p. 243). Para exemplificar essa categoria, tomamos a pesquisa de Sena (2014) sobre anúncios publicitários. Nesse trabalho, a autora observou que, enquanto na maioria dos anúncios do século XXI os propósitos comerciais são evidentes e estão atrelados a outros subpropósitos de apelo à sedução, incitação e persuasão, no início do século XX, por outro lado, os anúncios eram mais informativos, traziam textos longos e com um propósito comunicativo de venda disfarçado.

Na quarta categoria, *conteúdo*, investigamos o *tópico discursivo* central de cada exemplar do gênero, ou seja, o fato ou evento que motivou a escrita do texto. Para essa análise, pode-se recorrer, por exemplo, às reflexões de Jubran (2006), que aponta os critérios de *centração* e de *organicidade* como as duas propriedades definidoras do tópico discursivo. De acordo com a autora, a *centração* diz respeito à focalização de um referente, um assunto, sobre que se discute, e abrange a *concernência* (relação de interdependência semântica entre os enunciados); a *relevância* (proeminência do conjunto); e a *pontualização* (localização do enunciado tido como focal). Por sua vez, a *organicidade* diz respeito ao desdobramento do tópico central em subtópicos, quer num plano hierárquico, vertical (as relações existentes entre o tópico central e os subtópicos a ele subordinados), quer num plano linear, horizontal (as relações são estabelecidas na linha do discurso). Em seu estudo sobre editoriais de Jornais, Zavam (2017) mostrou que o conteúdo temático desse gênero está sempre a serviço do propósito comunicativo central de defender o posicionamento crítico do jornal. Assim, enquanto no século XIX foi possível identificar, mais acentuadamente, a manifestação do editorialista a respeito de temas relacionados com questões político-partidárias (críticas e denúncias contra órgãos da administração pública), no século XX, os editoriais voltavam sua atenção mais para temas da atualidade (como a cobrança de ações do poder público para problemas que afetavam a sociedade).

Na instância da *norma*, empreendemos uma análise das características convencionais, ou tradicionais, dos gêneros. Ao tratar dessa categoria, remetemos à ideia de que ao agirmos responsivamente diante de um gênero, o fazemos em razão de uma série de conhecimentos sociais, culturais e co(n)textuais pré-estabelecidos. Esses saberes prévios, adquiridos ao longo das práticas discursivas, nos permitem identificar os gêneros, suas liberdades e imposições,

bem como os elementos linguístico-discursivos repetitivos e tradicionais que o constituem. Sabemos, por exemplo, que a fórmula textual de início *Era uma vez* situará o texto dentro do campo artístico-literário, mais especificamente, como um exemplar do gênero conto infantil, enquanto o uso de verbos no imperativo é um traço característico, entre outros, da composicionalidade dos gêneros manual de instrução e receita culinária, como podemos observar, respectivamente, nas seguintes construções: *Com o auxílio de um martelo e uma chave de fenda, de uma leve batida e encaixe os tapa furos e Coloque os líquidos no liquidificador e bata. Junte os outros ingredientes e leve para assar.* No mencionado estudo de Carvalho (2016), o autor analisou, na categoria norma, a construção composicional do gênero resenha acadêmica. Entre os achados, observou-se nessa tradição discursiva um padrão organizacional de quadro unidades retóricas que, por sua vez, desdobravam-se em diferentes subunidades. Estas últimas oscilaram ao longo do período de tempo investigando, revelando que, a depender da fase geracional, a composição das resenhas prioriza a veiculação de unidades de informação específicas.

Por fim, na sexta instância analítica, a da *forma*, estudamos a configuração grafoespacial dos gêneros discursivos, isto é, a maneira como se manifestam em diferentes mídias e suportes. Neste caso, entendemos suporte como “um *locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto” (Marcuschi, 2008, p. 174) e mídia como a tecnologia de mediação da interação linguageira, o meio através do qual os gêneros do discurso circulam (Bonini, 2011), a exemplo do rádio, da televisão, da internet, das redes sociais. Em nossa pesquisa, defendemos, assim como Debray (1995, p. 101), que as formas gráficas – “a escolha de um caractere, o formato, a paginação, o espaçamento entre as palavras, a qualidade do papel utilizado” –, embora não façam parte da organização discursiva, “antecipam o estatuto social do que é apresentado para ser lido”, contribuindo positivamente no processo de (re)construção dos sentidos do texto. Assim, nessa categoria, analisamos os aspectos paratextuais dos gêneros discursivos, o que inclui diagramação, formato, tamanho da letra, itálicos, negritos, extensão, localização no corpo do jornal, recursos multimodais, entre outros. Como ilustração da aplicabilidade dessa categoria, tomemos o trabalho de Rodrigues (2011) sobre anúncios publicitários de carros. Nesse estudo, a partir das contribuições de Kress e van Leeuwen (2001)⁴², Rodrigues constatou que os recursos multimodais (texto verbal e imagético), encontrados nos anúncios veiculados entre 1919 e 2010, constituem elementos importantes

⁴² KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Multimodal Discourse**: The modes and media of contemporary communication. New York: Oxford University Press, 2001.

para a construção discursiva e podem auxiliar, inclusive, na captura do propósito comunicativo pretendido pelo enunciador.

Com as seis categorias co(n)textuais elegidas por Zavam (2017), esperamos obter uma compreensão mais ampla sobre os traços de mudança e permanência no gênero nota de repúdio. Desse modo, após a discussão acerca de nossa base teórica, no próximo capítulo, indicamos o percurso metodológico que adotamos a fim de que possamos alcançar nossos objetivos e testar nossas hipóteses de pesquisa.

3 PERCURSO METODOLÓGICO: PROCEDIMENTOS ADOTADOS NA INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados em nossa investigação. A atividade que aqui desenvolvemos, além de nos orientar na investigação dos traços de mudança e permanência em notas de repúdio, é um importante instrumento retórico e discursivo para a validação do caráter científico de nossa pesquisa, servindo para replicação de nossos resultados e fonte de consulta para outros cientistas do texto e do discurso. Para tanto, apoiamo-nos em Gil (2014, p. 8), que, a respeito dessa questão, explica que “para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento”. No que diz respeito à sua configuração retórica, este capítulo está dividido da seguinte maneira: na primeira seção, apresentamos os *métodos de pesquisa* (método de abordagem e métodos de procedimentos) empregados no estudo; na sequência, discutimos sobre os critérios de *constituição e caracterização do corpus*, sobretudo no que concerne aos critérios de coleta, seleção e armazenamento dos dados; por fim, especificamos *os procedimentos de análise*, que se ancoram, principalmente, na proposta teórico-metodológica de Zavam (2017) e nos demais postulados teóricos indicados no capítulo dois desta dissertação. O percurso que apresentamos ao longo das próximas seções foi delineado em consonância com os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Grupo TRADICE/UFC.

3.1 Métodos de pesquisa

Conforme apontamos no capítulo de introdução, neste trabalho, assumimos o pressuposto de que a *historicidade*, a *mutabilidade* e a *recorrência* são características constitutivas dos gêneros do discurso. Aceitando esse postulado, definimos como objetivo central investigar quais traços linguístico-discursivos se conservaram e quais traços dessa mesma dimensão se alteraram ao longo do percurso histórico do gênero nota de repúdio. Diante disso, nosso estudo adota o *método de abordagem indutivo*, que se caracteriza por partir da observação dos fenômenos em um número particular de dados para que, após a descoberta da relação entre esses fenômenos, se realizem generalizações acerca dessa relação (Marconi; Lakatos, 2003). Analisamos, assim, uma quantidade específica de notas de repúdio, reconhecendo a impossibilidade de estudar todos os textos desse gênero já produzidos.

Generalizando os resultados obtidos, compreendemos melhor a nota de repúdio e suas características em distintas fases de seu percurso histórico.

Uma vez que nos apoiamos nas proposições do paradigma teórico das TD, também adotamos os *métodos de procedimento histórico e comparativo*. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), o método histórico parte do princípio de que um objeto de estudo (acontecimentos, processos e instituições) pode ser mais bem compreendido se analisarmos as origens e desdobramentos desse objeto ao longo do tempo. Assim, investigamos notas de repúdio sob uma perspectiva histórica por acreditarmos que este gênero e suas características linguístico-discursivas “não são aleatórias, mas motivadas historicamente” (Carvalho; Zavam, 2018, p. 49). Nesse sentido, defendemos que os gêneros refletem e refratam suas condições particulares de produção e uso. Logo, é possível afirmar que os gêneros mudam, porque mudam, por exemplo, as necessidades sociais, os propósitos comunicativos dos interlocutores, assim como as tecnologias de produção e circulação de textos e de discursos.

A respeito do método comparativo, Marconi e Lakatos (2003) assinalam que ele é usado para comparações tanto de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, permitindo ao pesquisador deduzir dos dados observados os elementos constantes, abstratos e gerais. Na constituição de nosso *corpus*, realizamos um recorte temporal, que compreende parte do século XX e o início do XXI, e o dividimos em seis faixas de tempo⁴³. Com essa distribuição cronológica, acreditamos ser possível observar as características das notas de repúdio em diferentes momentos e, posteriormente, contrastar os resultados obtidos a fim de verificar quais traços permaneceram ou se alteraram em cada fase. Contrapondo notas de repúdio mais recentes com aquelas de sincronias passadas, identificamos os elementos linguístico-discursivos típicos desse gênero que se configuram como tradições discursivas. Para tanto, além do método qualitativo, também utilizamos o método estatístico, pois estamos de acordo com o pensamento de Kabatek (2005a, p. 174), para quem “[a] quantificação de elementos nunca vai substituir a análise filológica de detalhes, mas é uma base objetiva para a comparação, fundamento de qualquer estudo de evolução histórica”⁴⁴.

3.2 Constituição e caracterização do *corpus*

⁴³ Discorreremos sobre a divisão temporal do *corpus* na seção 3.2.

⁴⁴ “La cuantificación de elementos nunca va a ser un sustituto del análisis filológico de detalles, pero es una base objetiva para la comparación, fundamento de cualquier estudio de evolución histórica” (Kabatek, 2005a, p. 174)

Tendo em vista nosso interesse em investigar traços de mudança e permanência em notas de repúdio, compusemos um corpus de 68 exemplares do gênero publicados entre os anos de 1964 e 2022 em jornais impressos e mídias sociais de instituições cearenses. Nossa pesquisa cobre, portanto, um período de 59 anos, que dividimos em seis faixas de tempo: a) 1964-1973; b) 1974-1983; c) 1984-1993; d) 1994-2003; e) 2004-2013; f) 2014-2022. Como se pode observar, não flagramos, com essa delimitação temporal, o momento de nascimento da nota de repúdio na imprensa cearense. No entanto, cobrimos um importante período de transição, no qual o gênero passa de uma variante entre outras da constelação nota, para se tornar a forma mais recorrente, principalmente nos dias atuais. Para a constituição do *corpus*, seguimos, então, três etapas: i) coleta dos textos classificados como notas de repúdio; ii) seleção dos textos para análise; e iii) digitação dos textos selecionados.

Como critério definidor do Estado do Ceará como espaço geográfico para a coleta do *corpus*, consideramos nossa vinculação ao Grupo TRADICE/UFC e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGL/UFC). Desse modo, esperamos contribuir para uma maior compreensão das práticas textuais e discursivas da comunidade linguística na qual nossas atividades de pesquisa se desenvolvem. Com isso em mente, partimos para a definição do suporte e das mídias nas quais poderíamos encontrá-lo. A esse respeito, reconhecemos que ao longo de seu percurso histórico, a nota de repúdio pode ter encontrado – e continua a encontrar – diferentes espaços físicos e digitais para a sua manifestação. Assumindo essa hipótese, limitamo-nos, no entanto, a coletar textos publicados em jornais impressos e em mídias sociais (sites, *Facebook* e *Instagram*) de instituições cearenses. Para tanto, levamos em conta a acessibilidade e disponibilidade desses formatos na internet e em acervos físicos de consulta pública – como o da Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE) —, mas também sua relevância como espaços de veiculação de ideias em distintos momentos da história. Exploramos, pois, materiais já elaborados, mas que não receberam ainda um tratamento analítico, o que aproxima nosso trabalho do delineamento *documental e bibliográfico* (Gil, 2014).

Atentos ao fato de que a nota de repúdio poderia ter sofrido variação ao longo dos anos, e que esse fator dificultaria nossa tarefa de identificar os exemplares do gênero, na atividade de coleta, consideramos, então, os seguintes aspectos estruturais e linguístico-discursivos:

- a) Inicialmente, observamos a *estrutura composicional* dos textos. Para tanto, recorreremos, principalmente, ao trabalho de Sousa *et al.* (2022), no qual se propõe um modelo retórico para a formalização do gênero nota de repúdio. Investigando

exemplares desse gênero produzidos pela OAB, os autores identificaram um padrão estrutural com três unidades retóricas (UR) – UR1 – estabelecer o campo; UR2 – apresentar o cenário da ação repudiada; e UR3 – apresentar conclusões –, desdobradas em dez formas obrigatórias e opcionais de conduzir informações, chamadas de subunidades (S).

- b) De acordo com Sousa *et al.* (2022), na UR1, o autor da nota de repúdio apresenta um *título* (S1), informações referentes ao *local e data* (S2) e também uma abertura (S3)⁴⁵ (pequeno texto, similar ao *lead* encontrado em notícias jornalísticas, que sumariza o conteúdo da nota de repúdio). Para nossos objetivos, interessou-nos, sobretudo, as informações referentes à S1 e a S2. Sobre a primeira, os pesquisadores mostraram ter encontrado diferentes maneiras como essa estratégia pode ser realizada, a exemplo das formas “Nota + de + repúdio” e “Nota de repúdio à/ aos/ contra...”. Esse dado embasa nosso posicionamento de que “nota de repúdio” se configura, atualmente, como a terminologia típica do gênero que aqui analisamos, mas o amplia ao mostrarem que o autor da nota tem a possibilidade de destacar, desde o título, o tópico sobre o qual tratará o seu texto, como mostra o exemplo a seguir: “Nota de repúdio à *taxação e oneração dos livros no Brasil*” (Sousa *et al.*, 2022, p. 920, grifo nosso). Procuramos, então, textos nos quais os títulos remetessem: i) à constelação de gêneros “nota”; e/ou ii) à atitude avaliativa de repúdio.
- c) Sobre a S2, os autores mostram que a especificação sobre “cidade”, “dia”, “mês” e “ano” de emissão dos textos é outra característica importante das notas de repúdio. Também encontramos esses fatores de contextualização (Marcuschi, 2012)⁴⁶ nos textos cearenses do século XXI, no entanto, tipicamente localizados não no início dos textos, depois do título – conforme a posição da S2 da UR1 no modelo de Sousa *et al.*

⁴⁵ Os autores destacam que essa subunidade não tem caráter obrigatório e que sua realização diminuiu com o passar do tempo, não sendo encontrada, por exemplo, nos textos mais recentes publicados pela comunidade discursiva jurídica da OAB. Dito isso, Sousa *et al.* (2022) resolvem manter a S3 em seu modelo, pois, apesar de seu apagamento, ela “deixa perceber outra estratégia utilizada, e que pode vir novamente a ser empregada, tanto pela OAB como por outros locutores na escrita de suas notas de repúdio” (Sousa *et al.*, 2022, p. 921). Com nossa pesquisa, buscaremos desenvolver melhor essa discussão, não aprofundada pelos autores citados, verificando se essa S3 se realiza ou não nos textos publicados em jornais e mídias cearenses, e, se sim, se observamos também o seu apagamento (mudança) ao longo do tempo. Nesse caso, temos como objetivos identificar e explicar os motivos (linguísticos e discursivos) dessa mudança estrutural.

⁴⁶ Segundo Marcuschi (2012, p. 39), os fatores de contextualização “não são necessários para a constituição da textualidade”, “mas contribuem para avançar expectativas a respeito do texto, situando num universo de interação”. Além disso, podem “ser tidos como delimitadores textuais, especialmente nos textos escritos unidirecionais, que apresentam um início e um fim”. São exemplos de aspectos de contextualização: a localização, a data, elementos gráficos (a estrutura do *design* e a organização do texto), o título, a indicação do autor, entre outros.

(2022) –, mas no final, junto da assinatura⁴⁷. Independentemente de sua posição no corpo do texto, por sua recorrência, destacamos as informações “local”, “data” e “assinatura” como aspectos constitutivos da nota de repúdio, pistas que foram observadas durante a investigação.

- d) Por sua vez, na UR2 – apresentar o cenário da ação repudiada –, encontram-se as informações referentes à identificação do agente que repudia (S1), ao motivo do repúdio (S2) e às vozes de autoridade que embasam o repúdio (S3). Portanto, é o momento do texto em que o autor: i) se apresenta nominalmente e mostra de forma explícita seu posicionamento enunciativo de repúdio – posicionamento marcado pelas formas verbais e nominais “repudiar” e “repúdio”; ii) fornece detalhes sobre a situação motivadora do repúdio (quando ocorreu?, onde ocorreu?, quem são os atores envolvidos (vítimas e acusados)?); e também, mas não obrigatoriamente, iii) embasa seu posicionamento trazendo para cena alguma voz ou instância de autoridade. Consideramos, assim, textos nos quais um autor, nominalmente identificado (no início ou final do texto), repudia um acontecimento, ao mesmo tempo em que fornece informações sobre o contexto que engendrou a ação repudiada.
- e) Por fim, ainda sobre a estrutura composicional, levamos em conta, a partir das informações assinaladas na UR3 – apresentar conclusões – do modelo retórico de Sousa *et al.* (2022), os diferentes subpropósitos comunicativos que podem ser realizados na nota de repúdio, tais como: mostrar as consequências da ação repudiada (S1A); apresentar apoio às vítimas (S1B); exigir/apresentar punição/solução para os problemas descritos (S1C); manifestar indignação ante à ação repudiada (S1D). Cumpre ressaltar que Sousa *et al.* (2022) não chegam a esclarecer em que medida essa última subunidade se diferencia da S1 da UR2. Mesmo diante dessa lacuna explicativa – questão a ser levantada novamente e com maior cuidado durante a etapa de análise – , para nossos objetivos, os aspectos linguístico-discursivos da UR3 revelam que a nota de repúdio pode realizar um conjunto de propósitos comunicativos (Askehave; Swales, [2001] 2009) e que os subpropósitos desse gênero são geralmente encontrados nos textos depois que o autor da nota apresenta seu posicionamento enunciativo de repúdio.
- f) Outros dois aspectos que observamos são o *tópico discursivo* e a *distância temporal* entre os fatos abordados (repudiados) e a publicação do texto. Notas de repúdio

⁴⁷ No modelo de Sousa *et al.* (2022) não há indicação sobre o aspecto “assinatura”.

tipicamente tratam sobre temas atuais de ordem social, política, econômica e cultural, geralmente de interesse público. Diretamente relacionado a essa questão, observamos que os autores escrevem e publicam suas notas num espaço de tempo relativamente curto em relação ao momento em que o fato ou evento repudiado aconteceu. Enquanto nos jornais impressos os textos são publicados, em média, até o dia seguinte aos fatos relatados, nas mídias sociais, pelas suas especificidades técnicas e facilidade de acesso nos dias de hoje, esse espaço temporal pode ser ainda menor. Em ambos os casos, por uma possível cobrança e necessidade pessoal ou social, em razão, por exemplo, do cargo ou da função desempenhada em alguma instituição pública ou privada, verificamos que o autor do texto procura publicizar imediatamente o seu posicionamento enunciativo de repúdio. Diante dos fatos apresentados, destacamos três faixas de tempo (datas) subjacentes às notas de repúdio: i) o tempo em que o evento repudiado aconteceu; ii) o tempo em que a nota de repúdio foi escrita; iii) o tempo em que a nota de repúdio foi publicada. Seguindo o modelo retórico proposto por Sousa *et al.* (2022), as duas primeiras informações podem ser localizadas, respectivamente, na S2 da UR2 e na S2 da UR1. Por seu turno, encontramos a terceira informação na capa e nas páginas do jornal e nas próprias postagens feitas nas mídias sociais (que costumam indicar, além da data, a hora em que os textos são publicados).

- g) Também levamos em conta se os textos apresentavam um *caráter opinativo*. Como salientamos anteriormente, uma das funções discursivas da nota de repúdio é apresentar a posição axiológica de rejeição de um autor contra algum fato ou evento atual. Nesse sentido, pode-se dizer que este é um gênero destinado à publicização de uma opinião (sempre de discordância convicta). Assim, presume-se que o autor (individual ou coletivo) publiciza seu texto em jornais e mídias sociais (por exemplo, *Facebook, Twitter, Instagram*) com o objetivo de que seu ponto de vista sobre o tema discutido seja (re)conhecido por seus interlocutores – a sociedade geral ou algum grupo específico.

Em síntese, apoiados nas características definidas a partir do estudo de Sousa *et al.* (2022) e de nossa leitura de uma amostra de notas de repúdio produzidas no século XXI, procuramos em jornais impressos e mídias digitais textos que indicassem uma filiação à constelação nota e nos quais um autor (individual ou coletivo), nominalmente identificado, expressasse uma atitude valorativa de repúdio a algum fato ou evento atual (em relação ao seu contexto temporal), geralmente de interesse público. Como se pode perceber, optamos por considerar também a “autoria individual” (Alves Filho, 2005, 2006), porquanto, apesar de as

notas de repúdio atuais serem assumidas, em sua maioria, por uma “autoria institucional”, também seria possível encontrar, atualmente e em sincronias passadas, textos nos quais um autor individual falaria em seu próprio nome.

Estabelecidas essas coordenadas, precisamos selecionar os periódicos para a procura dos exemplares de nota de repúdio. Observando a notoriedade e o seu tempo de circulação no contexto discursivo cearense, elegemos os seguintes jornais: *O Povo*, *O Estado*, *Tribuna do Ceará* e *Diário do Nordeste*, que publicaram seus primeiros números, respectivamente, em 7 janeiro de 1928, 24 de setembro 1936, 14 de dezembro de 1957 e 19 de dezembro 1981⁴⁸. Assim, tínhamos como objetivo inicial consultar todas as edições desses quatro periódicos, ou seja, abarcar um período de 94 anos, que ia de 1928 – data da primeira edição de *O Povo* – até 2022. No entanto, durante a coleta, deparamo-nos com alguns problemas que nos levaram a repensar esse recorte temporal. Em primeiro lugar, a nota de repúdio não ocupa um lugar específico no espaço do jornal, podendo aparecer, portanto, em qualquer página e seção. Segundo, por ser um gênero que emerge em resposta a acontecimentos não previsíveis, também não apresenta regularidade quanto à sua publicação. Terceiro, ao contrário do que se observa no contexto digital, a nota de repúdio era um gênero pouco publicado no jornal impresso. Por esses motivos – identificados ao longo da coleta –, tornou-se uma tarefa árdua localizar exemplares do gênero nos quatro jornais selecionados.

Iniciamos a atividade de coleta pelas edições mais recentes, ou seja, por aquelas publicadas no século XXI, e fomos aos poucos retrocedendo em direção aos números de sincronias passadas. Tomamos essa posição por acreditarmos que assim poderíamos identificar mais facilmente os exemplares do gênero. Assim prosseguimos, porém, tendo em vista as dificuldades anteriormente apresentadas, e também pelo tempo ainda disponível para a realização deste estudo, conseguimos consultar apenas os números publicados entre 1964 e 2022. Apesar de esse recorte de tempo divergir, significativamente, de nosso propósito inicial – que era abarcar um intervalo de 94 anos –, verificamos que os dados coletados eram suficientes para podermos alcançar nossos objetivos de pesquisa. Nesse sentido, conseguimos observar o gênero em momentos importantes de sua formação, como, por exemplo, quando deixa de ser uma variante entre outras da constelação nota, para se tornar a forma mais típica e reconhecida, sobretudo nos dias atuais. Dito isso, a coleta das notas de repúdio em sua versão impressa que constituíram *corpus* foi realizada entre os meses de maio e agosto de

⁴⁸ Os jornais *O Povo*, *O Estado* e *Diário do Nordeste* continuam em circulação nos dias de hoje (2023). O “Diário”, no entanto, a partir de 1.º de março de 2021, passou a distribuir suas edições apenas em plataformas online. Quanto ao jornal *Tribuna do Ceará*, este encerrou suas atividades no ano de 2001.

2023 no setor de periódicos e obras raras da Biblioteca Estadual do Ceará (BECE)⁴⁹, localizada na cidade de Fortaleza-CE. Ao final dessa atividade, conseguimos recolher 107 exemplares do gênero.

Diante desses resultados, e considerando ainda o fato de que precisaríamos selecionar notas de repúdio publicadas no contexto digital, nos questionamos sobre como estabelecer o tamanho de nossa amostra, de tal maneira que a partir de sua análise pudessemos indutivamente inferir, da melhor maneira possível, as características da população total (Marconi; Lakatos, 2003). Sobre esse assunto, Sardinha (2003, p. 104) nos diz que, embora se faça menção constante de *corpora* grandes e pequenos na literatura, não há abordagens formais e objetivas para se estabelecer a representatividade de um *corpus*, isto é, “não há nenhuma fórmula matemática amplamente aceita que informe a quantidade ou distribuição de palavras ou textos que um *corpus* deva ter para ser representativo”. Segundo o autor, abordagens de tipo *estatística e impressionística* têm sido empregadas para o estabelecimento da representatividade de um *corpus*. A seu respeito, pode-se dizer, em síntese, que são abordagens que se fundamentam na credibilidade de um membro da comunidade científica⁵⁰, não nos dados reais acerca da utilização de *corpora* pelos linguistas. Em consonância com Sardinha (2003), adotamos uma terceira via, a abordagem *histórica*, que consiste na observação dos *corpora* que estão de fato sendo usados pela comunidade de pesquisadores⁵¹. Para tanto, inicialmente realizamos um levantamento (não exaustivo) de alguns trabalhos de mestrado e de doutorado que se apoiam no paradigma das tradições discursivas e tomamos nota do tamanho, em número de exemplares⁵², de todos os *corpora*. No quadro a seguir, apresentamos os dados gerais dessas pesquisas:

⁴⁹ As edições do jornal *O Povo*, publicadas entre 1964 e 1965, foram coletadas em arquivos microfilmados, também disponíveis na mesma instituição.

⁵⁰ Nesse caso, entende-se que um pesquisador propõe um tamanho de *corpus* que ele considera ideal, e, pelo fato de esse sujeito ser alguém importante e respeitado entre seus pares, o número definido por ele acaba sendo adotado e replicado por outros cientistas do mesmo campo.

⁵¹ Com essa abordagem, “busca-se *saber* o que é aceitável” perante a comunidade, “e não *prescrever* o que seria ideal” (Sardinha, 2003, p. 109, grifos do autor).

⁵² Em sua proposta, Sardinha (2003) define o “número de palavras” dos *corpora* como critério de análise. Por trabalharmos com *corpora* variados, constituídos de texto verbal e/ou imagético (editorial de jornal, resenha acadêmica, anúncio publicitário, capa de jornal e outros), o critério citado não nos permitiria abarcar a complexidade e diversidade de gêneros discursivos que têm sido investigados no campo das TD.

Quadro 5 – *Corpora* utilizados em trabalhos sobre tradições discursivas

AUTOR (A)	NÍVEL	GÊNERO ANALISADO	Nº DE EXEMPLARES
Bonifácio (2011)	Doutorado	Anúncio publicitário	37
Carvalho (2016)	Mestrado	Resenha acadêmica	45
Gomes (2007)	Doutorado	Editorial de jornal	100
Nascimento (2010)	Mestrado	Rezas de cura	75
Rebouças (2017)	Doutorado	Editorial de jornal	71
Rodrigues (2011)	Mestrado	Anúncio publicitário	54
Rodrigues (2016)	Mestrado	Denúncia em processo criminal	46
Sena (2014)	Mestrado	Anúncio publicitário	50
Simm (2017)	Doutorado	Carta e comentário de leitor	56
Travassos (2010)	Doutorado	Capa de jornal	90
Zavam (2009)	Doutorado	Editorial de jornal	110

Fonte: elaborado pelo autor⁵³.

Com os dados totais da coluna quatro (nº de exemplares), realizamos uma operação de média aritmética simples com o objetivo de identificar o valor central que representa todos os valores desse conjunto, isto é, o ponto da distribuição “em torno do qual se equilibram as discrepâncias positivas e negativas” (Feijoo, 2010, p. 14). Para esse cálculo, a partir da fórmula: $\bar{X}_i = (X_1 + X_2 + X_3 + \dots + X_n) / N$, somamos todos os valores do conjunto (37; 45; 100; 75; 71; 54; 46; 50; 56; 90; 110) e dividimos o resultado encontrado (734) pelo número de observações – que, em nosso caso, são (11) (total de trabalhos analisados) –, obtendo a média de (67, 7) exemplares. Tendo em vista o algarismo de comparação depois da vírgula ser > 5 (maior que 5)⁵⁴, abandonamos esse algarismo e aumentamos em uma unidade o algarismo que permaneceu. Com essa operação, concluímos que as teses e dissertações de nossa amostra analisam, em média, um total de 68 exemplares. Esse número reflete, portanto, um tamanho de *corpus* que se pode considerar aceitável para a pesquisa em TD que aqui propomos. Considerando que havíamos recolhido 107 textos, e que ainda precisávamos acrescentar outros publicados em mídias sociais, a próxima etapa consistiu na seleção dos textos mais

⁵³ As referências bibliográficas dos trabalhos aqui mencionados se encontram especificadas no “Apêndice A”.

⁵⁴ Procedimento adotado em consonância com a Resolução Nº 886/66 da fundação IBGE.

representativos para o estudo.

Para tanto, inicialmente desdobramos os 59 anos investigados em seis períodos distintos: os cinco primeiros com 10 anos cada e o último com 9 anos. A distribuição ficou da seguinte maneira: a) 1964-1973; b) 1974-1983; c) 1984-1993; d) 1994-2003; e) 2004-2013; f) 2014-2022. Com essa divisão, observamos as características das notas de repúdio em diferentes momentos, o que nos permitiu verificar, contrastando os resultados obtidos, quais traços linguístico-discursivos permaneceram e/ou se alteraram em cada fase. Também conseguimos flagrar os períodos com menor e maior número de publicações do gênero e, com isso, conseguimos determinar, por um lado, quando a nota de repúdio passa a circular mais no jornal impresso, e por outro, quando começa a entrar em declínio nesse mesmo suporte. Os textos impressos não selecionados para a análise estavam situados, principalmente, entre as fases três e quatro, períodos em que encontramos maior quantidade de notas de repúdio. Por tanto, nossa distribuição dos exemplares por período geracional reflete, em certa medida, a recorrência do gênero ao longo do tempo.

Assim sendo, selecionamos, então, 61 exemplares dos 107 coletados na versão impressa e 7 publicados em sites e redes sociais (*Facebook* e *Instagram*) de diferentes instituições cearenses. No contexto digital on-line, focalizamos somente em notas de repúdio de autoria institucional, pois, durante a coleta, não encontramos produções textuais de outros tipos de autores. Para a escolha das instituições, levamos em conta aqueles nomes mais recorrentes na versão impressa dos jornais analisados, mas também acrescentamos outros que não haviam aparecido naquele suporte. Além disso, recolhemos uma menor quantidade de textos nativos digitais, pois nosso objetivo é apenas contrastá-los com aqueles encontrados no suporte físico do jornal, analisando, assim, as possíveis contribuições do lugar de publicação para mudanças e permanências no gênero. O quadro 6 apresenta a constituição do *corpus*, indicando o nome do periódico e da instituição, o número e a data de publicação do exemplar selecionado por fase.

Quadro 6 – Corpus da pesquisa

Fase	Fonte
Fase 1 (1964-1973)	<ul style="list-style-type: none"> • <i>O Povo</i>, nº 11.183, 26 de fevereiro de 1964 • <i>O Povo</i>, nº 11.456, 26 de janeiro de 1965 • <i>O Povo</i>, nº 12.047, 14 de outubro de 1966 • <i>O Povo</i>, nº 12.053, 21 de outubro de 1966
Fase 2 (1974-1983)	<ul style="list-style-type: none"> • <i>O Povo</i>, nº 14.573, 07 de março de 1975 • <i>O Povo</i>, nº 16.324, 22 de janeiro de 1980 • <i>O Povo</i>, nº 16.469, 19 de junho de 1980

	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Diário do Nordeste</i>, nº 488, 30 de abril de 1983 • <i>Diário do Nordeste</i>, nº 492, 04 de maio de 1983 • <i>Diário do Nordeste</i>, nº 509, 21 de maio de 1983 • <i>Diário do Nordeste</i>, nº 526, 01 de junho de 1983
Fase 3 (1984-1993)	<ul style="list-style-type: none"> • <i>O Povo</i>, nº 18.419, 13 de setembro de 1985 • <i>O Povo</i>, nº 18.430, 24 de setembro de 1985 • <i>O Povo</i>, nº 18.445, 09 de outubro de 1985 • <i>Diário do Nordeste</i>, nº 1.520, 15 de março de 1986 • <i>Diário do Nordeste</i>, nº 1.539, 05 de abril de 1986 • <i>Diário do Nordeste</i>, nº 1.575, 12 de maio de 1986 • <i>Tribuna do Ceará</i>, nº 15.717, 19 de maio de 1989 • <i>O Povo</i>, nº 20.505, 19 de abril de 1991 • <i>O Povo</i>, nº 20.527, 11 de maio de 1991 • <i>O Povo</i>, nº 20.576, 29 de junho de 1991 • <i>O Povo</i>, nº 20.600, 23 de julho de 1991 • <i>O Povo</i>, nº 20.677, 09 de agosto de 1991 • <i>O Povo</i>, nº 20.771, 12 de janeiro de 1992 • <i>O Povo</i>, nº 20.831, 15 de março de 1992 • <i>Diário do Nordeste</i>, nº 3.759, 14 de agosto de 1992 • <i>O Povo</i>, nº 21.978.1, 14 de agosto de 1992 • <i>O Povo</i>, nº 21.978.2, 14 de agosto de 1992 • <i>Diário do Nordeste</i>, nº 3.794, 18 de setembro de 1992 • <i>O Estado</i>, nº 16.706, 22 de outubro de 1992 • <i>O Povo</i>, nº 24.319, 13 de março de 1993 • <i>O Povo</i>, nº 24.320, 14 de março de 1993
Fase 4 (1994-2003)	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Tribuna do Ceará</i>, nº 17.501, 23 de fevereiro de 1994 • <i>Tribuna do Ceará</i>, nº 17.503, 25 de fevereiro de 1994 • <i>Diário do Nordeste</i>, nº 4.510, 16 de setembro de 1994 • <i>Diário do Nordeste</i>, nº 4.511, 27 de setembro de 1994 • <i>O Povo</i>, nº 22.883, 17 de março de 1995 • <i>O Povo</i>, nº 22.916, 21 de abril de 1995 • <i>O Povo</i>, nº 22.923, 28 de abril de 1995 • <i>Diário do Nordeste</i>, nº 5.051, 21 de março de 1996 • <i>O Povo</i>, nº 24.132, 13 de maio de 2001 • <i>O Povo</i>, nº 24.271, 29 de setembro de 2001 • <i>O Povo</i>, nº 24.317, 14 de novembro de 2001 • <i>Diário do Nordeste</i>, nº 7.255, 09 de maio de 2002 • <i>O Povo</i>, nº 24.540, 29 de junho de 2002 • <i>O Povo</i>, nº 24.575, 03 de agosto de 2002 • <i>Diário do Nordeste</i>, nº 7.502, 13 de janeiro de 2003 • <i>O Povo</i>, nº 24.935, 02 de agosto de 2003
Fase 5 (2004-2013)	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Diário do Nordeste</i>, nº 7.938, 01 de abril de 2004 • <i>O Povo</i>, nº 25.217, 14 de maio de 2004 • <i>O Estado</i>, nº 19.645, 24 de maio de 2004 • <i>O Estado</i>, nº 19.654, 04 de junho de 2004 • <i>Diário do Nordeste</i>, nº 8.333, 05 de maio de 2005 • <i>O Povo</i>, nº 25.688, 02 de setembro de 2005

	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Diário do Nordeste</i>, nº 8.637, 08 de março de 2006 • <i>O Povo</i>, nº 26.052, 05 de setembro de 2006 • <i>O Povo</i>, nº 26.388, 11 de agosto de 2007 • <i>O Povo</i>, nº 27.048, 09 de junho de 2009 • <i>O Povo</i>, nº 27.464, 03 de agosto de 2010 • <i>O Povo</i>, nº 27.625, 13 de janeiro de 2011
Fase 6 (2014-2022)	<ul style="list-style-type: none"> • <i>O Povo</i>, nº 29.548, 11 de maio de 2016 • <i>Ordem dos Advogados do Brasil Seção Ceará</i>, 28 de janeiro de 2018 [on-line] • <i>Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual do Ceará</i>, 12 de junho de 2019 [on-line] • <i>Governo do Estado do Ceará</i>, 30 de abril de 2020 [on-line] • <i>Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Ceará</i>, 18 de setembro de 2021 [on-line] • <i>Sindicato dos Jornalistas do Ceará</i>, 22 de junho de 2021 [on-line] • <i>Sindicato dos Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará</i>, 22 de abril de 2022 [on-line] • <i>Sindicato dos Jornalistas do Ceará</i>, 17 de maio de 2022 [on-line]

Fonte: elaborado pelo autor.

Os textos impressos foram fotografados em câmera de *smartphone* e posteriormente digitados em arquivos *Word*, conforme as normas para transcrição de documentos manuscritos e impressos empregadas pela equipe nacional do PHPB (cf. Anexo A). Quanto aos textos nativos digitais, estes foram coletados através de captura de tela (do *smartphone* e do computador do pesquisador) e passaram pelos mesmos procedimentos de digitação e salvamento aplicados aos impressos. Além de facilitar o posterior manuseio dos textos, a fotografia nos permitiu visualizar a configuração grafoespacial das notas de repúdio, sendo, portanto, um importante recurso para a análise da categoria “forma”. Sempre que possível, também coletamos os enunciados e informações referentes aos acontecimentos motivadores das ações repudiadas. Esse material nos auxiliou no processo de contextualização do conteúdo temático dos exemplares. Os textos selecionados para análise foram dispostos em ordem cronológica crescente e a cada um deles, para sua identificação no capítulo de resultados e discussões, foi atribuído um código alfanumérico, de modo a indicar o número do exemplar no *corpus* (NR01 a NR68), o nome do periódico – no caso dos textos nativos digitais, mencionamos o nome do autor (quando for de responsabilidade enunciativa de uma única instituição) seguido pelo termo “on-line” –, a data de publicação da nota e, ainda, o número da edição (n?) (no caso dos jornais impressos).

Por fim, sublinhamos que no capítulo de resultados e discussões, como forma de

complementar nossas análises, eventualmente, trazemos exemplos de outros gêneros e notas de repúdio fora dos critérios temporais e espaciais anteriormente apresentados. Alguns desses textos foram coletados em edições impressas dos já citados periódicos cearenses; outros, em sites de instituições não cearenses; e outros, ainda, em edições digitalizadas de jornais também de outros estados do país, todas de livre acesso no portal da Hemeroteca Digital Brasileira (<https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>). Esses exemplares passaram pelo mesmo tratamento de transcrição antes referido e, em nota de rodapé, disponibilizamos link para leitura da publicação original. Delineadas, então, as etapas de coleta, seleção e armazenamento do *corpus*, na sequência, discutimos sobre os procedimentos metodológicos adotados na análise desses dados.

3.3 Procedimentos de análise

Nossa pesquisa se caracteriza como do tipo mista/integrativa (Bentes; Palumbo; Aquino, 2021), pois, na análise do *corpus*, adotamos, de forma complementar, as abordagens qualitativa e quantitativa. Assim, observamos e tentamos compreender o fenômeno de estudo em seu contexto natural, recorrendo, também, a dados quantitativos/estatísticos, que se somarão, a outros, como argumento numérico, nas interpretações empreendidas. Nesse sentido, para alcançar nossos objetivos, recorreremos à perspectiva sociodiscursiva de Bakhtin (2010, 2015, 2016) e de Volóchinov (2019, 2021), no que diz respeito às noções de *enunciado*, *gênero do discurso* e *reelaboração*; à perspectiva sociorretórica de Miller (2012) e Bazerman (2011a, 2011b); aos estudos em ESP, na figura de Swales (1990) e Askehave e Swales ([2001] 2009); e aos postulados desenvolvidos no âmbito do paradigma das TD, com base em Koch ([1997] 2021) e Kabatek (2005a, 2005b). Em nossa investigação, lançamos mão, ainda, da abordagem teórico-metodológica de Zavam (2017), que propõe seis categorias analíticas para um estudo diacrônico de gêneros: “ambiência”, “interlocutores”, “finalidade”, “conteúdo”, “norma” e “forma”.

Com essas instâncias, observamos tanto aspectos relacionados ao contexto de produção como também à materialidade de nosso objeto de estudo. Assim sendo, na primeira categoria, “ambiência”, descrevemos o contexto sócio-histórico e político que engendra a produção e a circulação das notas de repúdio. Nesse sentido, procuramos na tessitura textual marcas linguístico-discursivas que nos permitam reconstruir aspectos da história político-social do Brasil e Ceará, de modo a verificar nossa hipótese de que os gêneros, em particular a nota de repúdio, refletem e refratam suas condições enunciativas e históricas de produção. Na

“interlocutores”, discutimos, inicialmente, a partir dos estudos de Alves Filho (2005, 2006) e Maingueneau (2015), a respeito das instâncias (humanas e institucionais) produtoras do gênero e, na sequência, sobre seu auditório social. Feito isso, na terceira categoria de análise, realizamos um levantamento dos *propósitos comunicativos* dos textos. Alcançado a partir do estudo da materialidade verbal e do contexto que embasava a interação dos interlocutores, esse critério nos possibilitará melhor compreender os objetivos dos autores de notas de repúdio no período delimitado.

Na quarta categoria, “conteúdo”, investigamos os tópicos discursivos centrais mais recorrentes no *corpus*, isto é, os assuntos sobre os quais falam os textos. Para dar conta dessa instância, recorremos à noção de tópico discursivo, conforme proposta de Jubran (2006). Na categoria “norma”, por sua vez, estudamos os elementos linguístico-discursivos típicos da nota de repúdio que se configuram como tradições discursivas. Nesta pesquisa, examinamos, em um primeiro momento, com base na proposta original de Alves Filho (2006) para análise da autoria institucional em editoriais de jornais, algumas características salientes da autoria *coletiva institucional* (cf. subseção 4.2.1) nas notas de repúdio e, na sequência, apoiados no modelo CARS desenvolvido por Swales (1990) e no trabalho de Sousa *et. al* (2022), a organização retórica do gênero. Por fim, na categoria *forma*, analisamos a materialização das notas de repúdio nos jornais impressos e nas mídias sociais. Observamos, portanto, características como a localização do texto no corpo do jornal, recursos multimodais, extensão, traços tecnolinguageiros, entre outros.

Reafirmamos que as categorias selecionadas dialogam diretamente com nosso quadro teórico basilar e, portanto, com nossos objetivos de pesquisa. Dessa maneira, no capítulo seguinte, apresentamos a análise e as discussões dos resultados obtidos através dos procedimentos metodológicos aqui delineados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: OS ACHADOS DA PESQUISA

Neste capítulo, apresentamos a análise e discussão de nossos resultados. Como sabemos, a nota de repúdio configura-se, nos dias atuais, como um artefato linguístico-discursivo institucionalizado para a expressão opinativa de indivíduos e instituições em diferentes mídias e suportes – jornais, sites, redes sociais etc. Embora sua publicação tenha se tornado cada vez mais frequente, sobretudo no contexto digital, verificamos que ainda pouco se conhece sobre essa tradição discursiva. Numa perspectiva sincrônica, entre os estudos que se dedicaram a esse tema, podemos citar: a pesquisa de Albuquerque e Cavalcante (2022), que analisou estratégias linguístico-discursivas de (im)polidez em uma nota de repúdio; o trabalho de Sousa *et al.* (2022), que investigou a organização retórica do gênero; e o estudo de Sousa e Sousa (2022), que examinou os propósitos comunicativos em notas de repúdio. De modo a contribuir com esse debate, nas próximas seções, observamos nosso objeto de estudo em diferentes fases de sua história, assinalando, respectivamente, as especificidades do entorno sócio-histórico e político que engendra esse gênero; seus autores e destinatários; seus propósitos comunicativos e temas mais frequentes; seus elementos típicos que se caracterizam como TD; e sua configuração grafoespacial e paratextual.

4.1 Ambiência: o entorno sócio-histórico e político de produção do gênero

Como formas típicas de enunciados, os gêneros estão indissociavelmente ligados ao horizonte temporal e espacial de seu acontecimento (Volóchinov, 2019). À vista disso, descrevemos, nesta seção, o entorno sócio-histórico e político que engendra as notas de repúdio que compõem nosso *corpus*. Para tanto, a investigação aqui proposta cobrirá três períodos da história brasileira e cearense: i) governo João Goulart (1961-1964); ii) governo militar ditatorial (1964-1985); e iii) redemocratização (1985-2022). Apesar de o recorte temporal que delineamos na seção de metodologia ter seu início em 1964, consideramos necessário retroceder um pouco no tempo e também abordarmos o governo de João Goulart, pois assim compreendemos o processo que culminou com a deposição desse presidente e a instauração da ditadura militar no Brasil. Dito isso, ressaltamos que não pretendemos narrar com pormenores os acontecimentos dessas três fases históricas, apenas destacar aqueles eventos que tomamos como relevantes para alcançarmos o propósito desta e das próximas seções.

Numa tentativa de autogolpe de Estado, em 25 de agosto de 1961, com apenas sete meses de mandato, Jânio Quadros renunciou à Presidência do Brasil. Estipulava a Constituição de 1946, em seu Art. 79, que, em caso de impedimento do Presidente, o Vice sucedê-lo-ia na vaga⁵⁵. Como João Goulart – popularmente conhecido como Jango – estava fora do país, nesse mesmo dia (25/08), Ranieri Mazzilli, então Presidente da Câmara dos Deputados, assumiu o Palácio do Planalto. Assim deveria ser até a chegada de Goulart ao Brasil. No entanto, os ministros da Marinha (Vice-Almirante Sylvio Heck), da Guerra (Marechal Odylo Denys) e da Aeronáutica (Brigadeiro Gabriel Grum Moss), recusaram-se a aceitar a posse de Jango, afirmando que, se ele descesse em solo brasileiro, seria preso. Em manifesto publicado no dia 30 de agosto daquele ano, os três ministros militares afirmaram que o Vice-Presidente estava ligado ao sindicalismo e comunismo internacional, por isso, sua posse representava um incentivo a todos aqueles que desejavam ver o país “mergulhado no caos, na anarquia e na luta civil”⁵⁶. Nesse sentido, defendiam a permanência de Mazzilli como presidente interino até a realização de novas eleições.

A reação contra os atos golpistas foi imediata. Articulada pelo Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, a chamada Campanha da Legalidade propunha derrubar o veto dos ministros militares à sucessão legal de Jango. Com o auxílio de mais de cem emissoras de rádio espalhadas pelo país, a campanha denunciava a tentativa de golpe e convocava a população brasileira a defender a Constituição Federal. Brizola, inclusive, ameaçou pegar em armas para garantir o cumprimento das prerrogativas constitucionais. A favor da causa legalista, sindicatos e associações passaram a organizar passeatas, comícios, palestras e paralisações por todo o Brasil. O jornal carioca *Última Hora*, por exemplo, em sua edição de 2 de setembro de 1961, publicou manifestos de diferentes instituições sindicais em defesa da posse de Jango. Subscrito por 28 entidades, um dos textos afirma o seguinte: “Pleno respeito à Constituição Federal! Contra as reformas impostas pelos golpistas! Posse imediata do Presidente João Goulart! Todo apoio às forças da legalidade e da Constituição! Viva o

⁵⁵“Art 79 - Substitui o Presidente, em caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Vice-Presidente da República”. BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 18 de setembro de 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 17 nov. 2023.

⁵⁶Ministros Militares Lançam Manifesto à Nação. **Última Hora**, Rio de Janeiro, Ano 11, n.3.431, p. 3, 31 ago.1961. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=70702>. Acesso em 17 nov. 2023.

Brasil!”⁵⁷ Com o país à beira de uma guerra civil, nesse mesmo 2 de setembro, o Congresso Nacional instituiu, por emenda constitucional, o sistema parlamentarista no Brasil.

Assim, no dia 7 de setembro de 1961, João Goulart assumiu o comando de um país endividado, mergulhado em profunda crise financeira e com altos índices de inflação. Além disso, com poderes restringidos, não tinha como implementar seus projetos reformistas, frustrando, então, grupos nacionalistas e de esquerda que desde os anos 1950 reivindicavam reformas de base em diferentes áreas. De acordo com Ferreira (2003), as reformas tratavam-se de um conjunto de medidas de caráter social-modernizante que visavam alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo uma melhor distribuição de renda e a redução da desigualdade social. Entre as principais reformas, estava: a *agrária*, que consistia na proposta de destinar para o campesinato terras improdutivas, o que contribuiria para baixar o custo dos alimentos no mercado interno, apaziguar os conflitos no campo e diminuir a miséria; a *educacional*, que propunha a democratização e ampliação do ensino, o fortalecimento da escola pública e gratuita e a transformação das instituições de ensino superior em centros de pesquisa e ensino voltadas às causas sociais; a *eleitoral*, que pretendia estender o direito de voto a analfabetos e oficiais não-graduados das Forças Armadas; a *administrativa*, que propunha remoção dos entraves burocráticos, eliminação do empreguismo e do clientelismo mediante seleção por concurso público; e a *tributária*, que visava estimular a produção e o consumo internos através da diminuição de impostos indiretos (consumo de bens e serviços) e maior taxaçaõ a pessoas físicas de maior poder aquisitivo⁵⁸.

No contexto da gestão Goulart, as reformas de base ganharam destaque, sobretudo, pela pressão exercida contra o Governo por grupos nacionalistas e de esquerda, a exemplo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), das Ligas Camponesas e do movimento sindical representado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Revisitando a história do PCB, Negro e Silva (2003) comentam que, em 1947, o Partido, que vinha crescendo nas urnas desde sua legalização, em 1945, pelo presidente Getúlio Vargas, foi colocado na ilegalidade e, em janeiro de 1948, teve os mandatos de todos os seus parlamentares cassados. Apesar disso, continuou a participar na vida política brasileira. Nos anos 1950, embora derrotado no plano eleitoral, o PCB se fortalecia no campo sindical atuando em defesa dos direitos trabalhistas, da legalidade democrática e de um desenvolvimento econômico anti-imperialista. Tais

⁵⁷Proclamação de Sindicatos Lida na Assembléia. **Última Hora**, Rio de Janeiro, Ano 11, n.3.433, p. 5, 2 set. 1961. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=70730>. Acesso em 18 nov. 2023.

⁵⁸Informações disponíveis em: <http://querepublicaessa.an.gov.br/uma-surpresa/416-jango-e-as-reformas-de-base.html>. Acesso em: 27 nov. 2023.

proposições se evidenciam, sobretudo, na chamada *Declaração de Março de 1958*, documento que reconhecia, entre seus principais pontos, o desenvolvimento capitalista em curso no país, a questão democrática e a possibilidade de conduzir a revolução brasileira por meios pacíficos, com a obtenção de reformas na estrutura econômica e nas instituições políticas⁵⁹.

As Ligas Camponesas, por sua vez, surgiram no ano de 1955, no Engenho Galiléia, em Pernambuco, e, nos anos seguintes, espalharam-se por outras regiões. Localizado no município de Vitória de Santo Antão, no limite entre a Zona da Mata e o Agreste pernambucano, Galiléia abrigava 140 de foreiros⁶⁰ em suas terras quando, em 1º de janeiro de 1955, foi criada a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), organização beneficente que tinha como objetivos a alfabetização de crianças e a formação de um fundo para aquisição de caixões mortuários e ajuda médica e jurídica para os seus associados. Oscar Beltrão, proprietário do Galiléia, concordou, em princípio, com a criação da associação, aceitando, inclusive, o convite dos foreiros para o cargo de Presidente de Honra da SAPPP. Posteriormente, sob influência do filho e de outros latifundiários – que afirmavam ser aquela organização uma estratégia para instaurar o comunismo nas terras do engenho (Silva, 2014) –, o proprietário ordenou imediata dissolução da SAPPP, o que não foi acatado pelos camponeses. Com o apoio do advogado e político Francisco Julião Arruda de Paula, em 1959, os foreiros de Galiléia conseguiram, então, a desapropriação do engenho, vitória que estimulou lideranças camponesas de Estados como Paraíba, Rio de Janeiro e Goiás, entre outros, a também lutarem pela Reforma Agrária no Brasil. Dando voz aos anseios do homem do campo, as Ligas sofreram forte repressão da polícia e dos grandes proprietários de terra ao longo dos anos seguintes, sendo enfraquecidas, e aos poucos desarticuladas, durante o regime militar.

Ao longo dos anos 1950, o sindicalismo brasileiro viveu o que Santana (2019, p. 245) chamou de um “momento de ouro”. Segundo esse mesmo autor, tal fato pode ser constatado tanto em termos do espaço que o movimento teve no interior da estrutura sindical corporativa, quanto no exterior, por meio das organizações intersindicais. Além disso, destaca-se seu papel na condução de inúmeras mobilizações grevistas pelo país – como a “Greve dos 300 mil” (1953) e a “Greve dos 400 mil” (1957), que congregaram trabalhadores de diferentes categorias (tecelões, gráficos, vidraceiros, marceneiros, metalúrgicos etc.) em prol de

⁵⁹**Declaração Sobre a Política do PCB**, 22 março 1958. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>. Acesso em: 02 dez. 2023.

⁶⁰Para cultivar a terra, os camponeses pagavam anualmente ao latifundiário uma quantia fixa em espécie chamada de “foro”. Por isso, o uso de “foreiro” para se referir a esses indivíduos.

reformas sociais e trabalhistas. Outro ponto importante, o movimento sindical teve ainda participação ativa na vida política brasileira, envolvendo-se, por exemplo, na Campanha da Legalidade e na luta pela volta do sistema presidencialista na década de 1960, durante o governo de João Goulart. Para tanto, destaque-se o papel do Comando Geral dos Trabalhadores, organização intersindical criada em 1962 com o objetivo de orientar e representar a corrente sindical em âmbito nacional. Liderados pela aliança das militâncias comunistas e trabalhistas, os sindicatos se transformaram, então, em interlocutores entre a classe trabalhadora e os patrões, atuando como instrumentos para a conquista e a manutenção dos direitos e projetos políticos dos trabalhadores.

Passada a euforia inicial com a posse de Jango, tais movimentos passaram a exigir do governo medidas radicais e imediatas para a solução dos problemas sociais, políticos e econômicos do país. Procurando manter-se fiel aos seus compromissos nacionalistas – sobretudo no que concerne às reformas de base –, naquele momento, o Presidente tinha, no entanto, como objetivo imediato, restaurar o presidencialismo no Brasil. Desse modo, com o apoio de setores da esquerda, da ala conservadora e do empresariado, passou a realizar uma intensa campanha publicitária pela volta do antigo regime, tomando como base, para tanto, a Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961, que previa, em seu art. 25, a possibilidade de realização, mediante previsão em lei, de um plebiscito para decidir sobre a manutenção do sistema parlamentarista⁶¹. Embora em um cenário de crise, a consulta popular foi aprovada, e assim, em 6 de janeiro de 1963, dos 11,5 milhões de eleitores que foram às urnas, 9,5 milhões votaram a favor do presidencialismo. Com plenos poderes, mas sem apoio necessário para aprovar suas medidas econômicas, Jango logo viu-se isolado no plano político⁶². Nesta situação, participou em 13 de março de 1964 do Comício da Central do Brasil, ato que visava colocar em prática as reformas de base que o Congresso relutava em aprovar. A reação de setores conservadores da sociedade brasileira veio de forma imediata por meio da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que aconteceu na cidade de São Paulo

⁶¹“Art. 25. A lei votada nos termos do art. 22 poderá dispor sobre a realização de plebiscito que decida da manutenção do sistema parlamentar ou volta ao sistema presidencial, devendo, em tal hipótese, fazer-se a consulta plebiscitária nove meses antes do termo do atual período presidencial”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-4-2-setembro-1961-349692-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17 dez. 2023.

⁶²A respeito da reforma agrária, principal questão levantada por políticos e lideranças trabalhistas, Ferreira (2003) afirma que as iniciativas de Jango não avançavam principalmente pelo artigo 141 da Constituição que permitia a expropriação apenas de terras não-ocupadas e mediante pagamento prévio em dinheiro. Para o pesquisador, enquanto as esquerdas defendiam o pagamento em títulos da dívida pública, os conservadores – que dominavam o Parlamento –, não aceitavam a alteração do citado artigo. Nesse sentido, o Presidente não encontrou condições favoráveis, nem apoio político suficiente, para enviar ao Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional.

em 19 de março e mobilizou entre 500 mil e 800 mil pessoas contra as medidas empreendidas por Goulart e a “ameaça” comunista no país.

No dia 25 de março, a despeito da proibição do Ministro da Marinha Sílvio Mota, cerca de dois mil marinheiros e fuzileiros navais, liderados por José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo, compareceram à sede do Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, para comemorarem o segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Considerando o ato dos marinheiros como uma subversão da hierarquia militar, o Ministro emitiu ordem de prisão contra os organizadores do encontro e enviou uma tropa de 500 fuzileiros navais para invadir o prédio do sindicato e retirar de lá os revoltosos. A tropa de choque, no entanto, em lugar de prender os marinheiros, aderiu à manifestação, que, naquele momento, tomou rumos reivindicatórios, no qual se exigia o reconhecimento oficial da entidade, a melhoria das condições de vida e alimentação digna nos navios. A rebelião terminou dois dias depois e os revoltosos foram anistiados por Jango, o que foi duramente criticado pela alta oficialidade da Marinha, que viu no ato do Presidente um incentivo à indisciplina e ao desrespeito da hierarquia militar. Então, no dia 31 de março, sob o comando do General Olímpio Mourão Filho, e com o apoio do Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, tropas marcharam de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro com o objetivo de destituir o governo de João Goulart, que, ciente dessa ação golpista, logo veio a público apresentar reação-resposta de denúncia e repúdio, conforme podemos observar a seguir:

(1)

Na manhã de hoje, parte da guarnição federal sediada em Minas Gerais rebelou-se sob o comando dos Generais Guedes e Mourão, inspirada no manifesto lançado pelo Governador do Estado contra a ordem constitucional e os poderes constituídos. // DIANTE dessa situação, o Presidente da República recomendou ao Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, que fôssem imediatamente tomadas as providências necessárias para debelar a rebelião, tendo sido deslocadas para Minas Gerais unidas do I Exército. // O movimento subversivo, que se filia às mesmas tentativas anteriores de golpe de Estado, sempre repudiadas pelo sentimento democrático do povo brasileiro e pelo espírito legalista das Forças Armadas, está condenado a igual malôgro, esperando o Governo Federal poder comunicar oficialmente, dentro em pouco, o restabelecimento total da ordem no Estado. // NÃO pode merecer senão o mais veemente repúdio da Nação a atitude dos que procuram instaurar a desordem e ferir as instituições democráticas, no momento em que o Governo Federal, com o apoio do povo e das Forças Armadas, se acha empenhado em encaminhar pacificamente, através do Congresso Nacional, as reformas e medidas necessárias à recuperação econômica e social do País. // É lamentável que se tenha escolhido como palco para deflagrar a nova tentativa golpista o Estado de Minas Gerais, depositário das melhores tradições cívicas do povo brasileiro. // A nação pode permanecer tranqüila. // O governo manterá inatingível a unidade nacional, a ordem constitucional e os princípios democráticos e cristãos em que

êle se inspira, pois / conta com a fidelidade das Fôrças / Armadas e com o patriotismo do po- / vo brasileiro (*Última Hora*, 31/03/1964, n.1.269)⁶³.

Na madrugada do dia 1º para o dia 2 de abril, embora Jango estivesse em território nacional, o presidente do Congresso, Auro de Moura Andrade, convocou uma reunião extraordinária para decretar a vacância da Presidência da República. Minutos depois, no Palácio do Planalto, Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu interinamente o governo do Brasil. Como suporte jurídico para legitimar o novo regime e seus atos autoritários, em 9 de abril, o autodenominado Comando Supremo da Revolução – composto pelos ministros militares Artur da Costa e Silva (ministro do Exército), Augusto Rademaker (ministro da Marinha) e Francisco de Assis Correia de Melo (ministro da Aeronáutica) – decretou o Ato Institucional nº 1 (AI-1), primeiro de uma série de 17 atos promulgados pelos governos militares durante a ditadura, que, entre outros direitos, permitia a cassação de mandatos legislativos e a suspensão de direitos políticos, além de estipular a realização imediata de eleições indiretas para a Presidência e vice-presidência da República⁶⁴.

Candidato preferido da maioria dos oficiais do Exército, o marechal Humberto de Alencar Castello Branco foi eleito Presidente no dia 15 de abril de 1964 por um Colégio Eleitoral, a princípio para um mandato até 31 de janeiro de 1966. Dias depois de sua posse, através de decreto-lei que instituía os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) já previstos no AI-1, Castello Branco dava início à chamada “Operação Limpeza”. Segundo Alves (1989), os referidos inquéritos deveriam investigar as atividades de funcionários civis e militares, de níveis municipal, estadual e federal, para identificar os que estavam comprometidos em atividades “subversivas”. Por meio desse conjunto de medidas que se convencionou chamar de “Operação Limpeza”, o governo militar, além de expurgos na burocracia pública e nas Forças Armadas, também cassou mandatos parlamentares e perseguiu grandes movimentos sociais e seus líderes políticos.

Nesse cenário de repressão, a Universidade de São Paulo (USP) foi invadida por tropas militares; a de Minas Gerais, submetida à intervenção; e a de Brasília sofreu interferência em seu programa. Outros setores atingidos pela “Operação Limpeza” foram os sindicatos e as

⁶³Jango: – o Golpe está condenado. *Última Hora*, Rio de Janeiro, Ano 13, n.1.269, p. 1, 01 abr. 1964. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&Pesq=%22rep%22&pagfis=98567>. Acesso em: 25 dez. 2023.

⁶⁴BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 18 dez. 2023.

Ligas Camponesas. De acordo com Alves (1989), existiam, no Brasil, em 1964, sete confederações, 107 federações e 1948 sindicatos de trabalhadores urbanos. No primeiro ano do governo militar, foram afastados, dentro dessa nova conjuntura, membros de 452 sindicatos, 43 federações e três confederações. Além disso, 90% dos sindicatos rurais que haviam sido organizados entre 1963 e 1964 foram fechados, e todas as organizações intersindicais – entre elas a CGT e a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos (CBTC) –, foram extintas. Por fim, convencido de que as Ligas estavam infiltradas de comunistas, o governo tratou de desmantelá-las, deter e indiciar em IPMs seus membros e lideranças.

Ao analisar o governo militar-autoritário instaurado em 31 de março de 1964, Kinzo (1988) observou que o novo regime procurou não eliminar alguns mecanismos da democracia representativa. Assim, manteve em funcionamento os poderes Legislativo e Judiciário, apesar de ter cassado mandatos e direitos políticos; não suprimiu, de imediato, a Constituição de 1946, embora tenha alterado seu texto através dos atos institucionais e complementares; bem como não eliminou as eleições periódicas e extinguiu os partidos, ainda que tenha intervindo em sua organização e atuação política. Nessa perspectiva, a autora também assinala que as eleições diretas para presidente, previstas para outubro de 1965, foram transferidas para o ano seguinte, mas, enfrentando a oposição de membros das Forças Armadas, Castello Branco manteve os pleitos para os governos estaduais. No final do processo eleitoral de 3 de outubro de 1965, candidatos opositoristas saíram vitoriosos em quatro estados da Federação – dentre eles, Minas Gerais e Guanabara, que, então, eram governados, respectivamente, por Magalhães Pinto e Carlos Lacerda (maiores apoiadores civis do golpe de 1964) –, frustrando as expectativas da alta cúpula militar. Diante desses resultados, foi editado o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que estipulava o fim das eleições diretas para Presidente e Vice-Presidente da República, aumentava o número de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de 11 para 16, dava ao Executivo poderes para decretar o recesso do Congresso Nacional e extinguiu todos os partidos políticos existentes⁶⁵.

No dia 20 de novembro de 1965, o governo militar baixou o Ato Complementar nº 4, estabelecendo as normas para a criação de novas organizações partidárias⁶⁶. Ressalte-se que

⁶⁵BRASIL. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso em: 27 dez. 2023.

⁶⁶BRASIL. Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965. Dispõe sobre a criação, por membros do Congresso Nacional, de organizações que terão atribuições de partidos políticos, enquanto estes não se

tais regras eram tão rigorosas – a exemplo da exigência de filiação de 120 deputados e 20 senadores em período de 45 dias, a contar da promulgação do ato –, que apenas dois partidos conseguiram constituir-se, sendo eles a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – partido governista – e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – partido oficial de oposição. Passada essa primeira fase, a ARENA e o MDB foram legalmente reconhecidos como organizações partidárias pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no dia 24 de março de 1966. Nas palavras de Kinzo (1988, p. 29), esse sistema bipartidário compulsório – que duraria no Brasil até 1979 – permitiu ao governo “agrupar em um único partido todos os membros do Congresso que endossassem as tendências políticas de sustentação do regime, e em um fraco partido de oposição as forças políticas remanescentes”. De fato, no início de 1966, logo após a formação do bipartidarismo, dos 409 deputados existentes na Câmara Federal, apenas 149 haviam se filiado ao MDB, número bastante inferior ao da ARENA, que contava com 257 membros (Kinzo, 1988, p. 30).

Em fevereiro de 1966, o governo Castello Branco baixou o Ato Institucional nº 3 (AI-3), que estendia para os cargos de Governador, Vice-Governador e Prefeito das Capitais a forma de eleição indireta, com voto nominal a descoberto, já prevista no AI-2 para a Presidência e Vice-Presidência da República. Além disso, o AI-3 também fixava, no seu Art.5, as datas de realização dos pleitos para governadores e vice-governadores dos estados – 3 de setembro; presidente e vice-presidente da república – 3 de outubro; e senadores, deputados estaduais e deputados federais – 15 de novembro de 1966⁶⁷. Favoráveis à ARENA, os resultados das eleições legislativas desse ano foram os seguintes: no Senado Federal, os candidatos governistas receberam 44,7% dos votos válidos, contra 34,2% dados ao MDB; na Câmara Federal, a ARENA ficou com 50,5%, enquanto o MDB alcançou 28,4% dos votos; por fim, nas Assembleias Estaduais, a ARENA obteve 52,2% dos votos, contra 29,2% do MDB (Kinzo, 1988, p. 73). Nesse período, o Governo tentou aprovar no Congresso o projeto de uma nova Constituição, cujo objetivo era tornar permanentes as medidas estabelecidas pelos Atos Institucionais e Complementares. Às tentativas do Legislativo em querer participar da redação do texto constitucional, Castello Branco respondeu decretando a cassação dos mandatos de seis deputados federais. Ainda nesse clima de tensão com o Legislativo, o Ato

constituem, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-4-20-novembro-1965-351199-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 dez. 2023.

⁶⁷BRASIL. Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966. Fixa datas para as eleições de 1966, dispõe sobre as eleições indiretas e nomeação de Prefeitos das Capitais dos Estados e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm. Acesso em: 29 dez. 2023.

Complementar nº 23⁶⁸ fechou o Congresso Nacional de 20 de outubro até 20 de novembro de 1966⁶⁹, medida que recebeu imediato protesto e repúdio da oposição, como constatamos na seguinte nota do MDB – Ceará:

(2)

NOTA OFICIAL // O Gabinete Executivo Regional do MOVIMENTO / DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, tomando conhecimen- / to da medida extrema adotada pelo Govêrno Federal, / que decretou, através de Ato Complementar, o fe- / chamento temporário do CONGRESSO NACIONAL, / ferindo deliberadamente, de maneira violenta e ex- / temporânea, a dignidade e autonomia de um dos / poderes da República, vem lançar o seu protesto con- / tra mais êste atentado às nossas instituições demo- / cráticas, atingidas tantas vêzes, no curso dos últimos / dois anos, pelos que se apoderaram do poder em 31 / de Março de 1964. // Ao mesmo tempo manifesta o seu repúdio aos ex- / pedientes que restringem a já precária faixa de fran- / quias democráticas que ainda resta aos brasileiros [...]. (NR04 – *O Povo*, 21/10/1966, n.12.053, negrito no original)

Em dezembro de 1966, o Governo Federal publicou o anteprojeto de uma nova Constituição. Como a ratificação do texto pelo Congresso Nacional era considerada importante para a legitimação do documento dentro e fora do país, em 7 de dezembro de 1966, o Ato Institucional nº 4 (AI-4) convocou extraordinariamente os membros do Congresso para discussão, votação e promulgação da nova Carta Magna⁷⁰. Desse modo, o novo governo ofereceu apenas uma fachada democrática à sociedade civil, pois, embora tenha insinuado um ambiente de diálogo e harmonia, em 24 de janeiro de 1967, aprovou o texto constitucional sem considerar, no entanto, boa parte das emendas propostas pelos congressistas. Com sua promulgação, a Constituição de 1967 tornava o regime militar permanente e ampliava ainda mais os poderes do Executivo, que passou a deter o direito de decretar leis, intervir em estados e municípios e legislar em matéria de orçamento e segurança nacional. À vista disso, o marechal Costa e Silva, ao tomar posse como Presidente da República em março de 1967, estaria munido de uma série de instrumentos legais recém-criados para continuar e intensificar os atos autoritários de seu antecessor, como, por exemplo, a nova Lei de Imprensa.

⁶⁸BRASIL. Ato Complementar nº 23, de 20 de outubro de 1966. Decreta o recesso do congresso nacional e autoriza o presidente da república a legislar. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-23-20-outubro-1966-364744-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 29 dez. 2023.

⁶⁹No período militar ditatorial, o Congresso seria fechado ainda outras duas vezes: em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do marechal Costa e Silva; e em 1º de abril de 1977, durante o governo do general Ernesto Geisel.

⁷⁰BRASIL. Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966. Convoca o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discussão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-04-66.htm. Acesso em 30 dez. 2023.

Sancionada por Castello Branco dias antes de transmitir o cargo presidencial a Arthur Costa e Silva, a nova Lei de Imprensa foi um importante mecanismo empregado pelo governo militar para censurar e perseguir os opositores do regime. Sobre esse tema, Fico (2019) comenta que a Lei anunciava regular “a liberdade de manifestação do pensamento e de informação”, mas permitia a censura a qualquer publicação que fizesse propaganda “de processos para subversão da ordem política e social”⁷¹. Desse modo, espetáculos e diversões públicas, jornais, empresas de radiodifusão, agências noticiosas e periódicos ficavam sujeitos à censura “na forma da lei”. O texto definia ainda, no caso da imprensa, que jornalistas e proprietários de meios de comunicação poderiam ser punidos com multa e/ou detenção se publicassem ou distribuíssem conteúdo que ofendesse a “moral pública e os bons costumes”, aumentando-se a pena em um terço se o alvo fosse o Presidente da República, o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara, um Ministro do STF ou Chefe de Estado. Com isso, verificamos que o medo da punição, acarretado pela censura, configura *a priori* fator determinante para a pouca circulação de notas de teor crítico nesse período. Quando publicadas, essas notas se destinavam, em sua maioria, à defesa das Forças Armadas, do regime militar e de seus simpatizantes, como podemos observar no exemplo a seguir, em que a Federação de Trabalhadores Cristãos e a União de Líderes Classistas do Ceará apresentam seu repúdio contra o que consideram ser “injuriosas e graciosas ofensas e acusações” feitas contra o diretor do jornal *O Povo*, então candidato a Senador pela ARENA e ardoroso defensor da “Revolução” (Farias, 2015), Paulo Sarasate.

(3)

NOTA OFICIAL // A Federação de Trabalhadores Cristãos / do Ceará e a União de Líderes Classistas do / Ceará, tomando conhecimento das ridícu- / las acusações de que está sendo vítima o / ilustre Parlamentar Cearense, Doutor Pau- / lo Sarasate Ferreira Lopes, temos a obri- / gação, o dever de gratidão, de, em nome de / inúmeros operários espalhados por todo o / interior cearense, dar nosso mais irres- / trito apoio ao Dr. Paulo Sarasate em quem / reconhecemos um líder autêntico, um le- / gítimo defensor das mais lídimas aspira- / ções do nosso povo, de nossa gente. // O Dr. Paulo Sarasate é um patrimônio / nacional, é um símbolo de honestidade e / de decência, dedicado exclusivamente ao / cumprimento dos mandatos que, sucessiva- / mente, o povo lhes confiou. Daí, por que nos / sentimos na obrigação de repudiar as in- / juriosas e graciosas ofensas e acusações / que estão sendo feitas por indivíduos que o / povo não conhece, por indivíduos despídos / de escrúpulos e de sinceridade, com o obje- / tivo inócuo de manchar o bom nome do / ilustre parlamentar, justamente nesta hora / em que o povo se prepara, com ansiedade, / para elegê-lo ao Senado Nacional. // Aqui vai o nosso integral apoio e a nos- / sa palavra de repúdio e de protesto. [...]. (NR03 – *O Povo*, 14/10/1966, n.12.047)

⁷¹BRASIL. Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15250.htm. Acesso em: 31 dez. 2023.

O ano de 1968 ficou marcado pela eclosão de inúmeras manifestações estudantis e operárias no Brasil. Em 28 de março daquele ano, o assassinato do estudante secundarista Edson Luís por um integrante da polícia militar, durante uma manifestação no restaurante universitário conhecido como *Calabouço*, no Rio de Janeiro, levou milhares de jovens a protestarem em diversas capitais do país. No mês de junho, realizou-se a passeata dos Cem Mil, mobilização organizada por estudantes, artistas, religiosos e políticos em reação à violência policial e contra a ditadura. Em Ibiúna, interior de São Paulo, aconteceu clandestinamente, no dia 13 de outubro, o XXX Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), que contou com a presença de 700 universitários. A polícia, no entanto, logo descobriu o local do evento e, em represália, prendeu as principais lideranças estudantis. Perseguido e desestruturado desde a instalação do regime ditatorial, o movimento sindical coordenou, ainda em 1968, duas grandes greves: a de Contagem, Minas Gerais – que durou de 16 a 25 de abril –, e a de Osasco, São Paulo – iniciada em 16 de julho, mas prontamente reprimida pelas forças militares, que detiveram mais 400 grevistas. Como assinalam D’Araujo e Joffily (2019, p. 32), “assim como o movimento estudantil, o movimento operário entrou em refluxo e novas greves seriam organizadas apenas no final dos anos 1970”.

Como se sabe, desde o início do regime, o ativismo de oposição, seja nas ruas ou no parlamento, foi duramente reprimido pelos militares no poder. Armandando-se de instrumentos legais desenhados para legitimar suas ações e intenções autoritárias, vimos, por exemplo, que o governo cassou mandatos, perseguiu, prendeu e torturou opositores políticos, bem como redefiniu todo o sistema partidário, buscando, com isso, limpar o país dos “inimigos da revolução”. A violência repressiva se intensificou, no entanto, com a edição, em 13 de dezembro de 1968, do Ato Institucional nº5 (AI-5), que permitia ao presidente da República decretar: o fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; a intervenção federal em estados e municípios; a suspensão de direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos; a cassação de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais; e a suspensão da garantia de *habeas corpus* para crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. O novo instrumento autoritário assegurava ainda ao Executivo o direito de demitir, remover ou aposentar funcionários públicos e transferir para a reserva ou reformar militares ou policiais

militares; de confiscar bens acumulados de quem houvesse enriquecido ilicitamente; bem como o direito de decretar estado de sítio e sua prorrogação⁷².

Com a edição do AI-5, iniciavam-se, assim, os chamados “anos de chumbo”, período mais repressivo do regime militar no Brasil. Nessa fase de nossa história, a censura à imprensa, às atividades literárias, artísticas, culturais e recreativas (espetáculos musicais, novelas, teatro, circo e cinema, entre outras), também se agravou. Em 26 de janeiro de 1970, durante o governo do presidente general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), o regime baixou o Decreto-Lei nº1.077, que instituía a censura prévia no país. Esse instrumento dava ao Ministério da Justiça o poder de examinar, através do Departamento de Polícia Federal, periódicos antes de sua divulgação, e de determinar, quando verificada a existência de matéria “ofensiva à moral e aos bons costumes”, a proibição da publicação e a busca e apreensão de todos os exemplares⁷³. Tais proibições atingiram diferentes jornais e implicaram, segundo Fico (2019), fiscalizações sistemáticas e veladas no sentido de impedir a divulgação de notícias ou comentários contrários ao regimento e às instituições. Entre as vítimas da censura prévia do regime militar estava, inclusive, o jornal cearense *O Povo*, como nos revela, a seguir, o exemplo (4), em que o enunciador, dirigindo-se diretamente ao então ministro da justiça, Alfredo Buzaid, manifesta estranheza e protesto diante da apreensão de exemplares do referido periódico feita pela Polícia Federal do Ceará.

(4)

O POVO Protesta / Contra Apreensão // Exemplares da edição de ontem do O POVO / foram apreendidos pela Polícia Federal do / Ceará. Em telexograma ao Ministro da Justiça, / a Direção do jornal denunciou o ocorrido e / lança seu protesto. Cópia do despacho foi / enviado ao Presidente da Associação Brasileira / de Imprensa, jornalistas e senador Danton Jo- / bim e ao Presidente da Assessoria Cearense de / Imprensa, jornalista Antônio Carlos Campos / de Oliveira. // É do seguinte teor o despacho enviado ao / titular da Justiça: // “Ministro Alfredo Buzaid // Comparecemos à presença de Vossa Exce- / lência, a fim de manifestar nossa estranheza / pelo procedimento da Polícia Federal do Ceará, / apreendendo exemplares da edição de ontem do / jornal O POVO, em virtude de notícia / sobre a prisão de elemento subversivo. Referida notí- / cia fôra, efetivamente, proibida pela censura há vários dias sob pretexto de não prejudicar / as diligências em curso. Ocorre que tendo sido / as informações a respeito, fornecidas agora pe- / la Auditoria Militar, que marcou audiência pa- / ra o próximo dia 25, a fim de ouvir a subver- / siva prêsã, supôs o jornal que não houvesse / mais o impedimento antes

⁷²BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 25 mar. 2024.

⁷³BRASIL. Decreto-lei, nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm. Acesso em: 06 mar. 2024.

determinado. La- / mentamos a atitude da Polícia, não pelo pre- / juízo material mas pelo sentido de injustificá- / vel punição a um jornal respeitável com assi- / nalados serviços aos ideais democráticos da Re- / volução, que a arbitrariedade policial tantas / vêzes compromete. Externamos a Vossa Exce- / lência nosso veemente protesto. – Saudações / – J C. Alencar Araripe, Diretor Editor: [J]osé / Raimundo Costa, Diretor-Superintendente, e / Demócrito Rocha Dummar, Diretor Comercial”. (*O Povo*, 16/02/1971, n.13.346)

No final da década de 1970, portanto, ainda durante a ditadura militar, mas em sua fase de crise, a censura da imprensa e de outros setores e atividades foi, então, tema de uma nota do Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro. Publicado especificamente em 15 de março de 1979 no jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, neste texto, que reproduzimos a seguir, o enunciador coletivo manifesta sua repulsa a qualquer tipo de ação censória, categorizando negativamente essa prática como “anti-democrática, repres- / sora e obscurantista”, pois “impede a criatividade do artista e do pensador, esteriliza a pes- / quisa científica e cultural, leva à estagna- / ção e condena a sociedade ao imobilismo”.

(5)

Escritores, em assembléia, repudiam qualquer censura // [...] “Nós, escritores brasileiros, reunidos no / Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro / em Assembléia Geral Extraordinária, diante / da discussão pública sobre a censura de li- / vros e obras de arte em geral, reafirma- / mos nossa repulsa a qualquer tipo de ação / censória, venha de onde vier, porque de mo- / do algum queremos compactuar com sua / existência. // A censura é anti-democrática, repres- / sora e obscurantista, impede a criatividade do artista e do pensador, esteriliza a pes- / quisa científica e cultural, leva à estagna- / ção e condena a sociedade ao imobilismo. / No plano coletivo impede a opinião pública / de exercer seu papel crítico no processo so- / cial, político e econômico. Preju- / dica a formação de um pensamento e uma / tecnologia nacionais, e fortalece as estrutu- / ras retrógradas estabelecidas. A longo prazo, / isso significa que o povo deixa de ser o su- / jeito de sua cultura, de sua economia e / portanto de sua história. // Discutir quem deve ficar com a censu- / ra, e como ela deve ser exercida, é aceitar / um instrumento que, por sua ação represso- / ra à liberdade individual e inibidora de to- / do o desenvolvimento social, ameaça pró- / pria dignidade da Nação. // Não podemos tolerar a ação coatora que / leva ao silêncio. Cada livro apreendido pela / censura, seja qual for, significa um atentado / a toda a cultura. Não cabe a ninguém, e / muito menos ao governo, dizer o que o ar- / tista deve ou não fazer. Sua liberdade cria- / dora é intocável. // Não acetamos a interdição de livros, de / periódicos, de peças de teatro, de filmes, de / programas de meios de comunicação de mas- / sa, como TV e Rádio, de músicas, de qua- / dros e esculturas, assim como também repu- / diamos o controle da pesquisa científica, e / de toda e qualquer modalidade que reprima / a livre expressão do pensamento. No caso es- / pecífico da ação coatora sobre livros, so- / mos pela imediata revogação do Decreto-Lei / nº1.077 de 26-1-1970”. (*Tribuna da Imprensa*, 15/03/1979, n.9.005, negrito no original)⁷⁴

⁷⁴Escritores, em assembléia, repudiam qualquer censura. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, Ano 29, n.9.005, p. 5, 15 mar. 1979. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_03&Pesq=%22nota%20de%20apoio%22&pagfis=34606. Acesso em: 06 mar. 2024.

Durante o governo Médici, a repressão extralegal foi amplamente estabelecida. Como podemos contatar com o excerto (6), adiante, as ações criminosas do Estado incluíam, por exemplo, prisões ilegais, torturas e desaparecimentos (ocultação de cadáver). Conforme levantamento feito pela Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014), 434 brasileiros foram vítimas do regime ditatorial, sendo 191 mortos, 210 desaparecidos e 33 que tiveram seus corpos posteriormente localizados e identificados⁷⁵. Para combater os suspeitos de “subversão” – entre eles, estudantes, professores, militantes políticos, líderes sindicais, padres e artistas –, a ditadura fez uso de um amplo e articulado sistema de coleta e análise de informações, como comprova a atuação, durante os 21 de governos militares, de órgãos de repressão como o Serviço Nacional de Informação (SNI) e o Departamento de Ordem Política Social (DOPS). Instituído pela Lei nº4.341, de 13 de junho de 1964, o SNI foi o principal órgão de espionagem da ditadura, responsável por produzir relatórios referentes às atividades políticas daqueles indivíduos que poderiam representar uma ameaça à “Segurança Nacional”. Nesse sentido, o DOPS também funcionava como uma entidade de espionagem e informação, como deixa ver, ainda, o exemplo (6), em que o enunciador, ao contextualizar a atitude de repulsa do MDB, diz que esse partido político se manifestava em vista de denúncias feitas pelo DOPS/SP, que havia acusado dois deputados daquela legenda de terem sido apoiados por comunistas em um pleito eleitoral.

(6)

MDB divulga nota e / repele insinuações // Brasília – Em nota oficial lida ontem pelos líderes do Partido no / Congresso, a direção nacional do MDB repeliu veementemente / “solertes maquinações que pela imprensa, através de provocações e / falsas insinuações, visam comprometer a imagem do Partido da / oposição em face da opinião pública e enfraquecer o apoio e a / confiança do povo brasileiro na sua atuação”. // O pronunciamento foi feito tendo em vista denúncias do DOPS / paulista envolvendo os deputados Marcelo Gatto (Federal) e Alberto Goldman (Estadual) de terem sido apoiados pelos comunistas nas / eleições de 15 de novembro. [...] Diz a nota: [...] O MDB – nunca é demais repetir – é um partido medularmente / democrático, de inspiração cristã, preocupado com as reformas / pacíficas de nossas estruturas, para torna-las mais justas e humanas, / em consonância com os imperativos da Justiça social. [...] Impõem-se, em consequência, uma reafirmação da posição / programática do MDB, que se recusa a aceitar qualquer tipo de / violência como linha de ação política, seja qual for sua origem, desde / as inspiradas pelo inconformismo desvaariado, até as que se traduzem / pelas prisões ilegais, as torturas vis e os injustificáveis / desaparecimentos de cidadãos brasileiros. (NR05 – *O Povo*, 07/03/1975, n.14.573)

⁷⁵BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571. Acesso em: 10 mar. 2024.

Voltando-nos, neste momento, para o contexto sócio-histórico e político cearense, destacamos, inicialmente, que à época do golpe civil-militar de 1964, esse estado era governado pelo coronel Virgílio de Távora (1963-1966). Como lembra Farias (2015), o governador, mesmo sendo militar de carreira, político conservador e herdeiro de uma tradicional oligarquia cearense, mantinha relações de amizade com João Goulart e sinalizava posição favorável às reformas de base do então Presidente da República. Esses aspectos, somados ao fato de que Távora contava com a presença de vários auxiliares tidos como esquerdistas na Secretaria de Educação, levaram deputados opositores na Assembleia Legislativa, com o apoio do major Egmont Bastos Gonçalves – do 10º Grupo de Obuses, atual Grupo de Artilharia de Campanha (GAC) – e do general Justino Alves Bastos – comandante do IV Exército, sediado no Recife –, a tentarem abrir um IPM contra o líder do Executivo estadual. Após articulações e manobras políticas, que envolveram, por exemplo, a demissão dos auxiliares de esquerda e a cassação de inúmeros deputados, Virgílio Távora conseguiu manter-se no cargo. Nesse contexto, a postura pragmática ou de cooperação ostensiva ao novo regime assumida por setores da sociedade civil-militar do Ceará nos dias imediatos ao golpe – e que se faria visível ao longo dos 21 anos de ditadura –, pode ser constatada na leitura do próximo exemplo, em que a Assembleia Legislativa do Ceará apresenta moção de aplausos a diferentes instâncias civis e militares que teriam contribuído, direta ou indiretamente, para a tomada do poder no Brasil, entre elas, o governo estadual.

(7)

Nota ao povo cearense // A Mesa da Assembléa Legislativa do Estado do / Ceará torna público que, na sessão ordinária hoje rea- / lizada, foi aprovado por unanimidade dos presentes o / seguinte requerimento: // “Sr. Presidente // Requeremos, nos termos do Regimento Interno da / Casa, que a Assembléa Legislativa do Estado do Cea- / rá faça divulgar para conhecimento do povo cearense, // MOÇÃO DE APLAUSOS: // a) às Forças Armadas do País que, brava e patrió- / ticamente, souberam defender as tradições democrá- / ticas e cristãs de nossa terra; // b) aos líderes civis do oportuno movimento que, / altivamente, conclamaram à Nação a apoiar, de forma / decidida, os chefes militares na tarefa gloriosa de sal- / vuardar as instituições, preservando-as do processo / de comunização em curso; // c) ao Govêrno do Estado pela pronta cooperação / prestada às tropas da 10ª Região Militar aqui sedia- / da, na manutenção da ordem pública em todo o ter- / ritório cearense; // d) ao Presidente da República, deputado Ranieri / Mazzili, e ao Congresso Nacional, pelo empenho, já / indispensável ao progresso do Brasil e bem estar / da família brasileira. // Sala das Sessões em 3 de abril de 1964 // Pela Mesa Diretora / MAURO BENEVIDES / Presidente” (*O Povo*, 03/04/1964, n.11.213)

Virgílio Távora voltaria ao comando do governo estadual em 1979, desta vez, por meio de eleição indireta, para mandato até 1982. Nesse intervalo, mudanças sociais, políticas e econômicas em todo o país abalaram o regime militar, contribuindo para o seu fim. No

Ceará, os grupos oligárquicos ligados ao Governo Federal, e que governavam ininterruptamente o estado desde o início dos anos 1970, foram pouco a pouco perdendo seu poder e influência política. O ponto culminante desse processo de derrocada seria o restabelecimento do pluripartidarismo em 1979, que daria, nas eleições seguintes, vitória à oposição. No cenário nacional, a luta sindical, sufocada durante toda a ditadura, também ganhou força. Sobre isso, Carmo e Couto (1997) lembram que, no final da década de 1970, com a intensificação das reivindicações operárias, os sindicatos começaram a se transformar em instrumentos de lutas dos trabalhadores. Ainda segundo as autoras, a classe operária passou então a atuar nos sindicatos com o objetivo de eleger novas diretorias, substituindo, assim, os antigos interventores. A partir dos anos 1980, os grandes jornais cearenses, com o fim da censura militar, começaram a dar cada vez mais espaço para a pluralidade de opiniões em suas páginas. Por isso, as notas de repúdio dessa fase voltam a adotar um explícito tom de denúncia e reprovação contra atos cometidos por agentes políticos ou militares, como podemos verificar com os dois próximos exemplos:

(8)

NOTA OFICIAL // O Sindicato dos Radialistas e Publicitários do Estado do / Ceará e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do / Ceará, vem de público repudiar a prisão ilegal e maneira / grotesca com que foi tratado o cinegrafista da Tv Uirapuru, / José Carlos Moreira de Oliveira por parte de um sargento do / Bptran, na ocasião da inauguração [d]o Pólo de Lazer da Barra / do Ceará, no domingo passado, quando aquele / profissional procurava desempenhar o exercício de suas / funções. [...]. (NR06 – *O Povo*, 22/01/1980, n.16.324, negrito no original)

(9)

NOTA OFICIAL // O Corpo Clínico do Hospital Geral C. Cals, vem de público repudiar a atitude / anti-democrática do grupo político liderado pelo vice-governador coronel Aduardo / Bezerra e do superintendente da FUSEC, Dr. Francisco Ary Ribeiro Teixeira, que / desrespeitaram os servidores dessa instituição, quando desconhecaram a eleição / direta realizada para escolha de seu diretor, indicando para ocupar tal cargo, um / irmão do antecessor que não foi votado, obedecendo unicamente o critério do / apadrinhamento político. [...]. (NR14 – *O Povo*, 09/10/1985, n.18.445)

A abertura política para a democracia teve início em 1974, durante os governos dos generais Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985). Ao assumir a presidência da República, Geisel logo se comprometeu em conduzir o país rumo ao regime democrático, no entanto – como os militares não pretendiam deixar o governo de um momento para o outro –, defendia uma abertura “lenta, gradativa e segura”, de modo a evitar que grupos radicais retomassem o poder e restabelecessem o autoritarismo no Brasil (Carmo; Couto, 1997). Enquanto isso, com o aumento cada vez maior da inflação, do desemprego e da carestia de vida, o regime militar foi aos poucos perdendo apoio junto à população, que

passou a questionar a ditadura e a exigir a imediata redemocratização do país. Assim, entre 1983 e 1984, ocorreram as chamadas “Diretas Já”, uma série de mobilizações populares que defendiam o restabelecimento da eleição direta para presidente.

Embora a campanha tenha mobilizado milhares de pessoas pelas cidades Brasil afora – em Fortaleza, por exemplo, de acordo com Farias (2015, p. 504), um comício a favor das Diretas contou com a participação de 40 mil pessoas –, a volta ao antigo sistema eleitoral dependia da aprovação de uma emenda constitucional, o que acabou não acontecendo. Com isso, as eleições presidenciais de 1985 foram indiretas, porém, após articulações da oposição ao governo militar, Tancredo Neves – ex-primeiro-ministro do governo João Goulart na fase parlamentarista, e participante ativo na campanha das Diretas – foi eleito Presidente da República, derrotando o candidato representante das forças militares, o empresário e ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf. Considerando os últimos 21 anos de ditadura, a vitória de Tancredo Neves representava, então, a esperança da reconquista e defesa da plena democracia, conforme podemos constatar no excerto a seguir.

(10)

[...] Denominar os movimentos da população como “subversivos”, / “clandestinos” etc., ou ainda, compreender a luta contra a corrupção / e pela democracia plena como promoção do ódio ou da insegurança / pública, assim como o fizeram os edis de Trairi, é, antes de tudo, / passar atestado de completo despreparo político. Tal atitude revela, / na verdade, um incontido desejo de retorno ao regime de ditadura / que importunou este País por longos 21 anos, e que a força do povo / conseguiu derrotar com a eleição de Tancredo Neves e com o adven- / to da Nova República. // [...] Resta conclamar a população a sair em defesa firma da demo- / cracia já conquistada, fazendo-a caminhar cada vez mais no sentido / de sua consolidação definitiva, e se impedindo que as forças oligár- / quicas consigam tornar letra morta o que todo o povo conseguiu / com o sacrifício de tantas lutas. // Fortaleza, 02 de abril de 1986 [...] (NR16 – *Diário do Nordeste*, 05/04/1986, n.1.539)

A nova Constituição Federal, promulgada em 1988, durante o governo de José Sarney – que, sendo vice-presidente, tomou posse após a morte, em 1985, de Tancredo Neves – consagrou a redemocratização no Brasil após a ditadura militar. De caráter progressista, voltado para a transformação social por meio da ampliação de direitos civis, o texto garantia a realização de eleições diretas e em dois turnos, bem como a plena liberdade de expressão e de informação jornalística. Sem as amarras da censura, temas de interesse pessoal ou nacional que, direta ou indiretamente, estão relacionados à violação da democracia, tornaram-se objeto de constante debate na grande imprensa cearense pós-1985. A partir de então, a nota de repúdio foi aos poucos tornando-se um reconhecido instrumento para a defesa dos direitos

reconquistados. Por volta do primeiro decênio do século XXI, com o advento da *Web 2.0*⁷⁶, o gênero, antes publicado, sabidamente, no suporte jornal, encontra novo espaço nas páginas web, sites e mídias sociais – *Facebook, Twitter e Instagram*.

Ao descrever o contexto que engendra a nota de repúdio, verificamos que, durante a ditadura militar, a censura imposta aos veículos de comunicação apresentou-se como um possível fator para a baixa publicação desse gênero na grande imprensa cearense. Nessa conjuntura, temas de interesse coletivo – como a intervenção estadual e federal nas instituições sindicais e a violência praticada contra jornalistas, entre outros – acabaram sendo sufocados ou não recebendo tratamento crítico pelos periódicos analisados. A partir dos idos de 1980, com o fim do regime ditatorial, a nota de repúdio torna-se cada vez mais presente nos jornais, expondo e condenando práticas autoritárias inconsistentes com o Estado Democrático de Direito. Embora sua publicação cresça no suporte impresso pós-1985, é somente no contexto digital, por volta da primeira década do século XXI, que o gênero se institucionaliza e passa a ser utilizado com maior frequência pelos membros da comunidade retórica. Com isso em mente, nas próximas seções, aprofundamos e ampliamos o debate desenvolvido nesta categoria. De forma imediata, debruçamo-nos sobre os interlocutores envolvidos na produção e recepção da nota de repúdio. Portanto, olhamos para os autores e destinatários do gênero, para seus papéis discursivos e lugares de enunciação.

4.2 Interlocutores: os atores sociais envolvidos na nota de repúdio

Em diálogo com os postulados do Círculo de Bakhtin, concebemos a língua como um fenômeno da interação social que ocorre por meio de enunciados concretos. Também apoiada nessa perspectiva, Zavam (2017) nos lembra que no processo de produção e recepção de um enunciado estão sempre envolvidos, no mínimo, dois participantes: o que enuncia e o que se torna alvo da enunciação, isto é, autor e destinatário. Partindo da premissa de que aspectos temáticos, composicionais e estilísticos dos gêneros discursivos são determinados, entre outros fatores, pelas relações sociais, institucionais e interpessoais estabelecidas por interlocutores situados em contextos específicos (Rojo, 2005), nesta seção, analisamos que papéis os autores desempenham na interação mediada por notas de repúdio, seus lugares institucionais e para qual auditório se destinavam seus textos. Dito isso, iniciamos esse debate refletindo sobre a instância enunciativa produtora dos textos.

⁷⁶Termo que se refere à segunda geração da *web*, na qual os usuários passam a assumir um papel mais ativo na criação, publicação e compartilhamento de conteúdo on-line.

4.2.1 Os tipos e subtipos de autoria no gênero

Na concepção de Maingueneau (2015), podemos agrupar os enunciados em função da natureza da fonte que os produz. Num primeiro caso, a fonte do dizer pode ser atribuída a um único indivíduo, ou seja, a um *locutor individual*, importando, nesta situação, não o indivíduo enquanto tal, mas a relação que ele mantém com os gêneros do discurso em um lugar de atividade: como, por exemplo, o conjunto de gêneros dos quais participa um diretor de empresa, um empregado ocupando certo posto, um político ocupando tal posição etc. Outra possibilidade são os *locutores coletivos*. Nesse caso, de acordo com o linguista francês, as participações de grupo, que implicam locutores coletivos, “visam à fusão imaginária dos indivíduos em um locutor coletivo que, por sua enunciação, institui e confirma o pertencimento de cada um ao grupo” (Maingueneau, 2005, p. 87). São exemplos desse tipo de locutor: as *instituições* (como as empresas, os partidos políticos e as associações sindicais) e os *grupos conjunturais* (como uma multidão de manifestantes gritando *slogans* ou as torcidas em um estádio de futebol entoando o hino de seus times).

Na esteira dessas discussões, Alves Filho (2005, p. 219) nos diz que a autoria – noção importante para a análise que aqui desenvolvemos – “pode ser mais bem compreendida se vista em interface com a noção de gênero”. De acordo com o pesquisador, esses conceitos mantêm uma relação indissociável, complexa e circular, isso porque, ao mesmo tempo que cada gênero institui uma concepção de autoria, a própria constituição do gênero também é, em certa medida, uma consequência do trabalho de um autor. Diante disso, com o objetivo de explicar os modos de funcionamento da autoria no gênero jornalístico coluna de opinião assinada, Alves Filho realiza uma revisão histórica dos conceitos de autor e autoria. Não encontrando, no entanto, um conceito que atendesse ao seu objetivo de pesquisa, fundamenta-se nos postulados teóricos de Bakhtin (concepção de autor e gêneros do discurso) e em reflexões da Linguística Textual (noção de coerência como atividade interacional) e da Análise do Discurso (associação entre autoria e efeitos de singularidade) para propor sua própria definição de autoria, entendida como:

a instância humana e/ou institucional, designada comumente por um nome próprio, sócio-histórica e culturalmente pré-construída mas, ao mesmo tempo, parcialmente reconstruída a cada ato interacional de produção de sentidos, presumida nos gêneros do discurso e tomada como macro-responsável pelo acabamento, pelo intuito discursivo e pelo estilo de um produto simbólico (Alves Filho, 2005, p. 93, negrito no original).

A partir dessa definição, e da tese de que todo texto possui ou admite autoria – “tomada esta no sentido de responsabilização enunciativa (Alves Filho, 2005, p. 58) –, o pesquisador distingue, então, dois tipos de autoria: a *institucional*, em que o redator fala em nome de uma empresa ou instituição – o que exige dele um saber quanto ao apagamento de marcas linguístico-textuais que revelariam a sua individualidade;; e a *individual*, em que o autor fala em seu próprio nome e, por esse motivo, assume para si a responsabilidade enunciativa. Esse último tipo pode ser dividido em duas subcategorias: *pessoal-privada*, quando o autor fala em nome de sua pessoa privada; e *pessoal-profissional*, quando o autor fala em seu nome, mas na condição de representante de um grupo profissional. Tendo em vista sua tese de pesquisa, além desses dois tipos de autoria, Alves Filho (2005, p. 58) admite ainda a existência de um terceiro tipo: a *coletiva anônima*, que assumiria a responsabilidade enunciativa pelos textos que circulam anonimamente, como as lendas, os provérbios etc.⁷⁷

Em consonância com as ideias de Maingueneau (2015), pleiteamos que os enunciados podem ser atribuídos a fontes individuais ou coletivas. Com o pesquisador francês, reconhecemos, também, que interessa observar, no estudo dessas categorias, não os produtores empíricos e biográficos, mas o papel social que representam e sua relação com os enunciados produzidos por si próprios e por outros enunciadorees. Nesse sentido, estamos de acordo com a tese defendida por Alves Filho (2006, p. 80-81) de “que os textos, decorrentes ou pertencentes a quaisquer gêneros, possuem ou admitem autoria e que, mesmo que esta não seja semiotizada, poderá ser inferida ou atribuída pelos interlocutores”.

Isso posto, defendemos, então, que a responsabilidade enunciativo-axiológica dos textos pode ser atribuída a uma autoria *individual* ou a uma autoria *coletiva*. No primeiro caso, os textos são imputados a um único indivíduo, que pode falar em nome próprio (autoria *individual pessoal-privada*) ou de uma classe socioprofissional (autoria *individual pessoal-profissional*)⁷⁸. No segundo caso, os textos são atribuídos a uma coletividade, que pode ser institucional (autoria *coletiva institucional*), anônima (autoria *coletiva anônima*) ou conjuntural (autoria *coletiva conjuntural*). Nesta dissertação, o termo “coletivo” é empregado

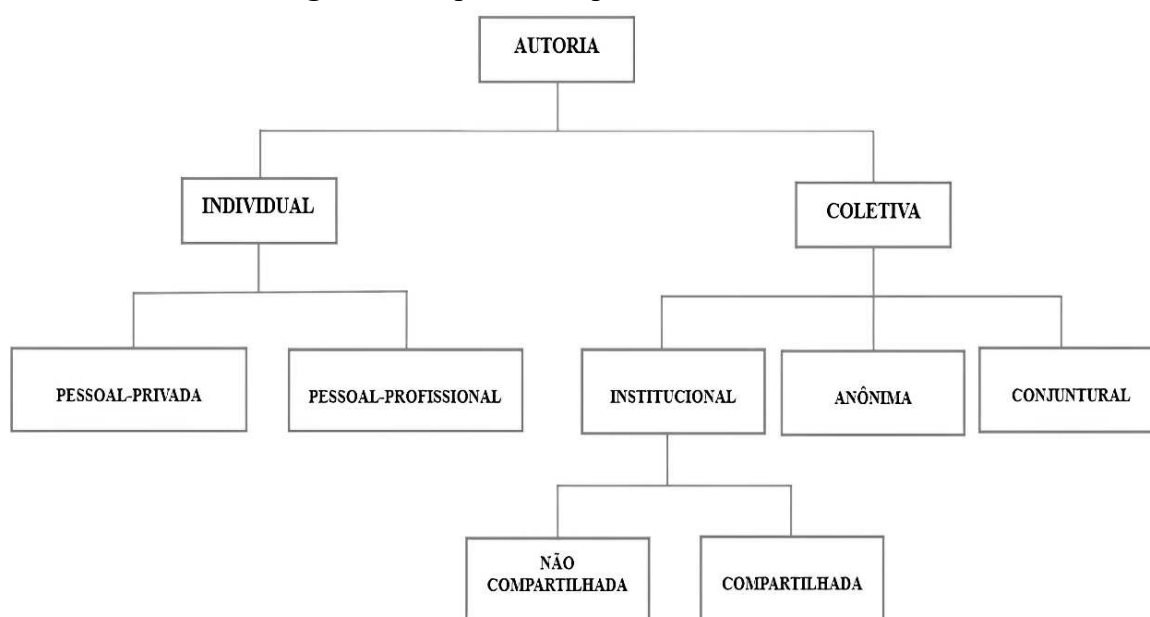
⁷⁷Em trabalho posterior, o pesquisador retoma a autoria coletiva anônima, mas como *autoria cultural*. De acordo com Alves Filho (2006, p. 81-82), nesse tipo de autoria, “a responsabilidade pelo discurso e pela posição axiológica ultrapassa o indivíduo, as instituições e os agrupamentos classistas e somente pode ser referida a todo um universo cultural bem mais amplo”.

⁷⁸Alves Filho (2006) apresenta a autoria individual sem subdivisões. Nesta dissertação, recorreremos às definições encontradas na citada pesquisa – especificamente no que concerne à autoria individual pessoal-privada (que o pesquisador chamará autoria de *caráter individual privado*) e à autoria institucional –, pois encontramos aqui um refinamento conceitual desses subtipos que consideramos importantes para nossos propósitos. No entanto, optamos por manter as nomenclaturas e a subdivisão da autoria individual assim como encontrada em Alves Filho (2005), pois, como veremos, essa orientação inicial ajusta-se melhor à nossa proposta de revisão dessa categoria, a autoria, e às especificidades do *corpus* de nosso estudo.

num sentido mais amplo que o encontrado em Alves Filho (2005), que o limitava às fontes enunciativas anônimas.

Por fim, entendemos que Alves Filho (2005, 2006), quando discute a noção de autoria institucional, o faz referindo-se àqueles casos em que a responsabilidade enunciativo-axiológica dos textos é assumida por uma única empresa ou instituição. Com base nos dados de nossa pesquisa, consideramos ainda que duas ou mais instituições, compartilhando interesses e valores comuns, podem unir-se discursivamente para expressar seu posicionamento sobre os fatos do mundo. Não se trata aqui de subcategorias da autoria institucional, mas, sim, da maneira como esse subtipo pode se manifestar e ser encontrado nos textos. Sob essa perspectiva, propomos que a autoria coletiva institucional pode ser *não compartilhada* – quando a responsabilidade pelo dizer é assumida por uma única empresa ou instituição –, ou *compartilhada* – quando a responsabilidade pelo dizer é assumida por duas ou mais instituições. Como forma de sistematizar nossas reflexões, apresentamos a seguinte figura.

Figura 7 – Tipos e subtipos de autoria



Fonte: elaborada pelo autor.

Apoiados na revisão teórica e terminológica apresentada, verificamos que, sócio-historicamente, no contexto cearense, a nota de repúdio manifesta a posição axiológica de três subtipos de autoria, a saber: autoria *individual pessoal-privada*, autoria *coletiva institucional (não compartilhada e compartilhada)* autoria *coletiva conjuntural*. Portanto, não encontramos, em nossa investigação, exemplos de autoria *coletiva anônima* e de autoria

individual pessoal-profissional. Para uma melhor compreensão desses resultados, na sequência, passamos ao detalhamento dos três subtipos de autoria observados no *corpus* desta pesquisa.

De acordo com Alves Filho (2006), a autoria *individual pessoal-privada*⁷⁹ se manifesta em gêneros que permitem a criatividade e a expressão da vida privada de um indivíduo – como cartas pessoais, crônicas e poemas. Portanto, o autor fala em seu próprio nome, “assumindo em primeira pessoa a responsabilidade pela conclusibilidade e pela valoração axiológica dos enunciados” (Alves Filho, 2006, p. 81). Assim, espera-se encontrar na materialidade verbal pronomes de primeira e de segunda pessoa, modalizadores e recursos de adjetivação.

Considerando esses fatores, identificamos que a nota de repúdio, assim como a carta, a crônica e o poema, também pode ser um artefato para a manifestação valorativa de um único indivíduo que fala em próprio. No entanto, encontramos em nossa investigação apenas 1 exemplar com esse subtipo – que equivale a 1,5% de nossos dados. Com isso, pode-se concluir que, independente do recorte diacrônico e do espaço de circulação da nota de repúdio, a autoria individual pessoal-privada não constitui traço prototípico e regular nesse gênero.

Publicado em 14 de agosto de 1992, o exemplo (11) representa nosso achado quanto ao subtipo de autoria em análise. Neste texto, observamos o repúdio de um certo Aduato Cesar Ferreira Machado – autodenominado “produtor de semente fiscalizadas e mudas” –, contra declarações proferidas, na Assembleia Legislativa, pelo então deputado – e ex-vice-líder do primeiro governo Virgílio Távora (1963-1966) –, Antônio Câmara. Embora não tenhamos acesso ao pronunciamento do parlamentar, sabemos que suas falas foram interpretadas como uma ameaça à face do então ex-governador do Ceará, Tasso Jereissati, recebendo, por isso, repúdio e a classificação de “grosseiras, maldosas e inverídicas”. Segue o exemplo (11):

(11)

NOTA DE REPÚDIO // Eu, produtor de sementes fiscalizadas e mudas, venho a público repudiar / as declarações grosseiras, maldosas e inverídicas proferidas pelo / Deputado Antônio Câmara, na Assembléia Legislativa, contra o / GOVERNO DAS MUDANÇAS e ex-governador TASSO / JEREISSATI. // A administração de TASSO JEREISSATI marcou para nós produtores de / sementes do Estado a passagem de um período em que o setor primário / era tratado com clientelismo, falta de seriedade. O GOVERNO DAS / MUDANÇAS avançou passando a ofertar sementes de boa qualidade / para cerca de 200 mil agricultores e possibilitando o

⁷⁹Como anteriormente mencionamos, Alves Filho (2006) emprega o termo “autoria de *caráter individual privado*”.

desenvolvimento da / produção agrícola do Estado. // Conduzido pelo ex-governador TASSO JEREISSATI e sua equipe o / GOVERNO DAS MUDANÇAS impôs seriedade, honestidade e respeito / à coisa pública. Nesse tocante, o desenvolvimento do setor agropecuário / deu um salto qualitativo, e graças a ele o Ceará é alto suficiente na / produção de sementes de feijão, milho e arroz irrigado, servindo de / modelo para outros Estados do País. // **Adauto Cesar Ferreira Machado** (NR28 - *O Povo*, 14/08/1992, n.21.978, negrito no original)

Do início dos anos 1970 à metade da década de 1980, a política cearense foi compartilhada por três grupos oligárquicos liderados pelos coronéis César Cals (1971-1974), Adauto Bezerra (1975-1978) e Virgílio Távora (1979-1982). Lembremos que, com o centralismo político imposto no País pós-1964, os governadores passaram a ser eleitos por via indireta, em Colégios Eleitorais – usualmente compostos pelo Congresso Nacional e por outros representantes dos estados. Nesse sentido, o controle que os três coronéis exerciam sobre o Ceará decorria do apoio que recebiam dos militares em Brasília. Por conseguinte, com o restabelecimento do pluripartidarismo no Brasil em 1979, a crise nos setores agrícola (decorrência das sucessivas secas dos anos 1970 que culminaram com a grande estiagem de 1979/1984, e do descaso do próprio governo estadual) e o declínio e fim do regime militar em 1985, as oligarquias coronelistas cearenses foram aos poucos perdendo seu poder e influência no contexto local.

Nessa fase de nossa história, um grupo de jovens empresários – todos provenientes de famílias tradicionais e com diplomas de nível superior – entrou em cena e se fortaleceu internamente. Tendo como projeto político modernizar o Ceará através de mudanças em sua indústria e comércio, para as eleições de 1986, lançaram então a candidatura de Tasso Jereissati ao governo estadual. Sob a retórica da mudança, essa candidatura, e posterior vitória, “passava-se como uma ruptura com os coronéis, com a ditadura, com o Estado corrupto, ineficiente e paternalista (Farias, 2015, p. 522). Eleito para seu primeiro mandato como governador do Ceará (1987-1991), Tasso dedicou atenção especial à indústria, à agropecuária e à agricultura do estado, em profunda crise naquele momento.

Em (11), o autor retoma esse contexto social, político e econômico da história cearense. Numa atitude argumentativa, Adauto Cesar dedica parte significativa de seu texto a apontar os atos administrativos e as contribuições da gestão de Tasso Jereissati para a modernização e o crescimento do setor primário do estado do Ceará – em específico, do agrícola, como mostra este trecho: O GOVERNO DAS / MUDANÇAS avançou passando a distribuir sementes de boa qualidade / para cerca de 200 mil agricultores e possibilitando o desenvolvimento da / produção agrícola do Estado”. Como produtor de sementes, e, também, ele próprio, beneficiado pelos atos do “Governo das Mudanças”, o autor da nota atribuiu-se ao

papel discursivo de pessoa autorizada a se manifestar sobre o enunciado do deputado Antônio Câmara.

O uso do pronome “eu”, seguido pelo aposto explicativo “produtor de sementes fiscalizadas e mudas” no primeiro parágrafo, ao mesmo tempo que cria um efeito de aproximação entre o autor e a atitude responsiva de repúdio, constrói, pela explicitação profissional, esse lugar de autoridade que se pretende ocupar. Desse modo, nos parágrafos seguintes, para defender a ideia de que as declarações do deputado seriam “grosseiras, maldosas e inverídicas”, e, portanto, mereceriam repúdio, Adauto Cesar enumera uma série de feitos do governo Tasso para o setor agrícola. Em reforço aos seus argumentos, introduz, no segundo parágrafo, a construção “para nós produtores de sementes”, mostrando que as ações de Tasso teriam atingido não apenas um produtor de sementes, mas toda a classe. Sobre isso, lembremos ainda que o pronome “nós” também pode instaurar um outro na enunciação, não como autoria, mas interlocutor, na medida em que, ao dizer “nós produtores”, convida-se indiretamente essa classe a participar do debate público, a concordar ou discordar sobre o ponto de vista defendido pelo autor da nota de repúdio.

Como se vê, embora se construa nesse texto uma dinâmica individual-coletivo, a expressão “eu [...] venho a público repudiar [...]”, introduzida no início da nota, nos permite reconhecer, sem problemas, que a responsabilidade enunciativo-axiológica deste exemplar é assumida por uma mesma instância. Fato diferente é o que se observa em (12), adiante. Publicada em 1º de março de 2023, esta nota trata-se da reação-resposta de Nicole Weber (PTB), vereadora do município de Santa Cruz do Sul (RS), acerca de declarações proferidas pelo vereador de Caxias do Sul (RS), Sandro Fantinel (Patriota). Aqui, a expressão “A vereadora Nicole Weber (PTB) vem a público repudiar [...]” possibilita ao leitor identificar o edil como sendo a fonte do repúdio. No entanto, o uso da terceira pessoa evidencia a presença de outra voz na tessitura textual, responsável pela enunciação, não por seu conteúdo. Logo, mesmo que a nota expresse o posicionamento de um sujeito particular, os recursos linguísticos empregados acabam diminuindo o efeito de individualidade.

(12)

Nota de Repúdio // A vereadora Nicole Weber (PTB) vem a público repudiar veementemente as falas do vereador / Sandro Fantinel (Patriota) na tribuna da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul na última / terça-feira, 28. O discurso do parlamentar é xenófobo e desumano, especialmente quando / realizado em apologia a uma situação de trabalho análogo à escravidão onde 200 funcionários / foram resgatados durante a colheita da uva para as vinícolas da Serra Gaúcha. / É necessário que o fato seja devidamente apurado e os responsáveis punidos. Quanto ao / discurso xenofóbico e preconceituoso contra os trabalhadores da Bahia, que o

vereador / resposta pela sua fala. // Santa Cruz do Sul, 1º de março de 2023 (Nicole Weber, on-line, 01/03/2023)⁸⁰

Apresentada a autoria individual pessoal-privada, passamos, agora, à autoria *coletiva institucional*. De acordo com as proposições de Alves Filho (2006, p. 81)⁸¹, esse subtipo pode ser inferido em gêneros como editoriais, notícias da imprensa, bulas de remédio e certas publicidades, nos quais “a voz que fala e assume a conclusibilidade e a posição axiológica é a voz de uma empresa ou entidade, havendo deliberadamente o apagamento a qualquer referência que aponte para o redator individual produtor dos textos”. Por essas razões, na dimensão verbal, observa-se uma tendência por não aparecerem pronomes em primeira pessoa e, por conseguinte, a preferência por recursos de impessoalização.

Com a análise dos dados, identificamos que, diferente da autoria individual pessoal-privada – que representa apenas 1,5% (1 exemplar) de nossos dados –, a autoria coletiva institucional se mostrou bastante frequente no *corpus* desta dissertação. Do total de 68 exemplares coletados, em 60 verificamos a manifestação desse subtipo de autoria, o que corresponde a 88,2%. Com isso, pode-se concluir que, ao longo do período de tempo investigado, a nota de repúdio vem sendo utilizada, tipicamente, por empresas ou instituições, constituindo-se, pois, a autoria coletiva institucional, traço linguístico e discursivo prototípico no gênero.

Com esses resultados, percebemos que o subtipo de autoria em análise pode e tem se manifestado linguisticamente e discursivamente de duas maneiras. A primeira, que nomeamos *não compartilhada*, ocorre quando a responsabilidade enunciativo-axiológica pelo dizer é assumida por uma única empresa ou instituição. Essa se mostrou a forma mais comum, tendo sido encontrada em 44 exemplares (73,3%). Ilustramos essa ocorrência com o exemplo (13), adiante, de autoria do Sindicato dos odontologistas no estado do Ceará. Já em relação à segunda forma, que nomeamos *compartilhada*, esta foi encontrada em 16 exemplares, o que representa 26,7%. Essa modalidade ocorre quando duas ou mais instituições, vinculadas ou não a um mesmo campo da atividade humana, compartilham a responsabilidade enunciativo-axiológica por um texto, sendo que a união de vozes ocorre, tipicamente, entre entidades que desempenham, na enunciação, o papel discursivo e legal de representantes das vítimas das ações repudiadas – como conselhos, sindicatos, associações etc. Nesse caso, é legítimo

⁸⁰Vereadora Nicole emite nota de repúdio após xenofobia na Câmara de Caxias do Sul, **Câmara Municipal de Santa Cruz do Sul**, 1 mar. 2023. Disponível em: <https://www.camarasantacruz.rs.gov.br/noticia/vereadora-nicole-emite-nota-de-repudio-apos-xenofobia-na-camara-de-caxias-do-sul-2647>. Acesso em: 10 jan. 2023.

⁸¹Alves Filho (2006) não utiliza o termo “coletivo” em seu trabalho, nem classifica a autoria institucional como um subtipo. Acreditamos que nossas reformulações teórico-terminológicas não contradizem a proposta desse pesquisador, visto que ao ampliarmos o sentido de alguns termos, mantivemos sua base original.

admitir que, ao compartilhar autoria, as instituições buscam fortalecer seu ato enunciativo, mostrando como atores sociais da mesma ou de distintas categorias unem-se em defesa de objetivos, valores e pontos de vista comuns. Podemos observar esse achado no exemplo (14), assinado por quatro diferentes instituições.

(13)

NOTA DE REPÚDIO // O SINDICATO DOS ODONTOLOGISTAS NO ESTADO DO / CEARÁ, / vem a público, **REPUDIAR** matéria divulgada pela imprensa / local e nacional de autoria do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, que trata da / questão das extrações dentárias. // [...] (NR21 – *O Povo*, 29/06/1991, n.18.419, negrito no original)

(14)

NOTA OFICIAL // *O Sindicato dos Farmacêuticos no Estado / do Ceará, o Conselho Regional de Farmácia do / Estado do Ceará, a Sociedade Brasileira de / Análises Clínicas, e a Academia Cearense de / Farmácia* vêm de público, repudiar a falta de / segurança que o povo cearense atravessa neste / momento. (NR11 – *Diário do Nordeste*, 01/06/1983, n.520, itálico no original)

A autoria coletiva institucional será objeto de apreciação novamente na análise da categoria “norma” (cf. subseção 4.5.1), quando então discutiremos com mais detalhes sobre as suas principais características. A partir deste momento, voltamos nosso olhar para o terceiro e último subtipo de autoria identificado em nosso *corpus*, a *coletiva conjuntural*. Como vimos, ao discorrer sobre as fontes enunciativas, Maingueneau (2015) mostra que a noção de locutor coletivo – que implica assunção de responsabilidade de um enunciado por um grupo de indivíduos, não por um único membro do grupo –, aplica-se não apenas às instituições de tipo clássico (empresas, sindicatos, organizações governamentais etc.), mas também ao que o pesquisador francês chamou de “grupos conjunturais” – como, por exemplo, uma multidão gritando slogans e torcidas em estádio de futebol”. Tendo assinalado esse fenômeno, ressalte-se, no entanto, que o pesquisador não o conceitua nem explora exaustivamente, o que nos levou a desenvolver – apoiados ainda nas reflexões de Alves Filho (2005) acerca da autoria – uma definição que acreditamos adequada aos nossos propósitos e alinhada ao ponto de vista teórico adotado nesta pesquisa.

Isso posto, entendemos autoria *coletiva conjuntural* como um fenômeno linguístico-discursivo no qual um grupo não institucional de indivíduos assume, de forma colaborativa e sob certas circunstâncias sociais, históricas e políticas, a responsabilidade enunciativo-axiológica por um texto. Aqui, o coletivo não enuncia em nome de uma instituição – entendida como “organização pública ou privada, regida por estatutos ou leis, cujo objetivo é satisfazer as necessidades de uma sociedade ou de uma comunidade de projeção mundial”

(INSTITUIÇÃO, 2024)⁸² –, seja porque seus membros não compunham, previamente, um corpo institucional, ou porque, compondo, assumem uma posição axiológica que não representa todo o organismo a que estão vinculados. É importante lembrar, em diálogo com Hemais e Biasi-Rodrigues (2005), que Swales (1998), ao revisar seu conceito de comunidade discursiva, já indicava a possibilidade de divergência, falta de união e até preconceito entre os membros de um grupo. Por tudo isso, conclui-se que esse subtipo de autoria não está vinculado a espaços institucionais – como sindicatos, associações, empresas, partidos políticos etc. –, mas, sim, à consonância de ideias, valores e objetivos compartilhados por indivíduos em dado momento histórico e discursivo.

Admitindo-se a inter-relação entre gêneros do discurso e autoria (Alves Filho, 2005), o fenômeno aqui investigado pode ser inferido em gêneros como manifesto, carta aberta e a própria nota de repúdio, entre outros. Nesses casos, como o autor fala em nome de indivíduos físicos, não de uma instituição – entidade abstrata –, espera-se encontrar, na materialidade verbal, marcas de primeira pessoa do plural. Em nossos dados, por exemplo, dos 7 textos que manifestam esse subtipo de autoria, em seis observamos a preferência pela primeira pessoa do plural. Também encontramos marcas de subjetividade na variante NR56, que trazemos adiante como (16), porém, elas não se mostram tão acentuadas. Antes de prosseguirmos com a análise, destacamos que a baixa ocorrência da autoria coletiva conjuntural no *corpus* – 7 exemplares que totalizam 10,3% – indica que esse subtipo, assim como a autoria individual pessoal-privada, não constitui traço típico na nota de repúdio, independentemente do contexto de sua publicação. Analisemos dois exemplos.

(15)

NOTA AO POVO DE FORTIM // Nós, vereadores livremente eleitos pelo município de Fortim, / vimos por meio deste repudiar as denúncias mentirosas e torpes / propagadas pelo vereador Francisco Joventino, vulgo “Quimquim”, / e esclarecer a verdade dos fatos: // - O citador vereador “Quimquim” já tem conduta duvidosa na / sua vida pregressa na Câmara Municipal de Fortim, sendo inclusive / já ADVERTIDO POR FALTO DE DECORO PARLAMENTAR na ses- / são do dia 30/10/1993, conforme certidão da Câmara Municipal. // - O referido vereador também responde a INQUÉRITO POLI- / CIAL instaurado na Delegacia de Polícia de Fortim por agressão e / tortura física e (sic) um jovem agricultor em data 10/09/1994. // - Contra este vereador “Quimquim” já conta instaurada mais de / nove (09) processos por calúnia e difamação, instaurado pelos ve- / readores que subscrevem esta nota pelo Prefeito e Vice-prefeita / municipal, secretários municipais e cidadãos. // - Foi intentado contra o citado vereador denunciado um proces- / so de Exame de Sanidade Mental, para verificar suas atitudes ab- / surdas. // Afirmamos que para difamações deste tipo o único remédio é a / justiça. E é o que

⁸²INSTITUIÇÃO. In: **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 2020.** Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/institui%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

está sendo feito com o citado vereador tendo de / provar tal difamação, bem como assinamos a presente nota por não / sermos covardes de revelar nosso pensamento e nossa posição e / fazemos constar toda nossa dedicação e trabalho pelo povo de / Fortim honrando nosso mandato de parlamentar. // **Assinam a presente nota:** / Osias Silvano Silva / Raimunda Ribeiro dos Santos (Preta) / Francisco Mendes Ribeiro (Chico Luca) / José Arlindo Pereira / José Osmildo Facundo (NR34 – *Diário do Nordeste*, 27/09/1994, n. 4.511, negrito no original)

(16)

NOTA DE REPÚDIO // A família QUEIROZ, em toda sua genealogia, de forma contundente e irrevogável, vem pelo presente / apresentar repúdio público ao ato irresponsável, inconsequente e inadmissível, representado pelo decreto / 041/2006 da lavra do prefeito ora afastado por atos de improbidade administrativa, Dr. Marcos de Queiroz / Ferreira, em que autoriza a desapropriação das duas principais partes do Sítio Lucas, berço do município de / Beberibe, da família Queiroz, orgulho de todos beberibenses e que constitui-se hoje, provavelmente, no único / exemplo de propriedade rural do Estado do Ceará auto-sustentável. [...] Confiantes no tirocínio e equilíbrio jurídico Exmo. Sr. Dr. Whosemberg Moraes, mui juiz desta / comarca de Beberibe, e que tal afastamento seja em caráter definitivo, temos certeza de que tamanha injustiça / não há de prosperar para o bem e tranqüilidade de todos. // Beberibe, 30 de agosto de 2006 // Maria de Queiroz Ferreira, 94 anos, professora aposentada; / José Maria de Queiroz Ferreira, 92 anos, professor, desembargador e / ex-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará aposentado; / Maria José Bessa de Queiroz, 88 anos, proprietária aposentada; / Maria Vitória de Queiroz Santos, 85 anos, funcionária pública aposentada; / Maria Zea de Queiroz Ferreira, 83 anos, professora aposentada (NR56 – *O Povo*, 05/07/2006, n.26.052, negrito e sublinhado no original)

No exemplo (15), vemos que a expressão “Nós, vereadores livremente eleitos pelo município de Fortim, / vimos por meio deste repudiar [...]” introduz no texto o referente que será tomado como a fonte enunciativa e valorativa do dizer, no caso, vereadores que constituem, previamente, parte de um espaço institucional, a Câmara municipal de Fortim. Ressalte-se que a construção “Nós + Designação do papel discursivo”, foi observada ainda em outras três notas, a saber: NR31, NR47 e NR54. No exemplar NR34, que aqui analisamos, seis vereadores, reconhecidos na seção de assinatura, apresentam seu repúdio contra denúncias “mentirosas e torpes” propagadas pelo também edil, Francisco Joventino – retomado ao longo da nota como “vulgo ‘Quimquim’”, “citado vereador ‘Quimquim’”, “o referido vereador”, “este vereador ‘Quimquim’” e “citado vereador denunciado”. Nessa variante, os termos “vimos por meio deste repudiar”, “afirmamos”, “assinamos a presente nota”, “nosso pensamento” e “nossa posição”, revelam que a responsabilidade pelo acabamento e pela valoração é assumida apenas pelos indivíduos que subscrevem o texto, não pela instituição a qual estão vinculados. Assim, embora desempenhem, na enunciação, o papel estatutário de “vereadores”, entende-se que o fazem como forma de legitimar seu projeto de dizer, bem como para construir uma face/fachada positiva perante a população local. Para tanto, veja-se, por exemplo, o seguinte trecho: “[...] fazemos constar toda nossa dedicação e trabalho pelo povo de / Fortim honrando nosso mandato de parlamentar”.

Empregados anteriormente, os termos “fachada/face” dizem respeito, na perspectiva sociológica desenvolvida por Erving Goffman, à imagem que os sujeitos elaboram de si mesmos, em termos de atributos sociais aprovados, para apresentar em público. Segundo o sociólogo canadense, nos bastidores da interação, talvez possamos ignorar as regras e normas sociais, mas diante do outro e de suas opiniões, buscamos, num processo constante, mostrar nosso melhor “eu”, nossa melhor imagem possível para a situação na qual nos encontramos. Diretamente relacionado a essa discussão, Goffman ([1967] 2011, p. 13) diz ainda que, durante um contato particular, assumimos uma “linha”, isto é, “um padrão de atos verbais e não verbais com o qual [expressamos nossa] opinião sobre a situação, e através disto [nossa] avaliação sobre os participantes, especialmente [nós próprios]”. Fundamentando-se em Goffman, Brown e Levinson (1987, p. 61) propõem, em sua teoria da polidez, que todo indivíduo possui duas faces, uma *negativa* – que corresponde à necessidade que o interlocutor tem de que sua liberdade de ação não seja restringida por outros – e uma *positiva* – que corresponde à autoimagem valorizante que o interlocutor constrói de si e que tenta impor na interação. Posteriormente, na seção 4.3, retomaremos esse debate, mas, por enquanto, importa destacar que, em nosso entendimento, ao repudiar certas ações, ideias ou comportamentos interpretados como dissonantes dos valores de sua comunidade retórica, autores individuais ou coletivos buscam, de forma implícita, mostrar-se alinhados com os valores dessa comunidade e, conseqüentemente, construir uma face positiva diante desse auditório social, ganhando, assim, sua aprovação.

Voltando à análise, no exemplo (16), por sua vez, somos apresentados à manifestação opinativa do grupo familiar Queiroz, cujos membros, constituindo-se, previamente, como partes de outros diferentes núcleos sob o termo “família”, reúnem-se, nessa ocasião, com um objetivo comum: repudiar ato administrativo do então prefeito de Beberibe, Marcos de Queiroz Ferreira, que autorizava desapropriação de partes de um sítio categorizado como “berço do município de Beberibe, da família Queiroz, orgulho de todos beberibenses”. Como se vê, nessa variante, o enunciador coletivo emprega, predominantemente, formas nominais e verbais na terceira pessoa do singular, o que garante maior objetividade e impessoalidade no tratamento do tema, conforme podemos ver a seguir: “A família QUEIROZ, em toda sua genealogia, [...] vem pelo presente / apresentar repúdio [...]”. Com isso, entende-se que os subscritores da nota enunciam em nome de toda a família, de quem seriam porta-vozes. Assim, as formas plurais “confiantes” e “temos certeza”, introduzidas no quarto parágrafo do texto, podem ser percebidos como ecos dessa coletividade mais ampla, que congrega pontos

de vista para além daqueles pertencentes aos cinco indivíduos firmados na seção de assinatura.

Conhecidos os produtores do gênero, na próxima subseção, veremos, então, para que público leitor típico essas instâncias enunciativas humanas e institucionais endereçaram seus textos.

4.2.2 Os destinatários do gênero

Ao publicizar seu enunciado, o *eu*-locutor da nota de repúdio o faz para que sua posição axiológica diante de ações, eventos ou textos considerados ofensivos, injuriosos ou atentatórios contra pessoas, instituições ou o Estado Democrático de Direito seja conhecida e avaliada por um amplo e diversificado auditório social. Sabendo disso, verificamos que a comunidade retórica cearense se configura, num primeiro plano, um possível destinatário do gênero. Nesse caso, inferimos que o diálogo estabelecido com esse *outro*-interlocutor ocorre não apenas porque a enunciação é publicada em periódicos e mídias sociais desse estado, mas também pelo fato de os exemplares tratarem sobre temas e personagens da realidade local. O endereçamento do enunciado a esses leitores virtuais pode ser observado, então, nas expressões “à população cearense” e “esclarecer ao povo do Estado do Ceará”, destacadas, respectivamente, nos exemplos (17) e (18), a seguir:

(17)

Nota de repúdio: Chacina de Cajazeiras // A Ordem dos Advogados do Brasil Seção Ceará vem a público expressar seu repúdio à chacina ocorrida na madrugada / deste sábado (27/01) no bairro de Cajazeiras, que resultou na morte de 14 pessoas. [...] À / população cearense, a OAB reafirma sua posição de luta contra a violência e de defesa dos direitos do cidadão. [...] (NR62 – OAB, on-line, 28/01/2018, negrito no original, sublinhado nosso)

(18)

Nota ao Público // Os Vereadores abaixo-assinados de forma suprapartidária / vêm ao público para esclarecer ao povo de Fortaleza e do Estado / do Ceará, que repudiam o gesto vergonhoso e macabro dos Ve- / readores José Maria Couto (PFL), Alberto Queiroz (PL) e Carlos / Mesquita (PPR), votando pelo encerramento das investigações da / C.P.I. que apurava as irregularidades da administração do ex-Pre- / feito Juraci Magalhães. [...] (NR32 – *Tribuna do Ceará*, 25/02/1994, n.17.503, negrito no original, sublinhado nosso)

Os argumentos apresentados no parágrafo anterior se aplicam, da mesma forma, àquelas enunciações endereçadas à população de cidades específicas. Em (18), por exemplo, o grupo conjuntural formado por vereadores da capital cearense direciona seu projeto de dizer tanto ao “povo do Estado do Ceará”, como aos cidadãos de Fortaleza. Para esse auditório

social, o enunciador coletivo esclarece, então, que repudia o gesto “vergonhoso e macabro” de outros três edis da mesma Casa, que teriam votado, conforme o texto, pelo encerramento de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que apurava irregularidades da administração municipal de Juraci Magalhães (1990-1993), ex-prefeito de Fortaleza. No exemplo citado, inferimos que o conteúdo temático interessaria à população geral, pois trata de fatos ocorridos na capital do estado, e aos fortalezenses, em particular, posto que os membros dessa comunidade retórica seriam, de certo modo, vítimas da ação repudiada.

Outro possível destinatário do gênero é o próprio acusado de praticar as ações repudiadas. De acordo com o que mostram os dados da pesquisa, esses interlocutores – que podem ser humanos ou institucionais –, são trazidos para a materialidade textual, seja através de nomes próprios – como, por exemplo, em (18), no qual os referentes “José Maria Couto (PFL), Alberto Queiroz (PL) e Carlos Mesquita (PPR)” assinalam para o leitor quem foram os responsáveis por votar a favor do encerramento da C.P.I. –, ou, ainda, através de alguma expressão nominal mais indefinida e qualificativa – como, por exemplo, “uma minoria de ferroviários” (NR01), “um sargento” (NR06), “um grupo de pessoas” (NR12), “dois policiais militares” (NR22), “marginais” e “pessoas apontadas como responsáveis” (NR52), entre outras. Além disso, há tendência de se especificar o papel estatutário que o acusado desempenha socialmente. Assim, ao evocar esse sujeito na enunciação, o autor da nota de repúdio traz para cena não o pai ou mãe, mulher ou homem branco, preto, de cabelos compridos ou curtos, mas o(a) representante da população, o(a) defensor da Constituição, o(a) protetor(a) da ordem e segurança pública etc. Observamos esse fenômeno em (18) quando se atribui aos acusados o papel de “vereadores”, e se assinala, entre colchetes, as siglas dos partidos políticos aos quais esses atores estariam vinculados.

A partir disso, pudemos verificar que a nota de repúdio emerge como reação-resposta a ações físicas ou verbais de atores vinculados, em sua maioria, aos campos discursivos da política, da administração e da segurança pública. Desse modo, os papéis estatutários observados em nosso *corpus* são, nesta ordem, os de “deputado” (11 exemplares), “governador” (7 exemplares), “policial” (4 exemplares), “vereador” (4 exemplares), “ministro de governo” (2 exemplares), “reitor” (2 exemplares), “presidente da República” (2 exemplares), “secretário municipal” (1 exemplar) e “vice-governador” (1 exemplar). O caráter público das funções desempenhadas por esses atores implica que eles atuam em nome do Estado e da sociedade, sendo investidos, portanto, de autoridade e responsabilidade. Nesse sentido, é razoável admitir que a recorrência de notas de repúdio contra políticos, policiais e funcionários da administração pública deve-se, entre outros fatores, ao fato de que as ações

desses grupos podem ter um impacto direto na vida de uma considerável parcela da população, especialmente no que se refere à perda de direitos e à ameaça à democracia. Ressalte-se que esses personagens passam a ganhar destaque a partir dos anos 1980, período que coincide, portanto, com o fim do regime ditatorial no Brasil.

Conforme discutido em momento anterior, ao longo dos 21 anos de ditadura civil-militar (1964-1985), as eleições para presidente e vice-presidente da República, assim como para deputado, senador, governador de estado e prefeitos de capitais foram em grande parte indiretas e marcadas pelo bipartidarismo, no qual atuavam a ARENA – agremiação que apoiava o regime militar – e o MDB – que representava uma fraca oposição ao governo. Uma vez que parte dos militares, políticos e membros da administração pública estava aliada às forças no poder, é possível afirmar, com base na existência de órgãos de informação e repressão – como o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR)⁸³ –, que criticar publicamente as ações desse grupo de acusados poderia ser interpretado como um ato subversivo, contrário e incompatível com os objetivos da “Revolução”. De acordo com Fico (2019, p. 147), “os agentes de informação interpretavam a seu modo as atividades dos que faziam oposição ao regime”. Assim, “uma pichação poderia conter ameaças à ‘segurança nacional’; a visita de um professor universitário a um militante de esquerda poderia significar um passo na ‘escalada do movimento comunista internacional’; uma greve seria um ‘óbice’ ao país”. Nesse contexto de perseguição e censura, o medo de prisão, tortura e, em certos casos, morte, deve possivelmente ter contribuído para que as ações de agentes da polícia, política e da administração pública não tenham recebido destaque ao longo das duas primeiras fases geracionais.

É preciso destacar que embora o acusado seja sempre evocado na enunciação, o endereçamento a esse *outro*-interlocutor tende a ocorrer de forma indireta. Diante disso, deduzimos que o diálogo com esse possível destinatário existe, pois, ao trazer para cena essa entidade – nominalmente ou não –, entende-se que o autor da nota de repúdio busca tanto identificar para a sociedade quem praticou a ação repudiada, como deixar claro para o próprio acusado o que pensa sobre suas ações. A simulação explícita de diálogo entre locutor e interlocutor foi observada, no entanto, em alguns poucos exemplares do *corpus*, entre os quais destacamos o excerto em (19), adiante. Neste excerto, o autor coletivo, após identificar-se, expõe para o leitor que repudia, veementemente, declarações que categoriza como “injuriosas,

⁸³Órgãos ‘mistos’ que funcionam tanto como produtores de informação como se envolviam em prisões e interrogatórios (Fico, 2019, p. 146).

difamatórias e caluniosas assacadas pelo apitador de futebol **MARCOS BRASIL**”, contra o presidente da diretoria executiva do Ceará, “dr. **ALEXANDRE / BEZERRA FROTA**”. Como ocorre tradicionalmente, logo no primeiro parágrafo ficamos sabendo, então, “quem é o autor da nota”, “o que se repudia”, “quem praticou a ação repudiada” e “quem é a vítima dessa ação”. Mais adiante no texto, as evocações e interpelações em destaque – “o sr. Marcos deveria vir”, “ele participou”, “sua preferência”, “a memória dele”, “não acha sr. Marcos”, “esse Marcos Brasil”, “seu time”, “sua insignificância”, “saiba” e “vê-lo enodoar jogos com suas arbitragens” – mostram que o autor da nota de repúdio busca estabelecer uma maior proximidade com seu interlocutor.

(19)

NOTA OFICIAL // O Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva do **CEARÁ SPORTING CLUB**, repudiam, / veementemente, as declarações injuriosas, difamatórias e caluniosas assacadas pelo apitador de futebol / **MARCOS BRASIL**, Presidente do Sindicato dos Árbitros do Futebol Cearense, contra o *dr. ALEXANDRE / BEZERRA FROTA*, Presidente da Diretoria Executiva do CEARÁ. [...] // O sr. Marcos Brasil deveria vir a público sim, mais (sic) para explicar alguns fatos dos quais ele participou, / diretamente, como soprador de apito e, de outros, indiretamente, como Presidente do Sindicato, juntamente / com o atual Presidente da CEAF. // **(Só pra lembrar a memória dele e dos Desportistas Cearenses):** // A expulsão do JÚNIOR TOUCHÊ, no campeonato de 2000, num jogo CEARÁ x FORTALEZA, para / beneficiar o time da sua preferência. // O gol anulado do REINALDO, no campeonato de 2000, também num jogo CEARÁ x FORTALEZA, por / motivos óbvio! [...] // * **É MUITA COINCIDÊNCIA, NÃO ACHA SR. MARCOS!!!** // Como esse MARCOS BRASIL, explica na condição de presidente do sindicato dos Árbitros, o fato de que em / todos os jogos do Fortaleza, necessariamente, ter que existir 1 penalty a seu time querido. [...] // Sua insignificância como apitador não é culpa do CEARÁ. Por isso, saiba que, doravante, a família / alvinegra não terá mais o desprazer e a infelicidade de vê-lo enodoar jogos com suas arbitragens / desclassificadas, facciosas, manifestamente prejudiciais ao Clube que é uma expressão da Glória do nosso / futebol. // CEARÁ SPORTING CLUB / o Conselho Deliberativo / a Diretoria Executiva (NR45 – *O Povo*, 29/06/2002, n. 24.540, negrito no original, sublinhado nosso)

O autor da nota de repúdio costuma também evocar na enunciação as vítimas das ações repudiadas, que podem ser indivíduos particulares, grupos de indivíduos, instituições ou entidades ainda mais abstratas, como a democracia, a segurança e a saúde pública etc. Nesse caso, ao expressar sua opinião, a instância enunciativa pode fazê-la em três ocasiões: 1) para salvar a própria face; 2) para salvar a face da própria categoria ou de instituições que representa; ou 3) para salvar a face de outros grupos sociais/profissionais. Em nossos dados, a segunda modalidade se mostrou mais recorrente – sendo observada em 50 exemplares, o que representa 73,5%. Na sequência, mostram-se, nesta ordem, a terceira (11 exemplares – 16,2%) e a primeira modalidade (7 exemplares – 10,3%). Entre os fatores que podem ter contribuído para essa distribuição, pensamos, por exemplo, na função enunciativa dos

próprios autores do gênero, pois, como vimos, a instância produtora fala, em sua maioria, de espaços institucionais – sindicatos e associações – que têm, como uma de suas prerrogativas, defender, perante a sociedade e as autoridades administrativas e judiciárias, os direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria (Brasil, 1988). Assim, observamos que as vítimas humanas das ações repudiadas, quando trazidas para a enunciação, representam papéis discursivos vinculados a diversos campos da atividade humana, dos quais destacamos, por sua maior recorrência, o de “profissional da imprensa (jornalista, cinegrafista, repórter e repórter fotográfico), “enfermeiro”, “advogado”, “juiz”, “professor”, “servidor público” e “governador”.

Falando de um lugar e de uma posição enunciativa de autoridade – que pode ser legal, a exemplo das instituições representativas anteriormente mencionadas, ou auto-atribuída, assim como em (11) (cf. subseção 4.2.1), e que Aduauto Cesar, como produtor de sementes, atribuiu-se ao papel discursivo de pessoa autorizada a se manifestar em defesa da face do então ex-governador cearense, Tasso Jereissati –, o autor da nota dirige-se à vítima da ação repudiada a fim de lhe prestar apoio e/ou solidariedade, conforme podemos constatar com o exemplo (20), adiante. Nesta nota de repúdio, cuja responsabilidade enunciativo-axiológica é compartilhada por diferentes entidades, fala-se sobre um caso de agressão verbal praticada pelo então presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, contra a repórter da TV Vanguarda, afiliada da Globo em São Paulo, Laurene Santos. De acordo com o texto, além de retirar a máscara de proteção contra a Covid-19⁸⁴, o então chefe do Executivo brasileiro, durante uma entrevista na cidade de Guaratinguetá (SP), intimidou a citada profissional da imprensa, mandando-a, inclusive, calar a boca. Diante disso, expressões como “à colega”, “com você” e “nem você”, além do vocativo “Laurene”, destacadas no excerto selecionado, evidenciam algumas das estratégias retóricas que o repudiante pode utilizar em sua tentativa de aproximação com a vítima da ação repudiada.

(20)

Nota de Repúdio ao Presidente Jair / Bolsonaro e de Solidariedade à colega / Laurene Santos // As Comissões de Mulheres dos Sindicatos dos / Jornalistas nos Estados do Pará (SinjorPA) e / Ceará (Sindjorce), o Sindicato dos Jornalistas / Profissionais do Município do Rio de Janeiro, os / Sindicatos dos Jornalistas do Tocantins / (SindjorTO) e Paraná (SindijorPR), a Comissão de / Defesa da Liberdade de Imprensa da OAB-PA, a / Frente Feminista do Pará e o Coletivo Firminas de / Jornalismo Independente e Feminista, entre outras entidades, REPUDIAM a conduta do / Presidente da República JAIR MESSIAS / BOLSONARO durante entrevista concedida em / Guaratinguetá, SP, nesta segunda,

⁸⁴O caso narrado ocorreu ainda durante o período de pandemia mundial de COVID-19, no qual o uso de máscaras em espaços públicos era indicado por órgãos de saúde, a exemplo da OMS (Organização Mundial da Saúde), como uma medida para se evitar a disseminação do vírus causador dessa doença.

21 de junho de 2021. // Na ocasião, em uma cerimônia de formatura da Escola de Especialistas da Aeronáutica / (EEAR), o presidente tirou a máscara de proteção contra a Covid-19, intimidou a repórter / Laurene Santos, da TV Vanguarda, afiliada da Globo em São Paulo e mandou a profissional / calar a boca. [...] Laurene, cada uma de nós que subscrevemos essa nota somos SOLIDÁRIAS com você e / nos sentimos constrangidas e indignadas junto com você nesse episódio LAMENTÁVEL. Nem / você, nem nenhuma jornalista mulher merece ser tratada dessa forma no exercício da sua / profissão, muito menos por um Presidente da República, servidor público que tem por / obrigação servir o povo da melhor forma possível. [...] (NR66 – on-line, 22/06/2021, negrito no original, sublinhado nosso)

Ainda em defesa da vítima, o autor da nota de repúdio dialoga com autoridades e instituições legalmente responsáveis por investigar e punir os culpados pelas ações repudiadas. Nesse caso, observamos que o endereçamento ocorre com frequência de forma explícita, sendo marcado, na tessitura textual, pela locução prepositiva “solicitar às” e pelas locuções conjuntivas “reclama [que]”, “esperamos que” e “exige que”, destacadas nos exemplos (21), (22), (23) e (24), adiante. Além disso, também notamos que esses referentes podem ser introduzidos de duas formas na enunciação: 1) através de expressões nominais definidas – “a Câmara dos Deputados”, “o governo do estado” e “o comando da Polícia Militar” –, ou 2) através de expressões nominais indefinidas – “autoridades responsáveis”, “autoridades competentes” e “autoridades envolvidas”. Ante o exposto, conclui-se que a nota de repúdio, mais do que um artefato retórico, configura um importante instrumento para mudanças reais no âmbito social, fato que se evidencia na possível punição dos acusados e na solução dos problemas apontados nas variantes do gênero.

(21)

[...] Diante da lamentável ocorrência que deixou / marcos indelévels na ilustre colega, as entidades / acima mencionadas, vêm publicamente solicitar / às autoridades responsáveis, enérgicas provi- / dências no sentido de evitar que tais fatos acon- / teçam, devolvendo a paz, a segurança e a tran- / quillidade ao povo cearense. [...] (NR11 – *Diário do Nordeste*, 01/06/1983, n. 520, sublinhado nosso)

(22)

[...] A / OAB acredita no esforço para o saneamento, que todavia parece inatingível, da / Polícia, pelo que reclama, enquanto promove as medidas pelo caso exigidas, ajam / também as autoridades para a exemplar punição dos culpados. [...] (NR13 – *O Povo*, 24/07/1985, n. 18.430, sublinhado nosso)

(23)

[...] Para o bem da democracia, é fundamental que manifestações levia- / nas como a destes parlamentares sejam coibidas e esperamos que a Câmara / dos Deputados tome as providências necessárias para tanto. [...] (NR38 – *Diário do Nordeste*, 29/03/1996, n.5.051, sublinhado nosso)

(24)

A radiodifusão brasileira condena o / ocorrido que atenta contra a liberdade de / expressão e exige que as autoridades / competentes apurem o fato com brevidade rigor. [...] (NR46 – *O Povo*, 03/08/2002, n.24.575, negrito no original, sublinhado nosso)

Como uma forma típica de enunciado, a nota de repúdio está voltada para a ativa compreensão responsiva do *outro*-interlocutor. Ressalte-se, no entanto, que no suporte jornal, devido às suas particularidades e limitações, não costumamos ter acesso às opiniões desse auditório social, limitando-se os poucos casos encontrados à manifestação de discordância dos próprios acusados ou de seus companheiros/conhecidos/amigos diante do gênero. Essa realidade muda a partir da primeira década do século XXI, quando os autores de notas de repúdio passam a produzir e publicar suas enunciações no contexto digital. Nesse ambiente, com as potencialidades das novas mídias de informação e comunicação, os interlocutores assumem, então, um papel mais ativo e direto no processo de construção de sentidos, podendo expressar suas opiniões através do comentário on-line – forma tecnodiscursiva que pode assumir, em numerosos espaços de escrita (como, por exemplo, blogs, redes sociais e sites de imprensa), “uma função de avaliação, comentário e crítica em relação a outro texto, de modo que o primeiro comenta o anterior” (Muniz-Lima, 2022, p. 104) –, ou, ainda, de gestos tecnolinguageiros, como curtir, compartilhar e repostar.

Com as discussões apresentadas ao longo desta seção 4.2, constatamos que diferentes interlocutores (humanos e institucionais) estão envolvidos no processo de produção e recepção de notas de repúdio. Durante as duas primeiras fases geracionais – (1964-1973) e (1974-1983) –, o gênero tem uma baixa circulação nos periódicos cearenses, o que se explica, possivelmente, em razão da censura imposta pelo regime militar aos veículos de imprensa, e, nesse mesmo sentido, ao fechamento e criminalização de várias entidades representativas de classe, que, acreditamos, já se configuravam as instâncias enunciativas típicas da nota de repúdio. A partir da terceira fase geracional (1984-1993) – período que compreende os anos finais do regime militar ditatorial e a reconquista da democracia –, o gênero começa a ganhar cada vez mais espaço nas páginas dos grandes jornais do estado, manifestando a posição valorativa de rejeição de autores individuais, institucionais e grupos conjunturais, acentuadamente diante das ações de autoridades públicas, como políticos e policiais. Portanto, o contexto sócio-histórico e político brasileiro teve uma influência direta na interação discursiva mediada por notas de repúdio, primeiro censurando, depois possibilitando que os atores sociais se manifestassem livremente.

Maingueneau (2015) reconhece que os interlocutores, para poderem regular suas estratégias de produção e interpretação dos enunciados, são capazes de atribuir uma ou várias finalidades às atividades das quais participam, sendo que tal atribuição ocorre quase sempre de forma espontânea, exceto nas situações em que o gênero não lhe é familiar. Com relação a

esse tema, Charaudeau (2012), em sua Teoria Semiolinguística⁸⁵, defende que, na enunciação, o destinatário pressupõe a existência de um propósito na palavra do locutor. Sem essa suposição de intenção por parte do destinatário, diz o linguista francês, o ato de linguagem se esvazia, perdendo, portanto, sua razão de ser. Assim sendo, na próxima seção, analisamos os propósitos comunicativos mais recorrentes do gênero.

4.3 Finalidade: os propósitos comunicativos do gênero

Em diálogo com os postulados teóricos apresentados no capítulo dois, entendemos gêneros como artefatos culturais, históricos e discursivos que possibilitam a autores individuais e coletivos poderem agir socialmente. Nesse sentido, Bakhtin (2016), ao discutir sobre a conclusibilidade do enunciado, defende que a *intenção discursiva* ou *vontade de produzir sentido* por parte do falante, constitui-se, ao lado da exauribilidade semântico-objetal e das formas estáveis de gêneros (cf. subseção 2.2.1), como um dos fatores que asseguram a possibilidade de resposta do *outro*-interlocutor. De acordo com o autor russo, na comunicação discursiva, “imaginamos o que o falante quer dizer, e com essa intenção verbalizada, essa vontade verbalizada (como a entendemos) é que medimos a conclusibilidade do enunciado” (Bakhtin, 2016, p. 37). Lembremos que essa identificação relativamente fácil e rápida da intenção do enunciador pode ocorrer devido a uma série de fatores, que incluem tanto as particularidades da situação imediata e ampla de comunicação – o quando e o onde da interação –, como também os participantes envolvidos, com seus saberes de mundo, valores, crenças e conhecimentos acerca dos traços do gênero utilizado.

Como vimos em momento anterior, Miller (2012) igualmente destaca a importância do contexto na compreensão dos gêneros, e, por isso, enfatiza que esses artefatos culturais devem ser definidos, preferencialmente, não pela sua forma ou substância, mas pela ação social que realizam. Segundo a pesquisadora, nossas ações estão baseadas em nosso conhecimento compartilhado de situações retóricas tipificadas, o que nos permite interpretar e responder de

⁸⁵A partir dos postulados teórico-metodológicos do linguista francês Patrick Charaudeau, a Teoria Semiolinguística surge como uma área de estudos, no campo da Análise do Discurso, que tem se dedicado a investigar o ato de linguagem enquanto produto da interação entre sujeitos em um contexto psicossocial. Nessa perspectiva, compreendendo-se as práticas languageiras como indissociáveis da dinâmica social na qual se realizam, considera-se a língua e a situação de comunicação como componentes inter-relacionados, não havendo, assim, privilégio de um ou outro no momento de análise. À vista disso, Charaudeau propõe olhar para o ato de linguagem como uma encenação composta por dois circuitos, cujo sentido dá-se por meio de um contrato comunicacional que liga os parceiros (emissor e receptor) através de uma finalidade discursiva. CORRÊA-ROSADO, Leonardo Coelho. Teoria Semiolinguística: alguns pressupostos. **Revista Memento**, v. 05, N. 2, jul.-dez., 2014. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/1826>. Acesso em: 12 jan. 2023.

determinada forma às necessidades, obrigações ou estímulos dessas situações. Afinado com essa perspectiva, Swales (1990), em sua definição de gênero como uma classe de eventos comunicativos realizados por meio da linguagem verbal, concebe evento como uma situação linguística e retórica constituída do discurso – isto é, dos conhecimentos da comunidade discursiva –, dos participantes, da função do discurso e do entorno imediato, sócio-histórico e cultural onde o discurso é produzido e recebido. Como pontua Biasi-Rodrigues (2007), a característica mais importante, nessa concepção, é a de que os eventos comunicativos partilham um ou mais propósitos, que podem não estar explicitados no texto ou não ser facilmente identificados.

Ao levantarmos os propósitos comunicativos da nota de repúdio, procuramos na materialidade verbal marcas linguísticas que nos pudessem auxiliar nessa atividade. Assim, identificamos um conjunto de oito propósitos nesse gênero, a saber: i) “repudiar a ação do acusado”, ii) “contextualizar a ação repudiada”, iii) “apresentar consequências negativas da ação repudiada”, iv) “apresentar apoio / solidariedade à vítima da ação repudiada”, v) “exaltar a vítima da ação repudiada ou suas realizações”, vi) “apresentar esclarecimentos”, vii) “cobrar solução para a ação repudiada e punição para o acusado da ação repudiada” e viii) “convocar interlocutores para reunião / manifestações públicas”. Examinando um *corpus* de 30 notas de repúdio produzidas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entre 2009 e 2020, Sousa e Sousa (2023) identificaram que o gênero, além de atender ao propósito mais recorrente e visível de tornar público o posicionamento de repúdio de seu locutor, também atende às mesmas funções sociais assinaladas em iii e vii. Como se vê, esses resultados corroboram, em parte, nossos próprios achados. Todavia, ampliamos essa discussão ao identificar e analisar outros propósitos também tradicionais no gênero.

Com base nos resultados da pesquisa, confirmamos ainda que, de forma imediata, a nota de repúdio emergiria como reação-resposta à exigência social que a ameaça à face de alguém ou de uma instituição produz, de modo que os propósitos comunicativos do gênero podem ser interpretados como estratégias que o enunciador utiliza para “atacar a face do acusado” e/ou “salvar a face da vítima”. Segundo Goffman ([1967] 2011), uma pessoa pode assumir duas orientações para preservar fachadas/faces: uma *defensiva*, voltada para salvar a própria fachada; e uma *protetora*, voltada para salvar a fachada dos outros. Ainda segundo o autor, é possível distinguir três níveis de responsabilidade que uma pessoa pode ter quanto a ameaça à fachada criada por suas ações: i) *inocente* – parecendo não intencional ou involuntário, a pessoa teria tentado evitar se soubesse as consequências ofensivas de seu ato; ii) *propositiva* – quando a pessoa ofensora pode ter agido na intenção de insultar ou

desrespeitar; iii) *ofensa incidental* – surge como efeito colateral não planejado, mas às vezes previsto da ação da pessoa (Goffman, [1967] 2011, p. 22).

A nota de repúdio é um gênero discursivo que tem como lógica subjacente expressar o posicionamento crítico de autores individuais ou coletivos acerca de acontecimentos de sua atualidade. Os temas trazidos para debate público são os mais diversos, mas tratam, com destaque, sobre atos verbais e físicos cometidos por agentes do Estado – políticos, policiais e funcionários da administração pública. Via de regra, as ações repudiadas podem ser interpretadas como propositais, uma vez que, nesses casos, os acusados teriam agido, possivelmente, com a intenção aberta de ameaçar a fachada dos outros, mas também há a possibilidade de alguns poucos atos serem lidos como incidentais. Reconhecida a ameaça, o enunciador vê-se, então, no dever legal e/ou moral de repudiar publicamente os atos do acusado e de assumir uma orientação defensiva, para salvar sua própria fachada, ou protetora, para salvar a fachada dos outros, como constatamos com o exemplo a seguir, em que a Associação dos Advogados Criminalistas do Estado do Ceará (AACRIMEC) diz ter sido instada, por provocação de seus associados, a se manifestar a respeito de um suposto caso de coação praticado por diretores da Unimed Fortaleza (União dos Médicos) contra um de seus funcionários.

(25)

NOTA DE REPÚDIO // A AACRIMEC REPUDIA COAÇÃO PRATICADA PELA DIRETORIA DA UNIMED // A ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS CRIMINALISTAS DO ESTADO DO CEARÁ – AACRIMEC, instada / a se manifestar, por provocação de associados, repudia, através da presente nota oficial, ato de / coação praticado por Diretores da UNIMED FORTALEZA, [...]. (NR55 – *Diário do Nordeste*, 08/03/2006, n. 8.637, negrito no original)

Em relação ao primeiro propósito comunicativo, entendemos que ao performar seu “ato ilocucionário” (Austin, [1962] 1990)⁸⁶ de repúdio, o autor da nota fere de forma intencional a face do acusado, uma vez que imputa a esse sujeito a responsabilidade por ações interpretadas como dissonantes com os princípios axiológicos da comunidade retórica. Na materialidade verbal, essa intenção discursiva é tipicamente marcada no título, como deixa

⁸⁶Para o filósofo J. L. Austin (1911-1960), a linguagem é uma forma de ação, ou seja, um ato performativo a partir do qual os sujeitos interferem e produzem a realidade que os circunda. Assim, o autor formulou sua teoria dos atos de fala, que trata da forma como a linguagem é usada para produzir sentidos em contexto, considerando-se, para tanto, a influência dos participantes e de suas intenções, bem como das normas e convenções sociais. No entender de Austin ([1962] 1990), é possível distinguir três tipos de atos: i) os *locucionários*, que correspondem à produção linguística de fonemas, palavras e frases; ii) os *ilocucionários*, que expressam a intenção do falante em certas circunstâncias de proferimento, podendo ter a força de uma crítica, de um elogio, de uma pergunta, de uma afirmação, de um pedido etc.; iii) e os *perlocucionários*, que correspondem aos efeitos ou consequências que o ato ilocucionário do falante produz no destinatário, influenciando suas emoções, atitudes ou comportamentos.

ver a construção “nota + de + repúdio”. Ressalte-se, no entanto, que, em nosso *corpus*, é somente a partir da terceira fase geracional que o termo “repúdio” começa a ser indicado nesse elemento textual. Antes disso, era prática corrente o uso da construção “nota + oficial”, que, vemos, apenas aponta a filiação do exemplar à constelação nota e o caráter oficial de seu conteúdo. Portanto, é somente com a leitura do texto que o interlocutor consegue acessar o sentido crítico da variante⁸⁷. Dito isso, em ambas as situações, a expressão valorativa de repúdio é, com frequência, junto com a identificação do repudiante, do acusado e da vítima, além de detalhes que contextualizam a ação repudiada, uma das primeiras informações apresentadas ao público-leitor, como podemos observar no exemplo a seguir, de autoria do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará.

(26)

NOTA OFICIAL // O Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará / vem de público repudiar a ação de desrespeito cometida por um / grupo de pessoas ligadas à CUT, à Associação dos Sociólogos e / ao Partido dos Trabalhadores, ao invadir sua sede no último / dia 11 do corrente, sem o conhecimento prévio dos Assistentes / Sociais e também da Diretoria [...] (NR12 – *O Povo*, 13/07/1985, n.18.419, negrito no original)

Forma institucionalizada nos dias atuais, a nota de repúdio, ao longo de sua formação, tem compartilhado espaço com outras variantes de teor opinativo-crítico da constelação nota, das quais destacamos, por sua recorrência em nossa consulta aos periódicos e mídias sociais de instituições cearenses, a “nota de protesto”, a “nota de repulsa”, a “nota de indignação”, a “nota de irresignação”, a “nota de reprovação” e a “nota de condenação”. Durante as duas primeiras fases geracionais – (1964-1973) e (1974-1983) –, devido à censura e à perseguição do governo militar aos veículos de informação e às organizações sindicais, além da nota de repúdio, as demais notas críticas também tiveram uma baixa circulação na grande imprensa cearense. Posteriormente, com o retorno do país à democracia, observamos uma maior recorrência desses gêneros na versão impressa dos quatro jornais analisados, todavia, sua publicação era ainda um tanto irregular e espaçada ao longo das fases 3 (1984-1993) e 4 (1994-2003), não havendo, além disso, nesse período, uma forma privilegiada para a expressão opinativa de indivíduos, instituições ou grupos conjunturais. É por volta da quinta fase geracional (2004-2013) que a nota de repúdio, em detrimento das demais variantes de teor opinativo-crítico da constelação nota, começa a se destacar no campo jornalístico-

⁸⁷O elemento textual “título” será objeto de apreciação detalhada na categoria “norma”, quando tratarmos sobre a organização retórica da nota de repúdio.

mediático, tornando-se, então, a tradição discursiva mais reconhecida e utilizada, sobretudo no contexto digital on-line.

Outra questão importante, autores de nota de repúdio podem empregar, ao mesmo tempo, diferentes verbos performativos⁸⁸ de teor crítico em sua enunciação, o que, em princípio, interpretamos como uma estratégia retórica voltada para reforçar o posicionamento valorativo desses enunciadore. Nos jornais impressos, essa prática discursiva foi observada em poucos exemplares, sendo comum, então, o uso da forma “protesto” + “repúdio”, como se observa nos termos sublinhados em (27). Ainda nesse suporte, também nos deparamos com uma variante – exemplo (28) – que traz o título “nota de repúdio e indignação”, mas que, no corpo do texto, o ato performativo de seu autor institucional é marcado apenas pelo verbo “repudiar”. Por outro lado, no ambiente digital, o fenômeno em análise tem se mostrado recorrente e diverso, com destaque para o uso concomitante dos termos “repúdio” e “indignação”, como ilustra o excerto em (29). Com esses resultados, verificamos que a nota de repúdio se mantém como a forma de enunciado típica na segunda década do século XXI, mas que, nessa fase, o gênero tende a cumprir, igualmente, a função discursiva de outras variantes de teor opinativo-crítico da constelação nota.

(27)

NOTA OFICIAL // A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Fortaleza protesta e re- / pudia todo e qualquer ato de violência física praticado contra o Estado / de Direito e de cidadania, a exemplo, do que sofreu um de seus inte- / grantes, vereador Artur Bruno, quando da ocupação da sede da 1ª DE- / RE por professores da Rede de Ensino Estadual. [...] (NR23 – *O Povo*, 09/08/1991, n.20.677, negrito no original, sublinhado nosso)

(28)

NOTA DE REPÚDIO E INDIGNAÇÃO // O Sindicato dos Servidores da Emlurb – SINDILURB, vem de Público repudiar a atitude / irresponsável do secretário de Administração do / Município Sr. Francisco José Barreto Pierre Lima, / em suspender o pagamento dos Servidores da / Emlurb, pois os mesmos ainda não haviam feito o / recadastramento do IPM, [...]. (NR48 – *O Povo*, 02/08/2003, n.24.935, no original, sublinhado nosso)

(29)

NOTA DE REPÚDIO // A Procuradoria Especial da Mulher do Senado, no exercício de sua atribuição de zelar pelos / direitos das mulheres, manifesta seu repúdio e indignação às agressões sofridas e denunciadas / pela deputada federal Benedita da Silva (RJ) e pela senadora Eliziane Gama (MA). [...] (*Procuradoria Especial da Mulher do Senado*, on-line, 01/12/2022, negrito no original, sublinhado nosso)⁸⁹

⁸⁸Para Austin ([1962] 1990), verbos performativos não apenas descrevem a ação de um falante, mas a executam no momento em que são proferidos. Nesse sentido, quando alguém diz “venho a público protestar / reprovar / repudiar etc.”, está realizando a ação de protesto, reprovação e repúdio no próprio ato de dizer esses verbos.

⁸⁹Nota de Repúdio e indignação às agressões sofridas e denunciadas pela deputada federal Benedita da Silva (RJ) e pela senadora Eliziane Gama (MA), **Procuradoria Especial da Mulher do Senado**, 1º dez. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/nota-de-repudiorepudio-e-indignacao-as->

Na interação discursiva, o ato performativo de repúdio pode ser interpretado como um ataque proposital do autor à face positiva do acusado. Para Brown e Levinson (1987), todo ato de fala constitui um ato ameaçador de face. Nesse sentido, os autores entendem que os atos podem ser distinguidos em quatro categorias: 1) *atos que ameaçam a face negativa do falante* – aceitar pedido de desculpas ou agradecimento, relutância em prometer ou oferecer algo; 2) *atos que ameaçam a face positiva do falante* – desculpas, confissão, autocrítica, reconhecimento de culpa etc.; 3) *atos que ameaçam a face negativa do ouvinte* – pedidos, ordens, sugestões e cobranças; 4) *atos que ameaçam a face positiva do ouvinte* – receber uma crítica, uma desaprovação ou insulto. Com base nessa classificação, entendemos que ao imputar ao acusado a responsabilidade por atos (físicos ou verbais; propositalis ou incidentais) dissonantes com os valores compartilhados pela comunidade retórica, o repudiante tenta deliberadamente criar para esse sujeito uma face negativa perante o público-leitor. Portanto, ao manifestar repúdio, o autor da nota desqualifica o acusado e suas ações, buscando, assim, a adesão do auditório social nesse mesmo sentido.

Contextualizar os acontecimentos desencadeadores do repúdio é outra estratégia tradicional do gênero. De modo geral, os dados indicam que os exemplares apresentam relatos de eventos já finalizados no organismo social e, em menor quantidade, de acontecimentos ainda em processo de configuração. Em ambos os casos, os textos contêm uma parte estrutural narrativa (*narratio*), com verbos no pretérito perfeito e/ou imperfeito, em terceira pessoa (singular e/ou plural), e que responde, implicitamente, a uma ou mais das seguintes perguntas: quem, o quê, quando, onde, como, por que, de modo a situar os fatos ocorridos e relatados⁹⁰. Entendemos que ao fornecerem essas informações de contextualização em suas notas de repúdio, os autores buscam tanto dar conhecimento dos fatos sociais ao seu auditório – pois os eventos narrados tratariam, em princípio, sobre temas e personagens relevantes para a comunidade retórica –, quanto reforçar sua ação de ataque à face do acusado, pois estabeleceriam, assim, as coordenadas para se compreender a gravidade da situação. Ilustramos nossos achados com a análise do próximo exemplo:

agressoes-sofridas-e-denunciadas-pela-deputada-federal-benedita-da-silva-rj-e-pela-senadora-eliziane-gama-ma. Acesso em: 17 fev. 2024.

⁹⁰Aspectos semelhantes são apontados por Ataíde e Travassos (2018) em seu estudo diacrônico da notícia jornalística, o que evidencia certa proximidade entre esse gênero informativo e a nota de repúdio. Para mais informações, conferir: ATAÍDE, Cleber; TRAVASSOS, Tarcísia. A notícia de jornal entre conservação e inovação: tradições discursivas e história da língua. In: ANDRADE, Maria Lúcia C.V.O. *et al.* (org.). **História do português brasileiro: tradições discursivas: constituição e mudança dos gêneros discursivos**. São Paulo: Contexto, 2018. p.82-111.

(30)

NOTA DE REPÚDIO // Nós estudantes do Curso de Ciências Sociais, repudiamos o fato ocorrido na manhã / do dia 31 de agosto de 2005 na entrada do estabelecimento dos Departamentos / de Ciências Sociais e Filosofia. // Na manhã do dia supracitado um grupo de ativistas, que representava o comando geral / da greve dos servidores técnico-administrativos da UFC, fechou os portões do referido / estabelecimento, impedindo o acesso dos professores e estudantes. [...] Em meio à confusão estabelecida, alguns grevistas utilizaram truculência para impedir / a entrada de alunos, chegando ao ponto de uma aluna e outro aluno serem empurrados / contra a grade. Agressões homofóbicas também foram lançadas contra os alunos, / que a esta altura já estavam indignados, reagindo de maneira exaltada. [...] Os servidores mantiveram os portões fechados até as 11:30h da manhã, impedindo / a entrada ou saída de alunos e professores, inclusive do chefe de Departamento / de Ciências Sociais, caracterizando verdadeiro cárcere no Campus Universitário. [...] Queremos ressaltar, que não somos contrários ao exercício do direito de greve. / No entanto, repudiamos, a forma exaltada, autoritária e intimidatória como o ato / foi conduzido. Concebemos que esta é uma estratégia política equivocada, pois, / ao confrontar segmentos da comunidade acadêmica, sem favorecer o diálogo, / impossibilita o fortalecimento de uma ação conjunta em prol de uma universidade / pública, gratuita e de qualidade. // Estudantes do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. (NR 54 – *O Povo*, 02/07/2005, n.25.688, negrito no original)

Nesse exemplo, além do próprio título, o verbo performativo “repudiar”, conjugado na terceira pessoa do plural, mostra-nos que estamos diante de um texto de caráter opinativo. Em específico, somos apresentados à atitude valorativa de repúdio de uma autoria coletiva conjuntural, identificada, de início, pela expressão referencial “Nós estudantes do Curso de Ciências Sociais”, e, posteriormente, no espaço da assinatura, como “Estudantes do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará”. No trecho destacado, a expressão “o fato ocorrido” – que, vemos, tem sentido prospectivo, pois aponta para referentes explicitados apenas na progressão na nota –, introduz no texto o problema sobre o qual recai a avaliação do enunciador. Mais adiante, os termos “truculência”, “agressões homofóbicas”, “verdadeiro cárcere”, “não somos contrários”, “exaltada”, “autoritária”, “intimidatória”, “concebemos”, “equivocada” e “impossibilita”, empregados pelo autor ao se referir às ações dos acusados, reforçam o caráter opinativo dessa enunciação. Ainda no primeiro parágrafo, os trechos “na manhã / do dia 31 de agosto de 2005” e “na entrada do estabelecimento dos Departamentos / de Ciências Sociais e Filosofia” situam o leitor quanto ao tempo e espaço dos acontecimentos, dando, assim, maior objetividade ao relato.

Acusados e vítimas também são identificados na materialidade textual, os primeiros pelas expressões referenciais “um grupo de ativistas, que representava o comando geral / da greve dos servidores técnico-administrativos da UFC”, “alguns grevistas” e “os servidores”, e o segundo grupo, por sua vez, pelos referentes “professores”, “estudantes”, “alunos”, “uma aluna”, “outro aluno” e “chefe de Departamento de Ciências Sociais”. Note-se que o próprio enunciador pode ser incluído como uma possível vítima dos atos repudiados, pois, nesse caso,

ele seria membro da instituição de ensino onde ocorreram os fatos. No que concerne à narratividade, essa propriedade se revela nos textos nas formas verbais do pretérito perfeito e imperfeito do indicativo (“fechou”, “utilizaram” e “mantiveram”), nas formas nominais de continuidade (“impedindo”, “reagindo” e “chegando”), nas locuções verbais (“serem empurrados” e “foram lançadas”) e nas referências ao tempo e espaço (“na manhã do dia supracitado”, “referido estabelecimento” e “até as 11:30h”). O exemplo analisado trata-se, portanto, de um texto de sequência narrativa dominante, no qual um autor conjuntural opina sobre fatos já concluídos.

A partir dos acontecimentos relatados, os autores de nosso *corpus* muitas vezes costumam apresentar as possíveis consequências negativas das ações repudiadas, construindo, assim, uma argumentação para reforçar a legitimidade de sua crítica e fortalecer sua posição valorativa diante do público-leitor. Com a análise, constatamos que as ações dos acusados podem atingir tanto as vítimas diretas da interação discursiva quanto outros indivíduos e grupos sociais, e implicam, para essas instâncias humanas ou institucionais, danos emocionais, físicos, morais, materiais, políticos, econômicos entre outros. Nesse sentido, compreendemos que, de forma implícita, os enunciadores apelam aos valores e sentimentos presumíveis de seu auditório, tentando fazer com que o *outro*-interlocutor se sensibilize diante dos problemas apresentados e, desse modo, mude seu comportamento e suas atitudes.

Para ilustrar essa discussão, retomamos o exemplo (30), mostrado anteriormente. Nesse texto, vimos que a instância enunciativo-axiológica, após a narração dos acontecimentos, diz, no último parágrafo, que não se mostra contrária ao exercício de greve dos servidores técnico-administrativos da UFC, mas, sim, à “forma exaltada, autoritária e intimidatória como o ato foi conduzido” por um grupo de ativistas naquela interação. No seu entender, esse modo de agir dos acusados impossibilitaria “o fortalecimento de uma ação conjunta em prol de uma universidade / pública, gratuita e de qualidade”, sendo, por isso, “uma estratégia política equivocada” que resulta em consequências para toda a comunidade acadêmica, inclusive para os próprios servidores da Universidade Federal do Ceará. Com isso, o enunciadador reafirma e fortalece seu ato de repúdio, ao mesmo tempo que tenta se aproximar dos acusados, levando-os a (re)conhecerem os efeitos negativos de suas ações, o que pode resultar em mudança de comportamento.

Conforme discutido na seção 4.2.2, o autor da nota de repúdio, falando de um lugar e de uma posição enunciativa de autoridade, costuma dirigir-se às vítimas das ações repudiadas a fim de lhes prestar apoio e/ou solidariedade. Essa estratégia retórica foi observada em exemplares de diferentes fases geracionais e, numa dimensão menos abstrata, estaria voltada

para a proteção daquelas pessoas ou instituições atingidas pelas ações dos acusados. Com o ato performativo de apoio e/ou solidariedade, o enunciador mostra, então, que compartilha das mesmas preocupações, ideias e valores das vítimas, o que pode contribuir para que esses possíveis interlocutores se sintam menos isolados e mais fortalecidos legal e emocionalmente. Ressalte-se, no entanto, que, para nós, a estratégia retórica em análise apenas reforça o comprometimento do repudiante com a causa relatada, pois, *a priori*, a nota de repúdio já seria, em si, uma ação social de apoio e solidariedade. Portanto, ao explicitar essa intenção discursiva, o autor intensifica seu posicionamento como defensor das vítimas e como alguém que está disposto a usar sua voz e influência para operar mudanças na sociedade. Como exemplo, destacamos o excerto em (31), a seguir, em que o enunciador manifesta seu apoio e sua solidariedade aos profissionais da educação diante de tentativa de intervenção no Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará.

(31)

CONTRA A INTERVENÇÃO TODO O APOIO / AO SINDIUTE // Nós, entidades abaixo-relacionadas, [...] repudiamos com veemência a ação golpista divisionista e / intervencionista contra os educadores do SIND.UTE-CE, tentada por / Jaime Alencar, no dia 08 de janeiro de 1992, e divulgada pela imprensa, / que culminou com o espancamento do professor Fausto Arruda (Mem- / bro da diretoria colegiada do SIND.UTE-CE) e outros professores, por / policiais que baseados numa liminar equivocada e eivada de irregularida- / des judiciais, visavam empossar Jaime na presidência da APEOC [...]. Sendo assim nos solidarizamos com a resis- / tência dos companheiros professores e demais trabalhadores em educa- / ção cont(r)a a tentativa de golpe intencionado pelo Governo Estadual e seu / aliado Jaime Alencar e prestamos nosso apoio a essa luta, que é de todos / que defendem o ensino público, gratuito, de qualidade e pela defesa da / dignidade do magistério cearense. [...]. (NR24 – *O Povo*, 12/01/1992, n.20.771, negrito no original)

Em menor quantidade no *corpus*, a exaltação à vítima ou às suas realizações é também uma estratégia que o enunciador utiliza em sua orientação para proteger a face dos outros. De acordo com os dados da pesquisa, as apreciações encontradas recaem sobre instituições ou indivíduos que representaram ou representavam, no momento sócio-histórico e político de produção do texto, um papel discursivo de destaque no cenário regional. Nesse sentido, o enunciador constrói uma face positiva para essas instâncias humanas ou institucionais, mostrando, entre outros aspectos, que suas ações teriam, de algum modo, contribuído para o crescimento social, político e econômico do Ceará. Na materialidade verbal, o fenômeno em análise pode ser identificado pela presença de adjetivos elogiosos, como “zeloso”, “respeitado”, “digno”, “ilustre” e “destemido”, que extraímos do exemplo (32). Além disso, encontramos enumeração dos benefícios supostamente alcançados com as obras e atitudes daquele sobre o qual recai a exaltação, como nos revela, por sua vez, o exemplo (33), em que

a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE), para proteger a face do ex-governador do Ceará, Tasso Jereissati (1987-1991), de declarações ameaçadoras proferidas pelo então deputado cearense Antônio Câmara, destaca o que considera ser algumas das contribuições positivas do Governo das Mudanças para a sociedade cearense.

(32)

[...] **A Associação dos Advogados do Estado do Ceará (AAEC)**, entidade / de classe que congrega advogados e advogadas de todas as especialidades à vista de / ato descortês e ilegal, praticado pela Juíza Titular da 12ª Vara Criminal da Comarca / de Fortaleza, Dra. Maria Ina Lima de Castro, contra as prerrogativas funcionais do / zeloso e respeitado defensor público **Professor Roberto Ney Fonseca de Almeida**, consubstanciado na injusta e arbitrária proibição de seu acesso às / dependências da secretaria do referido juízo, com evidente prejuízo para o regular / exercício de suas funções, vem a público manifestar seu repúdio ao insidioso ato e, / na mesma oportunidade, manifestar sua irrestrita solidariedade ao digno colega. [...] No ensejo, pelo dia do advogado, a AAEC congratula-se / com todos os advogados e advogadas na pessoa do ilustre e destemido Defensor. // [...]. (NR57 – *O Povo*, 11/08/2007, n.26.388, negrito no original, sublinhado nosso)

(33)

[...] Analisando friamente os quatro anos do Governo das / Mudanças, conduzido pelo então Governador Tasso / Jereissati, somos testemunhas de que jamais na História do / Ceará houve período tão rico no que diz respeito à seriedade, / à participação popular, ao compromisso e ao apoio aos / movimentos organizados da sociedade civil. Mais do que / isso, os setores mais carentes da população, assimilando esse / ideal das mudanças, construíram através dos mutirões / habitacionais, das obras comunitárias, dos benefícios às / pequenas comunidades das Arrancadas da Produção, da / participação nas diversas formas de Conselhos, tiraram o / nosso Estado do atraso, da opressão coronelista, do alto / índice de mortalidade infantil, da pistolagem, do / empreguismo e por fim quase conseguem de vês o / sepultamento de todos os políticos inescrupulosos, atrasados / e viciados em ludibriar os menos esclarecidos. [...]. (NR27 – *O Povo*, 14/08/1992, n.21.978, sublinhado nosso)

Seja para defesa da própria face ou proteção da face de outros, o autor da nota de repúdio também faz uso dessa tradição discursiva para apresentar esclarecimentos ao seu auditório social. Com esse propósito, o enunciador refuta e corrige acusações ou afirmações que interpreta como equivocadas, distorcidas ou difamatórias. Nesse sentido, ele apresenta dados e detalhes para sustentar seu ponto de vista, desacreditando, assim, a versão do acusado diante da opinião pública. O exemplo (34), a seguir, ilustra nossas observações. Trata-se da reação-resposta da Associação Cearense de Imprensa (ACI) – entidade representativa dos profissionais de imprensa no Ceará – a respeito de matéria de janeiro de 1965, publicada no jornal carioca *Última Hora*. De acordo com o texto jornalístico, a ACI estaria, naquele momento, sob controle dos “interventores de 1º de abril”, e, assim, negava-se a tomar conhecimento de alguns casos de demissão, prisão e ameaça de prisão contra jornalistas que haviam divulgado ou apoiado denúncias sobre “desmandos” da administração de Virgílio

Távora (1963-1966). Além disso, a matéria ainda diz que o então governador do Ceará teria criado cargos e investido verbas públicas em propaganda para benefício do próprio governo estadual e de seus protegidos, entre os quais estaria o “Interventor na Associação Cearense de Imprensa”, que teria conseguido, junto a administração estadual, cargos com altos vencimentos para si, sua esposa e filha, uma menor de 16 anos.⁹¹

(34)

NOTA OFICIAL // O jornal “Última Hora”, do Rio de Janeiro, em sua / edição do dia 16 do corrente mês, publicou, na 2ª. pá- / gina, matéria enviada pelo seu correspondente em For- / taleza, que não representa a realidade dos fatos. // Reunida, ontem, em sessão ordinária, esta entidade / deliberou, por unanimidade, contestar o texto da notí- / cia no que diz respeito à A.C.I., prestando os seguintes / esclarecimentos: // 1 – A Associação Cearense de Imprensa não está, / nem nunca esteve sob regime de intervenção; / 2 – A veterana entidade dos jornalistas cearenses / jamais se negou a tomar conhecimento de fatos rela- / cionados com qualquer jornalista, adotando sempre a / sua diretoria solução justa e adequada para cada caso / em particular; // 3 – Não sendo verdade que haja ou tenha havido / interventor na A.C.I. após o movimento revolucionário, / a afirmação inverídica de que o “interventor” na A.C.I. / teria obtido empregos para si, sua espôsa e uma filha / menor, por si mesma se destroi; / 4 – Se o correspondente quis se referir ao Presi- / dente ou aos demais diretores da A.C.I., refutamos, / igualmente, a notícia transmitida para aquele jornal, / porquanto nenhum deles foi agraciado com os cargos a / que se refere o noticiário daquele jornal; 5 – Face ao exposto, esta entidade espera que o / correspondente de “Última Hora”, a bem da verdade, / retifique junto àquele jornal a informação transmitida / que, repetimos, é inteiramente infundada e mereceu o / protesto e o repúdio de todos os diretores desta enti- / dade. // [...] (NR02 – *O Povo*, 26/01/1965, n. 11.456)

Nesse exemplo, a ACI retoma e refuta as informações apresentadas no parágrafo anterior, categorizando-as como “inverídicas” e “infundadas”. Em sua tentativa de defesa e proteção de faces, utiliza uma estratégia argumentativa de negação, que consiste em primeiro negar a posição do oponente para, em seguida, apresentar sua própria versão dos fatos. Inicialmente, o autor afirma que a ACI não estava, “nem nunca esteve”, sob regime intervenção. Com base nesse posicionamento, diz, no ponto seguinte, que jamais se negou a tomar conhecimento sobre fatos envolvendo membros da categoria, tendo adotado soluções adequadas para cada caso. Vemos, no entanto, que tais medidas não são especificadas, e o enunciador, tampouco, manifesta, mesmo que de forma geral, sua reprovação pública a qualquer ação de violência praticada contra profissionais da imprensa naquele período – o que se justifica, tendo em vista a suspeita de intervenção e o contexto sócio-histórico e político de repressão e censura vividos no país. Por fim, nega a acusação segundo a qual o diretor, seus familiares ou quaisquer outros representantes da ACI teriam conseguido cargos junto ao executivo estadual, movimento que, *a priori*, protegeria a face tanto desses indivíduos quanto

⁹¹Virgílio ameaça jornalistas. *Última Hora*, Rio de Janeiro, Ano 14, n.4.662, p. 2, 16 jan. 1965. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=106464>. Acesso em: 02 jan. 2023.

do governador Virgílio Távora, pois aponta implicitamente para a suposta inocência desse sujeito diante das acusações levantadas. No texto, o referente “interventor” é grafado com aspas, assinalando, assim, que a responsabilidade enunciativo-axiológica por esse dizer é assumida não pelo enunciador dessa nota oficial, mas imputada ao autor da matéria jornalística motivadora do protesto e repúdio.

Ainda sobre o ato de apresentar esclarecimentos, observamos que, em nosso material de análise, o verbo performativo “esclarecer”, além de expressar o sentido de refutação e correção, também é utilizado com a intenção discursiva de informar o público-leitor, seja 1) da atitude valorativa de repúdio assumida pelo autor da nota, seja 2) dos acontecimentos que motivaram essa ação social. Portanto, ao emitir uma nota de repúdio, o enunciador deixa claro para os membros de sua comunidade retórica que está ciente dos eventos que ocorrem ao seu redor e que não concorda e rejeita veementemente qualquer comportamento verbal e/ou físico que possa representar uma ameaça para a comunidade ou seus valores. Nessa perspectiva, entendemos que a decisão de uma instância humana ou institucional de publicizar sua posição de repúdio à vista de fatos importantes da atualidade seria influenciada pela combinação de uma série de fatores pessoais, sociais e axiológicos.

De forma mais imediata, o gênero emergiria porque o autor, representando um papel estatutário ou institucional de destaque na sociedade, seria cobrado pela própria categoria ou por outros grupos e indivíduos a posicionar-se diante de eventos percebidos como ameaçadores de face, o que verificamos no início desta seção com o exemplo (25), em que a AACRIMEC diz ter sido instada a se manifestar por provocação de seus associados. Embora nos bastidores a instância enunciativa tenha tomado alguma medida para proteção de face, os interlocutores esperam dela uma manifestação pública, podendo o silêncio ser interpretado, inclusive, como uma atitude valorativa de negligência ou concordância, como mostra, adiante, o exemplo (35), em que o autor coletivo apresenta repúdio acerca de agressão praticada por empregados do jornal *O Povo* contra membros do Sindicato dos Gráficos do Ceará. Menos visível, além da pressão social e dos membros de sua categoria, o autor pode tornar pública sua opinião porque deseja construir para si uma face positiva diante de sua comunidade retórica. Ao fazer isso, ele demonstra estar alinhado com as crenças e valores desse grupo, fortalecendo, assim, sua posição e estima perante esse auditório social.

(35)

Não à condescendência do / jornal O Povo com a violência // As entidades abaixo assinadas repudiam, de forma veemente, as agressões praticadas por três / empregados do Marketing do jornal O Povo contra os diretores do Sindicato dos Gráficos do Ceará, Juarez Alves e / Josenaldo Ferreira, na última sexta-feira (07/01),

na praça do Ferreira. [...] Diante da gravidade dos fatos, era esperado que o jornal O Povo não só fizesse o registro das agressões, / como também adotasse providências no sentido de identificar e punir os agressores. Ao contrário, silenciou. Não / pode um jornal, no dia em que completou 83 anos de história, permanecer silente e inerte diante das hostilidades / desferidas por seus por seus empregados contra aqueles que denunciavam a conduta anti-sindical da empresa. A / passividade e a indiferença, caso venham a persistir, refletirão algo ainda mais grave: a condescendência do jornal O / Povo com a violência. // **FENAJ, CUT, SINTIGRACE, SINDJORCE, SJSP, SJRJ, SJRS, SJGO, / FETRACE, SEEB, SINDVIGILANTES, SINDVALORES e CONLUTAS.** (NR60 – *O Povo*, 13/01/2011, n.27.625, negrito no original)

No exemplo anterior, o trecho “[...] era esperado que o jornal O Povo não só fizesse o registro das agressões, / como também adotasse providências no sentido de identificar e punir os agressores”, deixa-nos ver que os interlocutores do gênero esperavam da empresa, além de uma performance discursiva, um movimento concreto em direção à punição dos acusados e à resolução dos problemas resultantes das ações desse sujeito. Não tendo, geralmente, competência legal para executar tais feitos, o autor da nota de repúdio evoca, então, aquelas forças e instituições que podem fazê-lo, como vemos, a seguir, em (36). Nesta nota, o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), após contextualizar o evento motivador do repúdio – que, nesse caso, trata-se de ataques (incêndio, desaparecimentos, estupro, homicídio e tortura) praticados contra uma aldeia da tribo yanomami –, dirige-se, de modo geral, a autoridades do Ministério Público e da Polícia Federal, bem como dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para cobrar a punição adequada dos acusados. De acordo com o texto, o Estado brasileiro tem o dever de solucionar, de forma prioritária, a situação relatada, garantindo, desse modo, a aplicação das leis e o respeito aos povos originários do país.

(36)

Nota de Repúdio contra o ataque que / acabou com uma comunidade indígena / yanomami // O SINASEFE vem publicamente repudiar o ataque, possivelmente feito por garimpeiros, que incendiou uma / aldeia da tribo yanomami, em Roraima, e deixou pelo menos 25 indígenas desaparecidos até o momento. [...]. Agora, tristemente, temos que repudiar um crime de estupro contra uma criança e outros 25 possíveis crimes / de homicídio e tortura contra uma aldeia inteira. // O SINASEFE cobra das autoridades competentes (Ministério Público e Polícia Federal) e também dos Três / Poderes da Nação (Executivo, Legislativo e Judiciário) que esse caso seja elucidado de maneira rápida e / séria. Queremos saber quem estuprou a criança de 12 anos e queremos a punição adequada, dentro da lei, / para essa pessoa que cometeu tal crime. Queremos saber onde estão os 25 yanomamis e porque a aldeia foi / queimada. // O Estado Brasileiro tem o dever de tratar essa situação como prioridade e mostrar que as leis e o respeito / aos povos originários desse país são maiores que a violência e a ganância de quem pratica garimpo e / desmatamento ilegais nas florestas brasileiras. // **Queremos saber: cadê os yanomami?** (NR67 – on-line, 22/04/2022, negrito no original)

Além de chamar a atenção das autoridades competentes para a necessidade de solucionar os problemas apontados e de punir os acusados pelas ações repudiadas, em alguns exemplares de nosso *corpus*, os autores se dirigem à sociedade civil, convocando-a para participar de manifestações públicas em prol da causa defendida. Esses eventos, que podem incluir, por exemplo, marchas, passeatas, carreatas e comícios, têm o objetivo de chamar a atenção da sociedade para o tema em debate e demonstrar o apoio da comunidade a essa questão, o que pode aumentar a pressão sobre as autoridades e instituições responsáveis para a solução do caso. Por outro lado, a convocação também ocorre porque o enunciador deseja promover reuniões particulares com os parceiros de seu entorno social. Nesse contexto, inferimos que tais encontros teriam como propósito discutir acerca de medidas a serem tomadas em resposta às ações do acusado, de modo a responsabilizar esse indivíduo e proteger a face das vítimas. Mostramos esses resultados com os dois próximos exemplos, nos quais os enunciadores trazem ainda informações (data, local e horário) que orientam os participantes a como responderem adequadamente ao convite.

(37)

[...] Corpo Clínico convoca: // Com a insatisfação gerada pelo fato exposto acima, o Corpo Clínico convoca / uma reunião extraordinária para o dia 14.10.85, às 10:00h no auditório do / HCCC. // Fortaleza, 08 de outubro de 1985. // Corpo Clínico do Hospital Geral Cesar Cals / Sindicato dos Médicos do Estado do Ceará / Centro Médico Cearense (NR14 – *O Povo*, 09/10/1985, n.18.445)

(38)

[...] a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Ceará convida os advogados e advogadas e / toda a sociedade civil, para prestigiarem uma grande **CARREATA CONTRA A CORRUPÇÃO**, / neste **DOMINGO, dia 13**, a partir das 8 horas da manhã, saindo da **PONTE DO RIO CEARÁ** e / terminando na Praça da **ESTÁTUA DE IRACEMA**. // **O Brasil espera que cada um cumpra seu papel neste momento histórico**. // Fortaleza, 13 de maio de 2001. // **Paulo Napoleão Gonçalves Quezado / PRESIDENTE/ OAB-CE** (NR41 – *O Povo*, 13/05/2001, n.24.132, negrito no original)

Com a análise apresentada, verificamos, assim como fizeram Sousa e Sousa (2023), que nosso objeto de estudo, para além do propósito comunicativo mais visível de expressar a atitude de repúdio de um enunciador, realiza outras diferentes ações sociais. Na perspectiva adotada neste trabalho, defendemos que os principais propósitos comunicativos encontrados no *corpus* funcionam como estratégias retóricas que o autor pode utilizar em sua tentativa de atacar a face do acusado e de salvar a face da vítima. Em primeiro lugar, aproximamo-nos da perspectiva sociorretórica de Swales (1990), pois assumimos com esse pesquisador a ideia segundo a qual o propósito comunicativo guarda certa proximidade com a estrutura composicional do gênero. A esse respeito, como lembram Biasi-Rodrigues e Bezerra (2012, p.

238), “se a estrutura serve para realizar o propósito, então a forma está a serviço da funcionalidade”. Enquanto isso, com Goffman ([1967] 2011), reconhecemos que diferentes instâncias enunciativas, ao interpretarem uma ação como ameaçadora de face, seja por iniciativa própria ou incitação de seus interlocutores, podem atuar em defesa / proteção da vítima e contra a face do acusado. Nesse sentido, entendemos que um mesmo ato performativo pode exercer, simultaneamente, a função discursiva de ataque e salvamento de face, mas sempre com um valor dominante. Assim, por exemplo, ao mesmo tempo que ameaçaria a face do acusado, pois denuncia diante da sociedade os comportamentos desse sujeito, o repúdio também seria, de forma implícita, uma ação retórica pública de defesa / proteção da vítima, posto que demonstra o engajamento de seu autor com aqueles indivíduos ou grupos que tiveram suas faces ameaçadas.

Aliado aos propósitos comunicativos, o estudo do conteúdo temático – ou tópico discursivo, conforme proposta de Jubran (2006) –, pode nos fornecer outras importantes informações acerca de como, ao longo das fases geracionais, autores humanos e institucionais de notas de repúdio têm agido socialmente através desse gênero. Com isso em mente, na sequência, analisamos, então, os tópicos discursivos centrais mais produtivos trabalhados nessa tradição discursiva.

4.4 Conteúdo: os tópicos discursivos mais recorrentes do gênero

Conforme assinalado, nesta seção, investigamos o conteúdo temático das notas de repúdio que compõem nosso *corpus*, isto é, o assunto sobre o qual os enunciadores falam em suas enunciações. Para tanto, apoiamos-nos no conceito de “tópico discursivo”, que, segundo Cavalcante (2022, p. 79), pode ser entendido como equivalente a “tema central de um texto”. Segundo Jubran (2006, p. 35-36), o tópico pode ser definido por duas propriedades básicas: a *centração* – que diz respeito à focalização de um assunto sobre o qual se discute – e a *organicidade* – que diz respeito à distribuição do tópico central em subtópicos. A nota de repúdio é uma tradição discursiva em que um autor individual ou coletivo defende um ponto de vista acerca de acontecimentos de sua atualidade. Tipicamente, o gênero se estrutura em torno de um único eixo temático que, no entanto, pode desdobrar-se em subtópicos. Neste estudo, detivemo-nos na localização do tópico central de cada um dos exemplares do *corpus*. Assim procedendo, pudemos reconhecer os temas mais típicos e produtivos no contexto cearense do século XX e início do XXI. Na tessitura textual, o tópico central da nota é explicitado, com frequência, logo no início do texto, após o ato performativo de repúdio, o

que permite aos interlocutores identificarem de forma fácil e rápida o assunto a respeito do qual o enunciador discute. Com a investigação aqui desenvolvida, buscamos compreender que eventos sociais motivam a escrita e publicação de notas de repúdio e, numa perspectiva bakhtiniana, que conjunto de valores e crenças assumidas pelos autores estariam subjacentes aos exemplares do gênero.

Durante os 21 anos de regime militar no Brasil (1964-1985), uma série de acontecimentos sociais de grande relevância coletiva ocorreu no cenário político nacional e cearense. Estes eventos, que tratavam de práticas como a censura à imprensa, agressões físicas e verbais a jornalistas e demais profissionais da informação, intervenções sindicais e violência contra manifestantes, entre outras, em contraste com o que aconteceria em um regime democrático, quando seriam rápida e veementemente repudiados, receberam, contudo, no decurso da fase ditatorial, pouco ou nenhum enfoque crítico nos grandes jornais do Ceará. Nesse caso, é interessante pensar que as possibilidades e limitações do contexto sócio-histórico e político imediato e amplo de então, somadas aos propósitos comunicativos, valores e papéis discursivos dos interlocutores, agiram de modo evidente na seleção e no tratamento axiológico dado ao conteúdo temático de nosso objeto de estudo. Por exemplo, em sua análise do gênero editorial de jornal, Zavam (2017) mostrou que o cerceamento da liberdade de expressão decorrente do golpe de 1964 fez surgir uma imprensa submissa, na qual os editoriais atuavam como instrumento para o diálogo entre o governo militar, as elites que ocupavam cargos políticos e as empresas jornalísticas que compactuavam com a ordem vigente ou a ela se submetia. Ainda segundo a autora, nesse lapso temporal, os editorialistas, impedidos de abordar temas políticos que viessem ameaçar a segurança nacional, direcionaram sua atenção para notícias de atos governamentais, narrativas ufanistas ou mesmo para questões de menor relevância, mas que afetavam a vida do brasileiro.

No pós-ditadura militar, as conformações sócio-históricas e políticas continuarão a exercer forte influência sobre o processo de produção e circulação de notas de repúdio. Nesse contexto, porém, a Constituição Federal de 1988 garantirá liberdades, direitos e deveres em diferentes níveis aos cidadãos brasileiros, criando, assim, um espaço que possibilita a esses atores sociais manifestar livremente sua opinião crítica sobre temas e acontecimentos antes proibidos ou pouco comentados. Sob a ótica da democracia, os produtores de notas de repúdio discutem, com frequência, sobre eventos interpretados como incompatíveis com o Estado Democrático de Direito, como destacado no exemplo (39), adiante, em que a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) manifesta seu veemente repúdio diante da ameaça verbal proferida pelos deputados federais Newton Cardoso (PMDB-MG) e Márcio Reinaldo Moreira

(PPB-MG) contra a face dos profissionais da imprensa brasileira, especificamente os jornalistas, os quais teriam sido chamados de “vagabundos” e “cachorros”. Com base nas informações apresentadas no texto, fica patente que as declarações dos parlamentares citados foram motivadas por reportagens feitas por jornalistas políticos do país – que revelaram o que o autor da nota chama de “o loteamento e a sórdida barganha de cargos por votos do Governo Fernando Henrique Cardoso para / aprovação do projeto de reforma da Previdência Social”. Portanto, as ações dos acusados evidenciam um inconformismo com o jornalismo “independente” e “autônomo”, não submetido, no regime democrático, a nenhum dos três Poderes da República.

(39)

NOTA OFICIAL // A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) vem a público manifestar o / mais veemente repúdio às declarações dos deputados federais Newton / Cardoso (PMDB-MG) e Márcio Reinaldo Moreira (PPB-MG) para quem os pro- / fissionais da imprensa do país são “vagabundos” e “cachorros”. Tamanho / destempero verbal dos deputados, inaceitável em um parlamento democrático / que se pretende transparente, apenas confirma as reportagens dos jornalis- / tas que fazem a cobertura política no País, revelando o loteamento e a sórdida barganha de cargos por votos do Governo Fernando Henrique Cardoso para / aprovação do projeto de reforma da Previdência Social, na semana passada. // Com estas declarações desequilibradas, os deputados revelam, mais / uma vez, a sua mais completa ignorância quanto ao papel da imprensa em uma / sociedade democrática. Ao contrário de serviçal do poder, seja do Executivo, / Legislativo ou Judiciário, o jornalista deve exercer sua atividade profissional / com independência e autonomia, pautando-se pela busca da verdade dos fa- / tos, na precisa apuração dos acontecimentos. [...]. (NR38 – *Diário do Nordeste*, 29/03/1996, n.5.051, negrito no original)

Represálias a profissionais da imprensa em razão de sua atividade representam igualmente atitudes inaceitáveis em um regime democrático, como constatamos, adiante, no exemplo (40), em que a ANJ manifesta repúdio à determinação do Ministério da Justiça de cancelar o visto temporário do jornalista estadunidense Larry Rohter, correspondente do jornal *The New York Times* (NYT) no Brasil. A partir dos dados fornecidos, entende-se que a “expulsão” do citado jornalista fora motivada porque, com uma reportagem de sua autoria publicada no NYT, ele teria ameaçado a face do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva⁹². Em sua nota, o enunciador enfatiza que a medida do Ministério da Justiça, categorizada como “atentatória” e “um ato de notória ameaça à liberdade de imprensa”, teve como base uma legislação ainda remanescente da ditadura militar – fundamentos legais que,

⁹²De acordo com matéria do jornal *Estadão*, de 2019, a reportagem de Larry Rohter relacionava o então presidente Lula a um suposto abuso no consumo de bebidas alcoólicas. MONNERAT, Alessandra. Boato sobre 'expulsão' de jornalista norte-americano por Lula omite que medida foi revogada antes de fazer efeito. *Estadão*, 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/boato-sobre-expulsao-de-jornalista-norte-americano-por-lula-omite-que-medida-foi-revogada-antes-de-fazer-efeito/>. Acesso em: 18 mar. 2014.

no entender da ANJ, merecem repulsa quando retomados no contexto democrático. Implicitamente, aponta-se para a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980⁹³, que definia a situação jurídica do estrangeiro no Brasil⁹⁴. Tal lei seria revogada apenas em 2017, durante o governo de Michel Temer. Dito isso, note-se que a ANJ não nega a possibilidade de crítica ao teor “sensacionalista” e “irresponsável” do texto de Rohter – direito de resposta, é preciso lembrar, assegurado pela Constituição de 1988 em seu Art. 5º, inciso V⁹⁵ –, porém, destaca que a reação do Governo deve preservar “intacto o livre exercício da atividade jornalística no território / nacional, uma garantia da Constituição Federal que tem a firme defesa da **Associação / Nacional de Jornais**”.

(40)

Nota de repúdio // A **Associação Nacional de Jornais – ANJ**, que congrega 125 empresas editoras / jornalísticas de todo o Brasil, representando mais de 90% da circulação dos jornais diários, / repudia a determinação do Ministério da Justiça de cancelar o visto temporário do jornalista / americano Larry Rohter, autor de reportagem publicada pelo jornal *The New York Times* nesta / semana. // A medida é calcada em bases legais que restaram de uma legislação autoritária / tantas vezes combatida e que merecem repulsa quando são retomadas. Expulsar do território / brasileiro um profissional de imprensa em razão de sua atividade é uma medida atentatória à / liberdade de imprensa e que foge aos preceitos democráticos que o Brasil defende. // A reportagem assinada por Larry Rohter que noticia o Presidente da República / Luiz Inácio Lula da Silva deve merecer crítica e reação pelo cunho sensacionalista e pela / irresponsabilidade que contiver, mas não causa mais dano ao país do que um ato de notória / ameaça à liberdade de imprensa como esse, que se agrava pelo aval do governo legalmente / constituído. // A resposta do Governo deve-se pautar pelos ditames da verdade dos fatos / de interesse público, mas preservado intacto o livre exercício da atividade jornalística no território / nacional, uma garantia da Constituição Federal que tem a firme defesa da **Associação / Nacional de Jornais**. Brasília, 12 de maio de 2004. // **Francisco Mesquita neto** / Presidente da ANJ // **Jaime Câmara Júnior** / Vice-presidente responsável pelo / Comitê de Liberdade de Expressão (NR50 – *O Povo*, 14/05/2004, n.25.217, negrito no original)

No decorrer do período ditatorial, o regime utilizou uma série de instrumentos reguladores para legitimar a censura no país, a exemplo da Lei de Imprensa de 1967⁹⁶ e do

⁹³BRASIL. Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16815.htm. Acesso em: 18 mar. 2024.

⁹⁴A ação do Ministério da Justiça foi baseada no Art. 26 da referida Lei, que autorizava a expulsão de estrangeiro no território nacional caso sua presença fosse considerada inconveniente. Diz o texto jurídico: “Art. 26. O visto concedido pela autoridade consular configura mera expectativa de direito, podendo a entrada, a estada ou o registro do estrangeiro ser obstado ocorrendo qualquer dos casos do artigo 7º, ou a inconveniência de sua presença no território nacional, a critério do Ministério da Justiça” (Brasil, 1980).

⁹⁵“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem” (Brasil, 1988).

⁹⁶A Lei de Imprensa foi revogada apenas em 2009, durante o segundo mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva.

Decreto-Lei nº 1.077, assinado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici em 1970 (cf. seção 4.1 – “Ambiência”). Segundo classificação de Fico (2019, p. 158), existiam, nesse período, dois tipos de censura no Brasil: a censura de “diversões públicas” – que atingiu o teatro, o cinema, os espetáculos musicais etc. – e a censura à imprensa – que atingiu jornais e revistas. Em suas reflexões, o pesquisador ressalta, no entanto, que “não se pode falar propriamente no estabelecimento da censura durante o regime militar porque ela nunca deixou de existir” no país (Fico, 2019, p. 155). Nesse sentido, a prática censória não seria uma invenção dos militares no poder, mas a continuação e intensificação de algo já existente na sociedade brasileira. Posteriormente, com a redemocratização, a nova Carta Magna garantirá em seus Artigos 5º (incisos IV e IX) e 220 (parágrafos 1º e 2º), o direito de livre manifestação de pensamento, expressão, criação e informação, vedando, então, “toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística” (Brasil, 1988). Embora se continue a intentar contra as prerrogativas reconquistadas, essas ações de cerceamento têm sido publicamente repudiadas, como verificamos na seguinte nota de repúdio.

(41)

Nota de Repúdio Contra Tentativa de / Censura à Rádio Universitária // O Curso de Jornalismo e o Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM), / bem como o Sindicato dos Jornalistas do Ceará (Sindjorce), vêm / a público para expressar o repúdio contra a tentativa de censura / à Rádio Universitária FM, tentativa que culminou com a saída do / professor Nonato Lima da direção da rádio. [...] Além de dirigir a Rádio, o professor Nonato produzia há 26 anos / o programa Rádio Livre, para tratar, de maneira crítica, de temas / de relevância pública. A tentativa de censura foi justamente con- / tra o programa, mas foi além. A administração superior, por meio / da gestão da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC), à / qual a Rádio Universitária é vinculada, chegou a sugerir que pode- / riam ser feitas restrições à difusão de músicas que expressassem / aspectos da cultura ligadas a religiões afro-brasileiras. Também / foi sugerida, por mais de uma vez, a inclusão na programação de / discussões que incluíssem pontos de vista de negacionistas e de / extremistas de ultra-direita, em franco desrespeito aos princípios / jornalísticos adotados pela redação. [...]. (NR68 – on-line, 17/05/2022, negrito no original)

Observamos que, no exemplo (41), o autor coletivo manifesta repúdio contra uma tentativa de censura à Rádio Universitária FM, em Fortaleza. Implicitamente, defende-se a liberdade editorial, política e axiológica desse veículo de informação. Na descrição dos fatos, o enunciador relata que a administração superior da UFC, através da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC) – à qual a citada emissora de comunicação está vinculada –, teria sugerido fazer alterações nos programas de debate e na grade musical da Rádio Universitária – o que incluiria a proibição de músicas ligadas a religiões de matriz africana e a abertura de espaço para a expressão opinativa de indivíduos categorizados como “negacionistas” e

“extremistas de extrema-direita”. Segundo a nota, o ponto culminante das tentativas de intervenção na rádio foi a demissão de seu diretor, professor Nonato Lima – profissional que, há 26 anos, produzia, nessa emissora, uma atração reconhecida por abordar criticamente temas de interesse público. Em (41), o tópico sobre o qual se discute é marcado tanto no corpo do texto como também em seu título. Assim, afora situar cognitivamente o leitor quanto ao gênero e a posição valorativa do autor, o título também informa acerca do acontecimento motivador do repúdio. Com essa estratégia, o enunciador busca chamar a atenção dos possíveis interlocutores do gênero, antecipando-lhes intenções e posicionamentos a serem confirmados ou não na leitura.

A repressão policial a manifestações sociais é outro tema recorrente a partir da terceira fase geracional (1984-1993), como podemos observar no próximo exemplo, em que a Central Única dos Trabalhadores no Ceará (CUT-CE) repudia a agressão sofrida por professores da rede de ensino de Icó, no Ceará, durante tentativa de protesto na casa legislativa local. Segundo a nota, além de impedidos de acessar o espaço da Câmara para acompanhar a votação de um projeto de lei que reduzia pela metade seus salários, os docentes foram violentamente reprimidos pela Polícia Militar pela Guarda Municipal, que utilizaram spray de pimenta e balas de borracha para dispersar os manifestantes. A esse respeito, assinalemos que a Constituição Federal de 1988, em seu Art.5, incisos IV e XVI, garante a todos os cidadãos o direito de se manifestarem e de se reunirem pacificamente, sem armas e em locais públicos, “independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente” (Brasil, 1988). No caso em análise, infere-se que a ação dos acusados contra as vítimas representa, implicitamente, no ponto de vista do enunciador, um atentado ao direito de manifestação e reunião conquistado no pós-ditadura, o que se evidencia pela expressão “não tiveram direito de protestar”.

(42)

NOTA DE REPÚDIO // A Central Única dos Trabalhadores no Ceará (CUT-CE) vem a público / repudiar, de forma veemente, a covarde agressão a que foram submetidos, na / noite desta segunda-feira (19/2), professores e professoras da rede municipal / de ensino de Icó, na microrregião de Iguatu. Para nós que fazemos a Central, / é vexatória e inadmissível a postura do poder público local, que tratou de / forma violenta e completamente desmedida professores que, de forma / pacífica, lutavam exclusivamente pelos próprios direitos. // Na ocasião, os trabalhadores e as trabalhadoras da educação foram à Câmara / Municipal acompanhar a votação de um projeto de lei da prefeita Laís Nunes / que reduzia o salário de 362 docentes pela metade, com o corte da carga / horária. Além de terem sido impedidos de acompanhar a sessão, não tiveram / direito de protestar, ficando sob a mira de armas, receberam jatos de spray de / pimenta nos olhos e alguns foram atacados e feridos a

tiros de balas de / borracha. Muitos precisaram de socorro médico. // Nós, que fazemos o movimento sindical CUTista, consideramos vergonhosa / a postura truculenta da Guarda Municipal e da Polícia Militar diante de uma / manifestação mais do que justa de quem educa nossas crianças e luta pela / não violação de direitos. [...]. (Central Única dos Trabalhadores no Ceará, on-line, 20/02/2018, negrito no original)⁹⁷

A nota de repúdio também é frequentemente utilizada por instituições e grupos conjunturais como meio para expressar sua crítica e desaprovação a certos documentos legais (projetos de lei, emendas constitucionais, atos institucionais, entre outros) propostos ou sancionados por membros dos poderes Executivo ou Legislativo. Em geral, os exemplares tratam sobre ações ainda em tramitação no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas ou Câmaras Municipais, o que garante ao produtor da nota tempo e oportunidade para mobilizar apoiadores em torno da causa defendida. Com a pressão popular, busca-se levar presidentes da República, deputados, prefeitos ou vereadores a rejeitarem ou vetarem o instrumento legal motivador do repúdio, garantindo, assim, a integridade de direitos tidos como ameaçados. Para ilustrar nossas observações, tomemos o exemplo (43), adiante, em que o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual do Ceará / MOVA-SE repudia o Projeto de Lei PL 2307/2019, de autoria do então deputado federal, Capitão Wagner (filiação ao Partido Republicano da Ordem Social – PROS), que permitiria a policiais militares se infiltrarem em manifestações sociais. Recordando, de forma implícita, o período militar ditatorial – quando os movimentos sociais e sindicais eram criminalizados e suas lideranças presas, perseguidas e/ou assassinadas –, o autor da nota categoriza o projeto do citado parlamentar como um “ato de censura e intolerância”, portanto, uma ameaça ao livre e legítimo direito de manifestação e protesto.

(43)

NOTA DE REPÚDIO AO PROJETO DO / DEPUTADO CAPITÃO WAGNER
 // Recentemente, o deputado federal / Capitão Wagner (PROS) apresentou projeto de lei (PL / 2307/2019) que autoriza a polícia militar a se / infiltrar em manifestações sociais. // A tentativa do deputado em criminalizar os / movimentos sociais, sindicais e suas lideranças, / reflete a permanência do autoritarismo e a / ascensão crescente do fascismo em nossa sociedade. A criminalização e perseguição aos / movimentos não é de hoje, a história está aí / para nos contar que se governou e se governa com / essa perseguição e usurpação dos direitos sociais e democráticos. [...] // O Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual do Ceará/MOVA-SE repudia esse / ato de censura e intolerância do deputado. Nós dirigentes sindicais desta entidade, / reforçamos que o ato de se manifestar é um instrumento mais do que legítimo numa / ordem dita democrática, de resistência e de luta política, e segue na sua mais plena medida / do exercício de sua cidadania. Não abriremos mão do livre direito de

⁹⁷Nota de repúdio, **Central Única dos Trabalhadores no Ceará (CUT-CE)**, 20 fev. 2018. Disponível em: <https://ce.cut.org.br/noticias/nota-de-repudio-40c2>. Acesso em: 26 mar. 2024.

manifestação e / protesto. [...]. (NR63 – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual do Ceará/MOVA-SE, on-line, 12/06/2019, negrito no original)

É importante destacar que, no contexto cearense, durante as fases 1 (1964-1973) e 2 (1974-1983), deparamo-nos com um único exemplar de nota de repúdio em que se pode observar a crítica e repulsa explícita a um dos inúmeros instrumentos legais sancionados pelo regime militar ditatorial. Trata-se da variante NR04, apresentada anteriormente, na seção 4.1, como (2), mas que reproduzimos novamente adiante como (44). Nesse exemplo, vemos que o MDB, representando, então, a oposição no cenário político nacional, faz uso desse papel discursivo para posicionar-se contrário às ações do governo militar. Aqui, o fechamento temporário do Congresso pelo Executivo Federal, em 20 de outubro de 1966, através do Ato Complementar nº 23, é categorizado pelo produtor da nota como sendo mais um “atentado às nossas instituições demo- / cráticas, atingidas tantas vezes, no curso dos últimos / dois anos, pelos que se apoderaram do poder em 31 / de Março de 1964”. Observe-se que o uso da expressão “atingidas tantas vezes” marca para o leitor a sistematicidade das ações praticadas pela ditadura. Além disso, outras formas nominais, verbais, adjetivas e adverbiais – a saber: “medida extrema”, “ferindo”, “violenta”, “atentado”, “se apoderaram”, “restringem”, “precária” e “ainda resta” –, mostram que, nesta nota oficial, o MDB se opõe não apenas ao caso específico do fechamento do Congresso, mas, sim, a toda a conjuntura política e repressiva do momento.

(44)

NOTA OFICIAL // O Gabinete Executivo Regional do MOVIMENTO / DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, tomando conhecimen- / to da medida extrema adotada pelo Govêrno Federal, / que decretou, através de Ato Complementar, o fe- / chamento temporário do CONGRESSO NACIONAL, / ferindo deliberadamente, de maneira violenta e ex- / temporânea, a dignidade e autonomia de um dos / poderes da República, vem lançar o seu protesto con- / tra mais êste atentado às nossas instituições demo- / cráticas, atingidas tantas vezes, no curso dos últimos / dois anos, pelos que se apoderaram do poder em 31 / de Março de 1964. // Ao mesmo tempo manifesta o seu repúdio aos ex- / pedientes que restringem a já precária faixa de fran- / quias democráticas que ainda resta aos brasileiros [...] (NR04 – *O Povo*, 21/10/1966, n.12.053, negrito no original)

No contexto sócio-histórico de produção desse exemplar, convém ressaltar que as leis, decretos-leis, atos institucionais e atos complementares promulgados, baixados e editados pelos governos militares funcionavam como instrumentos que legitimavam as ações arbitrárias e repressivas da ditadura. Adotando esse arcabouço jurídico, o regime buscou construir para si uma fachada democrática formal e legalista, de tal modo que garantisse o apoio e reconhecimento da sociedade brasileira e da comunidade internacional. Com tal propósito, as forças no poder permitiram, ademais, a criação e atuação do MDB, bem como

uma relativa liberdade de imprensa no território nacional, o que pode ser tomado, então, como uma possível justificativa para a publicação, nas páginas da grande imprensa, da variante NR04, anteriormente destacada. Outro fator seria o suposto caráter “moderado” e “democrático” do primeiro marechal-presidente Castello Branco, que governou o país de 1964 a 1967, período, portanto, de produção do exemplo (44). De qualquer forma, temos que o conteúdo temático e a singularidade dessa variante seriam não apenas reflexo, mas refração da conjuntura política, social e histórica naquele início de ditadura.

Outro evento que tem motivado a produção de notas de repúdio é a intervenção ou a tentativa de intervenção na diretoria de entidades representativas de classe ou na reitoria de instituições federais de ensino superior. No primeiro caso, a Constituição Federal de 1988, além de legalizar, em seu Art. 8, a livre associação profissional, vedará, no inciso I do citado artigo, a interferência do Poder Público na organização sindical⁹⁸. Tal mecanismo visa garantir, assim, a liberdade associativa e a autonomia das entidades representativas de classe, contrastando, conforme evidenciado, com a postura observada no período militar, quando os sindicatos, se não fechados ou criminalizados, sofreram ingerência do Executivo Federal ou Estadual, que assim o fizeram para a manutenção dos interesses de seus representantes⁹⁹. Em relação às universidades federais, embora o Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996¹⁰⁰, garanta ao presidente da República o direito de escolher o reitor dessas instituições de ensino, culturalmente, o chefe do Executivo Federal tende a respeitar a vontade do corpo universitário e nomear, de uma lista tríplice, o candidato mais votado pelos membros da comunidade. Não foi o que aconteceu, no entanto, em 2019, quando o presidente à época, Jair Bolsonaro, contrariando a consulta pública, nomeou o terceiro colocado, o advogado e professor Cândido Albuquerque, para o cargo de reitor da Universidade Federal do Ceará. Interpretado como uma ameaça à autonomia universitária, esse ato acabou recebendo o repúdio de diferentes atores sociais, entre os quais o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (ADUFC), como podemos observar a seguir.

⁹⁸“Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical” (Brasil, 1988).

⁹⁹A esse respeito, lembremos que o jornal carioca *Última Hora*, em edição de janeiro de 1965, levantou a ideia de que a Associação Cearense de Imprensa estaria, naquele momento, sob intervenção, fato que justificaria a inércia dessa entidade em defender a face de jornalistas que arbitrariamente teriam sido presos, ameaçados ou demitidos a mando do então governador cearense, Virgílio Távora (cf. exemplo (41), seção 4.3).

¹⁰⁰BRASIL. Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996. Regulamenta o processo de escolha dos dirigentes de instituições federais de ensino superior, nos termos da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1916.htm. Acesso em: 30 mar. 2024.

(45)

Em defesa da autonomia e da / democracia na UFC: nós dizemos não / à intervenção! // A Diretoria do Sindicato dos Docentes das Universida- / des Federais do Estado do Ceará (ADUFC) vem a públi- / co repudiar a nomeação por Jair Bolsonaro e Abraham / Weintraub do candidato menos votado na consulta / à comunidade universitária, Cândido Albuquerque, / como reitor da UFC. [...] A democracia é nossa atmosfe- / ra. Por isso, a nomeação arbitrária do reitor, baseada / em compromissos acertados dentro de gabinetes em / Brasília, fere a organização mais básica dessa institui- / ção plural e complexa, que, nos termos da Constituição / Federal, possui autonomia frente aos governos. // A imposição da figura autocrática desse interventor, / rejeitado por ampla maioria (ele obteve 610 votos fren- / te aos 7.772 do mais votado), é na verdade mais um / ataque à universidade pública, mais uma medida para / causar confusão e prejudicar seu funcionamento. Com / ela, o atual governo demonstra mais uma vez seus pe- / rigosos instintos autoritários, seu despreço à demo- / cracia brasileira e à livre produção do conhecimento. [...] (NR65 – Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará, on-line, 20/08/2019, negrito no original)

Tendo exercido a presidência do Brasil entre 2019 e 2022, Jair Bolsonaro foi uma figura polêmica cujas ações e declarações foram alvo de constante protesto e repúdio público. Com uma agenda política conservadora, de fundo religioso e extrema direita, sua administração ficou caracterizada pelos seguidos ataques às instituições democráticas, aos profissionais da imprensa, às mulheres¹⁰¹ e a outros grupos historicamente marginalizados ou criminalizados, como negros, indígenas e membros da comunidade LGBTQIA+. Embora eleito em 2018 com mais de 55% dos votos válidos, ao longo de seu mandato, Bolsonaro levantou inúmeras acusações de fraude no sistema de votação eletrônica brasileiro. Sem apresentar nenhuma prova que embasasse suas declarações, o ex-presidente intensificou esse posicionamento na proximidade e durante o pleito de 2022, no qual, numa disputa acirrada, perdeu a reeleição para Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT). Sob um discurso anticomunista, Bolsonaro foi um defensor declarado da ditadura militar e das práticas repressivas e criminosas cometidas por esse regime, como podemos constatar na seguinte nota, de 2016, em que o Conselho Federal da OAB repudia a homenagem feita pelo então deputado federal, Jair Bolsonaro, à memória do torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, durante a votação da admissibilidade do processo que resultaria no impeachment da ex-presidente da República, Dilma Rousseff (PT).¹⁰²

¹⁰¹Nesse sentido, vale conferir o exemplo (24), seção 4.2, em que o enunciador coletivo manifesta repúdio à agressão verbal praticada pelo ex-presidente brasileiro contra a face de uma repórter durante a atividade jornalística dessa profissional.

¹⁰²Durante a citada sessão, ao proferir seu voto favorável à abertura do processo que levaria ao impeachment de Dilma, Bolsonaro, então filiado ao Partido Social Cristão (PSC), proferiu as seguintes declarações: “Perderam em 1964, perderam em 2016. Contra o comunismo, contra o Foro de São Paulo. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que foi o pavor de Dilma Rousseff.” Reconhecido pela Justiça como torturador, Ustra foi chefe do DOI-CODI – principal órgão de repressão da ditadura militar –, em São Paulo.

(46)

OAB emite nota de repúdio a declarações de deputado // Brasília - O Conselho Federal da OAB emitiu nesta terça-feira (19) uma nota de repúdio às declarações do deputado federal Jair Bolsonaro, / proferidas na sessão ocorrida no domingo (17), na Câmara dos Deputados. Confira: // O Conselho Federal da OAB repudia de forma veemente as declarações do deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ), em clara apologia a um crime ao / enaltecer a figura de um notório torturador, quando da votação da admissibilidade do processo de impeachment da presidente da República, Dilma / Rousseff. // Não é aceitável que figuras públicas, no exercício de um poder delegado pelo povo, se utilizem da imunidade parlamentar para fazer esse tipo de / manifestação num claro desrespeito aos Direitos Humanos e ao Estado Democrático de Direito. // O Conselho Federal da OAB irá avaliar o caso em sua próxima sessão plenária. // Claudio Lamachia / Presidente Nacional da OAB // Everaldo Bezerra Patriota / Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos (Ordem dos Advogados do Brasil, on-line, 20/04/2016, negrito no original)¹⁰³

Por fim, constatamos com a análise que a prática discursiva de disseminar informações falsas, ou como tais interpretadas pelo repudiante, configura-se como outro motivo recorrente para a produção de notas de repúdio. Com base nas pistas cotextuais, observamos que diversos foram os gêneros orais e escritos mobilizados para a repercussão de conteúdos enganosos, entre eles a “entrevista”, o “discurso político”, a “reportagem” e a “nota jornalística”. Exemplares com esse conteúdo temático foram encontrados nas seis fases geracionais. Nesses textos, membros de cargos políticos, no exercício de seus papéis estatutários, figuravam como principais acusados. Entre as vítimas das ações repudiadas estavam vereadores e governadores de estado, mas também enfermeiros, juízes e advogados, além das próprias instituições democráticas e da população brasileira e cearense como um todo. A partir da primeira década e meia do século XXI, em especial no contexto digital on-line, o termo *fake news* tornou-se bastante comum para se referir ao fenômeno linguageiro que aqui discutimos. Nesse caso, o gênero “notícia” apresenta-se como o mais utilizado pelos acusados, o que se configura, de acordo com Colares (2023, p. 31), “como um enorme perigo, uma vez que, ao se projetarem como textos noticiosos, as *fake news* revestem-se de seriedade e credibilidade, gerando maior adesão por parte dos leitores, bem como engajamento na sua disseminação”.

Embora não tenha surgido no contexto digital on-line, a disseminação de informações falsas ganhou forças nesse ambiente de comunicação. Para tanto, significativas foram as contribuições das novas mídias sociais e dos aplicativos de mensagens instantâneas – como o *Facebook*, *WhatsApp* e *Telegram* –, que, com suas potencialidades tecnológicas para os processos de interação, têm modificado a maneira como os indivíduos produzem, consomem

¹⁰³OAB emite nota de repúdio a declarações de deputado, **OAB Conselho Federal**, 20 abr. 2016. Disponível em: <https://www.oab.org.br/util/print/51516?print=Noticia>. Acesso em: 01 abr. 2024.

e divulgam textos com conteúdo potencialmente nocivo e falso. No Brasil, o fenômeno discursivo sob análise intensificou-se durante o pleito presidencial de 2018 e tornou-se prática comum no governo de Jair Bolsonaro, com o ex-presidente chegando até mesmo a utilizar as mídias oficiais da Presidência da República para disseminar conteúdos falsos que ameaçavam a face positiva de adversários políticos e a confiabilidade nas instituições democráticas brasileiras. Voltadas para benefício do próprio autor ou de terceiros, destacam-se nesse período as *fake news* que apontavam fraudes no processo eletrônico de votação – tema sobre o qual comentamos anteriormente – e também as que abordavam aspectos da pandemia de COVID-19.

De acordo com Trajano de Sousa e Zavam (2023), os primeiros casos da doença COVID-19 foram identificados no final de 2019 na cidade de Wuhan, localizada na província de Hubei, na China. Ainda segundo os autores, rapidamente o vírus (SARS-CoV-2) causador dessa enfermidade se espalhou por outros países e, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a COVID-19 como uma pandemia. Contrário às medidas de prevenção e controle do novo coronavírus indicadas pela OMS – a exemplo do uso de máscaras e do distanciamento social mais restritivo (*lockdown*) –, o então chefe do Executivo brasileiro, Jair Bolsonaro, construiu junto ao seu público um discurso notoriamente negacionista, no qual minimizou a gravidade da doença e a necessidade das citadas medidas preventivas. Assim como Bolsonaro, seus aliados políticos também seguiram essa linha ideológica e passaram a divulgar oralmente, ou através de textos escritos em suas redes sociais, conteúdos falsos sobre a pandemia, seu combate e tratamento. Uma dessas personagens era a deputada federal Carla Zambelli (Partido Social Liberal – PSL), cujas declarações, nesse sentido, foram alvo de repúdio público, como vemos no exemplo (47), a seguir.

(47)

NOTA DE REPÚDIO // O Governo do Estado do Ceará repudia, de forma veemente, / as declarações levianas e inconsequentes proferidas pela / deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP), em entrevista à / Rádio Bandeirantes, na última quarta-feira (29), em que / levanta suspeitas sobre as mortes em decorrência da / Covid-19 no Ceará. // Tais declarações são um insulto aos profissionais de saúde / cearenses e um desrespeito às famílias das vítimas, que já / sofrem neste momento tão difícil. // O Governo do Estado do Ceará está tomando as medidas / jurídicas cabíveis. (NR64 – Estado do Ceará, on-line, 30/04/2020, negrito no original)

A nota anterior trata-se da reação-resposta do Governo do Estado do Ceará às declarações de Carla Zambelli no contexto de pandemia. Especificamente, repudia-se o fato de a citada parlamentar ter levantado suspeitas sobre as mortes causadas pela COVID-19 no

Ceará. Pelas pistas textuais, vemos que as falas da deputada ocorreram no dia 29 de abril de 2020, período em que o número de infectados e mortos pelo novo coronavírus crescia no Brasil¹⁰⁴. Nesse exemplo, o enunciador coletivo adota um estilo bastante objetivo e direto, isto é, com pouca narração e descrição dos eventos motivadores do repúdio, mas deixa explícito seu posicionamento ao categorizar as ações da acusada como “levianas”, “inconsequentes”, “um insulto aos profissionais da saúde” e “um desrespeito às famílias das vítimas”. Então, mesmo que tenhamos acesso a importantes elementos de contextualização – “o que se repudia”, “quem repudia”, “quem é o acusado das ações repudiadas”, “quando” e “onde” ocorreu o evento motivador do repúdio – e também saibamos a posição axiológica assumida pelo autor diante dos acontecimentos relatados, o texto não nos fornece detalhes acerca do conteúdo das falas de Zambelli. Assim sendo, destacamos que no início da pandemia, uma das primeiras *fake news* propagadas no contexto digital on-line sugeria que caixões vazios estavam sendo enterrados com o objetivo de inflar dados de mortos por COVID-19 no Brasil, o que foi endossado por Zambelli durante entrevista à Rádio Bandeirantes, na qual afirmou, embora sem provas, que tal fato teria acontecido no estado do Ceará.

Ao analisarmos o conteúdo temático de notas de repúdio publicadas em jornais impressos e mídias digitais entre os anos de 1964 e 2022, procuramos verificar que tópicos discursivos se mostravam mais recorrentes nessa tradição discursiva. Com esse objetivo, procedemos com o exame dos exemplares do *corpus*, a partir do qual observamos que os produtores do gênero opinam, tipicamente, sobre ações dissonantes com o regime democrático, como represálias a profissionais da imprensa; tentativas de censura e intervenção em entidades representativas de classe e universidades; repressão a movimentos sociais; documentos e propostas que, embora legais, ameaçam direitos coletivos; e enunciações, orais ou escritas, falsas ou assim categorizadas pelo repudiante. Portanto, a análise evidenciou que a produção de notas de repúdio vem sendo orientada, com frequência, por princípios constitucionais e em defesa de direitos (re)conquistados no pós-ditadura. Além disso, verificamos que os textos tratam, na sua maioria, sobre eventos e personagens da comunidade retórica cearense, o que demonstra uma preocupação primordial das instâncias produtoras do gênero em abordar temas de sua realidade local e regional. No entanto, é importante destacar que, nesta dissertação de mestrado, também encontramos exemplares que

¹⁰⁴Segundo dados das secretarias estaduais de saúde, até 30 de abril de 2020, tinham sido registradas 6.006 mortes provocadas pela COVID-19 e 87.187 casos da doença em todo o país. Informações disponíveis em: Casos de coronavírus e número de mortes no Brasil em 30 de abril, **G1**, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/30/casos-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-30-de-abril.ghtml>. Acesso em: 06 abr. 2024.

abordam fatos de interesse nacional, indicando, com isso, o engajamento dos enunciadores com causas sociais e políticas mais amplas.

Concluída a investigação do conteúdo temático, discutimos, na categoria norma, a seguir, sobre a autoria coletiva institucional e a organização retórica do gênero nota de repúdio.

4.5 Norma: os elementos tradicionais do gênero

Com base nas proposições de Coseriu (1982, p.140), que entende “norma” como tudo o que no falar de uma comunidade linguística “é realização comum e tradicional”, interessamos analisar, nesta seção, os elementos composicionais e linguístico-discursivos típicos das notas de repúdio que se configuram como tradições discursivas. Sobre esse tema, Zavam (2017) e Carvalho e Zavam (2018) esclarecem que a noção de norma sobre a qual fala Coseriu não se refere à normatividade prescritiva ou reguladora das gramáticas, mas sim aos usos sociais regulares e convencionais. Ainda segundo os autores, é preciso ter em mente, no que concerne ao modelo teórico-metodológico de Zavam (2017), que não apenas as características levantadas no plano da norma podem ser vistas como tradicionais, mas todos os elementos linguísticos e discursivos que fazem parte da constituição de um gênero. Desse modo, ao focalizar determinada categoria analítica, busca-se explorar um traço que se mostra bastante peculiar e acentuado no gênero sob análise. Neste estudo, após estabelecermos um contato mais estreito com a nota de repúdio, destacamos a “autoria coletiva institucional” e a “organização retórica” desse gênero como aspectos a serem investigados nesta categoria. Na sequência, apresentamos, então, nossos resultados.

4.5.1 A autoria coletiva institucional nas notas de repúdio

Segundo Alves Filho (2006, p. 77), “os gêneros de discurso mantêm, exibem e semiotizam uma dada configuração de autoria”. Em nossa pesquisa, conforme assinalado na seção 4.2, verificamos que a nota de repúdio manifesta três diferentes subtipos de autoria, mas que a coletiva institucional – aquela cuja responsabilidade enunciativo-axiológica é assumida por empresas ou instituições – configura-se como o subtipo mais recorrente nesse gênero, representando 88,2% (60 exemplares) dos dados¹⁰⁵. Os resultados mostram, portanto, que a

¹⁰⁵ Lembramos que os outros dois subtipos encontrados no *corpus* foram: a autoria *individual pessoal-privada* (1 exemplar – 1,5%) e a autoria *coletiva conjuntural* (7 exemplares –10,3%).

nota de repúdio ocupa nos jornais impressos e mídias digitais cearenses o espaço típico para a manifestação valorativa de uma empresa ou instituição. No campo jornalístico-midiático, o editorial de jornal – definido por Melo (1985, p. 79) como o gênero “que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento” –, é outra forma discursiva tradicional que desempenha uma função enunciativa fortemente institucionalizada. Ao analisar a autoria nesse artefato de comunicação, Alves Filho (2006, p. 84-88) identificou sete aspectos que a caracterizam: i) “impessoalização”, ii) “institucionalização”, iii) “ausência de assinatura e de elementos biografizantes”, iv) “uso da variedade padrão de linguagem”, v) “interação entre uma instituição e indivíduos-leitores”, vi) “busca por uma coerência enunciativa” e vii) “ineditismo textual”.

A primeira característica diz respeito ao uso da terceira pessoa do singular pelo enunciador. Com isso, busca-se alcançar um efeito de impessoalidade e objetividade no tratamento do objeto de discurso e nas estratégias de argumentação. Por sua vez, a segunda característica aponta para o fato de a responsabilidade enunciativo-axiológica pelo tratamento do objeto de sentido ser assumida por uma empresa ou instituição. Conforme Alves Filho (2006), esse segundo aspecto pode ser percebido no uso de verbos de terceira pessoa e na ausência de elementos que se refiram ao produtor empírico do editorial, bem como pela citação explícita do nome da empresa no corpo do texto. Sobre a terceira característica, o pesquisador diz que ela se manifesta pela ausência de assinatura e de pé biográfico que aponta para o autor individual do texto. Na leitura, essa ausência serve para conduzir os leitores a avaliarem posições axiológicas como sendo de caráter institucional e não pessoal.

Enquanto isso, a quarta característica assegura que, no editorial, encontremos recursos gramaticais e lexicais provenientes da modalidade padrão, o que pode “produzir um efeito de sentido de imparcialidade e de ‘seriedade’ na abordagem temática” (Alves Filho, 2006, p. 86). No tocante à quinta característica, esta refere-se ao modo como as instituições interagem com seus leitores, podendo este último ser explicitamente marcado ou apenas presumido nos editoriais. Por sua vez, a sexta característica trata do fato de o conjunto de leitores cobrar que a empresa mantenha seus posicionamentos. De acordo com Alves Filho, é essa coerência enunciativa que permite aos interlocutores o enquadre político, moral, estético ou partidário da instituição. Por fim, a sétima característica mostra que o editorial, diferente, por exemplo, da notícia e do artigo de opinião, é publicado uma única vez e em um único jornal, o que resulta do fato de esse gênero responder, de modo deliberado, pela tomada de posição axiológica explícita da empresa jornalística (Alves Filho, 2006, p. 88).

Embora sejam gêneros opinativos e com uma função essencialmente institucionalizada, o editorial de jornal e a nota de repúdio guardam entre si consideráveis diferenças. Por exemplo, enquanto o primeiro gênero manifesta única e exclusivamente uma opinião de caráter institucional – no caso, a posição axiológica da jornalística –, o segundo, por sua vez, além desse subtipo de autoria, pode manifestar, ainda, uma autoria individual pessoal-privada e uma autoria coletiva conjuntural – que, vimos, representa, respectivamente, a posição de um indivíduo que fala em nome e de um grupo de indivíduos não institucional. Diante disso, entendemos que essa característica da nota de repúdio de possibilitar a manifestação valorativa de diferentes instâncias enunciativas mostra-se, então, um problema fundamental para nossa pesquisa, pois, se pensarmos em tomar os aspectos caracterizadores do editorial levantados por Alves Filho (2006) como critérios para a análise de nosso objeto de estudo, veremos que alguns desses aspectos ou não se aplicam à nota de repúdio, ou, se sim, podem, por outro lado, ser aplicados aos três subtipos de autoria desse gênero, portanto, não exclusivamente à coletiva institucional, nosso foco de interesse nesta subseção.

Com a análise de nossos dados, verificamos, por exemplo, que o ineditismo textual não se constitui característica típica da nota de repúdio, o que se evidencia pelo fato de termos encontrado inúmeros casos de um mesmo texto sendo reproduzido ou em edições diferentes de um mesmo jornal, ou na mesma data, mas em jornais impressos ou mídias digitais diferentes. A título de ilustração, destacamos o exemplar NR46, que foi reproduzido, no mesmo dia – 3 de agosto de 2002 –, nas versões impressas dos jornais *O Povo* (n.24.575) e *Diário do Nordeste* (n.7.341). O exemplo mencionado trata-se de um texto de autoria coletiva institucional, especificamente, de responsabilidade da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT). Pela maior recorrência desse subtipo de autoria no *corpus*, os dados referentes ao não ineditismo textual tratam-se, quase todos, de notas de repúdio produzidas por empresas ou instituições. No entanto, também encontramos uma mesma variante de autoria individual pessoal privada e de coletiva conjuntural sendo reproduzida ao mesmo tempo em mais de um periódico. Tratam-se dos exemplares NR28 e NR32, que extraímos, respectivamente, da edição de 14 de agosto de 1992 dos jornais *O Povo* (n.21978) e *Diário do Nordeste* (n.3.759); e da edição de 25 de fevereiro de 1994 dos jornais *O Povo* (n.25.525) e *Tribuna do Ceará* (n.17.503).

Dito isso, assumimos que a possibilidade de reedição de uma mesma nota de repúdio em diferentes jornais deva-se em virtude de essa tradição discursiva não manifestar, oficialmente, a posição valorativa de uma empresa jornalística – uma vez que para tal propósito esse enunciador dispõe do editorial –, mas, sim, de outras instâncias enunciativas

humanas e institucionais. Nesse contexto, os jornais assumiriam tão somente o papel de intermediários entre o repudiante e seu público-leitor, com a publicação de uma nota de repúdio, ao mesmo tempo em mais de um jornal impresso, funcionando, então, como uma estratégia do autor para tentar alcançar um número maior de leitores. Em relação aos textos nativos digitais, isto é, aqueles produzidos no ambiente digital on-line (Paveau, 2021), observamos que sua reedição em diferentes mídias ocorre ou por ação do próprio enunciador – que assim o faz, possivelmente, também para tentar garantir maior divulgação de seu texto –, ou por ação de outros indivíduos e instituições – que republicam a nota de repúdio original em suas próprias mídias por, assim acreditamos, interpretarem o conteúdo temático dessa enunciação como sendo de interesse de seu auditório social.

Considerando as particularidades de nosso objeto de estudo, destacamos, então, os seguintes aspectos caracterizadores da autoria coletiva institucional no gênero discursivo nota de repúdio:

i) **Manifestação axiológica de entidades representativas de classe** – tipicamente, o enunciador fala a partir e em nome de um sindicato, de uma associação ou de outra entidade representativa de classe, as quais assumem a responsabilidade enunciativo-axiológica do texto. Dos 60 exemplares encontrados no *corpus* com a autoria coletiva institucional, em 48 observamos a assunção de responsabilidade pelas citadas instituições, o que corresponde a 80% desse total¹⁰⁶. Como se sabe, dos anos 1950 até 1964, os movimentos e as organizações sindicais cresceram e se consolidaram no Brasil. Em 1961, por exemplo, esses grupos desempenharam papel ativo na chamada Campanha da Legalidade, que, lembremos, exigia a posse imediata de João Goulart, o Jango, como presidente da República – então impedido pelos ministros militares de seu antecessor, Jânio Quadros. Outro destaque foi na defesa pela aprovação das Reformas de Base, que, embora tenham sido propostas no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), ganharam força apenas no mandato presidencial de Jango (1961-1964).

Com o golpe civil-militar de 1964 – que destituiu João Goulart da Presidência da República e instaurou no Brasil uma ditadura que duraria 21 anos –, as organizações sindicais de trabalhadores e as entidades estudantis e camponesas, crescentes e ativas no período anterior, foram duramente reprimidas, inúmeras foram fechadas ou sofreram intervenção. Na madrugada de 31 de março para 1º de abril, por exemplo, a primeira ação repressiva dos

¹⁰⁶ Na análise da autoria coletiva institucional, os resultados percentuais foram estabelecidos com base no total de 60 exemplares encontrados com esse subtipo de autoria. Assim procedemos porque é nosso interesse observar os comportamentos linguístico-discursivos exclusivamente nesse subgrupo.

militares no poder contra seus opositores políticos – ou como tais considerados –, foi metralhar, invadir e incendiar a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro. Posteriormente, a Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964 – proposta pelo então Ministro da Educação e Cultura do governo Castelo Branco, Flávio Suplicy de Lacerda –, colocou a UNE, junto com as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs), na ilegalidade e instituiu o funcionamento do Diretório Acadêmico (DA) – restrito a cada curso – e do Diretório Central dos Estudantes (DCE) – no âmbito da universidade – como novos órgãos legais de representação da classe estudantil (Lira, 2009)¹⁰⁷.

Nesta dissertação, embora não tenhamos acesso à produção de notas de repúdio pré-1964, admitimos que a autoria coletiva institucional, sobretudo no que diz respeito aos sindicatos, às associações e demais entidades representativas, já se configurava como traço típico do gênero nesse período. Para tanto, consideremos que outras variantes de teor opinativo crítico da constelação nota também emergiram desse mesmo espaço de representação social, como mostram as notas a seguir, produzidas, respectivamente, pelo Sindicato dos Radialistas do Ceará e pela UNE, como uma reação-resposta ao que os enunciadores categorizam como um “processo de boicóte econômico” e “financeiro” contra a *Rádio Dragão do Mar*, em Fortaleza.

(48)

NOTA OFICIAL // O Sindicato dos Radialistas do Ceará, tomando / conhecimento do processo de boicóte econômico con- / tra a Rádio Dragão do Mar, a que a Imprensa local / alude hoje, vem por esta nota, reprovar essa atitude / ilegal e anti-democrática, ao mesmo tempo solidari- / zar-se, integralmente com a Emissora ameaçada. // O clima de liberdades públicas em que vive a Na- / ção no momento, não aceita tão violento atentado ao / direito de pensamento e de livre atividade comercial. // Fortaleza, 11 de maio de 1963. / **Ivan Lima** (*O Estado*, 12/05/1963, n.8.791, negrito no original)

(49)

NOTA OFICIAL // A UNE – entidade máxima dos Universitários / Brasileiros – campeã das lutas democráticas do Bra- / sil, sente-se no dever de apresentar oficialmente sua / solidariedade à Rádio Dragão do Mar – campeã cea- / rense das lutas populares – hoje vítima dos setores / mais obscurantistas deste Estado. // Nesta nota, que é uma advertência e um protesto, / a UNE leva ao Povo sua opinião contrária àqueles / que desceram até ao expediente inconstitucional, do / boicote financeiro. // A RÁDIO DRAGÃO DO MAR NÃO ESTA’ SO’ // Fortaleza, 11 de maio de 1963 // José Carlos B. Monteiro / Vice-Presidente // **Vinicius Caldeira Brant** / Presidente UNE (*O Estado*, 12/05/1963, n.8.791, negrito no original)

¹⁰⁷Informações sobre a Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964, consultadas em: LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. Reflexões sobre a legislação de educação durante a ditadura militar (1964-1985). *Revista História*, 2009. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao36/materia01/>. Acesso em: 14 jan. 2024.

Assumindo, então, que entidades representativas de classe são as principais produtoras do gênero – não apenas no pós-ditadura, mas antes mesmo do golpe de 31 de março –, entendemos que a intensa e sistemática perseguição praticada pelos governos militares contra esses atores sociais configura-se, entre outros, como importante fator para se tentar compreender a baixa circulação de notas de repúdio durante os 21 anos de governos ditatoriais. Nesse sentido, com os autores típicos do gênero postos na clandestinidade, fechados ou sob intervenção, intui-se que a produção de textos cairá. A isto, soma-se ainda a censura estabelecida contra a imprensa, que proibiu ou limitou a veiculação de opiniões contrárias ao regime.

De fato, considerando os dados referentes às fases 1 e 2 de nossa pesquisa – cf. Quadro 6, seção de metodologia –, pode-se ter a confirmação da baixa presença da nota de repúdio na grande imprensa cearense durante a ditadura militar. De 1964 até 1983 – período que cobre a instauração e crise do regime ditatorial –, nossas buscas identificaram apenas 11 exemplares do gênero, sendo que desse total, um texto (NR01) fora publicado em fevereiro de 1964 – ou seja, antes do golpe –, e outros seis (NR06, NR07, NR08, NR09, NR10 e NR11) nos anos 1980 – momento em que as forças no comando da nação já se encontravam próximas ao fim. Portanto, tendo em vista a censura imposta aos veículos de imprensa e a perseguição perpetrada pelos governos militares contra seus opositores, a nota de repúdio não encontrou condições favoráveis para sua circulação regular ao longo das décadas de 1960 e 1970. Foi somente a partir de 1980, no contexto de transição da ditadura para a democracia, que o gênero ganhou força, servindo como artefato para a expressão opinativa de diferentes atores sociais. É nessa nova conjuntura que as entidades, associações e organizações sindicais retomam publicamente, no espaço do jornal, por meio de diferentes gêneros, mas, sobretudo, notas de repúdio, seu papel discursivo como representantes da própria categoria, de outros grupos e da democracia reconquistada.

Além das instituições representativas de classe anteriormente apresentadas, identificamos ainda outros três espaços institucionais de emergência das notas de repúdio. São estes: i) órgãos públicos; ii) partidos políticos; e iii) empresas e grupos empresariais. No primeiro caso – que representa 10% (6 exemplares) –, classificamos os textos que manifestam a posição valorativa de órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais – Prefeitura, Secretarias e Câmara de vereadores –, do Ministério Público do Ceará e do próprio Poder Executivo Estadual. Quanto aos partidos políticos, foram encontrados 4 exemplares produzidos por essas organizações sociais – o que corresponde a 6,7% –, sendo que os dois primeiros textos (NR04 e NR05) são de responsabilidade do MDB (Movimento Democrático

Brasileiro), e os demais (NR26 e NR43), do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Por fim, os dois únicos textos que ilustram a terceira categoria institucional – a das empresas e grupos empresariais –, somam apenas 3,3%, tendo sido produzidos pelo clube poliesportivo *Ceará Sporting Club* (NR45) e pelo grupo empresarial *Marquise* (NR59).

No quadro seguinte, sintetizamos nossos achados, destacando o número de ocorrências (N) e a frequência (%) com que cada um desses lugares sociais aparece no *corpus*:

Quadro 7 – Lugares sociais de emergência da nota de repúdio

Lugar social	N	%
Entidades representativas de classe	48	80
Órgãos públicos	6	10
Partidos políticos	4	6,7
Empresas e grupos empresariais	2	3,3
TOTAL	60	100

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como se vê, ao longo do período analisado, a nota de repúdio tem emergido, tipicamente, de instituições representativas de classe. Ressalte-se que a partir da sexta e última fase geracional (2014-2022), embora tenhamos trazido um único exemplar (NR64), observamos, no ambiente digital on-line, uma maior recorrência de textos produzidos por órgãos públicos, partidos políticos e empresas e grupos empresariais. Não se trata, neste caso, de uma mudança quanto à fonte enunciativa do gênero – uma vez que entidades, sindicatos e associações continuam, ainda nesse ambiente de interação, como principais autores de notas de repúdio –, mas um indicativo de que as novas tecnologias, mídias e redes sociais tem permitido que uma variedade de outras instituições – das quais se destacam governos estaduais, prefeituras, câmara de vereadores, partidos políticos e clubes poliesportivos – se manifestem sobre acontecimentos de sua atualidade e participem ativamente do debate público. Por tudo isso, podemos concluir que os produtores do gênero – representantes, em sua maioria, da classe “jornalística”, “advocática”, “jurídica”, “docente”, “política”, dos “enfermeiros” e da “administração pública” – tendem a enunciar de lugares institucionais legal e socialmente reconhecidos¹⁰⁸, o que pode conferir ao seu projeto de dizer maior atenção e legitimidade perante seus possíveis interlocutores.

¹⁰⁸Por exemplo, as organizações profissionais ou sindicais são asseguradas e reguladas pelo Art. 8 da Constituição Federal de 1988, que, em seu terceiro parágrafo diz que “ao sindicato cabe a defesa dos direitos e

ii) **Assunção compartilhada de responsabilidade** – essa característica aponta para a possibilidade de duas ou mais instituições, do mesmo campo ou de campos distintos da atividade humana, unirem-se e, assim, assumirem, numa só voz, a conclusibilidade e a posição axiológica de uma nota de repúdio. Nomeada por nós de autoria coletiva institucional *compartilhada* – cf. seção 4.2 –, essa união de vozes institucionais foi observada em 16 exemplares, o que corresponde a 26,7%. Por sua vez, a forma *não compartilhada* – isto é, àquela em que a responsabilidade enunciativo-axiológica é assumida por uma única empresa ou instituição –, corresponde a 73,3% (44 exemplares). À vista disso, percebemos que a assunção compartilhada de responsabilidade tem se mostrado bem menos comum na comunidade retórica cearense do que a forma não compartilhada, o que poderia ser tomado como motivo para se questionar o porquê de termos destacado tal aspecto nesta discussão. Isso posto, assinalamos que, para essa eleição, não nos baseamos apenas na quantificação dos dados – que, acreditamos, mostra-se significativa –, mas também levamos em conta o fato desse traço poder particularizar a autoria coletiva institucional da nota de repúdio daquela observada em outros gêneros, a exemplo do editorial que, por representar, unicamente, em cada jornal, a voz daquela empresa, encontraria restrições a essa forma compartilhada de autoria.

Além de nosso objeto de estudo, é importante destacar que o fenômeno em análise também se manifesta em outras variantes da constelação nota, como mostra, adiante, o exemplo (56), uma nota informativa / de esclarecimento cuja autoria é compartilhada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) e pela Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público (ASMMP). Ademais, é preciso ressaltar ainda que a assunção compartilhada de responsabilidade se configura, mas de modo distinto, um traço característico do que aqui denominamos de autoria coletiva conjuntural. Nesse contexto, o compartilhamento é considerado um aspecto constitutivo desse subtipo de autoria, ao contrário da institucional, em que tal fenômeno não é uma condição a ser cumprida, mas uma possibilidade de realização. Quando falamos “condição”, referimo-nos ao fato de que, se não houver união de vozes, em específico no caso de instâncias enunciativas humanas individuais, não estaremos lidando com uma autoria coletiva conjuntural, mas, sim, com uma autoria individual, seja ela pessoal-privada ou pessoal-profissional. Por outro lado, tem-se que a

interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas” (Brasil, 1988).

autoria institucional mantém sua natureza coletiva e institucionalizada, independentemente de uma empresa ou instituição unir ou não sua voz a de outra(s).

(50)

NOTA CONJUNTA DE ESCLARECIMENTO – THIAGO BARILE / GALVÃO DE FRANÇA // O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e a Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público vêm a público informar que o Promotor de Justiça / do MPMS THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA foi alvo de um ataque contra sua integridade física, na noite de ontem, na cidade de Rondonópolis/MT. // Logo após tentar entrar em seu veículo, o Promotor de Justiça, que estava acompanhado de sua família, foi abordado por um assaltante que, em fuga de outro delito, tentou entrar / em seu veículo e render sua família, com uma arma branca em punho. // THIAGO recebeu um golpe na altura da escápula e, na sequência, reagiu e imobilizou o agressor com um disparo de arma de fogo na perna. // O Promotor de Justiça recebeu o devido atendimento médico e se encontra em situação estável, à espera de alta médica. Sua família está bem e devidamente assistida. O agressor / está preso, à disposição das autoridades locais. // Ressaltamos que os órgãos de segurança pública de ambos os Estados já estão mobilizados para a resolução do caso. Seguiremos acompanhando a situação, fornecendo todo o / suporte necessário ao Promotor de Justiça e sua família, bem como cobrando a devida responsabilização do agressor. // Campo Grande/MS, 4 de setembro de 2023. // ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA / Procurador-Geral de Justiça / FABRÍCIO SECAFEN MINGATI / Presidente da ASMMP (Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público, on-line, 04/09/2023, negrito no original)¹⁰⁹

Conforme expomos anteriormente, uma nota de repúdio não encontra, *a priori*, restrições para sua reedição, e, por isso, pode aparecer em qualquer jornal impresso ou mídia digital. Como a autoria do gênero não está condicionada ao suporte ou à mídia em que a nota é veiculada, é compreensível que os produtores sempre mencionem na tessitura textual o nome da instância humana e/ou institucional responsável pela posição axiológica manifestada. A nosso ver, com essa explicitação, busca-se não apenas identificar a entidade macro-responsável pelo acabamento e pela atitude valorativa do enunciado, mas também aumentar a credibilidade da opinião expressa, uma vez que a partir dessa informação os leitores podem atribuir mais ou menos importância a um texto. Sobre isso, verificamos, em relação à autoria coletiva institucional não compartilhada, que a fonte a que se imputa a responsabilidade enunciativo-axiológica é apresentada, com frequência, logo no início da nota, após o título e antes do ato performativo de repúdio, como ilustra o exemplo a seguir, imputada à Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT).

¹⁰⁹Nota conjunta de esclarecimento, **Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público**, 04 set. 2023. Disponível em: <https://www.asmmp.org.br/Noticia/ver/nota-conjunta-de-esclarecimento-thiago-barile-galvao-de-franca>. Acesso em: 17 abr. 2024.

(51)

NOTA DE REPÚDIO // A ABERT – Associação Brasileira das / Emissoras de Rádio e Televisão, repudia os fatos / ocorridos ontem, 01 de agosto, nas dependências / da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará / quando o jornalista Marcelo Fraga, da TV / Jangadeiro, foi agredido fisicamente, de forma / violenta e injustificável pelo Coordenador de / Comunicação da Assembléia, jornalista Luciano / Luque, [...]. // Paulo Machado de Carvalho Neto / Presidente da Abert (NR46 – *O Povo*, 03/08/2002, n.24.575, negrito no original, sublinhado nosso)

No que concerne à forma compartilhada, os nomes das instituições também podem aparecer logo no início do texto, como vemos, adiante, no exemplo (52). Exceções ocorrem, no entanto, quando muitas entidades subscrevem uma nota. Nesses casos, a identificação particular de cada uma das vozes ocorre apenas no final do escrito, no espaço destinado à “assinatura”. Em alguns exemplares – especificamente, nas variantes NR01, NR16, NR24 e NR60 –, foi empregada, antes do ato performativo de repúdio, a expressão textual “as associações / entidades abaixo assinadas / relacionadas”, indicando onde o leitor encontraria as informações referentes à autoria do texto. O exemplo (53) ilustra nossos achados.

(52)

Nota de Repúdio // O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do / Ceará (Sindjorce), a Associação Recreativa e Esportiva para / Crianças e Adolescentes (Arca), a União das Mulheres Cea- / renses (UMC) e o Grupo Crítica Radical repudiam publica- / mente o comportamento truculento de integrantes do / Batalhão de Choque da Polícia Militar do Ceará, por ocasião / do protesto de moradores das Comunidades Zizi Gavião e / Conjunto São Miguel, no dia 4 de maio, contra a construção / da linha de alta tensão da Companhia Hidrelétrica do São / Francisco (Chesf). [...] (NR53 – *Diário do Nordeste*, 06/05/2005, n.8.333, negrito no original, sublinhado nosso)

(53)

NOTA OFICIAL // O movimento de imposição arquitetado por uma / minoria de ferroviários, em nome do Sindicato da clas- / se, procurando sem externar qualquer razão para isso, / derrubar o atual Superintendente da Rede de Viação / Cearense, Eng. José Walter Barbosa Cavalcante, leva as / Associações de engenheiros e arquitetos abaixo assina- / dos (sic) a, de público, repudiar tal imposição e protestar / junto às autoridades constituídas contra qualquer me- / dida que venha a favorecer a efetivação de tão desca- / bida atitude. // [...] // Sindicato dos Engenheiros do Ceará / Clube de Engenharia do Ceará / Sindicato dos Construtores Cívicos / Instituto dos Arquitetos do Brasil – Delegacia do / Ceará / Associação dos Engenheiros da Rede de Viação Cea- / rense / Associação dos Técnicos do Departamento Nacional de / Obras Contra as Secas (NR01 – *O Povo*, 26/02/1964, n.11.183, negrito no original, sublinhado nosso)

Mencionado no parágrafo precedente, o elemento textual de contextualização “assinatura” (Marcuschi, 2012), diferentemente do editorial de jornal, mostra-se um mecanismo prototípico na nota de repúdio, tendo aparecido em 57 dos 68 exemplares do *corpus*. Sobre esse aspecto, Zavam (2017) evidenciou que, no contexto cearense, até as duas primeiras décadas do século XX, podia-se encontrar a presença das iniciais do redator em

editoriais de jornais publicados no interior do estado, prática que desapareceu no período seguinte, com a ausência de assinatura e de elementos biografizantes se consolidando, então, como traço tradicional nesse gênero. Por sua vez, em relação à nota de repúdio, nossos dados mostraram a presença de assinatura em exemplares de autoria individual pessoal-privada, conjuntural e institucional, revelando que a estratégia sob investigação não se restringe a textos cuja responsabilidade é da empresa ou instituição. Sobre esses, porém, cabe alguns apontamentos.

Em primeiro lugar, identificamos que a assinatura de autores individuais tende a ser um mecanismo comum na nota de repúdio. Em nossos dados, essa informação apareceu em 16 exemplares – o que representa 26,7% –, e pode ser encontrada, geralmente, após os elementos “local” e “data” ou logo após a última linha do texto. Note-se, no entanto, que é recorrente aparecer, junto ao nome completo do autor, a designação do papel estatutário que essa instância humana produtora desempenhava na enunciação. Para ilustrar esse fenômeno, retomemos o exemplo (51), que traz, além da assinatura de Paulo Machado de Carvalho Neto, a informação de que esse sujeito assumia, naquele momento, a posição discursiva de presidente da ABERT. Com isso, vemos que a “institucionalização” sobre a qual fala Alves Filho (2006) não se encontra ameaçada, pois, embora assine o texto e, inevitavelmente, exponha opiniões pessoais, o produtor empírico da nota deixa claro, pelas marcas linguísticas mencionadas, que não enuncia em seu próprio nome, mas, sim, da empresa ou instituição que representa. Outra estratégia que aponta para a autoria do texto é o uso da expressão “A Diretoria”. Essa construção também apareceu em 16 notas de repúdio e, na enunciação, encapsula as informações referentes aos nomes e às funções (presidente, vice-presidente, secretários etc.) dos membros responsáveis pela administração de uma instituição em dado período de tempo.

iii) Impessoalização e pessoalização – por fim, esta terceira característica aponta para o fato de que, na nota de repúdio, o caráter institucional dessa tradição discursiva pode ser associado tanto ao uso de formas pronominais de terceira pessoa do singular como também de formas pronominais de primeira pessoa do plural. Assim, em um texto, a depender das escolhas estilísticas e das intenções discursivas de cada autor, pode-se observar um maior ou menor efeito de objetividade ou subjetividade, sendo bastante comum a presença de marcas de pessoalização e impessoalização em um mesmo exemplar do gênero. Diante disso, em sintonia com Zavam (2017, p. 176), concordamos que, para além da primeira ou terceira pessoa, o que caracteriza acentuadamente a institucionalização é o fato de o autor, ainda que exponha impressões pessoais e se manifeste subjetivamente, ser encoberto pelo “manto da não

responsabilidade discursiva”, assegurado por uma forma de enunciado que emerge de um campo social e de empresas / instituições que o reconhece e o legitima nesse papel. No citado estudo, Zavam identificou que a primeira pessoa do plural era bem mais recorrente que a terceira pessoa do singular em editoriais cearenses do século XIX e XX, resultado diferente daquele observado por Alves Filho (2006), que trabalhou com exemplares do mesmo gênero publicados em grandes capitais brasileiras no início do século XXI.

Enquanto isso, nas notas de repúdio, identificamos três situações em que as citadas formas pronominais aparecem no *corpus*. Primeiramente, verificamos o uso integral de formas pronominais de terceira pessoa do singular, ou a busca por uma maior impessoalidade e objetividade, em 20 exemplares, o que totaliza 33,3%. Nesses casos, o enunciador limita-se a assinalar, com frequência, através da expressão formulaica “determinante” + “nome” + verbo performativo de repúdio – por exemplo: “A (determinante) **ABERT – Associação Brasileira das / Emissoras de Rádio e Televisão** (nome), **repudia** (verbo performativo) [...]” – a fonte institucional responsável pela posição axiológica daquele dizer e, na sequência, a descrever e/ou narrar, com certo distanciamento, os fatos motivadores do repúdio, de tal modo, assim como já o havia proposto Alves Filho (2006, p. 85), que “essa apreciação valorativa seja tomada como uma decorrência-consequência dos próprios fatos e não como um ponto de vista subjetivado”. Na nota de repúdio seguinte, a ausência de elementos que refiram à primeira pessoa, assim como o uso de verbos no presente e pretérito perfeito do indicativo, em destaque, mostram que, apesar de o discurso ser atravessado pela parcialidade e subjetividade de seu produtor, a posição axiológica manifestada no texto é de responsabilidade institucional e decorre não de achismos, mas de um olhar pretensamente objetivo sobre os fatos relatados.

(54)

NOTA DE REPÚDIO // O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará repudia veementemente as 44 demissões, incluindo 12 / profissionais no Departamento de Jornalismo, feitas pela Te- / levisão Jangadeiro na quarta-feira, dia 14. A Justificativa da / empresa de que se deve a medidas de “contenção de despesas” / apenas encobre os gastos milionários feitos na tentativa de / eleger o empresário Assis Magalhães Neto, um de seus pro- / prietários, para a Prefeitura de Fortaleza. // A Televisão Jangadeiro sempre descumpriu as convenções / coletivas de trabalho assinadas entre o Sindicato das Empre- / sas de Rádio e Televisão de Fortaleza e o Sindicato dos Jor- / nalistas, principalmente no que se refere às questões salariais. / A atitude da empresa traz enormes prejuízos à luta pela re- / gionalização das produções artísticas, culturais e jornalísticas, / já garantida pela Constituição Federal. [...]. (NR30 – *O Estado*, 22/10/1992, n.16.706, negrito no original, sublinhado nosso)

Por sua vez, mas em menor quantidade, o uso exclusivo da primeira pessoa do plural foi constatado em três exemplares do *corpus* (5%), sendo um da terceira fase geracional

(NR24), outro da quarta (NR36) e o último da sexta fase (NR61). Com esse mecanismo de pessoalização, busca-se, então, uma maior aproximação do enunciador com seus possíveis interlocutores, entre os quais as vítimas da ação repudiada, os brasileiros, os cearenses, os membros da própria ou de outras categorias sociais e profissionais etc. No caso da nota de repúdio, pontuamos ainda que o emprego da primeira pessoa do plural refere-se não apenas a empresas ou instituições, mas também a uma coletividade mais ampla, que inclui o que enuncia e seus prováveis leitores. Assim sendo, temos que esse recurso linguístico representa, nesse contexto, “um elevado grau de envolvimento, colocando em um só patamar o que fala e os que leem/ouvem” (Gomes; Zavam, 2018, p. 63). Com o exemplo a seguir, de autoria do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (ADUFC), ilustramos a segunda situação aqui descrita.

(55)

NOTA DA ASSEMBLEIA GERAL DA ADUFC – SINDICATO // Estamos vivendo um momento gravíssimo em nosso / País, que combina uma crise estrutural na economia e uma / crise política desencadeada por setores dominantes que / querem jogar ainda mais o ônus da crise sobre os trabalha- / dores e os pobres. // A “Ponte para o Futuro”, programa de Michel Temer, / elenca um conjunto de medidas que visa acabar com o mo- / delo de financiamento da educação e da saúde no Brasil, / reduzir drasticamente salários e políticas de assistência so- / cial, privatizar “tudo que for possível”, dispensar licenças / ambientais e retirar do Estado brasileiro a capacidade de / proteger a economia nacional frente a ataques especulati- / vos e posicionar o País com alguma autonomia no cenário / econômico internacional. [...] Como professores na universidade pública, que assumi- / mos um compromisso profissional e ético com a sociedade à / qual servimos, queremos denunciar e expressar nosso repú- / dio à ruptura das regras democráticas, duramente conquista- / das nas lutas contra a ditadura, para mais uma vez bloquear / avanços sociais e políticos no Brasil. Aproveitamos ainda para / nossa firme resolução de continuar na luta junto / aos professores e aos estudantes de todos os níveis de ensino, / às categorias dos servidores públicos e dos trabalhadores em / geral, e aos movimentos sociais, para aprofundar a democra- / cia econômica, social e política no País e enfrentar todas as / formas de opressão e discriminação. Juntos, somos mais fortes! [...]. (NR61 – *O Povo*, 11/05/2016, n.29.548, negrito no original, sublinhado nosso)

No trecho destacado, observamos um explícito engajamento do enunciador com os fatos relatados e seu possível público leitor. Como podemos observar, formas pronominais de primeira pessoa referem-se aqui à entidade representativa de classe – “anunciamos”, “servimos”, “queremos”, “aproveitamos” –, mas também a uma coletividade mais ampla – “estamos vivendo”, “somos” – que inclui a instituição, os brasileiros (em geral) e os membros da classe docente e discente, dos servidores públicos, dos trabalhadores em geral e dos movimentos sociais (em particular). A tentativa de aproximação com esses grupos, interpretados como sendo as vítimas das ações repudiadas – no caso, o programa político “Ponte para o Futuro”, do então presidente da República Michel Temer (2016-2019) e o

Projeto de Lei Complementar 257/2016, que estabelecia, entre outros pontos, a proibição de reajuste salarial para servidores públicos, a suspensão de concursos e a instituição do regime de previdência complementar privada –, fica patente na leitura do seguinte trecho: “Aproveitamos ainda para manifestar nossa firme resolução de continuar na luta junto aos professores e aos estudantes de todos os níveis de ensino, / às categorias dos servidores públicos e dos trabalhadores em / geral, e aos movimentos sociais [...]. Juntos, somos mais fortes!”. Com essa leitura, mostramos igualmente que a pessoalização pode ser marcada através do pronome possessivo “nosso/nossa”, que pode remeter, nessa situação, apenas à instituição – “nosso repúdio”, “nossa firme resolução” – ou a uma coletividade que inclui o repudiante e a nação brasileira – “nosso país”.

Por fim, na terceira situação mencionada, verificamos que a institucionalização pode ser marcada através do emprego concomitante da terceira pessoa do singular e primeira pessoa do plural, sendo essa uma estratégia constatada em 26 exemplares (43,3%). Assim, se somarmos todos os textos com marcas exclusivas ou não de pessoalização e impessoalização, veremos que o percentual de notas com o uso de terceira pessoa do singular cresce significativamente para 76,7% e o de primeira pessoa do plural para 48,3%, evidenciando, assim, a produtividade desses recursos na produção do gênero. É importante destacar que o envolvimento do enunciador com o tema e seus possíveis interlocutores – fato sobre o qual comentamos antes –, não se limita à primeira pessoa, podendo ser percebido também no próprio ato performativo de repúdio. Nesse sentido, entende-se que essa forma pronominal é um mecanismo através do qual o enunciador procura potencializar sua voz e seu engajamento, de tal modo que consiga obter uma maior aproximação com seu público-leitor. Por tudo isso, temos que a subjetividade a que nos referimos pode ser entendida como um traço constitutivo da nota de repúdio – assim como o é em outros gêneros opinativos –, mas que pode ser atenuada, até certo ponto, por recursos linguísticos de impessoalização. Isso posto, ilustramos nossas observações com o exemplo a seguir, no qual os termos destacados assinalam, numa oposição e outra, o uso da terceira e primeira pessoa.

(56)

<p>NOTA DE REPÚDIO // [3ª PESSOA] <u>O Ministério Público Estadual</u>, representado por sua legítima Entidade de / Classe, <u>vem externar</u> veementemente repúdio pelo tratamento discriminatório dispensado / por alguns parlamentares vinculados ao esquema político dominante, na Assem- / bléia Legislativa, que têm impedido a aprovação de Projeto de Lei instituidor da / gratificação denominada “Parcela de Desempenho”, impondo, presentemente, a / percepção de vencimentos aviltantes, inadequados <u>à condição de autoridade</u> exibi- / da por Promotores e Procuradores de Justiça. [...] [1ª PESSOA] <u>Temos a</u> convicção de que o Projeto de / Lei somente foi desengavetado e votado nas comissões em razão da mobilização e / comparecimento legítimo dos membros do Ministério Público na Assembléia Legis- / lativa. // <u>Repudiamos</u>, assim, a conduta de parlamentares que tentaram intimidar / os Promotores, afirmando que “s e sentiam pressionados”, bem</p>
--

como aqueles que / se retiraram deliberadamente do plenário com o nítido propósito de negar quórum / para a votação do projeto. // Esperamos que o Poder Legislativo cumpra o seu dever, votando e apro- / vando a matéria que dormita há seis meses, dando ao Ministério Público o mesmo / tratamento conferidos aos demais Agentes Políticos do Estado. // Por fim, reafirmamos nosso compromisso de defesa da sociedade, rejei- / tando qualquer patrocínio de interesse que não sejam os relacionados às funções / institucionais do Ministério Público. [...]. (NR33 – *Diário do Nordeste*, 16/09/1994, n.4.510, negrito no original, sublinhado nosso)

A partir de uma adaptação da proposta original de Alves Filho (2006), nesta subseção, analisamos três aspectos que caracterizam a autoria coletiva institucional no gênero nota de repúdio. Em um primeiro momento, mostramos que, ao longo do período de tempo observado, essa tradição discursiva emergiu de diferentes espaços institucionais, mas que expressava sobremaneira a voz de entidades representativas de classe, como sindicatos e associações. Assim, concluímos que, enquanto o editorial – gênero analisado por Alves Filho (2006) – ocupa no jornal o lugar oficial para a expressão opinativa da empresa jornalística, a nota de repúdio, por sua vez, ocupa nesse mesmo suporte físico, e também nas mídias digitais, um lugar para a manifestação valorativa de instituições vinculadas a outros campos da atividade humana. Empregamos “um” e não “o lugar”, pois acreditamos que, embora nosso objeto de estudo esteja bastante institucionalizado nesta segunda década do século XXI, essas empresas e instituições podem lançar mão de outros gêneros para a expressão oficial de suas opiniões, a exemplo da carta aberta e do manifesto social.

Na sequência, com a análise da segunda característica identificada, mostramos que a responsabilidade enunciativo-axiológica de uma nota de repúdio pode ser compartilhada, ao mesmo tempo, por duas ou mais instituições. Conforme assinalado, esse traço não se revelou constitutivo do gênero, mas se destaca como uma produtiva possibilidade a partir da qual as instâncias institucionais podem unir suas vozes em prol de objetivos comuns. Por fim, com o estudo dos mecanismos de pessoalização e impessoalização, verificamos que o caráter institucional do gênero pode estar associado tanto ao uso da terceira pessoa do singular – o que garantiria maior objetividade no tratamento do conteúdo temático – quanto ao uso da primeira pessoa do plural – que construiria na enunciação um efeito de subjetividade e, conseqüentemente, de envolvimento do enunciador com o objeto de discurso e seu público-leitor. Nesse sentido, nossos achados sugerem que, apesar de haver maior preferência pelo uso de formas pronominais de terceira pessoa em vez das de primeira, o emprego de uma e outra forma não estaria condicionado a restrições ou imposições da nota de repúdio, mas, sim, às escolhas estilísticas de cada autor.

No estudo da categoria “norma”, além da autoria coletiva institucional, consideramos ainda a organização retórica da nota de repúdio. Com base no modelo CARS desenvolvido por Swales (1990), na sequência, apresentamos, então, a análise dos elementos linguístico-

textuais mais típicos e recorrentes que integram a estrutura composicional desse gênero discursivo.

4.5.2 A organização retórica de notas de repúdio

Nesta subseção, analisamos a organização retórica, ou, do ponto de vista bakhtiniano, a construção composicional da nota de repúdio. Para tanto, levamos em consideração as reflexões desenvolvidas por Maingueneau (2004, p. 68, grifo do autor), para quem “todo gênero de discurso está associado a uma certa *organização textual*”. Nesse cenário, reconhecemos ainda, a partir dos estudos do Círculo de Bakhtin, que os gêneros possuem uma forma relativamente estável e normativa (no sentido de tradicional) que, enquanto permite aos interlocutores seu fácil reconhecimento, também pode variar a depender das possibilidades do próprio gênero – lembramos que algumas dessas formas típicas de enunciado possuem uma organização textual rígida, a qual se permite pouca ou nenhuma intervenção estilística dos interlocutores, como certos gêneros jurídicos, acadêmicos e administrativos –, dos propósitos comunicativos na interação, das configurações sócio-históricas, culturais e tecnológicas, entre outros fatores. As ideias aqui apresentadas encontram respaldo na pesquisa de Swales (1990), sobretudo em seu modelo CARS. Com sua proposta teórico-metodológica, o autor mostrou que os gêneros podem se estruturar em blocos de informação (*moves*) que, por sua vez, se desdobram em passos (*steps*) opcionais ou obrigatórios, evidenciando, assim, a relativa estabilidade das formas genéricas há muito defendida por Mikhail Bakhtin.

Conforme expusemos em momento anterior, o modelo CARS desenvolvido por Swales (1990), após sua aplicação inicial no estudo de introduções de artigos de pesquisa, tem sido adaptado para a análise de diferentes gêneros do discurso, entre os quais a nota de repúdio, nosso objeto empírico de investigação. A fim de esclarecer esse fato, apresentamos o trabalho de Sousa *et. al* (2022), no qual os pesquisadores, ao examinarem notas de repúdio de autoria da OAB, identificaram nesse gênero três blocos de informações – denominados de “unidades retóricas” (UR) –, que, por sua vez, desdobravam-se em dez estratégias opcionais e obrigatórias de condução de informações – chamadas de “subunidades retóricas” (SUB). O citado estudo de Sousa *et. al*. (2022) foi bastante relevante para esta dissertação, sobretudo durante o processo de coleta e identificação dos textos que comporiam nosso *corpus*, haja vista a inexistência de outras pesquisas que nos pudessem auxiliar nessa atividade. Além disso, na fase de análise, pudemos observar que uma série de traços textuais identificados pelos autores também se faziam presentes naqueles exemplares publicados entre 1964 e 2022

em jornais impressos e mídias digitais de instituições cearenses. No entanto, verificamos importantes diferenças, sobretudo no que diz respeito à existência ou não de unidades e subunidades retóricas e à posição em que algumas dessas subunidades apareciam em um e outro modelo. Considerando, então, as regularidades quanto à distribuição das informações em nossos dados, chegamos à seguinte organização textual do gênerodiscursivo nota de repúdio:

Quadro 8 – Organização retórica das notas de repúdios

Unidade retórica 1 – Identificando o texto
Subunidade 1 – Apresentando título
Unidade retórica 2 – Apresentando o cenário da ação repudiada
Subunidade 1 – Citando o autor da ação de repúdio e
Subunidade 2 – Realizando ato performativo de repúdio e
Subunidade 3 – Apresentando o motivo da ação de repúdio e
Subunidade 4 – Citando o acusado da ação repudiada e
Subunidade 5 – Contextualizando a ação repudiada e
Subunidade 6 – Citando a vítima da ação repudiada e/ou
Subunidade 7 – Apresentando consequências negativas da ação repudiada
Unidade retórica 3 – Contestando o ponto de vista do acusado
Subunidade 1 – Apresentando esclarecimentos e/ou
Subunidade 2 – Exaltando a vítima das ações repudiadas ou suas realizações
Unidade retórica 4 – Reforçando adesão à causa da vítima
Subunidade 1 – Apresentando apoio/solidariedade
Unidade retórica 5 – Mobilizando interlocutores em prol da vítima e/ou da causa defendida
Subunidade 1 – Cobrando/esperando de autoridades ou instituições competentes punição para o acusado da ação repudiada e/ou
Subunidade 2 – Cobrando/esperando de autoridades ou instituições competentes solução para a ação repudiada e/ou
Subunidade 3 – Convocando a classe socioprofissional ou a sociedade para reunião privada / manifestações públicas / apoiar a causa
Unidade retórica 6 – Contextualizando a ação de repúdio
Subunidade 1 – Apresentando local e data e/ou

Subunidade 2 – Apresentando assinatura
--

Fonte: elaborado pelo autor.

Como se pode verificar no quadro 8, a partir da análise de 68 notas de repúdio publicadas entre 1964 e 2022 em jornais impressos e mídias digitais de instituições cearenses foi possível identificar um padrão da organização retórica do gênero composto por seis unidades retóricas, a saber: UR1 – *Identificando o texto*; UR2 – *Apresentando o cenário da ação repudiada*; UR3 – *Contestando o ponto de vista do acusado*; UR4 – *Reforçando adesão à causa da vítima*; UR5 – *Mobilizando interlocutores em prol da vítima e/ou da causa defendida* e UR6 – *Contextualizando a ação de repúdio*. No modelo, cada UR representa um grande bloco de informação com um objetivo específico que, por sua vez, pode ser realizado através de variadas SUB – cada uma com uma função discursiva específica, mas, na sua maioria, estratégias opcionais, como mostram as formas em destaque “e/ou”. Salientamos que, em cada exemplar, unidade e subunidade retórica podem aparecer em diferentes posições, e que a ordem apresentada no quadro 8 foi estabelecida tomando-se como base a frequência de aparecimento da estratégia naquela posição. Portanto, a nota de repúdio possui uma estrutura composicional bastante dinâmica, permitindo as escolhas estilísticas e estratégicas de cada produtor dessa tradição discursiva. Nesse sentido, a flexibilidade do gênero fica ainda mais patente quando consideramos o fato de que, das seis UR, apenas a UR2 apareceu em todos os textos do *corpus*. Para tornar mais claras as nossas observações, no quadro a seguir, apresentamos o número de ocorrências (N) e a frequência (%) com que cada uma das UR apareceu nos dados.

Quadro 9 – Frequência das unidades retóricas das notas de repúdio

Unidades Retóricas	N	%
UR1 – Identificando o texto	67	98,5
UR2 – Apresentando o cenário da ação repudiada	68	100
UR3 – Contestando o ponto de vista do acusado	23	33,8
UR4 – Reforçando adesão à causa da vítima	13	19,1
UR5 – Mobilizando interlocutores em prol da vítima e/ou da causa defendida	24	35,3
UR6 – Contextualizando a ação de repúdio	58	85,3

Fonte: Elaborado pelo autor.

Consoante o quadro 9, é possível verificar que, além da UR2, as UR1 e UR6 se mostram bastante prototípicas no gênero, tendo a primeira sido realizada em 98,5% (67 exemplares) e a sexta unidade em 85,3% (58 exemplares) dos textos que compõem o *corpus*. Em contrapartida, as UR3, UR4 e UR5 apresentaram menor frequência, totalizando, nesta ordem, 33,8% (23 exemplares), 19,1% (13 exemplares) e 35,3% (24 exemplares) dos dados. Portanto, há uma tendência típica de priorizar estratégias textuais de base informativa, descritiva e narrativa àquelas de base argumentativa, que têm o papel de embasar e reforçar a ação de repúdio perante o público leitor. Dito isso, é importante saber que apenas a UR2 configura-se obrigatória na nota de repúdio, pois é neste bloco de informação, independentemente de sua posição no texto, que o enunciador realiza as ações retóricas necessárias para estabelecer o fundamento lógico do gênero, que é expressar o posicionamento crítico de autores individuais ou coletivos acerca de acontecimentos de sua atualidade. Na sequência, passamos, então, à análise de cada uma das UR e SUB apresentadas no quadro 8. Antes, porém, destaque-se que algumas das estratégias assinaladas já foram discutidas em momentos anteriores desta dissertação, sobretudo na categoria “finalidade”, quando defendemos a ideia de que os propósitos comunicativos da nota de repúdio poderiam ser interpretados como estratégias voltadas para atacar a face do acusado e/ou salvar a face da vítima. Assim, para tornar nossa exposição menos repetitiva, nos limitaremos, nesses casos, a retomar essas análises de forma breve, complementando-as, sempre que necessário, com outros dados e informações.

Conforme apresentado, a UR1 – *Identificando o texto* –, mostrou-se bastante prototípica no gênero, tendo sido encontrada em quase todos os exemplares do *corpus*. Tipicamente, essa unidade informacional é a primeira a ser realizada e cumpre a função retórica de apresentar informações que contribuam para chamar a atenção dos possíveis interlocutores para a leitura do texto. Em nosso modelo, essa unidade de informação foi realizada por uma única SUB – *Apresentando título* –, cuja presença foi observada em 98,5% (67 exemplares) dos dados. Única exceção foi a variante NR44, publicada em 09/05/2002, período que compreende a quarta fase geracional. Sendo assim, essa subunidade se revela bastante tradicional na configuração retórica de notas de repúdio. Com a SB1, o autor pretende avançar expectativas em relação ao gênero, tópico discursivo e/ou ao seu tratamento axiológico, “ativando os esquemas cognitivos do leitor, a fim de alcançar êxito em sua intenção” (Gomes; Zavam, 2018, p. 77). Com frequência, o título aparece no topo do texto, centralizado, em caixa alta e negrito, o que contribui para a identificação da nota no corpo do jornal. Ao olhar para a história dessa tradição discursiva, verificamos que ela passou e tem

passado por importantes transformações. Essas mudanças se manifestam, sobretudo, na terminologia adotada para nomear o gênero, o que revela particularidades no modo como os interlocutores percebem essa “classe de eventos comunicativos” (Swales, 1990). Diante disso, elaboramos o quadro a seguir, no qual apresentamos a frequência dos diferentes títulos adotados pelos autores nas notas em cada fase geracional.

Quadro 10 – Frequência dos títulos adotados nas notas em cada fase geracional¹¹⁰

Títulos	Fase 1		Fase 2		Fase 3		Fase 4		Fase 5		Fase 6	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
“Nota oficial”	4	100	3	42,8	5	23,8	3	18,8	-	-	-	-
“Nota de repúdio”	-	-	-	-	8	38	6	37,5	8	66,7	1	12,5
“Nota de repúdio” + tema	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	62,5
Título temático sem uso de “Nota de repúdio”	-	-	2	28,6	3	14,3	1	6,2	1	8,3	1	12,5
“Nota”	-	-	2	28,6	1	4,8	-	-	-	-	-	-
“Nota ao / à ...” (indicando destinatário)	-	-	-	-	3	14,3	3	18,8	1	8,3	-	-
Outras formas	-	-	-	-	1	4,8	2	12,5	2	16,7	1	12,5
Sem título	-	-	-	-	-	-	1	6,2	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro anterior revela que, durante as duas primeiras fases geracionais, a construção “nota + oficial” mostrou-se a forma mais utilizada para a realização da SUB1. Na fase 1, esse título, que também nomeava o gênero, representou 100% (4 textos) dos dados, enquanto na fase 2, esse valor foi de 42,8% (3 textos). Convém lembrar que estes foram os dois períodos de menor publicação do gênero, totalizando, juntos, 11 exemplares. De todo modo, os resultados apontam para um possível saber tradicional compartilhado entre os membros da comunidade retórica, o que poderia explicar a prevalência de “nota oficial” nesse intervalo de 20 anos. Com esse título, o enunciador explicita a vinculação familiar do evento comunicativo

¹¹⁰Os resultados percentuais apresentados no quadro 10 foram estabelecidos tomando como base o total de exemplares distribuídos por cada uma das fases geracionais, que, lembramos, é o seguinte: Fase 1 (1964-1973) – 4 exemplares; Fase 2 (1974-1983) – 7 exemplares; Fase 3 (1984-1993) – 21 exemplares; Fase 4 (1994-2003) – 16 exemplares; Fase 5 (2004-2013) – 12 exemplares; Fase 6 (2014-2022) – 8 exemplares. Esse critério metodológico foi aplicado igualmente às situações em que precisamos estabelecer a frequência das subunidades por fase.

aos gêneros denominados “nota”, ao mesmo que destaca, através do adjetivo “oficial”, o caráter legítimo e formal das informações e opiniões manifestadas no texto. Fato importante, verificamos que é o termo “nota oficial” podia referir-se, ao mesmo tempo, a diferentes variantes da constelação nota, não se limitando, assim, aos enunciados que expressavam uma atitude valorativa de repúdio. Como exemplo, trazemos o texto a seguir, uma nota em que a Câmara Municipal de Caxias do Sul (RS) tem como principal propósito comunicativo visível informar aos leitores da existência de lei municipal que concedia redução no pagamento de imposto predial e as condições necessárias para se conseguir esse benefício.

(57)

NOTA OFICIAL // A Camara Municipal de Caxias do Sul, no intuito de prevenir a quem interessar possa, avisa que no elenco da legislação municipal existe uma lei, sob nº 477, de 30 de outubro de 1952, que concede uma redução de 50% no Imposto Predial incidente sobre imóveis de pequenos proprietários, isto é, nos casos em que o proprietário só tenha um único prédio / neste município e que sirva, exclusivamente, de moradia para si e sua família, bem como que o valor do mesmo não exceda de Cr\$100.000,00. // Camara Municipal de Caxias do Sul, em 21 de maio de 1957. // BERNARDINO CONTE – 2º Vice-Presidente / em exercício. (*Pioneiro*, 25/05/1957, n.33, negrito no original)¹¹¹

Ante o exposto, entendemos que a necessidade comunicativa de diferenciar, no tocante à titulação, a nota de repúdio de outras variantes da constelação nota, fez com que o termo “nota oficial” se tornasse disfuncional, com o exemplar NR45 (*O Povo*, 29/06/2002, n.24.540) sendo, então, o último a utilizar, de acordo com nossos dados, essa terminologia. Não verificado nas duas primeiras fases geracionais, a construção “nota + de + repúdio” aparece pela primeira vez em nossas buscas em 1991, em específico, no exemplar NR20 (*O Povo*, 11/05/1991, n.20.527). Nesse caso, os produtores do gênero conservam o termo “nota” da tradição subjacente, mas substituem o adjetivo “oficial” pelo sintagma preposicional “de repúdio”, o que particulariza essa forma de enunciado e permite ao leitor reconhecê-la com certa facilidade. À vista disso, a substituição de um elemento textual por outro seria, em nosso entender, a resposta linguística e discursiva encontrada pela comunidade retórica para a necessidade comunicativa antes referida. Dito isso, destaque-se que no mesmo ano de 1991, outro texto (NR19) já havia destacado em seu título a atitude valorativa de repúdio de seu enunciador – “**ABTC REPUDIA NOTA APÓCRIFA CONTRA CTC**” (*O Povo*, 19/04/1991, n.20.505, negrito no original) –, mas, como se vê, de um modo que não se tornou tradicional.

¹¹¹ NOTA OFICIAL. *Pioneiro*, Caxias do Sul (RS), Ano 9, n. 33, p. 8, 25 maio 1957. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=885959&Pesq=%22manifesto%22%20%22sindicato%22&pagfis=5244>. Acesso em: 06 maio 2024.

Com o “descarte” do termo “nota oficial”, a nova tradição discursiva, “nota de repúdio”, alcançou plena institucionalização no início do século XXI, tornando-se, a partir de então, a mais utilizada para nomear o gênero e intitular seus eventos comunicativos publicados na versão impressa de jornais cearenses. Essa combinação particular de elementos encontrará amplo reconhecimento no contexto digital on-line, mas, neste ambiente, observa-se uma prática discursiva recorrente de indicar, junto a essa forma textual, o tópico central ou algum subtópico sobre o qual recai a avaliação do enunciador. Tal modalidade apresenta uma grande força retórica, pois chama-se a atenção do leitor não apenas pelo (re)conhecimento do gênero e de sua ação social, mas também pela explicitação do conteúdo temático que motivou a escrita do texto. Em nosso *corpus*, a construção “nota de repúdio + tema” totalizou 62,5% dos exemplares referentes à fase 6 – único período em que essa forma foi encontrada. Ao trabalharem com textos nativos digitais – publicados entre 2009 e 2020 no site da OAB –, Sousa *et. al* (2022) chegaram a resultados semelhantes aos nossos – 80% de um total de 30 textos indicavam, ao mesmo tempo, no título, o gênero e o tópico discursivo –, o que reforça a ideia de esse ser um padrão típico das notas publicadas nesse novo contexto de interação. Na materialidade textual, as informações “nota de repúdio” e “tema” aparecem frequentemente conectadas pelas preposições “ao” ou “contra”, como podemos observar nos dois próximos excertos.

(58)

NOTA DE REPÚDIO AO PROJETO DO / DEPUTADO CAPITÃO WAGNER

// Recentemente, o deputado federal / Capitão Wagner (PROS) apresentou projeto de lei (PL / 2307/2019) que autoriza a polícia militar a se / infiltrar em manifestações sociais. [...]. (NR63 – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual do Ceará/MOVA-SE, on-line, 12/06/2019, negrito no original, sublinhado nosso).

(59)

Nota de Repúdio Contra Tentativa de / Censura à Rádio Universitária // O

Curso de Jornalismo e o Programa de Pós-Graduação em Co- / munição Social da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM), / bem como o Sindicato dos Jornalistas do Ceará (Sindjorce), vêm / a público para expressar o repúdio contra a tentativa de censura / à Rádio Universitária FM, tentativa que culminou com a saída do / professor Nonato Lima da direção da rádio. [...]. (NR68 – on-line, 17/05/2022, negrito no original, sublinhado nosso)

Durante a coleta do *corpus*, chegamos a encontrar títulos nos quais o enunciador indicava apenas o conteúdo temático do texto – como o tópico central ou subtópico –, não havendo, assim, o emprego da expressão “nota de repúdio”. Se por um lado a existência dessas construções aponta a existência de uma liberdade estilística possível no gênero, por outro, sua baixa frequência ao longo das fases geracionais em que foram realizadas – fase 2: 2 exemplares (28,6%); fase 3: 3 exemplares (14,3%); fase 4: 1 exemplar (6,2%); fase 5: 1

exemplar (8,3%); e fase 6: 1 exemplar (12,5%) – indica que não há um uso tradicional compartilhado dessa prática discursiva. Nos textos em que a encontramos, essa titulação foi realizada de diferentes formas. Para ilustrar esse fato, destacamos o próximo exemplo.

(60)

MOSTRE A FOLHA! // O PSDB do Ceará vem a público repudiar as agressões do presidente / da Assembléia Legislativa do Estado, deputado Wellington Landim, ao / seu ilustre filiado governador Tasso Jereissati, somente porque este, / investido da autoridade moral que o faz respeitado pelos cearenses e / por todo o país, cobrou transparência da presidência daquele poder na / aplicação de recursos públicos, que lhe são repassados pelo Tesouro / estadual. // O Governador tornou públicas informações que lhe chegaram ao / conhecimento, advertindo-o de que o atual presidente da Assembléia / estadual estaria utilizando parte do dinheiro destinado pelo Estado, de uma folha à parte que não se sabe a que fins reais se destina, quais / os critérios de contratação e remuneração, nem os nomes dos / beneficiários. O caso entrou para o domínio da opinião pública como o / escândalo da “Folha 8”. [...]. (NR43 – *O Povo*, 14/11/2001, n.24.317)

Desconhecendo os aspectos da parte extraverbal desse enunciado (onde?, quando?, quem escreve?, para quem escreve?), pode-se inferir pelas pistas verbais que alguém pede, solicita ou exige de um interlocutor desconhecido que mostre – o verbo “mostrar” no imperativo afirmativo construiria esse valor de pedido ou exigência – algo (“a folha”) para um outro alguém, que pode, inclusive, ser o próprio enunciador. Portanto, afastados mais de vinte anos desde a data da publicação original do texto, não conseguimos acessar seu sentido pleno só com a leitura do título, tendo ficando nesse processo não mais que na superfície. Para uma parcela do auditório social daquela sincronia, no entanto, é possível que essa (re)construção prévia de sentidos fosse relativamente fácil em razão de saberes compartilhados sobre o subtópico categorizado como o “escândalo da ‘Folha 8’”, que, de acordo com a nota, diz respeito a um suposto caso de uso não esclarecido de recursos públicos pelo então presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, Wellington Landim – acusado das ações repudiadas e destinatário imediato da provocação feita no título. Diante disso, pressupomos que ao empregar em suas enunciações títulos temáticos – com ou sem referência explícita ao gênero –, o autor busca chamar a atenção de seus possíveis interlocutores apelando para o saber prévio que estes sujeitos têm acerca dos fatos que tenham motivado, direta ou indiretamente, a escrita do enunciado, incitando-os, a partir disso, à leitura integral do texto.

Na realização da SUB1, cabe destaque o uso do termo individual “nota” – isto é, sem o emprego de “oficial”, “repúdio” ou outra forma – e da construção “nota ao / à ...” – que marca o direcionamento do enunciado a um auditório social amplo ou específico. O primeiro foi identificado em 3 exemplares do *corpus*, sendo dois textos da segunda fase e outro da terceira fase geracional, o que representa, respectivamente, 28,6% e 4,8% dos dados totais desses

períodos. Logo, a baixa frequência apontada e o grande espaço temporal entre a publicação do último exemplar com o título “Nota” (NR13 – *O Povo*, 24/09/1985, n.19.430) e os textos publicados na sexta fase geracional – quase 40 anos – mostram a pouca produtividade dessa modalidade e também o seu completo abandono, o que pode ser explicado, entre outros fatores, pela preferência comum no uso de outras expressões textuais mais típicas para nomear o gênero e intitular seus eventos comunicativos – como “nota oficial” e “nota de repúdio”. Por sua vez, ao usar “nota à / ao...”, os autores, assim como nos exemplos anteriores, recorrem igualmente à típica tradição discursiva de indicar no título a filiação do texto à constelação nota. Nesse caso, porém, emprega-se uma combinação de elementos que destaca não aspectos qualificativos, axiológicos ou temáticos do enunciado, mas seu direcionamento a possíveis destinatários virtuais. Com isso, busca-se chamar a atenção seja de um público amplo, formado por todos os leitores do jornal, seja de um auditório social específico, como a população de determinada cidade. Essa realização também apresentou baixa frequência nos dados, com os seis exemplares que a materializam distribuídos entre a terceira e quinta fase geracional. Os exemplos a seguir ilustram as discussões desenvolvidas neste parágrafo.

(61)

NOTA // Cumpre-nos, na qualidade de servidores da COMPANHIA DE / ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ, repudiar com toda a veemência / a matéria publicada em 14.06.80 no Jornal Correio do Ceará [...], sub-titulada “CAGECE LEVA CEARÁ AO SÉCULO / PASSADO”, em cujo bojo vemos a forma anti-ética e / absolutamente não jornalística com total desrespeito à pessoa do / Presidente da COMPANHIA [...]. (NR07 – *O Povo*, 19/06/1980, n.16.469, negrito no original)

(62)

NOTA À SOCIEDADE // Os professores das Universidades Federais do Brasil, em / greve há mais de 30 dias, juntamente com os servidores técnico-/ administrativos, tentando garantir a sobrevivência dessas / instituições, [...] vem manifestar seu repúdio a / atitude do representante do governo, ministro Paulo Renato de / Sousa, de ameaça de suspensão do pagamento dos salários dos / grevistas, relativo ao mês de setembro. [...] (NR16 – *O Povo*, 29/09/2001, n.24.271, negrito no original, sublinhado nosso)

(63)

NOTA AO POVO DE FORTIM // Nós, vereadores livremente eleitos pelo município de Fortim, / vimos por meio deste repudiar as denúncias mentirosas e torpes / propagadas pelo vereador Francisco Joventino, vulgo “Quimquim”, / e esclarecer a verdade dos fatos: [...] (NR34 – *Diário do Nordeste*, 27/09/1994, n. 4.511, negrito no original, sublinhado nosso)

Por fim, na categoria “outras formas”, agrupamos um conjunto de seis textos que realizavam, cada um deles, de forma singular, isto é, não repetida no *corpus*, a subunidade retórica 1. Os exemplares enquadrados nesta última modalidade mostram, conforme

evidenciado no quadro 10, uma baixa frequência nas fases geracionais em que foram produzidos – fase 3: 1 exemplar (4,8%); fase 4: 2 exemplares (12,5%); fase 5: 2 exemplares (16,7%); e fase 6: 1 exemplar (12,5%). É necessário observar que os títulos aqui destacados, ao mesmo tempo que sugerem um traço estilístico individual de seus autores, deixam ver ainda um provável conhecimento que essas instâncias enunciativas têm de certas práticas textuais e discursivas tradicionais. Como exemplo, destacamos as expressões “moção de apoio” (NR40) e “moção de repúdio” (NR57). É preciso salientar que, embora tenhamos encontrado uma dupla ocorrência do termo “moção”, consideramos cada uma dela como casos individuais, únicos, uma vez que não houveram outros títulos que trouxessem semelhante combinação de elementos – “moção” + “de repúdio” ou “de apoio”.

De modo geral, parece-nos que essa é uma construção bastante típica no campo da atividade política, especificamente, entre os membros do poder Legislativo (federal, estadual e municipal)¹¹². Segundo informações disponibilizadas no site da Câmara dos Deputados do Brasil, “no costume legislativo, moção é uma espécie de requerimento que visa expressar a manifestação da Casa Legislativa em razão de um fato que enseje repúdio, louvor, apoio, desconfiança, solidariedade, regozijo, entre outros”¹¹³. Em síntese, trata-se de um texto a ser proposto, lido e votado pelos parlamentares, de acordo com normas e procedimentos estabelecidos pelo regimento interno da Casa. Por outro lado, identificamos o emprego de “moção” em textos provenientes de outros campos da atividade humana, como vemos em (64) e (65), adiante, ambos produzidos por instituições representativas de classe. É lícito pensar que esses textos tenham sido produzidos sob condições enunciativas semelhantes às aquelas apresentadas acima – proposição, discussão e votação. Nesse sentido, seriam casos típicos de moções. Além disso, também há a possibilidade de que os títulos empregados expressem tão somente uma escolha estilística de seus autores, baseada em eventos já conhecidos pela comunidade. Como não conseguimos estabelecer critérios substanciais para diferenciar “notas” de “moções”, classificamos, *a priori*, os exemplares NR40 e NR57, como eventos comunicativos do gênero que nomeamos “nota de repúdio”, seguindo o uso tradicional corrente.

(64)

MOÇÃO DE REPÚDIO // A ADUFC-SS vem repudiar veementemente, de público, a tentativa de intimidação a que está sendo / submetida a Profª Maria Luiza

¹¹² Sobre isso, lembramos do exemplo (7) – seção 4.1 (“Ambiência”) –, uma moção de aplausos aprovada pela Assembleia Legislativa do Ceará em razão do golpe militar de 31 de março de 1964.

¹¹³ CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – MOÇÕES. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/outros-documentos/moco.es>. Acesso em: 13 mai. 2024.

Fontenele, diretora desta entidade sindical, pela Polícia Federal, que vem de / intimidar a referida professora a comparecer às 9 horas do dia 15 de março de 1999 na referida Polícia Federal / em termos que tenta ignorar que ela é uma cidadã com endereço estabelecido e amplamente conhecida por / sua luta pelas causas populares, no Estado do Ceará, além de deter o título de ex-prefeita de Fortaleza. [...] (NR40 – O Povo, 14/03/1999, n.24.320)

(65)

MOÇÃO DE APOIO // A Associação dos Advogados do Estado do Ceará (AAEC), entidade / de classe que congrega advogados e advogadas de todas as especialidades à vista de / ato descortês e ilegal, praticado pela Juíza Titular da 12ª Vara Criminal da Comarca / de Fortaleza, Dra. Maria Ina Lima de Castro, contra as prerrogativas funcionais do / zeloso e respeitado defensor público Professor Roberto Ney Fonseca de / Almeida, consubstanciado na injusta e arbitrária proibição de seu acesso às / dependências da secretaria do referido juízo, com evidente prejuízo para o regular / exercício de suas funções, vem a público manifestar seu repúdio ao insidioso ato e, / na mesma oportunidade, manifestar sua irrestrita solidariedade ao digno colega. [...] (NR57 – O Povo, 11/08/2007, n.26.388, negrito no original)

Em seu modelo retórico, Sousa *et. al* (2022) já haviam destacado, com os mesmos propósitos comunicativos assinalados em nossa análise, a presença da UR1 e SB1 em notas de repúdio de autoria da OAB. De acordo com a proposta desses pesquisadores, porém, outras duas estratégias foram utilizadas por esse autor institucional na realização desse primeiro bloco. A primeira, denominada “apresentar local e data”, ocorreu, com frequência, segundo os pesquisadores, em seguida à subunidade 1 – *apresentar título*, no citado estudo –, e tinha como objetivo situar o destinatário quanto ao momento de produção da nota. Conforme trazido no quadro 8, as notas de repúdio que compõem nosso *corpus* também realizam essa estratégia tradicional de condução de informações, mas em uma posição diferente, sempre ao final do texto, imediatamente após o último parágrafo.

Já em relação a outra subunidade identificada pelos autores – *apresentar abertura* –, esta apareceu em um único exemplar de nossos dados, não sendo, portanto, um elemento produtivo em notas de repúdio publicadas em jornais impressos e mídias digitais de instituições cearenses. Com essa estratégia, o enunciador destaca aspectos que considera relevantes do conteúdo temático e/ou das circunstâncias (lugar, data, participantes, entre outros) de produção do enunciado, o que pode levar os interlocutores à leitura integral do texto. Nesta dissertação, classificamos tal elemento como um recurso paratextual – isto é, que margeia e não integra de forma essencial o enunciado –, por isso, mesmo diante da possibilidade de sua manifestação em outros corpora, optamos por não considerá-lo em nosso modelo retórico. Na sequência, destacamos a parte do exemplar em que essa “abertura” foi empregada¹¹⁴.

¹¹⁴ Destacamos que Zavam (2017, p. 197-198) já havia identificado esse recurso em sua análise da dimensão

(66)

MDB divulga nota e / repele insinuações // Brasília – Em nota oficial lida ontem pelos líderes do Partido no / Congresso, a direção nacional do MDB repeliu veementemente / “solertes maquinações que pela imprensa, através de provocações e / falsas insinuações, visam comprometer a imagem do Partido da / oposição em face da opinião pública e enfraquecer o apoio e a / confiança do povo brasileiro na sua atuação”. // O pronunciamento foi feito tendo em vista denúncias do DOPS / paulista envolvendo os deputados Marcelo Gatto (Federal) e Alberto Goldman (Estadual) de terem sido apoiados pelos comunistas nas / eleições de 15 de novembro. O Sr. Marcelo Gatto, por sua vez, / afirmou que não pediu “atestado ideológico a nenhum dos 100 mil e / 746 eleitores que aceitaram minha conduta e, concordando com as / ideias democráticas que sempre defendi e preguei, em mim / votaram”. [...] // Diz a nota: [...]. (NR05 – *O Povo*, 07/03/1975, n.14.573)

Concluída a análise da UR1, a partir deste momento, lançamos nosso olhar sobre a unidade de informação “*Apresentando o cenário da ação repudiada*”, segunda em nosso modelo retórico. Conforme observado no quadro 8, esse bloco informacional pode ser realizado através de seis subunidades, sendo que algumas dessas estratégias possuem um caráter mais “obrigatório”, ou melhor dizendo, tradicional, e outras um caráter notadamente opcional, ou seja, mais condicionada às escolhas do enunciador. Independentemente dessa “obrigatoriedade”, assinale-se, no entanto, que o gênero, em geral, mostra-se bastante propício ao reflexo da individualidade de seus produtores, por isso, mesmo nesses casos, também veremos variação quanto à realização de tais subunidades. Na proposta retórica que apresentamos nesta dissertação, a UR2 poderia ser considerada a principal unidade de informação do gênero em foco, uma vez que aqui o autor da nota de repúdio realiza aquelas ações que entendemos configurar a lógica subjacente a essa tradição discursiva. Sendo encontrada, na maioria dos casos, logo no primeiro parágrafo, de forma contínua à SUB1 da UR1, a UR2 tem como objetivo central, como já destacado no estudo de Sousa *et. al* (2022, p. 921), recriar o contexto da ação repudiada, possibilitando, assim, ao auditório social acompanhar o repudiante em sua tomada de posicionamento ante os eventos narrados e descritos no texto. Com isso em mente, analisemos, na sequência, cada uma das seis estratégias que podem realizar esta segunda unidade retórica.

Tendo como função comunicativa identificar a instância enunciativa humana ou institucional macro-responsável pela produção e pelas opiniões defendidas em um enunciado, a SUB1 – “*Citando o autor da ação de repúdio*” –, foi observada em todos os 68 exemplares do *corpus* – o que comprova ser a autoria uma categoria sempre marcada no gênero nota de repúdio. Quanto à sua posição, essa primeira estratégia informacional costuma aparecer, na

grafoespacial de editoriais de jornal. No estudo, a autora classificou a “abertura” como um elemento paratextual constitutivo desse gênero.

maioria dos casos – especificamente, 50 exemplares (73,5%) –, logo no início da nota, após o elemento textual “título”. Menos frequente – 10 exemplares (14,7%) –, também a encontramos apenas no espaço da “assinatura” – outra subunidade sobre a qual discutiremos mais adiante nesta subseção; e, menos frequente – 8 exemplares (11,8%) –, em parágrafos centrais – intercalada por outras unidades retóricas e estratégias de condução de informações – ou, ainda, no último parágrafo do texto, próxima à posição geralmente ocupada pelos dados referentes à data e ao local de escrita da nota de repúdio. No plano textual, constatamos, por fim, que a subunidade retórica 1 foi materializada, com bastante frequência, através da construção “Determinante (Det.) + Nome” – que traz, primeiro, um artigo definido (A/O/Os), seguido pelo nome do autor, como podemos ver nos termos destacados a seguir: (67) – “NOTA OFICIAL // (Det) A (Nome) Diretoria do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos / Bancários no Estado do Ceará [...]”. (NR09 – *Diário do Nordeste*, 04/05/1983, n.492, sublinhado nosso) e (68) – “**PARA ESCLARECER OS FATOS** // (Det) Q (Nome) Grupo Marquise [...]”. (NR59 – *O Povo*, 03/08/2010, n. 27.464, negrito no original, sublinhado nosso)

Observada em 98,5% (67 exemplares) de nossos dados, a subunidade retórica 2 – *Realizando ato performativo de repúdio* –, também se mostrou uma ação textual bastante típica no gênero em estudo. Com isso, vemos que a intenção discursiva do autor de rejeitar algum acontecimento ou ato (físico e/ou verbal) praticado contra sua própria pessoa, seus pares ou outros grupos e categorias socioprofissionais tende a ser explicitada no próprio corpo do enunciado, não se limitando, assim – nos eventos comunicativos publicados a partir da terceira fase geracional –, à utilização do termo “repúdio” no elemento textual título. Na quase totalidade dos dados, o ato performativo de repúdio foi realizado após a citada construção “Det. + Nome”, mas, em termos linguísticos, ao longo das seis fases geracionais, sua materialização ocorreu de diversas formas. Mais comum, observamos o uso do verbo performativo “repudiar” conjugado na terceira pessoa do singular (“repudia”), não precedido de nenhum outro termo (nominal ou verbal), porém, em muitos casos, seguido pelo advérbio “veementemente” ou pela locução adverbial “de forma veemente”, que intensificam, na enunciação, a atitude valorativa do enunciador ante a ação repudiada. Também recorrente no *corpus*, observamos o uso variável da fórmula textual “vem/venho + [x] + [y]”, em que [x] pode ser substituído por “a público”, “de público”, “tornar público” ou “publicamente” e [y], por sua vez, ser substituído por “expressar seu repúdio”, “manifestar seu repúdio”, “manifestar seu veemente repúdio”, “manifestar o mais veemente repúdio” ou “repudiar”. Nos exemplos a seguir, as expressões sublinhadas ilustram algumas das possibilidades de

realização da SUB2:

(69) **Nota de Repúdio** // A Prefeitura de Fortaleza repudia de forma veemente [...]. (NR52 – *O Estado*, 04/06/2004, n.19.654, negrito no original, sublinhado nosso).

(70) **NOTA OFICIAL** // A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) vem a público manifestar o / mais veemente repúdio [...]. (NR38 – *Diário do Nordeste*, 29/03/1996, n.5.051, negrito no original, sublinhado nosso).

(71) **NOTA DE REPÚDIO E INDIGNAÇÃO** // O Sindicato dos Servidores da Emlurb – SINDILURB, vem de público repudiar [...]. (NR29 – *O Povo*, 02/08/2003, n.24.935, negrito no original, sublinhado nosso).

Conforme já apresentado em momentos anteriores, a nota de repúdio, como uma forma típica de enunciado, emerge em reação-resposta a enunciados ou a ações físicas interpretadas pelo produtor do texto como ameaçadoras de face. Em um evento comunicativo desse gênero, verificamos que o autor pode se debruçar, e em geral o faz, sobre diferentes subtópicos discursivos, mas, na maioria dos casos, os exemplares trazem um único tópico central. Em nosso modelo retórico, essa informação acerca do principal ou dos principais acontecimentos motivadores de uma nota de repúdio é trazida, tipicamente, na subunidade 3 – “*Apresentando o motivo da ação de repúdio*”. Embora seja uma estratégia encontrada em todos os exemplares do *corpus*, é preciso assinalar, no entanto, que em várias situações – pelo fato de o enunciador não nos fornecer pistas linguísticas suficientes e claras, nesta ou em outras subunidades –, não conseguimos reconstruir de modo pleno os eventos sinalizados, com os sentidos da SUB3, nesses casos, sendo apenas presumidos com base em informações trazidas em distintas partes da nota. Sobre isso, note-se, por exemplo, que Aduino Cesar Ferreira Machado – autor da variante NR28, reproduzida anteriormente como (11) e, na sequência, como (72) –, não explicita, em nenhum momento de seu texto, o conteúdo das declarações do então deputado Antonio Câmara contra o ex-governador cearense Tasso Jereissati – entendidas, aqui, como o fato discursivo que suscitou a escrita desse enunciado –, limitando-se, tão somente, a expor sua opinião de que as alegações daquele parlamentar seriam “grosseiras, maldosas e inverídicas”.

(72)

NOTA DE REPÚDIO // Eu, produtor de sementes fiscalizadas e mudas, venho a público repudiar / as declarações grosseiras, maldosas e inverídicas proferidas pelo / Deputado Antônio Câmara, na Assembléia Legislativa, contra o / GOVERNO DAS MUDANÇAS e ex-governador TASSO / JEREISSATI. // A administração de TASSO JEREISSATI marcou para nós produtores de / sementes do Estado a passagem de um período em que o setor primário / era tratado com clientelismo, falta de seriedade. O GOVERNO DAS / MUDANÇAS avançou passando a ofertar sementes de boa qualidade / para cerca de 200 mil agricultores e possibilitando o desenvolvimento da / produção agrícola do Estado. // Conduzido pelo ex-governador

TASSO JEREISSATI e sua equipe o / GOVERNO DAS MUDANÇAS impôs seriedade, honestidade e respeito / à coisa pública. Nesse tocante, o desenvolvimento do setor agropecuário / deu um salto qualitativo, e graças a ele o Ceará é alto suficiente na / produção de sementes de feijão, milho e arroz irrigado, servindo de / modelo para outros Estados do País. // **Adauto Cesar Ferreira Machado** (NR28 – *O Povo*, 14/08/1992, n.21.978, negrito no original, sublinhado nosso)

Após apresentar o evento motivador do repúdio, o autor da nota costuma trazer, logo em seguida, na subunidade retórica 4 – *Citando o acusado da ação repudiada* –, informações referentes ao indivíduo ou grupo de indivíduos responsáveis por tal acontecimento. Especificamente, cita-se o nome pessoal do acusado e, em algumas situações, também o papel estatutário desempenhado por esse sujeito. A esse respeito, veja-se, por exemplo, (72) e (73) – este último, reproduzido adiante –, nos quais os indivíduos são identificados através de seu papel institucional de “deputados”. Ressalte-se, no entanto, que em vários exemplares – seja porque não se conhece a fonte do dizer ou, ainda, por escolha estilística do autor –, não encontramos a explicitação de um nome pessoal, mas apenas o emprego de alguma expressão nominal de caráter indefinido, isto é, de construções em que não se especifica a identidade dos indivíduos sobre os quais recai a atenção discursiva. Em (74), a expressão destacada – “alguns Deputados Estaduais” – ilustra nossos achados acerca do fenômeno linguístico-discursivo aqui referido. Por fim, sublinhe-se o fato de que a menção ao acusado pode ocorrer não somente uma, mas inúmeras vezes em um mesmo texto. Nesse sentido, é possível que a expressão nominal introduzida se mantenha inalterada ao longo de toda a nota ou que passe por mudanças, a exemplo das expressões “32 deputados”, “estes fiéis legisladores” e “estes ‘nossos representantes’” – além dos próprios nomes pessoais dos parlamentares – que, em (73), apesar de distintas em sua forma, apontam para um mesmo objeto de discurso.

(73)

NOTA DE REPÚDIO // A Associação dos Servidores da EMATERCE-ASSEMA manifesta seu / veemente repúdio diante da atitude insensível, fisiológica, sectária e anti- / democrática dos 32 deputados (relação abaixo), que num gesto de sub- / serviência e sob troca de favores para beneficiar seus “correligionários” / e suas empresas, colocaram seus mandatos a serviço do Governo. // [...] Estes “nossos representantes”, que vivem sob o acalanto e às “asas” do / Governo, votaram por unanimidade, no dia anterior, em causa própria, a / favor dos jetons (ganhar sem trabalhara), numa atitude imoral, aética e / desrespeitosa à sociedade cearense. // Num gesto inconseqüente, estes “fiéis legisladores” assinaram docu- / mento em branco, dando poderes ao Governador para extinguir órgãos / importantes e úteis à sociedade, principalmente os pequenos produtores / rurais, retirando direitos dos servidores públicos, conquistados durante / anos e anos de trabalho e luta a serviço da comunidade cearense. [...] Relação dos “fiéis legisladores”: Cirilo Pimenta (“servidor da EMA- / TERCE”), Roberto Costa e Alexandre Figueiredo (agrônomos), Manoel / Salviano, José Duquinha, Francisco Aguiar, Moésio Loiola, Cid Gomes, / Valdomiro Távora, Ximenes Filho, Teodorico Menezes, João Viana, Via- / ninha, Maria Lúcia, Paulo Duarte, Raimundo Macêdo, Silene Aguiar, / Francinet Girão, José Maria Melo, Nonato Prado, Silva Neto, João Bosco, / José Jácome, Abelardo Filho, Marcone Matos, Luciano Monteiro, Eve- / rardo Silveira,

Chagas Alves, Marcelo Abreu, Fernando Hugo, Ted Pon- / tes e Henrique Azevedo. [...]. (NR20 – *O Povo*, 11/05/1991, n.20.527, negrito no original, sublinhado nosso)

(74)

A ASSOCIAÇÃO CEARENSE DE MAGISTRADOS, / por seu Presidente, vem a público, reconhecendo a / gravidade do momento, repudiar a maneira como / alguns Deputados Estaduais apontaram possíveis / desvios atribuídos a membros do Poder Judiciário / estadual, em recentes sessões da Assembléia / Legislativa do Estado do Ceará. [...]. (NR20 – *Diário do Nordeste*, 09/05/2002, n.7.255, sublinhado nosso)

Introduzida, geralmente, após a primeira menção ao acusado, a subunidade retórica 5 – *Contextualizando a ação repudiada* – tem como objetivo situar o leitor acerca do “quando”, “onde” e/ou “como” ocorrem os eventos que motivaram a escrita da nota de repúdio. Em relação às coordenadas temporais, essas informações podem ser materializadas através de datas (números) ou de expressões adverbiais – a exemplo das construções “no dia quinze do corrente” e “no dia dezesseis próximo passado”, sublinhadas em (75), adiante. Também recorrente, a resposta ao “onde” identifica o lugar dos fatos descritos, podendo tratar-se de um prédio ou prédios, como em (75) – “no / CAD – Centro de Apoio ao Deficiente” e “a Secretaria de Ação Social” –, de um espaço público ou de uma mídia, suporte ou programa (televisivo) – naquelas ocasiões em que a nota de repúdio emerge em resposta a enunciados orais ou escritos (notas, reportagens, entrevistas). Por sua vez, verificamos que o “como” possui um caráter narrativo e descritivo e sua materialização está associada, principalmente, ao uso de verbos no pretérito perfeito ou imperfeito do indicativo. Em (75), as formas verbais destacadas ilustram esse fenômeno linguístico. Quanto aos dados quantitativos, pontue-se que esta quinta subunidade se mostrou bastante produtiva em quase todas as fases geracionais, como se observa, na sequência, pela distribuição dos 39 exemplares (57,4%) que a realizaram: fase 1: 1 exemplar (25%); fase 2: 5 exemplares (71,4%); fase 3: 13 exemplares (61,9%); fase 4: 8 exemplares (50%); fase 5: 8 exemplares (66,7%); e fase 6: 4 exemplares (50%). Entre os possíveis motivos para a não realização dessa estratégia, pressupomos, por exemplo, que o enunciador interprete as ações repudiadas como sendo já de conhecimento do auditório que pretende atingir, o que o levaria a priorizar outras informações ao invés daquelas apresentadas na SUB5.

(75)

NOTA DE REPÚDO // A Prefeitura Municipal de Maracanaú vem de público repudiar a atitude / de total descontrole do Vereador Isaías Furtado Neto, em suas tentativas / fracassadas de atingir a Administração Municipal – JUVENTUDE E AÇÃO. / O Citado vereador defendendo interesses espúrios, por duas vezes tentou / conturbar a ordem pública e promover baderna e atos de terror em órgãos / públicos municipais. A primeira foi no dia quinze do corrente no / CAD – Centro de Apoio ao Deficiente. Na ocasião, o Vereador acompa- / nhado com mais de setenta pessoas, as quais vestiam camisas com propa- / ganda do mesmo na parte de frente,

e nas costas, com o nome do candi- / dato a Prefeito do PMDB, Carlos Castelo, invadiram o referido estabeleci- / mento, onde na ocasião crianças portadoras de deficiências físicas e men- / tais faziam recreação, deixando-as em estado de choque. [...] Continuando sua / caminhada do terror, do vandalismo e da baderna, desta feita o mesmo / grupo, com as mesmas características, no dia dezesseis próximo passado, / tentou invadir a Secretaria de Ação Social, feito este alcançado pelo Ve- / reader Isaías e sua companheira, posteriormente retirados pelo Delegado / Dr. Moreno, escortados por policiais. Ainda no interior da Secretaria, o / Vereador agrediu o reporter fotográfico e o Assessor de Comunicação da / Prefeitura, quando na abertura do episódio, lesionando-os e danificando a / máquina fotográfica. Também foram agredidos e lesionados dos vigias da / Prefeitura, que ora prestavam serviços àquela Secretaria, como também / dezenas de senhoras, algumas com seus filhos, e que aguardavam serem / atendidas ficaram em povorosa. [...]. (NR29 – *Diário do Nordeste*, 18/09/1992, n.3.794, negrito no original, sublinhado nosso)

No cenário discursivo (re)construído pelo enunciador, também conseguimos identificar a vítima da ação repudiada, que, lembramos, pode ser um indivíduo, uma instituição(ões) ou entidades mais abstratas, como a democracia, a segurança e saúde pública, entre outras. Correspondendo à sexta subunidade de nosso modelo, essa informação se mostra muito tradicional no gênero nota de repúdio e, assim como a subunidade retórica 4, sua materialização pode ocorrer mais de uma vez e de distintas formas em um mesmo texto. Na tessitura textual, os atingidos pelas ações do acusado são apresentados através de nomes pessoais/institucionais ou de expressões nominais que os caracterizam como membros de determinado grupo ou profissão. Em (75), por exemplo, as construções “a Administração Municipal – JUVENTUDE E AÇÃÕ”, “crianças portadoras de deficiências físicas e men- / tais”, “o reporter fotográfico e o Assessor de Comunicação da / Prefeitura”, “dois vigias da / Prefeitura” e “dezenas de senhoras, algumas com seus filhos” designam, naquele evento comunicativo, as vítimas diretas dos acontecimentos ali narrados e descritos pelo autor institucional.

Na construção da UR2, o autor da nota de repúdio também tem utilizado a subunidade retórica 7 – *Apresentando consequências negativas da ação repudiada*. Trata-se de uma estratégia de caráter opcional, mas que se revela consideravelmente produtiva e de uso bastante regular entre as fases geracionais, como se comprova, a seguir, pela distribuição, por períodos, dos 35 exemplares em que a encontramos: fase 1: 1 exemplar (25%); fase 2: 4 exemplares (57,1%); fase 3: 10 exemplares (47,6%); fase 4: 8 exemplares (50%); fase 5: 7 exemplares (58,3%); fase 6: 5 exemplares (62,5%). Com uma função argumentativa, essa subunidade destaca o que o enunciador interpreta ser alguns dos possíveis danos (emocionais, físicos, financeiros, morais, econômicos, entre outros) causados às vítimas diretas das ações repudiadas. Conforme constatamos pela análise dos dados, as consequências assinaladas na tessitura textual podem atingir as vítimas diretas da situação e, ao mesmo tempo, outros

indivíduos, grupos e causas sociais, a exemplo do que se observa em (76) – reproduzido, antes, também parcialmente, em (54) –, no qual a atitude da Televisão Jangadeiro – acusado daquela interação –, além de atingir, de forma implícita, os 44 funcionários demitidos – “incluindo 12 / profissionais no Departamento de Jornalismo” –, traria, no entender do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará, “enormes prejuízos à luta pela regionalização das produções artísticas, culturais e jornalísticas, já garantida pela Constituição Federal”.

(76)

NOTA DE REPÚDIO // O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará repudia veementemente as 44 demissões, incluindo 12 / profissionais no Departamento de Jornalismo, feitas pela Televisão Jangadeiro na quarta-feira, dia 14. [...] A atitude da empresa traz enormes prejuízos à luta pela regionalização das produções artísticas, culturais e jornalísticas, já garantida pela Constituição Federal. [...]. (NR30 – *O Estado*, 22/10/1992, n.16.706, negrito no original, sublinhado nosso)

Descrita a UR2, examinamos, agora, a UR3 – *Contestando o ponto de vista do acusado*. Nesse bloco, o autor da nota tem como objetivo desacreditar o acusado das ações repudiadas perante a opinião pública – formada, esta, por exemplo, pela sociedade brasileira, cearense e/ou fortalezense –, visando, assim, a adesão desses possíveis destinatários ao novo ponto de vista construído no texto. Para tanto, essa instância enunciativa costuma empregar duas estratégias retóricas – SUB1: *Apresentando esclarecimentos* e SUB2: *Exaltando a vítima das ações repudiadas ou suas realizações* –, ambas opcionais. Em relação à primeira subunidade, foram observadas 13 ocorrências dessa estratégia de condução de informações, o que representa 19,1%. Esses dados se encontram distribuídos do seguinte modo pelos períodos geracionais: fase 2: 2 exemplares (28,6%); fase 3: 3 exemplares (14,3%); fase 4: 4 exemplares (25%); e fase 5: 4 exemplares (33,3%). A baixa ocorrência da SUB1 – inclusive sua ausência nas fases 1 e 6 –, permite-nos concluir, então, que essa subunidade não possui um caráter de uso tradicional entre os produtores do gênero.

Nos textos em que a encontramos, essa estratégia cumpre a função de refutar e corrigir informações divulgadas pelo acusado, mas que o enunciador interpreta como equivocadas, distorcidas ou difamatórias. Na tessitura textual, essa intenção comunicativa pode ser realizada de forma marcada – quando há o emprego dos itens lexicais “esclarecer” ou “esclarecimento” –, ou não marcada – quando não há o emprego dos citados elementos linguístico-discursivos. O exemplo (77), a seguir, de autoria da Prefeitura de Fortaleza, ilustra a segunda possibilidade. Neste texto, o autor institucional informa sobre o sistema eletrônico de bilhetagem eletrônica, que então começava a entrar em vigor no transporte coletivo público

da capital cearense. Desentendimentos relacionados a esse subtópico levaram grupos de indivíduos a depredarem um prédio da administração municipal, o que, por sua vez, motivou a reação-resposta da Prefeitura em forma de nota de repúdio.

(77)

[...] Em função dos tristes / acontecimentos desta quinta-feira, que ficarão infelizmente marcados para / sempre na memória de todos aqueles que se encontravam no Gabinete da / Prefeitura, a administração municipal vem a público informar o seguinte: // - Não procede, sob hipótese alguma, a informação segundo a qual a / bilhetagem eletrônica irá extinguir ou restringir o uso da carteira de / estudante. Uma coisa não tem nada a ver com a outra, mesmo porque / a meia passagem é um direito garantido aos estudantes pelo artigo / 185 da Lei Orgânica do Município. O sistema de bilhetagem eletrônica / trará, isso sim, diversos benefícios para a população usuária do / sistema de transportes coletivos de Fortaleza porque, entre outras / medidas, fará a substituição de vale-transporte em papel por vale / eletrônico, com o número de créditos relativos à quantidade de vales / normais a que o trabalhador teria direito. Essa mudança dará maior / segurança e eficácia ao controle de demanda do sistema. O único / traço em comum entre a bilhetagem e a carteira de estudante será a / tecnologia de leitura dos cartões magnéticos. [...]. (NR52 – *O Estado*, 04/06/2004, n.19.654)

Já a respeito da SUB2 – *Exaltando a vítima das ações repudiadas ou suas realizações* –, esta estratégia ocorreu em 13,2% dos casos (9 exemplares). Além de pouco frequente, seu uso ficou concentrado, principalmente, nas três primeiras fases geracionais, como vemos a seguir: fase 1: 3 exemplares (50%); fase 2: 2 exemplares (28,6%); fase 3: 4 exemplares (19%); e fase 5: 1 exemplar: (8,3%). Note-se que essa subunidade se revelou bastante produtiva na primeira fase geracional, mas, diante dos poucos dados coletados, não é possível afirmar que a exaltação à vítima ou às suas ações fosse uma prática recorrente em notas de repúdio publicadas nesse período. Isso posto, lembramos que o gênero teve pouca circulação na grande imprensa cearense durante a ditadura militar e que, nessas páginas, era mais comum a publicação de notas de apoio, parabenização e agradecimento ao regime. Logo, é admissível pressupor que a ação retórica aqui analisada, se não for comum na nota de repúdio, poderia ser nas citadas variantes da constelação nota, que cumpririam, entre outras funções, a de manifestar enaltecimento à ditadura, a seus comandantes ou defensores. No exemplo a seguir, que emergiu em resposta ao golpe de 31 de março de 1964, os trechos destacados evidenciam a posição positiva de seu autor ante às ações das Forças Armadas.

(78)

NOTA // O Sindicato dos Estivadores de Aracati, no Estado / do Ceará, sempre a serviço dos nobres ideais democrá- / ticos e cristãos do povo brasileiro representado por / seu Presidente abaixo assinado, interpretando o pen- / samento livre dos estivadores aracatienses, vem pela / presente NOTA manifestar o seu apoio incondicional / e a mais irrestrita solidariedade às gloriosas Forças / Armadas do país pelo brilhante e eficiente papel / que desempenharam e que vêm

desempenhando em legiti- / ma defesa dos postulados democráticos e dos mais / inspirados interesses nacionais no sentido da restaura- / ção – em todos os quadrantes do território nacional / – do regime democrático e dos princípios religiosos / cristãos do nosso bravo povo que vinham sendo [ilegível] / ameaçados pelo comunismo ateu e subversivo. // Aracati, 8 de abril de 1964 // [ilegível] Monteiro de Albuquerque / Presidente (*O Povo*, 09/04/1964, n.11.218, sublinhado nosso).

Nesse exemplo, os adjetivos “brilhante” e “eficiente” categorizam de modo positivo o papel das Forças Armadas no processo de tomada e manutenção do poder em 1964. No tocante a aspectos temporais, veja-se o uso das formas verbais destacadas “que desempenharam e que vêm desempenhando”, que ressaltam ações já realizadas e ainda em curso naquele momento pelas instituições militares. Embora o conteúdo dessas ações não seja explicitado na tessitura textual, a entidade aracatiense deixa claro que elas estavam voltadas “no sentido da restaura- / ção – em todos os quadrantes do território nacional / – do regime democrático e dos princípios religiosos / cristãos do nosso bravo povo que vinham sendo [ilegível] / ameaçados pelo comunismo ateu e subversivo”. Diante disso, entendemos que para a instância institucional responsável pelo acabamento e pela posição valorativa manifestada em (78), as Forças Armadas, caracterizadas positivamente através do adjetivo “gloriosas”, teriam e estavam agindo em defesa dos “nobres ideais democráticos e cristãos” que ela também defendia, e, por isso, teriam merecido seu incondicional apoio e sua mais irrestrita solidariedade. Assim, o autor deixa explícito seu posicionamento diante de eventos que, em seu ponto de vista, interpreta como benéficos para o povo brasileiro.

Na nota de repúdio, a exaltação feita a ações ou à figura de indivíduos ou instituições, diferentemente do que observamos em (78), não ocorre em razão de acontecimentos que essa instância enunciativa interpreta como positivos para si ou outros, mas, sim, em resposta a enunciados (notícias, reportagens, notas ou declarações orais) que ameaçam a face daquele sobre o qual recaem os elogios. Nesse caso, a realização da SUB2 – bem como a de outras subunidades retóricas analisadas e por analisar –, assume, numa dimensão mais ampla e visível, uma função comunicativa protetora de face (Goffman, [1967] 2011), pois, através dela, o enunciador buscaria, em princípio, salvar a face da vítima perante o público-leitor. Estrategicamente, o autor da nota de repúdio emprega adjetivos elogiosos e destaca aspectos positivos da vítima, como realizações e os supostos benefícios trazidos para a sociedade como um todo ou para grupos específicos. Dessa forma, tenta invalidar o ponto de vista do acusando, mostrando que suas alegações não se sustentam diante dos fatos. O exemplo seguinte ilustra nossas observações. Trata-se da reação-resposta da Associação Brasileira de Operadores Públicos de Transportes Coletivos (ABTC) à nota anônima publicada em *O Povo*

contra a Companhia de Transporte Coletivo (CTC). De acordo com o texto:

(79)

[...] A referida nota tenta denegrir a / imagem da Companhia de Transporte Coletivo – CTC de Fortaleza, nos- / sa associada reconhecida nacionalmente a empresa modelo do setor en- / tre as estatais, por sua organização e eficiência. // O teor da nota difamatória é insustentável mesmo para os seus autores, / que se escondem no anonimato. // É também insustentável pelo fato de a CTC apresentar os melhores in- / dicadores administrativos-financeiros entre todas as empresas estatais de / transporte coletivo do País. [...] (NR19 – *O Povo*, 19/04/1991, n.20.505, sublinhado nosso)

Nesse exemplo, os trechos sublinhados indicam a realização da SUB2. Aqui, o autor da nota destaca aspectos positivos da vítima, especificamente, no que diz respeito à sua atuação no setor de transportes. Nesse sentido, veja-se o uso dos sintagmas nominais “a empresa modelo” e “melhores indicadores”, e do sintagma preposicional “por sua organização e eficiência”, em que os substantivos “modelo”, “organização” e “eficiência”, e o adjetivo “melhores”, explicitam, na materialidade linguística, a posição avaliativa do enunciador em relação à vítima. Observemos que a expressão “reconhecida nacionalmente” aponta para outro ponto de vista no texto, responsável, nesta interação, por conferir maior credibilidade às informações apresentadas, e com o qual a ABTC concorda. Com isso, mostra-se que a opinião explicitada na nota já seria compartilhada por um auditório mais amplo, composto, sobretudo – assim interpretamos –, pelos membros da própria categoria profissional. Pontuamos, ainda, que a SUB2, assim como a SUB1, possui uma forte orientação argumentativa e informativa, podendo, inclusive, em certas situações, ser interpretada como uma ação retórica de esclarecimento. Todavia, enquanto a SUB1 seria mais empregada para a defesa da própria face – nos casos em que há coincidência entre vítima e autor do texto –, a SUB2, por sua vez, exibiria um uso mais acentuado naquelas enunciações voltadas para a proteção da face dos outros.

Neste momento, voltamos nossa atenção para a análise da UR4 – *Reforçando adesão à causa da vítima*. Na enunciação, este bloco informacional cumpre a função de fortalecer o engajamento do enunciador em relação a problemas enfrentados ou a pautas defendidas pela vítima, mas atacadas pelo acusado. Neste estudo, entendemos que a escrita de uma nota de repúdio já demonstra, em si, a intenção discursiva de seu autor em salvar, diante dos leitores, a face ameaçada de alguém ou de uma instituição. Mas, para além do ato de repúdio, outras estratégias podem ser adotadas a fim de explicitar linguisticamente o compromisso com a vítima. Em nosso *corpus*, essa intenção foi realizada através da subunidade *apresentando apoio/solidariedade* – de caráter opcional e única que realiza a UR4. Essa ação se mostrou

pouco produtiva nos dados, tendo sido observada em 13 exemplares (19,1%), distribuídos, assim, pelas seis fases geracionais: fase 1: 2 exemplares (50%); fase 2: 2 exemplares (28,6%); fase 3: 4 exemplares (19%); fase 4: 2 exemplares (12,5%); fase 5: 2 exemplares (16,7%); e fase 6: 1 exemplar (12,5%). Se por um lado os resultados mostram que a nota de repúdio foi reelaborada de tal modo que também pudesse cumprir, a depender das intenções discursivas de cada autor, o propósito comunicativo central da “nota de apoio” e / ou da “nota de solidariedade”, por outro lado, é admissível pressupor que a existência dessas variantes seja um motivo, entre outros, para a baixa frequência da subunidade aqui analisada.

No que concerne à UR5 – *Mobilizando interlocutores em prol da vítima e/ou da causa defendida* –, verificamos que nesta unidade retórica o enunciador procura estabelecer diálogo com outros atores sociais a fim de que estes atuem, na prática – isto é, não apenas através de palavras –, para defesa/proteção da vítima e mudanças sociais. Para tanto, tem à sua disposição três subunidades, ambas opcionais. Na primeira, além de cobrar de autoridades ou instituições competentes punição para o acusado da ação repudiada, pode ainda demonstrar esperança de que tal procedimento punitivo seja executado. No *corpus*, essa estratégia se mostrou pouco produtiva, seja em termos gerais (17 exemplares – 25%) ou quando olhamos, individualmente, para a frequência de sua realização em cada uma das fases geracionais em que a encontramos: fase 1: 1 exemplar (25%); fase 2: 2 exemplares (28,6%); fase 3: 3 exemplares (14,3%); fase 4: 6 exemplares (37,5%); fase 5: 2 exemplares (16,7%); e fase 6: 3 exemplares (37,5%). Na subunidade retórica 2, o autor da nota de repúdio continua a demonstrar esperança ou a cobrar dos mesmos personagens já antes referidos uma tomada de posição, mas agora com o propósito de solucionar os problemas decorrentes da ação do acusado. Comparada à primeira, a segunda estratégica se revelou ainda menos frequente, tendo sido encontrada em 10 exemplares (14,7%) e nas fases 2 (2 exemplares – 28,6%), 3 (3 exemplares – 14,3%), 4 (3 exemplares – 18,8%) e 5 (2 exemplares – 16,7%). Por fim, com a subunidade 3, o enunciador convoca membros de sua classe socioprofissional ou a sociedade como um todo para participarem de reuniões, passeatas ou outras ações em apoio da causa defendida. Nesse caso, identificamos apenas 5 exemplares (7,6%) com essa subunidade: 2 (9,5%) na terceira fase; 2 (12,5%) na quarta fase; e 1 (12,5%) na sexta fase. Apesar da baixa frequência, chama atenção o fato de que, nessas situações, a nota de repúdio se reelabora e também cumpre, junto a outros propósitos, a função discursiva do gênero “convite”. Aqui, a aproximação com o convite fica evidente quando consideramos, entre outros elementos linguísticos, a inclusão, na tessitura textual, de informações contextualizadoras como “data”, “horário” e “localização” do evento organizado e divulgado pelo autor.

Concluimos o estudo da organização retórica da nota de repúdio com a análise da sexta unidade de informação – *Contextualizando a ação de repúdio*. Conforme assinalamos no início desta subseção, da mesma forma que a UR1 e UR2, a UR6 se constitui bastante característica no gênero, sendo observada, em maior ou menor quantidade, em exemplares de todas as seis fases geracionais. Tradicionalmente, esse último bloco informacional é encontrado após o último parágrafo do texto e pode ser realizado, sempre nesta ordem, através das seguintes subunidades retóricas: SUB1 – *Apresentando local e data*; e SUB2 – *Apresentando assinatura*. Com base nesses resultados, verificamos, então, que a estrutura composicional da nota de repúdio são incorporados traços prototípicos do gênero epistolar “carta” que, de acordo com Castilho da Costa (2008, p. 18), além de ser um dos gêneros discursivos mais antigos ainda existentes, funciona como modelo na formação de outros gêneros, entre os quais a “notícia”, o “editorial”, o “cartão postal”, o “anúncio”, o “e-mail”, a “mensagem de texto” e, também podemos dizer, a nota de repúdio. Isso posto, concluimos, apoiados em Marcuschi (2012, p. 39), que a SUB1 e SUB2 funcionam, estrategicamente, como recursos linguístico-discursivos que possibilitam situar um evento comunicativo da nota de repúdio em um universo de interação, contribuindo, assim, para a (re)construção dos sentidos do texto.

Feita essa explanação geral, descrevemos, agora, cada uma das duas subunidades retóricas mencionadas. Em relação à SUB1, essa estratégia cumpre na enunciação o objetivo de situar o espaço (local) e o tempo (data) da produção linguística. Em termos quantitativos, seu uso foi observado em 30 exemplares (44,1%), deste modo distribuídos entre as fases geracionais: fase 1: 3 exemplares (75%); fase 2: 6 exemplares (85,7%); fase 3: 9 exemplares (42,9%); fase 4: 5 exemplares (31,3%); fase 5: 5 exemplares (41,7%); e fase 6: 2 exemplares (25%). Trata-se, portanto, de uma estratégia muito utilizada pelos membros da comunidade retórica, todavia, de caráter opcional. Por sua vez, no que diz respeito à SUB2, verificamos que essa subunidade cumpre duas funções na nota de repúdio: a primeira, de reforçar a autoria e, nesse sentido, validar a autenticidade do texto – naqueles casos em que o nome do autor já fora explicitado no próprio corpo da nota, seja no início ou em outras posições; e a segunda, de apresentar a instância humana ou institucional responsável pelo projeto de dizer – naqueles casos em que o autor é identificado apenas na assinatura. Encontrada em 57 exemplares (83,8%), a SUB2 foi materializada de diferentes maneiras em nosso *corpus*. Especificamente sobre os textos de autoria coletiva institucional, destaca-se, nesse sentido, a repetição do(s) nome(s) da(s) instituição(ões) – tal como apresentado na fórmula “Det + Nome”, mas sem o determinante (19 exemplares – 27,9%); o uso da expressão “A Diretoria” (16 exemplares –

23,5%) e a introdução do nome individual do autor empírico seguido pelo papel estatutário desempenhado por esse sujeito na enunciação (presidente, vice-presidente, entre outros) (16 exemplares – 23,5%).

Nos exemplos (80), (81) e (82), a seguir, os trechos destacados ilustram o modo de realização das subunidades retóricas 1 e 2:

(80)

NOTA OFICIAL // A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, por sua Mesa Dire- / tora e pelos Partidos Políticos – PMDB, PFL, PDS e PDT – com / representantes nesta Casa Legislativa, por absoluto respeito ao / Povo de Fortaleza, vem tornar público o seu repúdio ao conteú- / do do “dossiê” intitulado “FORTALEZA NUNCA MAIS”, ontem / divulgado e de responsabilidade da *Exma. Sra. Maria Luiza Fon- / tenele, Prefeita Municipal, [...]*. // Sala das Sessões da Câmara Municipal de Fortaleza, 14 de / março de 1986. // Djalma Eufrásio Rodrigues / Presidente (NR15 – *Diário do Nordeste*, 15/03/1986, n.1.520, negrito no original, sublinhado nosso)

(81)

NOTA DE REPÚDIO // O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO Estado DO CEARÁ – CRC/CE, através de seu / Conselho Diretor, reunido extraordinariamente nesta quarta-feira, às 13 horas, e as entidades da classe contábil / do Estado do Ceará, abaixo assinadas decidiram por apresentar manifestação pública em nome da classe / contábil, [...]. // Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará (CRC-CE) / Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assesso., Perícias, Informações e Pesquisas do / Ceará (SESCON-CE) / Federação Norte Nordeste dos Contabilistas / Sindicato dos Contabilistas do Estado do Ceará (SINDICONT) / Associação dos Técnicos em Contabilidade do Estado do Ceará (ASTECC) / Associação dos Contadores do Estado do Ceará (ACEC) / Associação dos Jovens Contabilistas do Ceará (AJC) / Sindicato dos Contabilistas da Região do Cariri / Sindicato dos Contabilistas da Região da Ibiapaba / Sindicato dos Contabilistas da Região Norte / Associação dos Peritos Contadores do Ceará – APECEC (NR49 – *Diário do Nordeste*, 01/04/2004, n.7.938, negrito no original, sublinhado nosso)

(82)

NOTA DE REPÚDIO // [...] A **Associação Cearense do Ministério Público**, reconhecendo a retidão da atitude da / **Dra. Isabel Maria Salustiano Arruda Porto** e a isenção e independência dos membros / do Ministério Público, razão pela qual repudia, veementemente, as inverdades assacadas / contra a referida Promotora de Justiça e contra a citada Instituição, que tem merecido o / reconhecimento e o aplauso dos homens de bem do Povo do Ceará. // **Fortaleza, 21 de maio de 2004 / A DIRETORIA** (NR51 – *O Estado*, 24/05/2004, n.19.645, negrito no original, sublinhado nosso)

Nesta subseção, tivemos como objetivo analisar a organização retórica do gênero nota de repúdio. Com base em nossos dados, conseguimos identificar nessa tradição discursiva um padrão com seis unidades de informação – UR1 – *Identificando o texto*; UR2 – *Apresentando o cenário da ação repudiada*; UR3 – *Contestando o ponto de vista do acusado*; UR4 – *Reforçando adesão à causa da vítima*; UR5 – *Mobilizando interlocutores em prol da vítima e/ou da causa defendida* e UR6 – *Contextualizando a ação de repúdio* – que, por sua vez, dividem-se, no total, em 16 subunidades. Os resultados alcançados indicam, portanto, a

existência de um certo saber tradicional compartilhado da estrutura retórica do gênero. Além disso, também verificamos que algumas dessas unidades e subunidades variaram, ao longo do tempo, quanto à sua frequência e, também, quanto à sua disposição no texto. Nesse sentido, vê-se que o gênero traz em sua estrutura traços linguístico-discursivos tradicionais e recorrentes – o que possibilita ao auditório social reconhecê-lo e agir responsivamente na interação –, mas também variáveis em cada uma das seis fases geracionais, refletindo, assim, sua natureza maleável e flexível. Apoiados nas reflexões de Bakhtin (2016), concluímos, então, ser a nota de repúdio uma forma típica de enunciado bastante propícia às escolhas estilísticas e estratégicas de seus produtores, bem como às circunstâncias de seu contexto de produção. Por isso, o modelo retórico resultante da análise não deve ser tomado em termos normativos ou prescritivos, mas como um instrumento que pode auxiliar no estudo de comportamentos textuais e discursivos.

Assim como o modo de distribuição das informações no corpo do texto, a forma como o gênero nota de repúdio é materializado no suporte físico e nas mídias digitais é outro aspecto que também pode agir diretamente sobre a percepção do público-leitor e contribuir para a (re)construção de sentidos. A fim de verificarmos, na prática, esse ponto de vista, na sequência, analisamos, então, a materialidade textual da nota de repúdio em jornais impressos e mídias digitais.

4.6 Forma: a configuração grafoespacial da nota de repúdio

Nesta sexta e última seção, lançamos nosso olhar sobre os recursos gráficos típicos que entram na constituição da nota de repúdio. Em outras palavras, interessa-nos compreender como essa tradição discursiva é materializada no suporte físico e nas mídias digitais; que elementos visuais, linguageiros e tecnolinguageiros participam de sua diagramação¹¹⁵ e como esses elementos podem atuar a fim de atrair a atenção dos possíveis interlocutores. Para essa análise, nos baseamos, a princípio, nas proposições de Debray (1995), para quem a configuração gráfica, além de constitutiva das mensagens veiculadas na mídia, age diretamente no processo de (re)construção de sentidos. Outra contribuição vem do estudo de Maingueneau (2004, p. 68, grifo no original), que defende a ideia segundo a qual “o texto é

¹¹⁵ Para Silva (1985, p. 43), “em termos de programação visual, a diagramação é o projeto, a configuração gráfica de uma mensagem colocada em determinado campo (página de livro, revista, jornal, cartaz), que serve de modelo para sua produção em série. A preocupação do programador visual, e, conseqüentemente, sua tarefa específica, é dar a tais mensagens a devida estrutura visual a fim de que o leitor possa discernir, rápida e confortavelmente, aquilo que para ele representa algum interesse”.

inseparável de seu modo de existência material: modo de *suporte/transporte* e de *estocagem*, logo, de *memorização*”. Nessa perspectiva, a mídia e suporte não são apenas um meio para a difusão de discursos, mas instrumentos cujas possibilidades e limitações condicionam o próprio conteúdo temático do gênero, sua função social e organização.

Como sabemos, nos dias atuais, a nota de repúdio é um gênero bastante consolidado no ambiente digital on-line, tendo os sites e as redes sociais se tornado, então, as principais mídias para sua veiculação nesse contexto. Este, porém, é um acontecimento bastante recente, uma vez que, ao longo das cinco primeiras fases geracionais, essa tradição discursiva encontrou aporte, sobretudo, na mídia impressa. Aqui, destaca-se a versão impressa de jornais como *O Povo*, *Tribuna do Ceará*, *O Estado* e *Diário do Nordeste*, que, por seu reconhecido papel como veículos de difusão de ideias e informações, teriam sido importantes intermediários entre o autor da nota e seu público-leitor. Em que pese esse fato, a nota de repúdio não possuía um lugar estabilizado e próprio nas páginas da grande imprensa cearense e, por isso, foi encontrada, independentemente do periódico, em diferentes páginas e seções. Isso posto, chamamos atenção, em primeiro lugar, para os eventos comunicativos que figuravam na primeira página dos citados periódicos, como na figura a seguir, que traz o exemplar NR15 (*Diário do Nordeste*, 15/03/1986, n.1.520), de autoria da Câmara Municipal de Fortaleza, nessa localização.

Figura 8 – Primeira página do jornal *Diário do Nordeste*



Fonte: Jornal *Diário do Nordeste*, 15 de março de 1986.

Em nossos dados, apenas sete exemplares foram encontrados nesta posição inicial, o que representa 11,5% das notas de repúdio impressas. Além da baixa frequência, esses textos ficaram concentrados nas três primeiras fases geracionais, demonstrando, assim, uma preferência tradicional por publicar o gênero nas páginas internas dos citados periódicos. Entre os possíveis motivos que poderiam justificar essa prática, sublinhamos, por exemplo, o fato de a capa do jornal atuar “como uma vitrine para chamar a atenção do leitor para o conteúdo interno apresentado por determinada publicação” (Cunha, 2007, p. 2). Nesse sentido, haveria, portanto, na primeira página, um maior destaque para manchetes, notícias e reportagens da própria empresa jornalística, embora também seja possível encontrar outros gêneros informativos e opinativos, como anúncio publicitário, variantes da constelação nota entre outros.

Em relação à nota de repúdio, pressupomos, com base nos dados coletados, que a publicação do gênero na primeira página possa ter ocorrido, estrategicamente, por escolha do próprio autor da nota – mediante pagamento –, ou do próprio jornal, que assim teria procedido porque o texto abordava algum tema de seu interesse – como no exemplar NR03 (*O Povo*, 14/10/1966, n.12.047), que apresentava o protesto e repúdio de seu autor a tentativas de ameaça contra a face de Paulo Sarasate, então diretor do jornal *O Povo* –, ou porque, de forma não excludente, abordava eventos ou ações de personagens conhecidos e de interesse do grande público – como no exemplar NR15, mostrado na Figura 8, que trata sobre acontecimentos envolvendo a prefeita de Fortaleza à época, Maria Luíza Fontenele (1986-1989), acusada das ações repudiadas. Observe-se que nessa mesma capa, o jornal apresenta manchete e resumo de reportagem, a ser reproduzida nas páginas 3 e 4, sobre o dossiê “Fortaleza Nunca Mais”, que motivou a ação responsiva da Câmara Municipal de Fortaleza¹¹⁶. Assim, os interlocutores têm acesso a outras informações e opiniões que podem auxiliá-los no processo de construção de seu próprio ponto de vista.

Em termos estratégicos, a publicação de uma nota de repúdio na primeira página possibilita a rápida e fácil identificação do texto por parte do leitor, o que aumenta as probabilidades de o enunciado ser lido e as opiniões de seu autor serem conhecidas. No entanto, vimos que, ao longo das três primeiras fases, o gênero figurou, com frequência, em páginas internas, posição que se consolidou a partir do quarto período geracional. Nesse cenário, verificamos, ainda, que a nota de repúdio não aparece em seção própria, diferentemente, por exemplo, do editorial de jornal que, de acordo com Zavam (2017, p. 208), passou a figurar, a partir do último quartel do século XX, no contexto cearense, na seção denominada “Opinião”. Mesmo assim, conseguimos agrupar nossos dados em duas subcategorias: a primeira, na qual se enquadram os textos em que foi possível estabelecer algum tipo de relação entre conteúdo temático, personagens (autor, acusado e vítima) e/ou local de origem da nota e a seção em que esta aparecia no corpo do jornal; e a segunda, em que não foi possível estabelecer essa relação. No que diz respeito à sua distribuição, a primeira subcategoria representou 31,1% (19 exemplares) das notas impressas, enquanto a segunda, 57,4% (35 exemplares). Para ilustrar nossas observações, vejamos as próximas figuras.

¹¹⁶ No citado dossiê, Maria Luiza Fontenele teria acusado vereadores, ex-vereadores e servidores da capital cearense de receberem altos salários, denúncias que, segundo a nota oficial da Câmara Municipal de Fortaleza, levaram os acusados “à execração pública, e, ao mesmo tem- / po, [desmoralizaram] o Legislativo Municipal”.

Figura 9 – Terceira página do jornal *Diário do Nordeste*

Título da seção (JOGADA)

PÁGINA 3

JOGADA

FLUMINENSE ANUNCIA ROMÁRIO E AGORA QUER FELIPE

Fluminense vai se encontrar hoje com dirigentes do Fluminense, para acertar a renovação de seu contrato. O jogador visto associado com o Fla, Romário concretiza profecia de Renato Casagrande, que em novembro anunciou que o craque tornaria o Fluminense pelo rival rubro-negro.

BRASILEIRAS FAZEM A FESTA NO FAST TRIATHLON

Atualmente, o triatleta brasileiro mais conhecido é o paulista Carlos Tinoco. Mas, nos últimos anos, o esporte ganhou destaque no Brasil. A prova de triatlo, que reúne corrida, ciclismo e natação, é considerada uma das modalidades mais completas e desafiadoras. No Brasil, o triatlo começou a ganhar força nos anos 1980, com a criação do Clube de Triatlo de São Paulo. Hoje, o esporte é praticado por milhares de pessoas em todo o país. O Fast Triathlon é uma das principais competições do gênero no Brasil. Neste ano, a competição contou com a participação de atletas de elite e amadores. O vencedor foi o brasileiro Gilsele Soldan, seguido por Moreno e Romário. A competição foi realizada em São Paulo, sob o comando do diretor técnico Carlos Augusto Viana.

ACIDENTES MARCAM O FINAL DE SEMANA DO PARIS-DAKAR

Um acidente grave ocorreu durante a etapa de Rally Paris-Dakar em Doha, no Qatar. O piloto brasileiro Paulo Quint, que estava no comando do carro número 10, sofreu uma grave lesão na cabeça durante uma curva. O acidente ocorreu quando o carro perdeu o controle e bateu contra uma barreira. Quint foi levado ao hospital em um helicóptero e está atualmente em estado crítico. O acidente marcou o fim de uma semana de competições emocionantes. Outros acidentes ocorreram durante o evento, incluindo a morte de um espectador em uma das etapas. O Rally Paris-Dakar é considerado uma das competições mais perigosas do mundo.

EX-ATACANTE JÚLIO BOTELHO É ENTERRADO EM SÃO PAULO

Júlio Botelho, ex-atacante do Palmeiras, foi enterrado em São Paulo. O jogador, que teve uma carreira brilhante no futebol brasileiro, morreu após uma longa doença. Botelho jogou por mais de 20 anos em clubes de elite, incluindo o Palmeiras, onde foi um dos principais jogadores da equipe. Ele também jogou no exterior, incluindo na Espanha e no México. Botelho é considerado um dos melhores jogadores brasileiros de todos os tempos. Sua morte foi uma grande perda para o futebol brasileiro. O enterro foi realizado em São Paulo, onde Botelho nasceu e viveu a maior parte de sua vida.

Serginho ajuda Milan a manter a liderança

Serginho ajudou o Milan a manter a liderança na Liga dos Campeões. O jogador, que chegou ao clube italiano no início da temporada, mostrou uma grande adaptação ao futebol europeu. Serginho marcou vários gols importantes durante a competição, ajudando o Milan a se manter no topo da tabela. Sua atuação foi fundamental para o sucesso do time italiano. O jogador também recebeu elogios dos torcedores e da imprensa por sua dedicação e habilidade no campo. Serginho é considerado um dos jogadores mais importantes do Milan atualmente.

LOTÉRIAS

Lotomania Concurso n.º 201

01	02	07	14
17	21	30	32
34	36	49	50
52	53	61	64
71	74	76	80

Mega-Sena Concurso n.º 428

Prêmio: R\$ 200.758,37

Acumulou

08	28	30	32	46	60
----	----	----	----	----	----

Quina Concurso n.º 1084

Prêmio: R\$ 12.308,05

07 ganhou

03	19	36	46	64
----	----	----	----	----

PREMIO Esportiva

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

JOGADA DE LETRAS

Carlos Augusto Viana

é natural de Fortaleza, onde se bacharelou em Direito e posteriormente licenciou-se em Letras. Publicou três livros de poesia: "Água quente", "Cáryca prosaica" e "Sala de espera". É, como não existe infância, pelo menos no Brasil, uma vez que o autor percebeu o verbo, a expressão essencial. Com isso, formigas são tranzadas, e corre e corre a casa de Francisco.

Essencialmente lírico, o futuro de seus diálogos poéticos é a memória, no sentido de que o homem é a soma das experiências da humanidade. Percorre, assim, as terras do longe, a infância dissolvida no tempo, mais, judicadamente, recuperada, em versos em que assume a cidadania com suas ruas estreitas e diafanas, os sapos, os topos, os bilros, as arvores chatas e os versos de ninar, vozes, as festas religiosas, o álbum de retratos, os pingos de chuva, os sussurros infantis, a sombra de um

PLACAR

A bola rola no chão, dribla aqui, dribla ali, mira a rede, sem pecado, sem culpa, faz seu gol, mas arreante.

Nota ao público

A Sul Service Advertising, a impressão, em convênio com a imprensa, não é responsável por erros de impressão e em publico em geral.

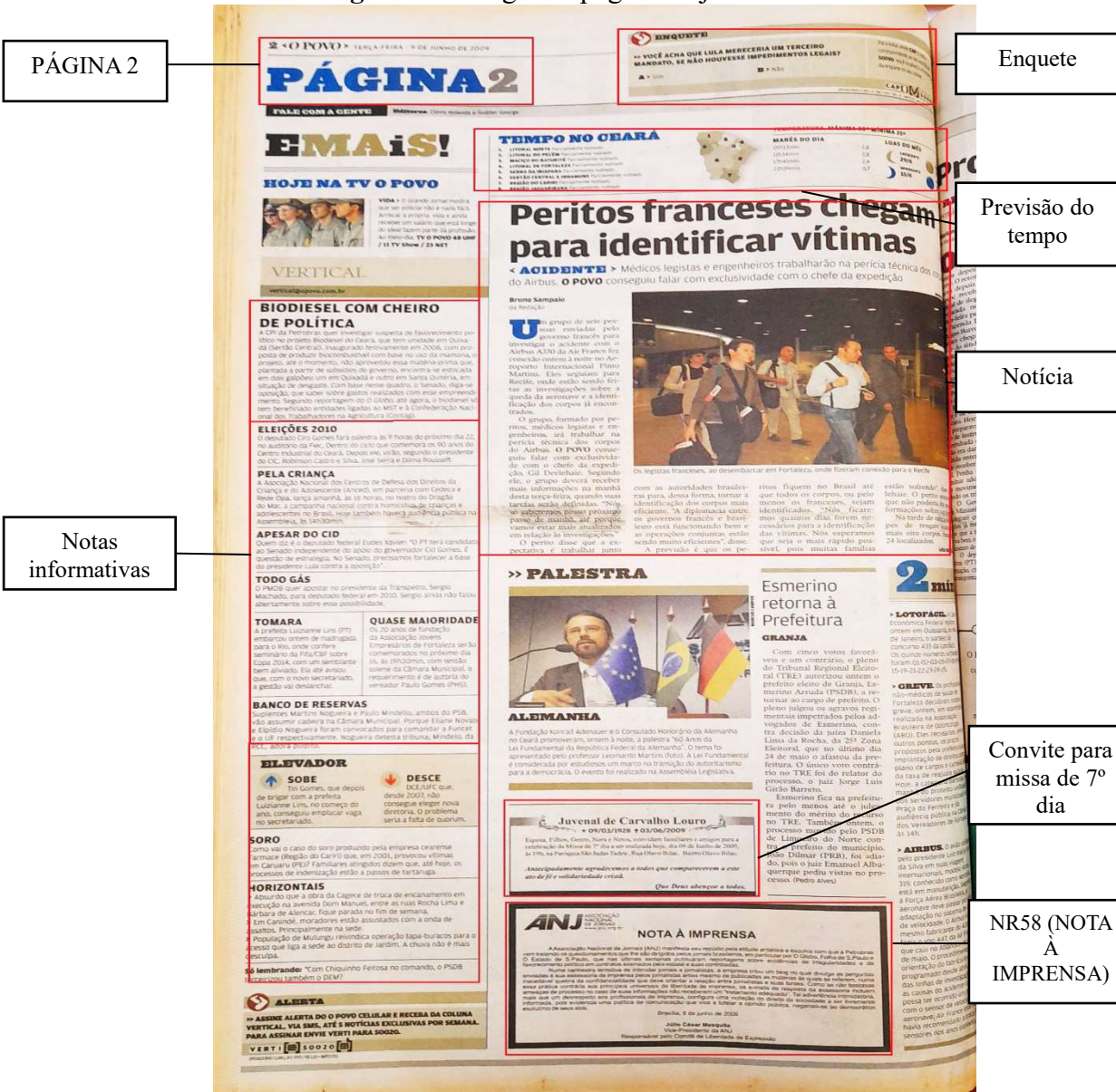
Não utilize profissionais de futebol, que integram o elenco do Ceará Sporting Club, como jogadores, treinadores, dirigentes, funcionários, atletas e funcionários para qualquer finalidade, sem a autorização expressa do clube. O clube não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de qualquer ato praticado por qualquer pessoa em nome do clube. O clube não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de qualquer ato praticado por qualquer pessoa em nome do clube. O clube não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de qualquer ato praticado por qualquer pessoa em nome do clube.

Informe publicitário

NR47 (Nota ao público)

Fonte: Jornal *Diário do Nordeste*, 13 de janeiro de 2003.

Figura 10 – Segunda página do jornal *O Povo*



Fonte: Jornal *O Povo*, 9 de junho de 2009.

Na Figura 9, observamos a localização original do exemplar NR47 (*Diário do Nordeste*, 13/01/2003, n.7.502), de responsabilidade enunciativo-axiológica do então elenco de jogadores do Ceará Sporting Club. Nesse texto, o autor coletivo expressa seu repúdio contra uma charge publicada no jornal *O Povo*, em que os atletas do citado clube poliesportivo cearense figuravam como participantes do programa “Fome Zero”, criado durante o primeiro governo Lula. Segundo o enunciador, essa charge era “uma grosseria, um ato irresponsável do / chargista e mais ainda do jornal que publica”, pois, no seu entender, “[denegria] não só a nos- / sa imagem como atleta do clube em que trabalhamos, bem como o fute- / bol profissional do Estado do Ceará”. Aqui, o enunciado “Informe publicitário”, que aparece um acima do título da nota, reforça a ideia segundo a qual notas de repúdio podem ser

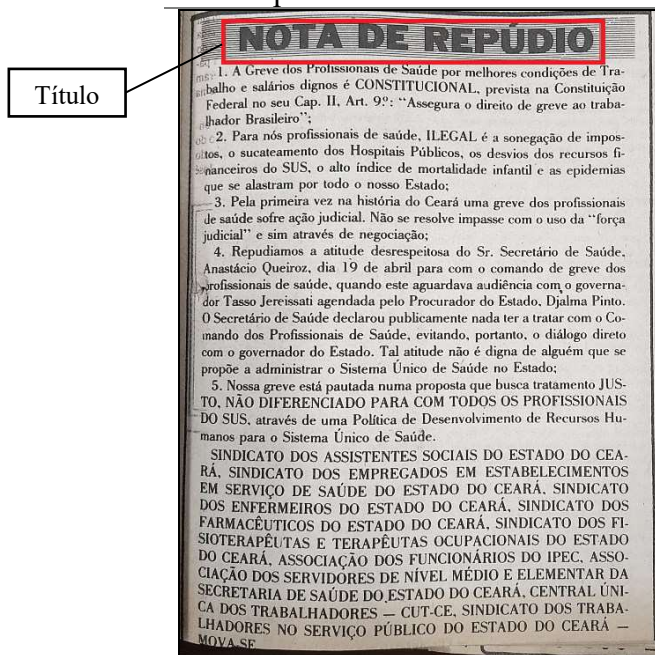
publicadas em periódicos não apenas mediante escolha da empresa jornalística, mas também em razão de pagamento, compra de espaço, feito pelo próprio autor do texto, que assim o faz na tentativa de alcançar seus interlocutores. No caso do exemplar em análise, pressupomos que o fato de ele aparecer na seção de esportes – denominada “Jogada” –, junto a outros eventos comunicativos que abordam tópicos discursivos do campo esportivo, tenha ocorrido de forma estratégica, para atingir, sobretudo, um auditório social sabidamente interessado em informações e opiniões com essa orientação temática.

Na Figura 10, por sua vez, reproduzimos o local de publicação do exemplar NR58 (*O Povo*, 09/06/2009, n.27.048), em que a Associação Nacional de Jornais (ANJ) manifesta seu repúdio ao modo como a Petrobras vinha tratando a imprensa brasileira diante de questionamentos a respeito de supostas irregularidades e favorecimento político em contratos assinados pela estatal e suas controladas. Conforme exposto na nota, a empresa, além de criar um blog no qual divulgava as perguntas enviadas à sua assessoria de imprensa por jornais e jornalistas, teria enviado para essas instâncias humanas e institucionais e-mails de resposta cujo conteúdo foi categorizado pela ANJ como uma “advertência intimidatória”, “uma violação do direito da sociedade a ser livremente / informada”. Pelas pistas linguísticas, vemos que o exemplar NR58 foi publicado na segunda página daquela edição de *O Povo*, junto a outros tipos de enunciados (notas, notícias, enquete, previsão do tempo e convite para missa de 7º dia) que tratavam de acontecimentos e personagens locais e regionais, em sua quase totalidade, sem relação direta com o conteúdo temático da nota escrita pela ANJ. Única exceção é o texto intitulado “**BIODIESEL COM CHEIRO DE POLÍTICA**”, que informa sobre a intenção de a CPI instaurada, em 2008, para investigar a Petrobras, apurar suspeitas de favorecimento político em projeto sobre a produção de biocombustível em Quixadá, cidade localizada no Sertão Central do Ceará – tópico discursivo diretamente relacionado à nota da ANJ.

Em termos tradicionais, a publicação de uma nota de repúdio segue uma estrutura gráfica bastante típica no jornalismo impresso. Na maioria dos casos, os textos são materializados em *boxes* (caixas), sobre um fundo de mesma cor da página em que são impressos e em uma única coluna. A respeito do título, esse elemento textual aparece, recorrentemente, centralizado, em negrito e em caracteres maiores que os utilizados no texto. Tais recursos tipográficos, aliados ao uso da caixa onde a nota aparece, atuam sobre a percepção do leitor e podem contribuir, como afirmamos em outro momento, para a fácil identificação do gênero no corpo do jornal. Outro aspecto importante, em 22 notas – o que corresponde a 36,1% –, observamos que o título era o único elemento linguístico empregado

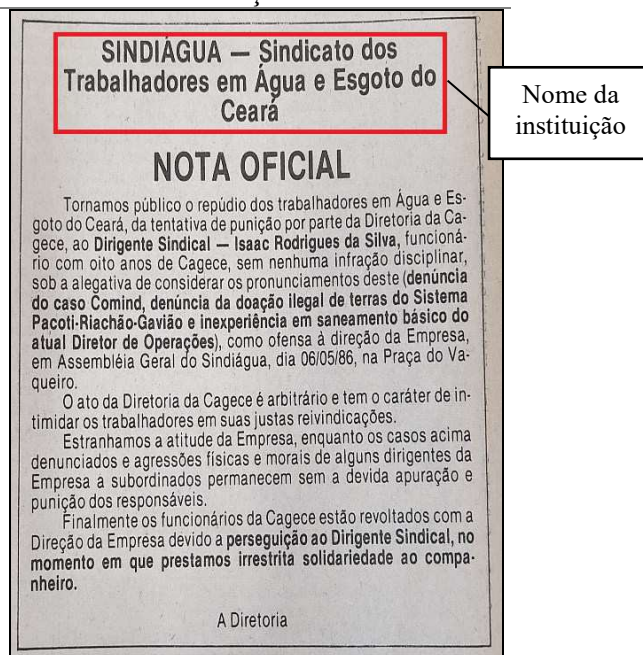
pelo autor antes do texto, como mostra a Figura 11, que reproduz o exemplar NR36 (*O Povo*, 21/04/1995, n.22.916). Nesse sentido, mas menos frequente (15 exemplares – 24,6%), encontramos ainda notas de repúdio que traziam, além do título, o nome da instituição responsável pelo enunciado, como ilustra, por sua vez, a Figura 12 (NR17 – *Diário do Nordeste*, 12/05/1986, n.1.575). Numa terceira e última situação, institucionais apresentam, ao mesmo tempo, seu nome, o título do texto e o símbolo que identifica a entidade, a cidade ou o estado, conforme podemos ver na Figura 13 (NR23 – *O Povo*, 09/08/1991, n.20.677), que traz o brasão da capital cearense, Fortaleza. Verificamos o uso desse recurso imagético em 24 notas impressas (39,3%), com o exemplar NR12 (*O Povo*, 13/09/1985, n.18.419) (Figura 14) sendo o primeiro a empregá-lo em nosso *corpus*.

Figura 11 – Nota de repúdio apenas com título



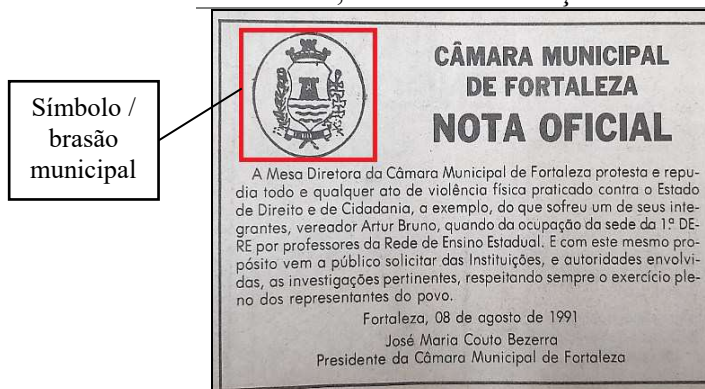
Fonte: Jornal *O Povo*, 21 de abril de 1995.

Figura 12 – Nota de repúdio com nome da instituição e título



Fonte: Jornal *Diário do Nordeste*, 12 de maio de 1986.

Figura 13 – Nota de repúdio com brasão, nome da instituição e título



Fonte: Jornal *O Povo*, 9 de agosto de 1991.

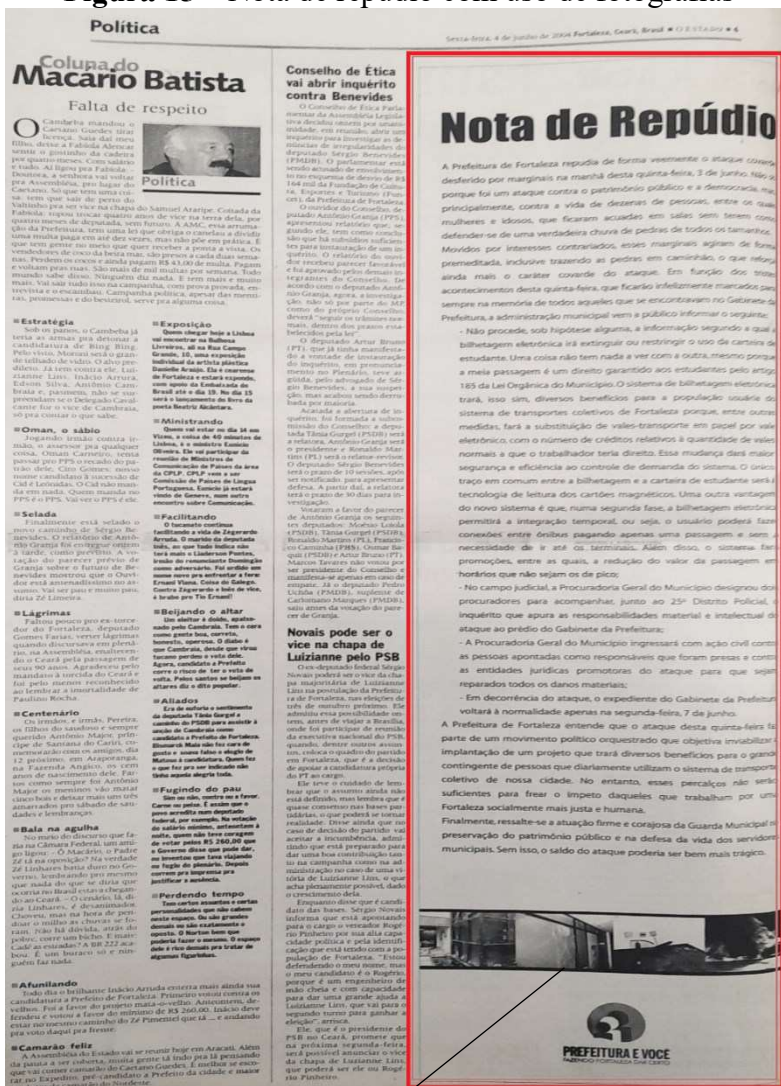
Figura 14 – Nota de repúdio com brasão, nome da instituição e título



Fonte: Jornal *O Povo*, 13 de setembro de 1985.

Além do símbolo/brasão institucional antes referido – que, na enunciação, pode cumprir, entre outros, o importante papel de reforçar, para o leitor, o caráter oficial do texto, posto que, possivelmente, comporia a identidade visual da instituição –, na modalidade impressa, como recurso imagético, chegamos a encontrar, também, o uso de fotografias, mas em um único evento comunicativo do gênero. Trata-se, na verdade, do exemplar NR52 (*O Estado*, 04/06/2004, n.19.654), de autoria da Prefeitura de Fortaleza, e que reproduzimos adiante (Figura 15). Como podemos perceber, nos textos de linguagem não verbal apresentados, destacam-se, em um primeiro momento, cenas de salas danificadas – o que se comprova pelas vidraças quebradas e objetos espalhados pelo chão –, e, na sequência, no espaço da rua, a imagem de um carro em chamas. Relacionadas, diretamente, com os eventos motivadores da ação de repúdio – que, lembramos, diz respeito a ataques desferidos, em 3 de junho de 2004, ou seja, no dia anterior à publicação do texto, contra um prédio público da capital cearense –, as fotografias destacadas complementam, de forma explícita, as informações trazidas na nota, mostrando-se, assim, uma estratégia argumentativa que fortaleceria o ponto de vista do enunciador. Portanto, ao empregar tais recursos visuais, entendemos que o autor o faz para evidenciar a violência dos fatos narrados e, nesse sentido, tentar alcançar a adesão de seu auditório – formado, principalmente, pela população de Fortaleza – às opiniões defendidas no enunciado.

Figura 15 – Nota de repúdio com uso de fotografias



Fonte: Jornal O Estado, 4 de junho de 2004.

No que diz respeito à extensão das notas de repúdio, se por um lado verificamos que os textos não apresentam, em geral, um tamanho regular quanto ao número de palavras utilizadas pelos autores, por outro, observamos, ainda, que os exemplares publicados a partir dos anos 1990 tendem, em sua maioria, a ser mais longos do que aqueles encontrados nos períodos anteriores. Entre os fatores que teriam contribuído para esse resultado, destaca-se, por exemplo, o fato de algumas notas apresentarem, em sua estrutura composicional, seqüências narrativas e/ou descritivas bastante extensas, como observado nas variantes NR45 (*O Povo*, 29/06/2002, n.24.540) e NR55 (*Diário do Nordeste*, 08/03/2006, n.8.637), as duas

maiores do *corpus* com, respectivamente, 718 e 662 palavras. Neste ponto, é interessante observar que, embora os produtores do gênero continuem a vincular seu projeto de dizer à “constelação de notas” – o que se comprova, como vimos na subseção 5.2.2, pelo uso até agora comum do título “nota de repúdio” –, na prática, é possível apontar, porém, em relação ao seu tamanho, que as notas de repúdio publicadas nesta segunda década do século XXI se afastariam, a princípio, da ideia de “nota”, entendida, aqui, como um tipo de enunciado breve e de rápida leitura. De todo modo, entendemos que, diante de uma nova necessidade comunicativa – qual seja: desenvolver, de forma atenta e detalhada, certas porções textuais de caráter informativo e/ou argumentativo –, a nota de repúdio se reelabora, possibilitando, assim, a exploração de aspectos linguístico-discursivos que podem auxiliar o leitor na (re)construção dos sentidos do texto.

Outra questão importante, nossos dados mostram que, independentemente do número de palavras utilizadas, uma nota de repúdio aparece, quase sempre, em uma única página e, junto a outros tipos de enunciados, ocupa um reduzido espaço gráfico. É o que se observa, por exemplo, nas figuras 8, 9 e 10, apresentadas no início desta seção. A esse respeito, entendemos que a posição do gênero na página, assim como o tamanho um pouco menor da letra, não seriam, em tese, fatores prejudiciais para a leitura da nota após sua identificação pelo leitor. Apesar disso, um maior destaque visual do texto – possível pelo uso de uma fonte e espaçamento maiores –, ampliaria a possibilidade de visualização da nota e, pressupomos, também teria um impacto positivo no próprio ato de leitura. A título de ilustração, veja-se a nota de repúdio 52, reproduzida anteriormente (Figura 15). Nesse caso – como em outros poucos do *corpus* –, o enunciado ocupa todo um lado da página, o que se deve, sobretudo, à formatação e, nesse exemplar em específico, ao emprego de recursos imagéticos (fotografias) e, também, à presença do símbolo e *slogan* governamental “**PREFEITURA E VOCÊ / FAZENDO FORTALEZA DAR CERTO**”¹¹⁷. A fim de tornar mais claras nossas colocações sobre a relevância de fatores tipográficos (tamanho da fonte e espaçamento, entre outros) para os modos de materialização da nota de repúdio na modalidade impressa dos jornais analisados, observemos que a variante NR52, com suas 577 palavras, exibe uma disposição gráfica diferente de outros textos com tamanho aproximado, a exemplo da NR47 (Figura 9), que apresenta um total de 563 palavras.

Nessa direção temática, constatamos que o modo de materialização do exemplar NR55

¹¹⁷ Pela data de publicação da nota, acreditamos que esse seja o *slogan* da administração municipal de Juraci Magalhães (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB) (2001-2004), então no terceiro mandato como prefeito de Fortaleza.

– que reproduzimos, adiante, em sua localização original (Figura 16) –, mostrou-se ainda menos comum em nosso *corpus*, sendo esta a única ocorrência em que o projeto de dizer do enunciador se estende por mais de uma página – no caso, as páginas 14 e 15. Note-se que esse texto também apareceu, com a mesma formatação, na edição n. 25.872, de 09 de março de 2006, do jornal *O Povo* (Figura 17), portanto, no dia seguinte à publicação no *Diário do Nordeste*, aqui selecionado para análise. A manutenção de um padrão gráfico para um mesmo exemplar em diferentes edições de um periódico ou de periódicos distintos – às vezes, mudando-se, tão somente, a seção e a posição em que é materializado – permite-nos defender a ideia de que, além da localização, o autor da nota de repúdio também agiria no processo de diagramação, selecionando, estrategicamente, com base nas limitações e possibilidades da mídia, aspectos que poderiam agir sobre a percepção do leitor. No que se refere, especificamente, à variante NR55, além de sua disposição gráfica atípica, chama atenção o uso marcante das cores vermelho e amarelo no pano de fundo, título e em destaques textuais e paratextuais, fugindo, então, às tradicionais cores preto e branco. Apesar de esse ser um recurso visual que acreditamos, de modo geral, ser bastante produtivo – posto que, junto a outras escolhas gráficas, aumentaria, por exemplo, as chances de identificação do gênero –, saliente-se, no entanto, que ele não se mostrou frequente nos dados impressos, sendo encontrado, nessa modalidade, em apenas dois exemplares.

Figura 16 – Nota de repúdio da AACRIMEC publicada no jornal *Diário do Nordeste*



Fonte: Jornal *Diário do Nordeste*, 8 de março de 2006.

Figura 17 – Nota de repúdio da AACRIMEC publicada no jornal *O Povo*



Fonte: Jornal *O Povo*, 9 de março de 2006.

No exemplo anterior, também se destaca a apresentação, nas margens esquerda e direita do texto, de documentos diretamente relacionados ao tópico discursivo central motivador da nota de repúdio, que, lembramos, diz respeito a um suposto ato de coação praticado pela UNIMED FORTALEZA contra um de seus funcionários, identificado como “Sr. Manoel Bezerra de Sousa Neto”. De acordo com a Associação dos Advogados Criminalistas do Estado do Ceará (AACRIMEC), convocada a depor junto ao 30º Distrito Policial de Fortaleza no dia 03 de março de 2006, a vítima, ex-representante de vendas da citada empresa operadora de planos de saúde, teria denunciado atos de corrupção passiva e ativa praticada pelos diretores daquela instituição. Na sequência, o autor nos informa que, nesse mesmo dia 03/03, em seu escritório, Manoel Bezerra teria sido abordado por policiais e, conduzido novamente ao 30º DP, “ameaçado” a assinar um novo depoimento (“forjado”) que inocentava os diretores da UNIMED. Cópias dos dois depoimentos, os documentos nº1 e 2 serviriam, portanto, de provas a partir das quais o enunciador busca embasar seu ponto de vista. Assinalemos, no entanto, que esse recurso paratextual – em que há a reprodução, total ou parcial, de outros enunciados – não se mostrou típico em nosso *corpus*, com o exemplar NR55 sendo o único a utilizá-lo. Pode-se presumir que essa baixa ocorrência seja devida a limitações da própria mídia ou, ainda, porque naqueles casos em que a nota de repúdio emerge em resposta a enunciados (notas, reportagens e notícias, por exemplo) publicados em periódicos, esses eventos comunicativos seriam, em tese, de fácil acesso e conhecimento

público e, por isso, não haveria a necessidade de reproduzi-los.

Admitindo a possibilidade de a nota de repúdio, ao longo de sua formação, ter sido publicada em diferentes mídias e suportes, assumimos, no entanto, neste trabalho, a ideia de que essa forma típica de enunciado encontrou em jornais impressos seu principal espaço de veiculação. Para tanto, consideramos o papel sócio-historicamente reconhecido da imprensa como divulgadora de informações e ideias, seja da própria empresa jornalística, seja de outros indivíduos ou instituições. Com isso em mente, procedemos, então, com a coleta e análise do *corpus*, a partir das quais chegamos a algumas conclusões acerca da publicação de nosso objeto de estudo nessa mídia. Em primeiro lugar, verificamos, conforme já assinalado em diferentes momentos desta dissertação, que as configurações sociais, históricas e políticas do Brasil e Ceará teriam influenciado diretamente, entre outros motivos, para uma maior ou menor presença de notas de repúdio nas páginas da grande imprensa cearense. Nesse sentido, ao investigarmos o horizonte temporal e espacial de emergência dessa tradição discursiva, observamos que, enquanto no período ditatorial brasileiro – devido às ações repressivas do regime –, a nota de repúdio teve uma baixa circulação nas páginas dos quatro jornais analisados, na fase seguinte – que corresponde ao fim dos governos militares e à redemocratização no país –, o gênero, agora em um cenário de plena liberdade de pensamento, não encontra mais obstáculos ideológicos para sua difusão e passa a ser visto com maior frequência nos periódicos locais.

De fato, observamos que, em termos quantitativos, a publicação de notas de repúdio ganha fôlego a partir da década de 1980, com as fases geracionais 3 (1984-1993) e 4 (1994-2003) concentrando, respectivamente, nesta pesquisa, a maior quantidade de exemplares identificados durante a coleta do *corpus*. Diante dessas informações e considerando, também, as circunstâncias sociais, políticas e tecnológicas daquele período recente de nossa história, defendemos, então, que as duas primeiras décadas pós-ditadura coincidiriam, em tese, não apenas com o momento de maior presença do gênero na grande imprensa cearense, mas com o próprio processo de institucionalização dessa forma de enunciado nessa comunidade retórica – talvez interrompido com a instauração do regime militar em 1964. Isso posto, chamamos atenção, por outro lado, para o fato de que, por volta da década de 2010, identificamos uma diminuição no número de ocorrências de notas de repúdio nos jornais impressos, realidade que se torna mais marcante no período que corresponde à última fase geracional (2014-2022), quando chegamos a encontrar um único texto (NR61 – *O Povo*, 11/05/2016, n.29.548). Nesse caso, a baixa circulação do gênero reflete não o seu apagamento no contexto discursivo local, mas, sim, sua mudança para outras mídias, especificamente, para

aquelas encontradas no ambiente digital on-line¹¹⁸. Para tanto, destacam-se as configurações tecnológicas do início do século XXI – como o advento da *Web 2.0* e das mídias sociais –, que teriam propiciado aos produtores de notas de repúdio autonomia e novas maneiras (e também limitações) de materializar e interagir através desse gênero. Para tornar mais claras essas observações, analisemos, primeiro, o próximo exemplo.

Figura 18 – Nota de repúdio publicada na mídia *site*

The image shows a screenshot of a digital news site. The main article is titled "Nota de Repúdio Contra Tentativa de Censura à Rádio Universitária" and is dated 17 de maio de 2022. The article text is partially visible, discussing the censorship attempt and the role of the university radio. The page layout includes a header with the "Sindjorce" logo, a navigation menu, and a sidebar with several smaller news items. At the bottom of the article, there are social media sharing icons for Facebook, Twitter, YouTube, and Google+. A red box highlights the main article content, and a callout box on the right identifies the document as "NR68 (Nota de Repúdio Contra Tentativa de Censura à Rádio Universitária)".

Fonte: Sindicato dos Jornalistas no Ceará, 17 de maio de 2022.

Apresentada anteriormente, vemos, na Figura 18, a reprodução, na mídia digital *site*, do exemplar NR68, de autoria compartilhada pelo Sindicato dos Jornalistas no Ceará (Sindjorce) e pelo Curso de Jornalismo e o Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará. Nesse exemplo, chamamos atenção, em primeiro

¹¹⁸ Nesta dissertação, devido a escolhas metodológicas, não tivemos como objetivo investigar as primeiras manifestações do gênero no contexto digital on-line. Vale assinalar, no entanto, com base em Sousa *et. al* (2022), que, pelo menos desde 2009, a nota de repúdio já circulava nesse ambiente, especificamente, na mídia *site*.

lugar, para o título “nota de repúdio + tema” que, de modo geral, nessa mídia, costuma ser materializado em negrito e em tamanho maior que o do texto, mas não, com frequência, todo em letras maiúsculas. Por esse caminho, destacamos também a construção “nota de repúdio”, que aparece junto ao logo (símbolo e sigla institucional) do Sindjorce, em uma espécie de “cartaz digital”, em maiúscula e nas cores azul, amarelo e branco. Como pudemos constatar, o citado cartaz aparenta ser um recurso paratextual típico na materialização de notas de repúdio nativas digitais, podendo trazer, além do título “nota de repúdio”, do símbolo, nome e/ou sigla institucional, outros recursos linguísticos e imagéticos – como fotografias, montagens e desenhos. Esses elementos visuais mostram-se bastante recorrentes no contexto digital online, o que se deve, assim defendemos, às possibilidades desse novo ambiente de interação. Isso posto, assinale-se, por fim, que as características técnicas de alguns sites permitem aos possíveis destinatários atuarem como divulgadores secundários do gênero através da ferramenta “compartilhar”, que tem potencial de ampliar a circulação e recepção de um mesmo texto em distintas mídias. Em relação ao exemplar NR68, o leitor pode compartilhar essa nota de repúdio com usuários do *Facebook*, *X* (antigo *Twitter*), *G-mail* e *Pinterest* (plataforma visual gratuita voltada, principalmente, para o compartilhamento de conteúdo em imagens ou vídeos).

Conforme apontamos no parágrafo precedente, nossa análise dos textos nativos digitais mostrou que, nas diferentes mídias sociais – site, *Facebook* e *Instagram* –, ao contrário do que fora verificado nos jornais impressos, o uso de imagens (fotografias, montagens e desenhos) articuladas à nota de repúdio se revela uma prática discursiva bastante comum, principalmente com as funções retóricas e argumentativas de complementar informações trazidas no texto; de expressar ou reforçar o ponto de vista do enunciador; e de apresentar ou identificar a fisionomia do acusado ou da vítima das ações repudiadas. Ressalte-se que dois ou mais objetivos podem ser buscados em uma mesma interação, a exemplo do que se observa na Figura 19, a seguir, que reproduz uma nota de repúdio escrita e publicada pelo Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais no Estado do Ceará (SINTUFCE) em seu site oficial. No topo do texto, após o título “Nota de repúdio ao corte nas universidades”, é apresentada uma montagem na qual vemos, à direita, uma fotografia de Jair Messias Bolsonaro – chefe do Executivo Federal à época da publicação desta nota – e, à esquerda, o desenho de uma mão pronta para cortar, com uma tesoura, a palavra “educação”, materializada em letras maiúsculas e na cor amarela. A cena construída simula, assim, a ação motivadora do repúdio, isto é, o corte realizado pelo Governo Bolsonaro (2019-2022) no orçamento das Instituições de Ensino Superior no País. Ademais, assumimos a hipótese de

que essa montagem possa ter sido empregada, conscientemente ou não, com o objetivo de explicitar a suposta alegria do ex-presidente brasileiro ante o fato relatado, ideia que encontra embasamento na imagem sorridente de Bolsonaro.

Figura 19 – Nota de repúdio com uso de montagem fotográfica



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais no Estado do Ceará, 06 de outubro de 2022¹¹⁹.

Nesta segunda década do século XXI, além dos sites institucionais, as mídias *Instagram* e *Facebook* também se constituem típicos espaços para a publicação de notas de repúdio no contexto digital on-line. Sobre o *Instagram*, Gonçalves e Muniz-Lima (2021, p. 311) nos dizem, citando Piza (2012)¹²⁰, que essa mídia surgiu em outubro de 2010 com o objetivo de “resgatar momentos nostálgicos registrados pelas clássicas câmeras *polaroids*, que permitiam revelar fotos no ato do disparo”. Desenvolvido, inicialmente, para a postagem de fotografias e acesso a perfis de outros usuários, o *Instagram*, hoje, ainda de acordo com as

¹¹⁹ Nota de repúdio ao corte nas universidades, **Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais no Estado do Ceará**, 06 out. 2022. Disponível em <https://www.sintufce.org.br/noticias/1708-nota-de-repudio-ao-corte-nas-universidades>. Acesso em: 14 jul. 2024.

¹²⁰ PIZA, Mariana Vassallo. **O fenômeno Instagram: considerações sob a perspectiva tecnológica**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/3243>. Acesso em: 05 jul. 2024.

citadas pesquisadoras, tem sido utilizado não apenas para esse propósito, mas também para o consumo e produção de atividades jornalísticas, publicitárias, acadêmicas e culturais, “desde que o internauta se cadastre e crie o seu próprio perfil” (Gonçalves; Muniz-Lima, 2021, p. 311). No *Instagram*, os usuários têm duas possibilidades para acessar ou produzir conteúdo: a publicação no *feed* (espaço que reúne todas as publicações de um determinado perfil) ou os *stories* (espaço voltado para a criação de publicações que ficam disponíveis por apenas 24 horas). Para ilustrar a materialização do gênero discursivo nota de repúdio nessa mídia social, apresentamos, na sequência, três capturas de tela – acessadas por computador pessoal no dia 04 de julho de 2024 – de uma postagem feita pelo Sindjorce em 17 de maio de 2022 no *feed* de seu perfil. Destaque-se, desde já, que se tratam de cópias do mesmo exemplar NR68, anteriormente analisado (Figura 18).

Figura 20 – Nota de repúdio publicada na mídia *Instagram* – primeira parte

Entrar para curtir ou comentar

Reprodução do primeiro parágrafo do texto

#Nota
#NonatoLima
#CensuraUFC

Ferramentas que permitem ao usuário “curtir”, “comentar”, “compartilhar” e “salvar” a publicação

Fonte: Sindicato dos Jornalistas no Ceará, 17 de maio de 2022.

Figura 21 – Nota de repúdio publicada na mídia *Instagram* – segunda parte



Fonte: Sindicato dos Jornalistas no Ceará, 17 de maio de 2022.

Figura 22 – Nota de repúdio publicada na mídia *Instagram* – terceira parte



Fonte: Sindicato dos Jornalistas no Ceará, 17 de maio de 2022.

Comparando a Figura 18 às Figuras 20, 21 e 22, chama atenção, sobretudo, o fato de a materialidade linguística do exemplar NR68 ter sido apresentada de distintos modos nas mídias digitais site e *Instagram*. Nesse último caso, além do título “nota de repúdio” trazido em negrito no topo; das cores verde e azul nas laterais e do formato de caixa em que o texto aparece sobre um fundo de cor acinzentada, destaca-se a divisão dessa nota de repúdio em três partes, formando, assim, uma publicação “carrossel”. Disponível no *Instagram* e *Facebook*, esse recurso permite ao usuário publicar duas ou mais imagens e/ou vídeos – na primeira rede social, o limite é de até 10 imagens/vídeos – em uma única postagem, sendo, então, empregado, com diferentes objetivos. No que diz respeito ao exemplar NR68, entendemos que, por sua extensão relativamente grande (566 palavras), a divisão em três partes foi

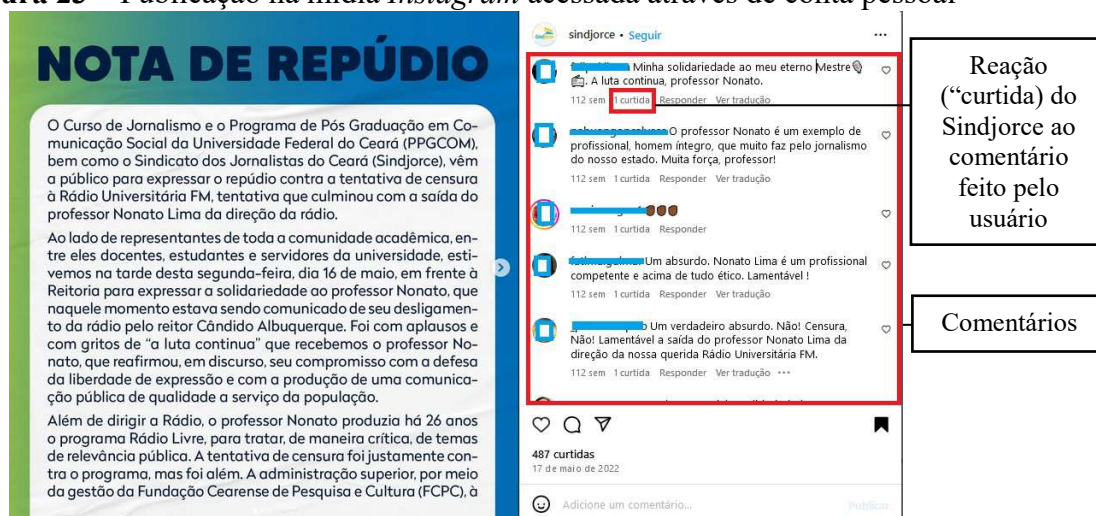
pensada tendo em vista a necessidade ou interesse de tornar o texto mais legível e, com isso, facilitar o ato de leitura. Observemos que, na legenda desse *post*, à esquerda, são reproduzidos o título temático – “NOTA DE REPÚDIO CONTRA TENTATIVA DE CENSURA À RÁDIO UNIVERSITÁRIO” –, o primeiro parágrafo da nota e o enunciado “Confira o texto completo no carrossel de imagens”, o que pode ser interpretado como uma estratégia do Sindjorce para despertar o interesse de seu possível auditório social. Nessa interação, vale assinalar, ainda na legenda, o uso das *hashtags*¹²¹ #Nota, #NonatoLima e #CensuraUFC que, vemos, se referem ao gênero, à vítima e ao tópico central motivador da ação de repúdio e cumprem, entre outras funções, a de reforçar o ponto de vista do enunciador coletivo e agrupar outros enunciados que contêm essas tecnopalavras.

Assim como no site, na mídia *Instagram* os internautas têm à sua disposição algumas ferramentas que lhe permitem interagir entre si, com os produtores ou divulgadores de notas de repúdio. Conforme destacado na Figura 20, afóra a possibilidade de “compartilhar” o texto – única função possível no site do Sindjorce (Figura 18) e que, no *Instagram*, é realizada através do ícone (🔗) –, é permitido ao usuário dessa mídia social as ações de “curtir” (👍), “comentar” (💬) e “salvar” (🔖) a publicação. Lembremos, no entanto, com base em Gonçalves e Muniz-Lima (2021), que algumas restrições são impostas ao navegante da *web*, entre elas, a exigência de ele possuir uma conta e estar “logado” para a realização dos gestos tecnolinguageiros de “curtir” e “comentar”. Na Figura 20, essa informação é apresentada no enunciado “Entrar para curtir ou comentar”, em que o termo “entrar”, em azul claro, mostra-se uma tecnopalavra cujo clique leva o sujeito à página inicial do *Instagram*, onde poderá se cadastrar ou fazer *login* (com a apresentação do nome de usuário e senha) em sua conta. Acessando essa mesma postagem de 17/05/2022 através de uma conta pessoal, conseguimos, então, visualizar aspectos linguístico-discursivos e executar ações antes não disponíveis. Para ilustrar esse novo contexto interacional, trazemos a Figura 23, a seguir, também uma captura de tela, mas feita em 12/07/2024. Note-se que, nesse novo contexto, podemos não apenas curtir e comentar, mas também ver a reação (comentários e curtidas) de outros usuários, entre os quais o próprio Sindjorce¹²².

¹²¹ Para Paveau (2021, p. 226), a *hashtag* é uma tecnopalavra, pois “o segmento é tanto linguageiro (trata-se de siglas, palavras, expressões ou mesmo frases) quanto igualmente clicável, uma vez que é um link que permite a criação de um fio”.

¹²² Atentemos para o fato de que, na data desta segunda coleta, a publicação contava com 32 comentários (todos favoráveis à vítima e ao ponto de vista defendido no texto) e o mostrador indicava **487 curtidas**, portanto, duas a menos do que as observadas em 04/07. Nesse caso, não conseguimos verificar se a diferença ocorreu devido a modalidade de acesso (logado e não logado) ou pela distância temporal (8 dias) entre uma e outra captura de tela.

Figura 23 – Publicação na mídia *Instagram* acessada através de conta pessoal



Fonte: Sindicato dos Jornalistas no Ceará, 17 de maio de 2022.

As reflexões levantadas nesta seção procuraram destacar aspectos referentes à configuração grafoespacial das notas de repúdio em jornais impressos e mídias digitais. No primeiro caso, observamos, entre outros aspectos, que os eventos comunicativos do gênero costumam ser publicados dentro de uma caixa e trazem, em seu cabeçalho, como recurso imagético, o símbolo ou brasão da instituição responsável pelas opiniões assumidas no texto. Devido, possivelmente, a limitações do suporte ou a exigências das empresas jornalísticas – como, por exemplo, a necessidade de pagamento para utilização do espaço gráfico –, observamos, porém, que o uso de imagens e cores para além da preta e branca não se mostrou típico nas notas de repúdio impressas. Nos exemplares nativos digitais, por outro lado, a presença desses elementos se mostrou mais comum, com sua utilização variando a depender das características técnicas desses novos espaços de interação. Com base em nossos achados, concluímos, então, que a mudança de suporte e as possibilidades das mídias digitais podem ter contribuído para a exploração, agora recorrente, de recursos visuais já antes utilizados por poucos produtores de notas de repúdio.

Concluímos, aqui, o percurso investigativo proposto sobre traços de mudanças e permanências em notas de repúdio publicadas entre os séculos XX e XXI em jornais impressos e mídias sociais de instituições cearenses. A fim de verificarmos nossos objetivos e nossas hipóteses de pesquisa, no próximo capítulo, retomamos, de forma sintetizada, nossos principais achados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, tínhamos como objetivo geral investigar traços de mudança e permanência em notas de repúdio publicadas em jornais impressos e mídias sociais de instituições cearenses entre os séculos XX e XXI. Em específico, pretendíamos: i) descrever o entorno sócio-histórico e político que engendra as notas de repúdio que compõem nosso *corpus*; ii) reconhecer de que forma o suporte e as mídias podem contribuir para mudanças e permanências, verbais e não verbais, no gênero; e iii) identificar os elementos linguístico-discursivos típicos das notas de repúdio que se configuram como tradições discursivas. Antes de tudo, a escolha da nota de repúdio como objeto empírico de análise ocorreu por termos observado – como já o havíamos destacado anteriormente em Sousa *et. al* (2022) – que este é um artefato cultural de comunicação bastante utilizado nesta segunda década do século XXI, sobretudo no contexto digital on-line, onde acreditávamos, a princípio, que havia alcançado sua plena institucionalização.

Em que pese esse fato, ao levantarmos o estado da arte, verificamos, porém, que o gênero era pouco explorado pela linguística textual, de modo que nossa investigação poderia contribuir para ampliar esse debate. Uma vez que os estudos encontrados sobre notas de repúdio (Albuquerque; Cavalcante, 2022; Sousa *et. al.*, 2022; Sousa; Sousa, 2023) seguiam, todas elas, um ponto de vista sincrônico, entendemos que, nesta pesquisa de mestrado, ao analisarmos o percurso sócio-histórico e político de formação desse tipo relativamente estável de enunciado – assim como fizeram, por exemplo, Bazerman (1988), Yates e Orlikowski (1992), Zavam (2017) e Castilho da Costa (2011), em seus respectivos trabalhos sobre artigo científico, memorando, editorial de jornal e cartas de leitor –, ocuparíamos uma importante lacuna investigativa e apresentaríamos ao campo da análise diacrônica de gêneros um trabalho que poderia ser de grande valia para outros pesquisadores do texto e discurso interessados em examinar a nota de repúdio.

Com esse intuito, compusemos um *corpus* de 68 exemplares do gênero publicados entre os anos de 1964 e 2022 na versão impressa dos jornais *O Povo*, *O Estado*, *Tribuna do Ceará* e *Diário do Nordeste* e em mídias sociais de instituições cearenses. Assim sendo, nossa pesquisa cobriu um período de 59 anos, que dividimos em seis fases: a) 1964-1973; b) 1974-1983; c) 1984-1993; d) 1994-2003; e) 2004-2013; f) 2014-2022. Como se vê, limitamo-nos a apenas quatro periódicos, que selecionamos a partir dos critérios “notoriedade” e “tempo de circulação” no contexto discursivo cearense. Quanto ao recorte temporal, tínhamos como propósito, na fase de projeto, analisar a nota de repúdio desde suas primeiras manifestações na

grande imprensa cearense, mas dificuldades durante a coleta dos dados não nos possibilitaram alcançar esse objetivo. Apesar disso, os resultados mostraram que havíamos conseguido cobrir importantes momentos da história dessa tradição discursiva, momentos sobre os quais discutiremos mais adiante.

Para embasar nossa proposta de pesquisa e, também, a análise do *corpus*, dialogamos, então, com quatro perspectivas teóricas. Inicialmente, trouxemos para cena algumas reflexões do Círculo de Bakhtin acerca dos conceitos de *enunciado*, *gênero* e *reelaboração*. Os pressupostos teóricos advindos desse campo nos permitiram uma maior compreensão da natureza histórica, mutável e recorrente dos gêneros do discurso, em especial, da nota de repúdio, entendida, sob esse ponto de vista, como um *tipo relativamente estável* de enunciado (Bakhtin, 2016). Na sequência, abordamos com Miller (2012) e Bazerman (2011a, 2011b) a noção de *gênero como ação social*, que, em consonância com os postulados bakhtinianos, nos levou a observar nosso objeto de estudo como um artefato cultural de comunicação que emerge em resposta a situações e necessidades sociais tipificadas, refletindo e refratando comportamentos culturais, linguísticos e discursivos de determinada comunidade retórica – a exemplo da cearense – ao longo do tempo.

Outra contribuição veio do ESP, segundo proposta de Swales (1990). Aqui, destacamos a definição de gênero como uma *classe de eventos comunicativos*, o conceito de *propósito comunicativo* – revisto em trabalho posterior (Askehave; Swales, 2009) – e o *modelo CARS*, importante para verificarmos, na prática, a relativa estabilidade composicional das notas de repúdio. Por fim, a partir dos estudos basilares de Koch ([1997] 2021) e Kabatek (2005a, 2005b), discutimos sobre a perspectiva teórica das Tradições Discursivas. Com as ideias apresentadas por esses pesquisadores, ampliamos e reforçamos nossa percepção da nota de repúdio e seus elementos linguístico-discursivos como realizações tradicionais e históricas, marcadas tanto pela regularidade e convencionalidade, como pela possibilidade de mudança. Nesse cenário, lançamos mão, ainda, para a análise do *corpus*, do modelo teórico-metodológico de Zavam (2017), com suas seis categorias co(n)textuais para estudo diacrônico de gêneros: “ambiência”, “interlocutores”, “finalidade”, “conteúdo”, “norma” e “forma”. Desse modo, conseguimos contemplar, de forma sistematizada, diferentes elementos linguístico-discursivos, cujo conhecimento foi fundamental para alcançarmos os objetivos da pesquisa.

Além disso, ao adotarmos a proposta teórico-metodológica da autora, também pudemos verificar nossas hipóteses de trabalho que, lembramos, eram as seguintes: i) com base na identificação de marcas linguístico-discursivas de contextualização na tessitura dos

textos – tais como, data, localização, elementos gráficos, título, indicação de autoria, entre outros –, podemos reconstruir aspectos da história político-social do Brasil, do estado do Ceará e da imprensa cearense dos séculos XX e XXI, o que nos permite pressupor que *os gêneros*, em particular a nota de repúdio, *refletem e refratam suas condições enunciativas e históricas de produção e circulação*; ii) as especificidades do suporte e das mídias impõem certas restrições e possibilidades sobre o processo de produção e circulação do gênero; assim, a *multimodalidade* é uma característica mais acentuada das notas de repúdio publicadas nas mídias sociais de instituições cearenses, mas não necessariamente daqueles exemplares publicados nos jornais impressos; iii) em termos tradicionais, a *autoria institucional* e a *organização retórica* são elementos típicos da nota de repúdio que se configuram, entre outros, como tradições discursivas.

Após definirmos as coordenadas teóricas e metodológicas, procedemos, então, com a análise e discussão dos resultados. De modo geral, verificamos, com base nas observações que Zavam (2017) faz acerca do conceito de reelaboração, traços de reelaborações inovadoras internas nas notas de repúdio que compõem nosso *corpus*, isto é, de mudanças textuais e discursivas impulsionadas pelas exigências e necessidades comunicativas do contexto de produção do gênero. Nesse sentido, embora não tenhamos capturado o nascimento da nota de repúdio ou mesmo de uma nova forma genérica na grande imprensa cearense, a análise evidenciou, por exemplo, a queda do título “nota oficial” – denominação bastante estabilizada durante as décadas de 60, 70 e 80 – e o surgimento da forma “nota de repúdio”, portanto, uma nova tradição discursiva que, tendo aparecido pela primeira vez, nesta pesquisa, na década de 1990, alcançou plena institucionalização no início do século XXI. Tal mudança ocorreu, assim acreditamos, para satisfazer a demanda comunicativa de diferenciar o gênero de outras variantes da constelação “nota” que também utilizavam “nota oficial” como título e, dessa maneira, possibilitar aos leitores rápida e fácil identificação da nota de repúdio e de sua intenção discursiva central.

No tocante à primeira categoria co(n)textual analisada, a da “ambiência”, o estudo mostrou que, ao longo das fases geracionais 1 e 2, a nota de repúdio foi um gênero pouco publicado na grande imprensa cearense, tendo sido encontrados, nesse intervalo de tempo, apenas 11 exemplares. Assumindo a hipótese de que, já nas décadas anteriores a 1964 – portanto, antes da publicação da primeira nota que compõe nosso *corpus* (NR01) –, essa tradição discursiva não se constituía um tipo de enunciado regular e institucionalizado na comunidade retórica investigada, constatamos, no entanto, que a configuração sócio-histórica e política brasileira das décadas de 60 e 70 teria contribuído, diretamente, para a circulação

ainda menor de notas de repúdio durante as duas primeiras fases da pesquisa. Desse modo, ações repressivas do regime ditatorial contra a imprensa, críticos e opositores políticos – manifestadas, por exemplo, através de censura, fechamento e intervenção em entidades representativas de classe, prisão, ameaça de prisão, tortura e morte – seriam, entre outros fatores, responsáveis pela baixa frequência do gênero nesse período. Esse panorama mudará com a aproximação e o fim da ditadura militar nos idos de 1980, com indivíduos e instituições encontrando, então, um ambiente mais aberto à livre expressão de pensamento através de notas de repúdio.

Por sua vez, a análise da categoria “interlocutores” demonstrou que, sócio-historicamente, a nota de repúdio é uma forma de enunciado aberta à manifestação valorativa de uma autoria *individual pessoal-privada*, de uma autoria *coletiva institucional* e de uma autoria *coletiva conjuntural*, de modo que a responsabilidade enunciativo-axiológica de um exemplar do gênero pode ser assumida, nesta ordem, por um indivíduo que fala em próprio nome; por uma empresa ou instituição; ou por um grupo de indivíduos não institucional. Ainda no que diz respeito à fonte macro-responsável pelo projeto de dizer, o estudo corroborou nossa hipótese de que o segundo subtipo de autoria, a *coletiva institucional*, configura-se tradicional no gênero, o que nos permite concluir que a autoria na nota de repúdio cumpre, de forma típica, uma função enunciativa acentuadamente institucionalizada. Já em relação aos seus destinatários, constatamos que além de um auditório social mais amplo e virtual, composto, por exemplo, pela classe sócio-profissional do próprio autor; pelos leitores dos jornais impressos, navegantes *web* ou por toda a população de uma cidade, um estado ou o do país, uma nota de repúdio pode ter também como *outro*-interlocutor a própria vítima e o acusado das ações repudiadas, bem como autoridades ou instituições responsáveis por punir este último.

No que tange à categoria “finalidade”, identificamos um conjunto de oito propósitos comunicativos no gênero em foco, a saber: i) “repudiar a ação do acusado”, ii) “contextualizar a ação repudiada”, iii) “apresentar consequências negativas da ação repudiada”, iv) “apresentar apoio / solidariedade à vítima da ação repudiada”, v) “exaltar a vítima da ação repudiada ou suas realizações”, vi) “apresentar esclarecimentos”, vii) “cobrar solução para a ação repudiada e punição para o acusado da ação repudiada” e viii) “convocar interlocutores para reunião / manifestações públicas”. Distribuídos, de forma diversa, entre as seis fases geracionais – conforme apresentamos, posteriormente, na análise feita da organização retórica das notas de repúdio –, esses propósitos comunicativos podem ser vistos, a partir do estudo de Goffman ([1967] 2011), como estratégias retóricas empregadas por cada autor numa tentativa

de “ataque à face do acusado” e/ou “salvamento da face da vítima”. Assim, em sintonia com o que propõem Swales (1990), Askehave e Swales ([2001] 2009) e Biasi-Rodrigues e Araújo (2012) – para quem os gêneros realizam conjuntos de propósitos comunicativos que podem, no entanto, não estar explicitamente manifestados –, vimos que as intenções discursivas destacadas em nossa pesquisa cumpririam, em tal caso, funções sociais mais amplas, não percebidas, muitas vezes, apenas pela leitura imediata da materialidade verbal.

Conhecidos os propósitos comunicativos do gênero, na sequência, analisamos, então, na categoria “conteúdo”, os tópicos discursivos centrais mais recorrentes nas notas de repúdio. Com esse estudo, observamos que, enquanto a divulgação (oral ou escrita) de informações falsas, ou assim interpretadas pelo enunciador, foi um tema trabalhado em quase todas as seis fases geracionais, modificando-se, tão somente, os personagens (autor, vítima e acusado) envolvidos na interação, outros temas, no entanto, aparecem e se tornam comuns em notas de repúdio impressas e nativas digitais apenas a partir dos anos 1980, próximo também à queda do regime ditatorial e durante o período democrático. Nessa nova conjuntura histórica, os textos passam ou voltam a discutir, com frequência, sobre acontecimentos muitas vezes já finalizados ou ainda em processo – a exemplo de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas Estaduais ou nas Câmaras Municipais –, mas vistos como ameaçadores à face de indivíduos ou instituições, ou a direitos sociais e políticos (re)conquistados, como o direito à liberdade de pensamento, expressão e manifestação pública; à autonomia sindical e universitária; e ao livre exercício da atividade jornalística, entre outros.

Quanto à categoria “norma”, penúltima instância neste percurso investigativo, destacamos, inicialmente, três características da autoria coletiva institucional nas notas de repúdio. Em primeiro lugar, observamos que essa tradição discursiva pode e tem emergido de diferentes espaços sociais, mas que manifestou, com frequência, no decurso das seis fases geracionais, a posição valorativa de entidades representativas de classe, como sindicatos e associações. Na sequência, evidenciamos que a nota de repúdio se mostra aberta à assunção compartilhada de responsabilidade, que ocorre quando duas ou mais instituições, do mesmo campo ou de campos distintos da atividade humana, unem-se e, assim, assumem, numa só voz, a conclusibilidade e a posição axiológica de um texto. Por último, assinalamos o fato de a natureza institucional de nosso objeto de estudo poder estar associada ao uso de formas pronominais de terceira pessoa do singular ou de primeira pessoa do plural, o que produziria, em tese, um efeito de objetividade e subjetividade na enunciação. Concluída essa análise, na sequência, ao nos debruçarmos sobre a estrutura composicional do gênero, foi possível

identificar nos exemplares do *corpus* um padrão organizacional de seis unidades retóricas que, por sua vez, desdobram-se em variadas estratégias (obrigatórias e opcionais) de condução de informações.

Por último, verificamos, com a análise da categoria “forma”, que ao longo das cinco primeiras fases geracionais, os jornais impressos foram importantes meios para a veiculação de notas de repúdio no contexto discursivo cearense, fato que mudou, no entanto, por volta do primeiro decênio do século XXI, com o gênero passando, então, a ser materializado, quase que exclusivamente, no ambiente digital. Nesse sentido, destaca-se, por exemplo, o surgimento da *web 2.0* e a popularização dos sites e mídias sociais como *Facebook* e *Instagram*, que possibilitaram às instâncias humanas ou institucionais maior autonomia e rapidez na produção e divulgação de seus enunciados. Quanto à topografia, observamos ainda que, na modalidade impressa, a nota de repúdio, independentemente da fase geracional, não chegou a ocupar um lugar específico no corpo dos quatro periódicos investigados, podendo, assim, ser localizada em distintas páginas e seções. Nessa mídia, a materialização dos textos em caixas e o emprego de brasão institucional acima do título – que aparece, na maioria dos casos, em negrito e letras maiúsculas –, mostraram-se ações gráficas bastante típicas entre os produtores do gênero, com o uso de cores (para além do preto e branco) e outros recursos imagéticos – fotografias, montagens e desenhos –, sendo mais comum na publicação dos exemplares nativos digitais.

Como se vê, a análise diacrônica dessas categorias permitiu evidenciar diferentes traços de mudança e permanência em notas de repúdio publicadas em jornais impressos e mídias sociais de instituições cearenses entre os séculos XX e XXI, o que demonstra ser a nota de repúdio uma forma de enunciado que passou por reelaborações em nossa sociedade, mas que conservou em sua estrutura elementos linguístico-discursivos típicos e atualizados nas diversas situações de comunicação. Com esses achados, acreditamos ter conseguido alcançar, portanto, os objetivos (geral e específicos) da pesquisa e obter uma maior compreensão do gênero discursivo investigado no que diz respeito ao seu contexto de produção e circulação, à sua organização retórica, aos seus interlocutores (autores e destinatários), propósitos comunicativos, principais temas trabalhados e ao modo de materialização dos textos nas mídias impressa e digital. Nesse contexto analítico, entendemos que uma importante contribuição de nossa dissertação de mestrado vem das reflexões que fizemos acerca dos tipos e subtipos de autoria, em específico, sobre a autoria *coletiva institucional* (*não compartilhada* e *compartilhada*) e a definição de autoria *coletiva conjuntural*. À vista disso, apresentamos ao campo da Linguística Textual, Análise do

Discurso e análise de gêneros uma proposta teórica que ocupa um importante espaço antes não explorado e que pode ser aplicada, ainda, no estudo de notas publicadas em variadas comunidades retóricas e no exame de outros gêneros discursivos, como manifestos sociais e cartas de leitor.

Em resposta às três hipóteses de pesquisa levantadas no capítulo de introdução, os dados analisados nos permitiram verificar que: i) as configurações sócio-históricas, políticas e tecnológicas teriam agido, diretamente, no processo de produção e circulação de notas de repúdio no contexto discursivo cearense, influenciando, por exemplo, na maior ou menor presença do gênero na grande imprensa dessa comunidade e também na permissão ou restrição quanto ao tratamento de aspectos relacionados à finalidade, aos interlocutores e ao conteúdo dos textos. Por outro lado, através de informações encontradas na materialidade verbal – como datas e nomes pessoais –, conseguimos (re)construir importantes momentos e (re)conhecer personagens da história política brasileira e cearense, ampliando, assim, nosso entendimento sobre o entorno enunciativo da nota de repúdio; ii) apesar de o uso de imagens e cores ser mais recorrente nos exemplares nativos digitais, não é possível afirmar que a multimodalidade seja uma característica mais acentuada nesse contexto, haja vista o uso comum de outros recursos visuais já nos enunciados impressos; iii) a autoria institucional – denominada por nós de *coletiva institucional* – e a organização retórica relativamente estável das notas de repúdio – com unidades e subunidades de informações que variaram quanto à sua localização e frequência –, mostram-se elementos típicos no gênero, configurando-se, entre outros, como tradições discursivas.

Sabendo que restrições de tempo e escolhas metodológicas não nos permitiram explorar, exaustivamente, nosso *corpus* e objeto de estudo, gostaríamos de destacar, neste momento, algumas lacunas cuja análise, em pesquisas vindouras, podem estender o que aqui apresentamos. Em primeiro lugar, chamamos atenção para a necessidade de ser investigado, com cuidado e atenção, o tema da “multimodalidade”, que abordamos de forma breve e sem aprofundamento teórico, na categoria “norma”. Aqui, pode-se recorrer às abordagens da Gramática do Design Visual, propostas por Kress e van Leeuwen (2001) (cf. nota de rodapé 42) e aplicadas, produtivamente, por Rodrigues (2011) e Sena (2014), em suas dissertações acerca do gênero anúncio publicitário. Outro ponto importante refere-se ao exame das estratégias de (im)polidez empregadas pelos produtores de notas de repúdio, possível através das reflexões teóricas de Brown e Levinson (1987), Culpeper (1996) e Kerbrat-Orecchioni (2006), entre outros. Nesse caso, lembramos que Albuquerque e Cavalcante (2022) já haviam se debruçado sobre esse tema, mas tomando como base uma única nota de repúdio.

Reconhecida a relevância desse trabalho, acreditamos, no entanto, que ao olharmos para um *corpus* mais variado quanto ao número de exemplares, autores e tempo de publicação, entenderemos melhor que estratégias de (im)polidez se mostram produtivas no gênero focalizado. Por fim, destacamos a ideia (conceito e análise) de “constelação de notas”, também não desenvolvida por nós. Esse trabalho pode se basear, por exemplo, nos estudos de Araújo (2012, 2021) e, ainda, nas discussões, nos resultados e dados apresentados nesta dissertação.

Esta dissertação de mestrado se trata de uma pequena contribuição nossa para os estudos diacrônicos de gêneros, em especial, para o estudo da nota de repúdio. Sabendo disso, esperamos que novas pesquisas possam ampliar, retificar ou corroborar as reflexões aqui apresentados. Assim, acreditamos obter um maior entendimento das práticas textuais e discursivas realizadas através da nota de repúdio, seja na comunidade retórica cearense, seja em outras localidades.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Rodrigo; CAVALCANTE, Rafael Nogueira. Lutas (meta)discursivas no gênero carta/nota de repúdio: a (im)polidez nas instâncias da interação. **Letras em Revista**, Teresina, v.13, n.01, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://ojs.uespi.br/index.php/ler/article/view/467>. Acesso em: 01 nov. 2023.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Tradução Clóvis Marque. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ALVES FILHO, Francisco. **A autoria nas colunas de opinião assinadas da Folha de S. Paulo**. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/337764>. Acesso em: 18 maio 2023.
- ALVES FILHO, Francisco. A autoria institucional nos editoriais de jornais. **Alfa**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 77-89, 2006. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1396>. Acesso em: 18 abr. 2023.
- ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O; GOMES, Valeria Severina. Tradições discursivas: reflexões conceituais. In: ANDRADE, Maria Lucia C.V.O. *et al.* (org.). **História do português brasileiro**: tradições discursivas: constituição e mudança dos gêneros discursivos. São Paulo: Contexto, 2018. p. 23-43.
- ARAÚJO, Júlio César. **Chat na web**: um estudo de gênero hipertextual. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFC-7_26e5839e5974063f0f9d07ad2a4a6cc3. Acesso em: 21 maio 2022.
- ARAÚJO, Júlio César. Um percurso teórico-metodológico para o estudo de constelações de gêneros. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v.12, n.1, p.187-212, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/S3Rrp7VRWShMcgcTHr3QsNv/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- ARAÚJO, Júlio César. **Constelação de gêneros**: a construção de um conceito. São Paulo: Parábola, 2021.
- ASKEHAVE, Inger; SWALES, John Malcolm. Identificação de gênero e propósito comunicativo: um problema e uma possível solução. In: BEZERRA, Benedito Gomes; BIASI-RODRIGUES, Bernardete; CAVALCANTE, Mônica Magalhães (org.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, [2001] 2009. p. 197-221.
- AUSTIN, Jhon Langshaw. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Tradução Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, [1962] 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. Peculiaridades do gênero, do enredo e da composição das obras de Dostoiévski. In: BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 115-206.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. O heterodiscurso no romance. *In*: BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance I: A estilística**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015. p. 79-122.

BAZERMAN, Charles. Reporting the Experiment: The Changing Account of Scientific Doings in the *Philosophical Transactions of the Royal Society*, 1665-1800. *In*: BAZERMAN, Charles. **Shaping written knowledge**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988. p. 59-79.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros, agência e escrita**. São Paulo: Cortez, 2011a.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2011b.

BENTES, Anna; PALUMBO, Renata; AQUINO, Zilda. Linguística textual, interação e cognição social: procedimentos metodológicos. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, v. 15, n. 31, p. 10-29, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/35675>. Acesso em: 21 maio 2023.

BERNARDINO, Cibele Gadelha. **Depoimento dos alcoólicos anônimos**. 2000. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3605>. Acesso em: 21 maio 2022.

BEZERRA, Benedito Gomes. **A distribuição das informações em resenhas acadêmicas**. 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3585>. Acesso em: 21 maio 2022.

BIASI-RODRIGUES, Bernardete. **Estratégias de condução de informações em resumos de dissertações**. 1998. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras/Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/77763>. Acesso em: 21 maio 2022.

BIASI-RODRIGUES, Bernardete. O papel do propósito comunicativo na análise de gêneros: diferentes versões. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS (SIGET), 4., Tubarão, SC. **Anais...Tubarão/SC: UNISUL**, 2007. p. 729-742.

BIASI-RODRIGUES, Bernardete; BEZERRA, Benedito Gomes. Propósito comunicativo em análise de gêneros. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 12, n. 1, p. 231-249, jan./abr., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/Z8X5dZZgcTMCmTs5H3LnDXb/?lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2023.

BONINI, Adair. Mídia / suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 679-704, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/8TPR4y57SBtJvQSsZt3XWgx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2023.

BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. *In*: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005. p. 61-78.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 mar. 2024.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. **Politeness**: some universals in language usage. Cambridge: Cambridge university Press, 1987.

CARMO, Sonia Irene do; COUTO; Eliane. **A expansão Imperialista e o Brasil República**. São Paulo: Atual, 1997.

CARVALHO, Gisele de. Gênero como ação social em Miller e Bazerman: o conceito, uma sugestão metodológica e um exemplo de aplicação. *In*: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (org.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 130-149.

CARVALHO, Jorge Luiz Queiroz. **Tradições discursivas em resenhas acadêmicas**: Mudanças e permanências entre os séculos XX e XXI. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/17695>. Acesso em: 21 maio 2022.

CARVALHO, Jorge Luiz Queiroz; ZAVAM, Aurea. Tradições Discursivas: conceitos e métodos para a análise diacrônica de gêneros. **LaborHistórico**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 41-54, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/17489>. Acesso em: 09 abr. 2023.

CASTILHO DA COSTA, Alessandra. **Cartas de leitor em jornais paulistas dos séculos XIX e XX**: evolução de uma tradição discursiva. Munique, 2011. p. 277-294.

CASTILHO DA COSTA, Alessandra. Tradições discursivas em *A Província de São Paulo* (1875): gêneros textuais e sua constituição. *In*: **Anais...** Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, São Paulo, p. 1-27. 2008.

CATUNDA, Elisabeth Linhares. **Um estudo do gênero jurídico acórdão**. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/6603>. Acesso em: 21 maio 2022.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et. al.* O texto e suas propriedades: definindo perspectivas para análise. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, v. 13, n. 25, p. 25-39, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/27884>. Acesso em: 09 abr. 2023.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2020.

COELHO, Fábio Ulhoa. Prefácio à edição brasileira. *In*: PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014. p. XX-XXI.

COLARES, Leonardo de Oliveira. **Ponto de vista e redes referenciais em fake news**. 2023. Dissertação (Mestrado em Linguística) –, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/73589>. Acesso em: 03 abr. 2024.

COSTA, Rafael Rodrigues da. **A TV na web: percursos da reelaboração de gêneros audiovisuais na era da transmídia**. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) –, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/8852>. Acesso em: 17 mar. 2023.

COSERIU, Eugenio. Sincronia, diacronia e história. *In*: COSERIU, Eugenio. **Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, 1979. p. 201-236.

COSERIU, Eugenio. Criatividade e Técnica Linguística. Os Três Níveis de Linguagem. *In*: COSERIU, Eugenio. **Lições de linguística geral**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980. p. 91-100.

COSERIU, Eugenio. **O homem e sua linguagem**. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982.

CULPEPER, Jonathan. Towards na anatomy of impoliteness. **Journal of Pragmatics**, v.25, p. 349-367, 1996. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/222497902_Towards_an_Anatomy_of_Impoliteness. Acesso em: 19 jun. 2024.

CUNHA, Karenine Miracelly Rocha da. Capas na mídia impressa: a primeira impressão é a que fica. *In*: **Anais [...]** XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, p. 1-11. 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/r0787-1.pdf>. Acesso em: 23 maio 2024.

D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 11-48.

DEBRAY, Régis. **Manifestos midiológicos**. São Paulo: Vozes, 1995.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo: as idéias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo de. Medidas de tendência central. *In: A pesquisa e a estatística na psicologia e na educação* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p. 14-22.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. *In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 343-404.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. *In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 135-178.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2014.

GOFFMAN, Erving. Sobre a preservação da fachada: uma análise dos elementos rituais na interação social. *In: GOFFMAN, Erving. Ritual de interação*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 13-50. [1967] 2011.

GOMES, Valéria Severina. **Traços de mudança e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido**. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=101459. Acesso em: 21 maio 2022.

GOMES, Valéria Severina; Zavam, Aurea. O editorial de jornal: revisitando a trajetória de um gênero. *In: ANDRADE, Maria Lucia C.V.O. et al. (org.). História do português brasileiro: tradições discursivas: constituição e mudança dos gêneros discursivos*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 44-81.

GONÇALVES, Matilde; MUNIZ-LIMA, Isabel. Tecnodiscurso, interatividade e suporte na mídia Instagram. **Calidoscópico**, v. 19, n. 3, p. 306-319, 2021. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/23294>. Acesso em: 05 jul. 2024.

HEMAIS, Barbara; BIASI-RODRIGUES, Bernardete. A proposta sociorretórica de John M. Swales para o estudo de gêneros textuais. *In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (org.). Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 108-129.

JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi. Revisitando a noção de tópico discursivo. **Cad.Est.Ling.**, Campinas, v. 48, n. 1, p. 33-41, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637253>. Acesso em: 18 abr. 2023.

KABATEK, Johannes. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. **Lexis: Revista de Lingüística y Literatura**, v. 29, n. 2, p. 151-177, 2005a. Disponível em: <https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/lexis/article/view/8387>. Acesso em: 18 maio 2023.

KABATEK, Johannes. Sobre a historicidade de textos. Tradução José da Silva Simões. **Linha D'Água**, n. 17, p. 157-170, 2005b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37270>. Acesso em: 21 maio 2022.

KABATEK, Johannes. Tradição discursiva e gênero. *In*: LOBO, T., CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S., (org.). **Rosae**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias [online]. Salvador: EDUFBA. 2012. p. 579-588.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Análise da Conversação**: princípios e métodos. Tradução Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

KINZO, Maria D'Alva. **Oposição e autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). Tradução Heloisa Perrone Attuy. São Paul: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

KOCH, Peter. Tradições discursivas: de seu *status* linguístico-teórico e sua dinâmica. Tradução Alessandra Castilho da Costa. **Pandaemonium**, São Paulo, v. 24, n. 42, p. 360-401, [1997] 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/pg/article/view/176747>. Acesso em 9 jul. 2022.

LONGHIN, Sanderléia Roberta. **Tradições discursivas**: conceito, história e aquisição. São Paulo: Cortez, 2014.

LOPES, Edward. A revolução estruturalista. *In*: LOPES, Edward. **A identidade e a diferença**: raízes históricas das teorias estruturais da narrativa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. p. 29-44.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução Cecília P. de Sousa e Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. A noção de hiperenunciador. **Polifonia**, Cuiabá, v. 10, n. 10, p. 75-97. 2005. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1101>. Acesso em: 02 nov. 2023.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual**: análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Raquel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 19-38.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de texto**: o que é e como se faz? São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MILLER, Carolyn R. **Gênero textual, agência e tecnologia: estudos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MUNIZ-LIMA, Isabel. **Modos de interação em contexto digital**. 2022. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/64516>. Acesso em: 06 jun. 2022.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

PEREIRA, Rodrigo Acosta; RODRIGUES, Rosângela Hammes. O conceito de valoração nos estudos do círculo de Bakhtin: a inter-relação entre ideologia e linguagem. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 14, n. 1, p. 177-194, jan./abr. 2014. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/2423/1713. Acesso em: 25 out. 2023.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

RODRIGUES, Maria Coeli Saraiva. **Multimodalidade e tradição discursiva: um estudo sobre o gênero anúncio publicitário**. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/8734>. Acesso em: 18 abr. 2023.

RODRIGUES, Ticiane. **Tradições discursivas em gêneros jurídicos: um estudo sobre o gênero denúncia em processos criminais dos séculos XX e XXI**. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/16679>. Acesso em: 17 jun. 2022.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 184-207.

SARDINHA, Tony Berber. Tamanho de *corpus*. **The ESpecialist**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 103-122. 2003.

SARMENTO, Andréa Regina; SILVA, Nívea Rohling da. O gênero *Ombudsman*: da organização retórica ao sistema de atividades. **Working Papers em Linguística**, n. esp., Florianópolis, p. 112-126. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/1984-8420.2009v10nespp111/11931>. Acesso em: 21 maio 2022.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, sindicatos e política no Brasil: do golpe à redemocratização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 243-286.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert (org.). São Paulo: Cultrix, 2012.

SENA, Karina Gomes de. **Anúncios publicitários femininos dos séculos XX e XXI: um olhar à luz do paradigma das tradições discursivas**. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/10512>. Acesso em: 18 abr. 2023.

SILVA, Reginaldo José da. A dinâmica da formação nas Ligas Camponesas entre 1960 e 1964, a partir da cartilha do camponês e do documento “Bença, Mãe!”. In: **Anais [...]** XXII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, Natal, Rio Grande do Norte, p. 1-20, out. 2014.

SILVA, Rafael Souza. **Diagramação: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa**. São Paulo: Summus, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Hugo Henrique Trajano de *et al.* A organização retórica do gênero nota de repúdio. **Miguilim** – Revista Eletrônica do Netlli, Crato, v. 11, n. 3, p. 905-929, set./dez. 2022. Disponível em: <http://revistas.urca.br/index.php/MigREN/article/view/196>. Acesso em: 17 mar. 2023.

SOUSA, Hugo Henrique Trajano de; SOUSA, Maria Margarete Fernandes de. Propósitos comunicativos do gênero nota de repúdio: análise de textos produzidos pela OAB. In: **Anais [...]** VIII Colóquio sobre Gêneros e Textos de textos (COGITE), Piauí, 2023. p. 1-17. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/ancogite/article/view/13868>. Acesso em: 31 out. 2023.

SWALES, John Malcolm. **Other Floors, Other Voices: a Textography of a Small University Building**. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 1998.

SWALES, John Malcolm. **Genre analysis: English in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SWALES, John Malcolm. Repensando gêneros: uma nova abordagem ao conceito de comunidade discursiva. In: BEZERRA, Benedito Gomes; BIASI-RODRIGUES, Bernardete; CAVALCANTE, Mônica Magalhães (org.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, 2009. p. 197-220.

TRAJANO DE SOUSA, Hugo Henrique; ZAVAM, Aurea. Responsabilidade enunciativa e ponto de vista: análise de um pronunciamento de Jair Bolsonaro sobre a pandemia da Covid-19 no Brasil. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, v.17, n.36, p.74-93, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/39955>. Acesso em: 30 abr. 2024.

VOLÓCHINOV, Valentin. **A palavra na vida e a palavra na poesia**: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Tradução Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2021.

YATES, Joannes; ORLIKOWSKI, Wanda J. Genres of organizational communications: a structural approach to studying communication and media. **Academy of Management Science Review**, v.17, n. 2, p. 299-326, 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/258774>. Acesso em: 18 maio 2023.

ZAVAM, Aurea Suely. **Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva**: um estudo com editoriais de jornais. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3602>. Acesso em: 19 maio 2023.

ZAVAM, Aurea. **Por uma abordagem diacrônica dos gêneros textuais**: um estudo com editoriais de jornal. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

APÊNDICE A – REFERÊNCIAS PARA DEFINIÇÃO DO TAMANHO DA AMOSTRA

BONIFÁCIO, Carla Alecsandra de Melo. **A tradição discursiva e a gramática do design visual no anúncio publicitário**. 2011. Tese (Doutorado em Teoria e Análise Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

CARVALHO, Jorge Luiz Queiroz. **Tradições discursivas em resenhas acadêmicas: Mudanças e permanências entre os séculos XX e XXI**. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

GOMES, Valéria Severina. **Traços de mudança e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido**. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

NASCIMENTO, Danielle Gomes do. **Tradições Discursivas Orais: mudanças e permanências nas rezas de cura e benzeduras populares da região de Itabaiana**. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística e ensino) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

REBOUÇAS, Ângela Cláudia Rezende do Nascimento. **Tradições discursivas do editorial no jornal O Mossoroense**. 2017. Tese (Doutorado em Letras com ênfase em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Letras com ênfase em Linguística, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

RODRIGUES, Maria Coeli Saraiva. **Multimodalidade e tradição discursiva: um estudo sobre gênero anúncio publicitário**. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2011.

RODRIGUES, Ticiane. **Tradições discursivas em gêneros jurídicos: um estudo sobre o gênero denúncia em processos criminais dos séculos XX e XXI**. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SENA, Karina Gomes de. **Anúncios publicitários femininos dos séculos XX e XXI: um olhar à luz do paradigma das tradições discursivas**. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SIMM, Juliana Fogaça Sanches. **Tradições discursivas no Paraná: permanências e mudanças do gênero “carta de leitor” ao “comentário de leitor online”**. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

TRAVASSOS, Tarcísia. **A transformação histórica do gênero capa de jornal**. 2010. Tese (Doutorado em Linguística) –, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

ZAVAM, A. S. **Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva**: um estudo com editoriais de jornais. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

ANEXO A – NORMAS DE EDIÇÃO

Na digitação dos textos, mantivemos a grafia original, bem como seu sistema de pontuação. As normas utilizadas estão consoantes àquelas já assumidas pela equipe nacional do PHPB. Observe-se, a seguir, o significado dos sinais e convenções empregados.

Grafemas [em itálico]	Indica que os grafemas em itálico entre colchetes foram deduzidos. Ex.: (...) pois [v]á aprendendo, que muito tem que aprender; (...) anuncia-se logo um des[a]s[t]re casual.
[...]	Indica a ausência de uma letra/sílaba, palavra ou trecho. Ex.: a[c]eita-se pedidos; para poder continua [.] vender, para o verão e arti[..]s de modas. (...)vitoriosamente justifica-lo [...] actos que analysados.
[[]]	Indica que a letra/sílaba/palavra estão repetidas. Ex.: que não re[[re]]cusem a ajunctar lhes essas correspondencias.
[ilegível], [furo] [corroído], [espaço]	Indica essas situações no original da transcrição. Ex.: (...) acha no porto da [corroído] de Santos
/	Indica mudança de linha.
//	Indica mudança de parágrafo.
Grafemas em itálico	Indica desenvolvimento de abreviaturas. Ex.: <i>Senhor, réis, número, Excelentíssimo.</i>
(sic)	Indica que a forma escrita imediatamente anterior encontra-se com erro no original.

Fonte: Zavam (2017, p. 227).

ANEXO B – CORPUS

NR01

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 26 de fevereiro de 1964, n.11.183

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA OFICIAL // O movimento de imposição arquitetado por uma / minoria de ferroviários, em nome do Sindicato da clas- / se, procurando sem externar qualquer razão para isso, / derrubar o atual Superintendente da Rede de Viação / Cearense, Eng. José Walter Barbosa Cavalcante, leva as / Associações de engenheiros e arquitetos abaixo assina- / dos a, de público, repudiar tal imposição e protestar / junto às autoridades constituídas contra qualquer me- / dida que venha a favorecer a efetivação de tão desca- / bida atitude. // O nosso protesto não deve ser confundido com um / mero movimento de apoio à pessoa do digno colega / José Walter Barbosa Cavalcante, merecedor de nossa / estima e admiração por sua administração exemplar / frente à R.V.C., pois sobretudo desejamos afirmar que / os engenheiros do Ceará não se conformam com a co- / bertura por parte das autoridades constituídas a mo- / vimentos de imposição infundidos e de intenções in- / confessáveis como o que atualmente se move contra o / Superintendente da Rede de Viação Cearense. // Sindicato dos Engenheiros do Ceará / Clube de Engenharia do Ceará / Sindicato dos Construtores Cívicos / Instituto dos Arquitetos do Brasil – Delegacia do / Ceará / Associação dos Engenheiros da Rede de Viação Cea- / rense / Associação dos Técnicos do Departamento Nacional de / Obras Contra as Secas

NR02

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 26 de janeiro de 1965, n.11.456

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA OFICIAL // O jornal “Última Hora”, do Rio de Janeiro, em sua / edição do dia 16 do corrente mês, publicou, na 2ª. pá- / gina, matéria enviada pelo seu correspondente em For- / taleza, que não representa a realidade dos fatos. // Reunida, ontem, em sessão ordinária, esta entidade / deliberou, por unanimidade, contestar o texto da notí- / cia no que diz respeito à A.C.I., prestando os seguintes / esclarecimentos: // 1 – A Associação Cearense de Imprensa não está, / nem nunca esteve sob regime de intervenção; / 2 – A veterana entidade dos jornalistas cearenses / jamais se negou a tomar conhecimento de fatos rela- / cionados com qualquer jornalista, adotando sempre a / sua diretoria solução justa e adequada para cada caso / em particular; / 3 – Não sendo verdade que haja ou tenha havido / interventor na A.C.I. após o movimento revolucionário, / a afirmação inverídica de que o “interventor” na A.C.I. / teria obtido empregos para si, sua esposa e uma filha / menor, por si mesma se destroi; / 4 – Se o correspondente quis se referir ao Presi- / dente ou aos demais diretores da A.C.I., refutamos, / igualmente, a notícia transmitida para aquele jornal, / porquanto nenhum deles foi agraciado com os cargos a / que se refere o noticiário daquele jornal; 5 – Face ao exposto, esta entidade espera que o / correspondente de “Última Hora”, a bem da verdade, / retifique junto àquele jornal a informação transmitida / que, repetimos, é inteiramente infundada e mereceu o /

protesto e o repúdio de todos os diretores desta entidade. // Fortaleza, 22 de janeiro de 1965
// A DIRETORIA

NR03

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 14 de outubro de 1966, n.12.047

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA OFICIAL // A Federação de Trabalhadores Cristãos / do Ceará e a União de Líderes Classistas do / Ceará, tomando conhecimento das ridículas / acusações de que está sendo vítima o / ilustre Parlamentar Cearense, Doutor Paulo Sarasate Ferreira Lopes, temos a obrigação, o dever de gratidão, de, em nome de / inúmeros operários espalhados por todo o / interior cearense, dar nosso mais irrisolto apoio ao Dr. Paulo Sarasate em quem / reconhecemos um líder autêntico, um legítimo defensor das mais lúbricas aspirações do nosso povo, de nossa gente. // O Dr. Paulo Sarasate é um patrimônio / nacional, é um símbolo de honestidade e / de decência, dedicado exclusivamente ao / cumprimento dos mandatos que, sucessivamente, o povo lhes confiou. Daí, por que nos / sentimos na obrigação de repudiar as injuriosas e graciosas ofensas e acusações / que estão sendo feitas por indivíduos que o / povo não conhece, por indivíduos despidos / de escrúpulos e de sinceridade, com o objetivo inócuo de manchar o bom nome do / ilustre parlamentar, justamente nesta hora / em que o povo se prepara, com ansiedade, / para elegê-lo ao Senado Nacional. // Aqui vai o nosso integral apoio e a nossa palavra de repúdio e de protesto. // Fortaleza, 14 de outubro de 1966. // **José Pereira da Silva** / União Líderes Classistas do Ceará / **Joaquim Luiz da Silva** / Federação dos Trabalhadores Cristãos / do Ceará / **José Miranda de Oliveira** / União de Presidentes de CCOO de / Fortaleza

NR 04

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 21 de outubro de 1966, n.12.053

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA OFICIAL // O Gabinete Executivo Regional do MOVIMENTO / DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, tomando conhecimento da medida extrema adotada pelo Governo Federal, / que decretou, através de Ato Complementar, o fechamento temporário do CONGRESSO NACIONAL, / ferindo deliberadamente, de maneira violenta e temporânea, a dignidade e autonomia de um dos / poderes da República, vem lançar o seu protesto contra mais este atentado às nossas instituições democráticas, atingidas tantas vezes, no curso dos últimos / dois anos, pelos que se apoderaram do poder em 31 / de Março de 1964. // Ao mesmo tempo manifesta o seu repúdio aos expedientes que restringem a já precária faixa de franquias democráticas que ainda resta aos brasileiros e / deseja o Gabinete Executivo Regional concitar seus correligionários e o povo em geral para cerrar fileiras em torno da bandeira do MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, única esperança que resta / ao povo de voltar a fluir no futuro, dias tranquilos, / prósperos e felizes, com a reintegração do país na vida democrática com que sonhamos e deveremos legar às gerações vindouras. Fortaleza,

20 de outubro de 1966. / **Deputado Francisco Diógenes Nogueira** / Vice-Presidente, em exercício

NR05

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 07 de março de 1975, n.14.573

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

MDB divulga nota e / repele insinuações // Brasília – Em nota oficial lida ontem pelos líderes do Partido no / Congresso, a direção nacional do MDB repeliu veementemente / “solertes maquinações que pela imprensa, através de provocações e / falsas insinuações, visam comprometer a imagem do Partido da / oposição em face da opinião pública e enfraquecer o apoio e a / confiança do povo brasileiro na sua atuação”. // O pronunciamento foi feito tendo em vista denúncias do DOPS / paulista envolvendo os deputados Marcelo Gatto (Federal) e Alberto Goldman (Estadual) de terem sido apoiados pelos comunistas nas / eleições de 15 de novembro. O Sr. Marcelo Gatto, por sua vez, / afirmou que não pediu “atestado ideológico a nenhum dos 100 mil e / 746 eleitores que aceitaram minha conduta e, concordando com as / ideias democráticas que sempre defendi e preguei, em mim / votaram”. // A NOTA // A nota da direção do MDB foi divulgada após reunião da / Comissão Executiva Nacional, presidida pelo deputado Ulisses / Guimarães, mas não fez referência expressas aos Srs. Marcelo Gatto / e Alberto Goldman. // Diz a nota: A Direção Nacional do Movimento Democrático Brasileiro / sente-se no dever de vir a público para repelir – e o faz com a maior / veemência – solertes maquinações que pela imprensa, através de / provocações e falsas insinuações, visam comprometer a imagem do / Partido da oposição em face da opinião pública e enfraquecer o / apoio e a confiança do povo brasileiro na sua atuação. // O MDB – nunca é demais repetir – é um partido medularmente / democrático, de inspiração cristã, preocupado com as reformas / pacíficas de nossas estruturas, para torna-las mais justas e humanas, / em consonância com os imperativos da Justiça social. // Repudiamos os extremismos, tanto da direita como da esquerda, / ambos funestos à evolução política normal e harmoniosa do país, / tradições, dos sentimentos do nosso povo e das realidades / sócio-econômicas, que balizam e sustentam a nação. // REAFIRMAÇÃO // Impõem-se, em consequência, uma reafirmação da posição / programática do MDB, que se recusa a aceitar qualquer tipo de / violência como linha de ação política, seja qual for sua origem, desde / as inspiradas pelo inconformismo desvairado, até as que se traduzem / pelas prisões ilegais, as torturas vis e os injustificáveis / desaparecimentos de cidadãos brasileiros. // O MDB repudia referências vagas e genéricas ou sob forma de / individualizações ilegais ambíguas e irresponsáveis, em suspeita / tentativa de comprometer e envolver a oposição, seus diretórios, / parlamentares e correligionários em equívocas atitudes.

NR06

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 22 de janeiro de 1980, n.16.324

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA OFICIAL // O Sindicato dos Radialistas e Publicitários do Estado do / Ceará e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do / Ceará, vem de público repudiar a prisão ilegal e maneira / grotesca com que foi tratado o cinegrafista da Tv Uirapuru, / José Carlos Moreira de Oliveira por parte de um sargento do / Bprtran, na ocasião da inauguração [d]o Pólo de Lazer da Barra / do Ceará, no domingo passado, quando aquele / profissional procurava desempenhar o exercício de suas / funções. Na mesma oportunidade, vem de confiar nas / medidas adotadas pelo Comando Geral da Polícia Militar do / Ceará, aceitando o fato como um caso isolado, sem / comprometimento daquela corporação. Esperando contudo, / que fatos dessa natureza não voltem a se repetir. Por fim / queremos agradecer a unidade de nossos associados, bem / como, a solidariedade das autoridades de nosso Estado para / com o nosso companheiro. // Fortaleza, 21 de janeiro de 1980 // À Diretoria do Sindicato dos Radialistas e Publicitários do Estado do Ceará / À Diretoria dos Jornalistas Profissionais do Estado do / Ceará.

NR07

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 19 de junho de 1980, n.16.469

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA // Cumpre-nos, na qualidade de servidores da COMPANHIA DE / ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ, repudiar com toda a veemência / a matéria publicada em 14.06.80 no Jornal Correio do Ceará - / até há bem pouco tempo sob orientação jornalística dos Diários / Associados, sub-titulada “CAGECE LEVA CEARÁ AO SÉCULO / PASSADO”, em cujo bojo vemos a forma anti-ética e / absolutamente não jornalística com total desrespeito à pessoa do / Presidente da COMPANHIA que, em que pese o grau de / complexidade de suas funções e de outros ponderáveis fatores / exôgenos, tem procurado no processo de decisões / administrativas, dotar a empresa dos meios mais eficazes em / busca do atingimento de seus objetivos. // Estamos solidários com o Presidente Jaime A. Verçosa e / temos certeza de que sua administração haverá de ser coroada de / êxitos como resposta àqueles que só procuram denegrir o / crescimento das pessoas e das instituições. // Fortaleza, 17 de junho de 1.980 // a) Representantes dos Servidores da Cagece

NR08

Periódico: *Diário do Nordeste*

Data / Edição: 30 de abril de 1983, n.488

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

Nota ao público // Estas entidades, que, de há muito, vêm acom- / panhando os esforços e as incansáveis pesquisas / do Centro Técnico Aeroespacial, de São José dos / Campos, na tentativa de abrir um caminho para so- / lução da secular questão climática do Nordeste, / não podem calar seu mais veemente protesto con- / tra os termos da entrevista prestada pela Sua Ex- / celência deputado Fernando Mota ao jornal **Diário / do Nordeste** e publicada na edição de ontem. // Nela, o parlamentar, a pretexto de criticar o / Projeto Moclíma, investe contra Sua Excelência o / major brigadeiro Hugo de Oliveira Piva, em língua- / gem deseducada e

incompatível aos mais elemen- / tares princípios de respeito à dignidade alheia. E / isto exatamente depois da palestra feita por aque- / le cientista, na Assembléia Legislativa e a convite / do próprio Legislativo Estadual. // O pronunciamento daquele parlamenta, reve- / la, além de inexplicável descortezia (*sic*) para quem, / pressurosamente, viera atender a um convite de / nossa Casa Legislativa, manifesta desconheci- / mento acerca do grande trabalho desenvolvido pe- / los cientistas do CTA, comunidade conhecida e / respeitada em todo o País e nos mais importantes / centros científicos do mundo. // A grosseria, o avilte e as injúrias, entretanto, / não devem atingir a figura de militar e cientista do / brigadeiro Piva, cujo nome se projetou internacio- / malmente, inclusive sendo agraciado com placa de / bronze nos murais da Universidade de Caltech, na / Califórnia, em reconhecimento a sua contribuição / à ciência durante brilhante passagem por aquela / conceituada instituição de ensino superior dos Es- / tados Unidos. // Criticar um projeto de cunho científico, é ad- / missível, contanto parta a crítica de pessoa com / autoridade científica. Sem tal qualidade, criticar é / temerário, e agredir não passa de leviandade. // Lamentando a injustificável atitude daquele / parlamentar, que deveria juntar sua voz a de quan- / tos, como os cientistas do CTA, buscam uma solu- / ção para a tradicional miséria do homem nordesti- / no. As entidades signatárias desta nota, manifes- / tam o seu repúdio mais incontido ao pronuncia- / mento à imprensa de Sua Excelência o deputado / Fernando Mota, externando, ao mesmo tempo, / sua confiança no patriotismo e no espírito de re- / núncia de abnegação do major brigadeiro Hugo Pi- / va e demais técnicos do CTA, esperando, que, es- / colhos como esses, não lhe causem desestímu- / los, nem sequer reduzam seu entusiasmo pelo / magnífico trabalho que realizam em favor de nos- / sa gente, hoje generalizadamente reconhecido. // As instituições signatárias reafirmam sua con- / fiança no Projeto Moclama e na autoridade científi- / ca de seus responsáveis e do Centro Técnico Ae- / roespacial e proclamam que continuarão sua luta / em favor dessa segura alternativa para a redenção / definitiva do Nordeste. // Fortaleza, 29 de abril de 1983. // CID PEIXOTO DO AMARAL / Grão-Mestre da GL / ANTONIO JURANDY PORTO ROSA / Grão-Mestre do GOEC / FRANCISCO JOSÉ DA SILVA / Delegado da ADESG

NR09

Periódico: *Diário do Nordeste*

Data / Edição: 04 de maio de 1983, n.492

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA OFICIAL // A Diretoria do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos / Bancários no Estado do Ceará vem a público, através de Nota Oficial, / esclarecer à população cearense e aos bancários em geral sobre grave / ocorrência de que foram protagonistas associados e Diretores desta / entidade. // No dia de ontem (03.05.83), os companheiros mencionados, entre os / quais Cleide Bernal e Alder Grego, foram presos e autuados em / flagrante por estarem pacificamente denunciando que o BANCO / NACIONAL DO NORTE S.A. não está cumprindo a Convenção Coletiva / de Trabalho da Categoria, violando o Art. 224 C.L.T., e de forma / desumana, demitindo funcionários com 19 anos de serviço. Este / Sindicato tem ações trabalhistas ajuizadas ou por ajuizar por todos / esses fatos na Justiça do Trabalho. Todos são absolutamente / verdadeiros e representam graves violações do Direito e da Moral. // Diante de tal ocorrência, que em nada contribui para o / estabelecimento pleno das liberdades democráticas e sindicais em / nosso País, o Sindicato dos Bancários repudia a aplicação desigual das / formas jurídicas, nem sempre justas, sobretudo quando se sabe que os / poderosos banqueiros nunca são atingidos, ou quando o são, são de / forma atenuada,

enquanto que nossos companheiros põem em risco a / própria liberdade e quiçá a vida para que a Justiça seja feita. A Justiça, / aspiração suprema da humanidade, da qual efêmeras normas jurídicas / são apenas uma expressão imperfeita. // Reafirmamos nossa profunda fé nos nossos ideais de justiça social e / nossa disposição de dar até a vida para o cumprimento pleno do / mandato que os foi outorgado pela categoria. A mesquinhez do / presente não empanará o brilho do futuro. // Para os nossos companheiros, pedimos a solidariedade de todos os / homens e mulheres de bem. // Sua causa é a causa de todos. // Fortaleza, 04 de maio de 1983 / A DIRETORIA

NR10

Periódico: *Diário do Nordeste*

Data / Edição: 21 de maio de 1983, n.509

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

Nota // O Sindicato dos Jornalistas vem, nesta oportunidade, repudiar os episódios recentes de repressão policial ocorridos em Fortaleza, caracterizando-os / como atos absolutamente contrários à livre manifestação de pensamento, de / opiniões e de idéias. Repudia a invasão do “campus” universitário do Benfca, perpetrada no dia 18 último, quando a ação policial investiu contra estudantes pacificamente reunidos em torno de reivindicações legítimas. Repudia / ainda o ato irresponsável que culminou com agressões ao fotógrafo Aymoré / do Ceará, do Jornal O Estado, desmascarando, mais uma vez, a violência do / esquema policiaresco aqui montado pelo Governo, através da Secretaria de / Segurança. O Sindicato exige a apuração do fato e a punição dos agressores e / reafirma o seu inarredável propósito de não admitir qualquer forma de cerceamento à liberdade, principalmente a do jornalista no desempenho da sua / atividade. // Fortaleza, 21 de maio de 1983 / A Diretoria

NR11

Periódico: *Diário do Nordeste*

Data / Edição: 01 de junho de 1983, n.520

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA OFICIAL // *O Sindicato dos Farmacêuticos no Estado / do Ceará, o Conselho Regional de Farmácia do / Estado do Ceará, a Sociedade Brasileira de / Análises Clínicas, e a Academia Cearense de / Farmácia* vêm de público, repudiar a falta de / segurança que o povo cearense atravessa neste / momento. // Nunca a história dos farmacêuticos cearenses registrou um testemunho como o dramático / acontecimento que atingiu a farmacêutica, *Dra. / Maria da Penha Fernandes Herédia* e sua família, dentro desse itinerário de violência pela / qual se desencaminhou o Ceará nestes últimos / anos. Profissional das mais queridas entre os / colegas, mãe zelosa, esposa dedicada, a *Dra. / Maria da Penha* é mais uma vítima do descaso e / do despreparo dos detentores do poder em garantir a segurança dos cidadãos que cumprem / patriótica e dignamente suas obrigações para / com a sociedade. // Nunca se ouviu falar tanto em segurança, / mas nunca os cidadãos do Ceará experimentaram tamanho medo e inquietude como / agora. // Diante da lamentável ocorrência que deixou / marcos indelévels na ilustre colega, as entidades / acima mencionadas, vêm publicamente solicitar / às

autoridades responsáveis, enérgicas provi- / dências no sentido de evitar que tais fatos acon- / teçam, devolvendo a paz, a segurança e a tran- / qüilidade ao povo cearense. // Somente assim todos os cidadãos consegui- / rão viver em plena harmonia. // As Diretorias

NR12

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 13 de setembro de 1985, n.18.419

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA OFICIAL // O Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará / vem de público repudiar a ação de desrespeito cometida por um / grupo de pessoas ligadas à CUT, à Associação dos Sociólogos e / ao Partido dos Trabalhadores, ao invadir sua sede no último / dia 11 do corrente, sem o conhecimento prévio dos Assistentes / Sociais e também da Diretoria, infringindo os princípios demo- / cráticos defendidos pela categoria, com o agravante de agres- / sões a funcionária do Sindicato obrigando-a trabalhar além de / sua jornada normal, nem permitindo cumprir suas tarefas. // O Sindicato dos Assistentes Sociais estranha tal atitude, / uma vez que prima pelo respeito à entidades, com suas direto- / rias eleitas, não aceitando atos dessa natureza. Esclarecemos / que a diretoria tem formas legítimas de convocar a categoria / para Assembléias Gerais. // Salientamos que esta Diretoria foi democraticamen- / te eleita, cabendo somente aos Assistentes Sociais julgá-la. // Fortaleza, 12 de setembro de 1985 / A Diretoria

NR13

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 24 de setembro de 1985, n.18.430

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA // A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, Seção do Ceará, vem a público / externar seu máximo repúdio à violência policial que aflinge (*sic*) esta Cidade e atingiu, / em menos de mês, dois advogados no exercício da profissão, o último dos quais / estupidamente espancado, inclusive a bico de bota, por se opor à tortura / de preso. Afirma que é hora de a instituição policial se integrar na teoria e na / prática de um poder democrático, que só a justiça de segurança dos / cidadãos que não podem, nem devem suportar o onus de manter um Estado para / dar a indivíduos despreparados e prepotentes a faculdade de espaldeirar o povo. A / OAB acredita no esforço para o saneamento, que todavia parece inatingível, da / Polícia, pelo que reclama, enquanto promove as medidas pelo caso exigidas, ajam / também as autoridades para a exemplar punição dos culpados. // Fortaleza, 23 de setembro de 1985 / SILVIO BRAZ PEIXOTO DA SILVA / PRESIDENTE

NR14

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 09 de outubro de 1985, n.18.445

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA OFICIAL // O Corpo Clínico do Hospital Geral C. Cals, vem de público repudiar a atitude / anti-democrática do grupo político liderado pelo vice-governador coronel Adauto / Bezerra e do superintendente da FUSEC, *Dr.* Francisco Ary Ribeiro Teixeira, que / desrespeitaram os servidores dessa instituição, quando desconheceram a eleição / direta realizada para escolha de seu diretor, indicando para ocupar tal cargo, um / irmão do antecessor que não foi votado, obedecendo unicamente o critério do / apadrinhamento político. // No momento em que a sociedade cobra participação, estranhamos tal atitude e / advertimos a comunidade para que saiba identificar aqueles que contradizem este / compromisso. // Corpo Clínico convoca: // Com a insatisfação gerada pelo fato exposto acima, o Corpo Clínico convoca / uma reunião extraordinária para o dia 14.10.85, às 10:00h no auditório do / HCCC. // Fortaleza, 08 de outubro de 1985. // Corpo Clínico do Hospital Geral Cesar Cals / Sindicato dos Médicos do Estado do Ceará / Centro Médico Cearense

NR15

Periódico: *Diário do Nordeste*

Data / Edição: 15 de março de 1986, n.1.520

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA OFICIAL // A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, por sua Mesa Dire- / tora e pelos Partidos Políticos – PMDB, PFL, PDS e PDT – com / representantes nesta Casa Legislativa, por absoluto respeito ao / Povo de Fortaleza, vem tornar público o seu repúdio ao conteú- / do do “dossiê” intitulado “FORTALEZA NUNCA MAIS”, ontem / divulgado e de responsabilidade da *Exma. Sra.* Maria Luiza Fon- / tenele, Prefeita Municipal, que contém matérias inverídicas, in- / juriosas e levianas, assacadas contra a honorabilidade pessoal / de parlamentares, ex-parlamentares e servidores municipais, / levando-os ao ridículo e à execração pública, e, ao mesmo tem- / po, desmoralizando o Legislativo Municipal. // Entende a Câmara Municipal de Fortaleza que o “dossiê” / malsinado visou exclusivamente a promoção pessoal da sua / subscritora, no caso a Prefeita, que, esquecida da solução dos / muitos problemas do Município, atraiu a atenção da opinião pú- / blica, desviando-a para o que maliciosamente entendeu ser um / escândalo e, assim, acobertar a própria inércia administrativa. // Entende, finalmente, esta Casa Legislativa, que procedimen- / tos do jaez de “Fortaleza Nunca Mais” não se coadunam com / uma administração que pretende ser séria. // A Câmara Municipal de Fortaleza adotará as medidas judi- / ciais que o caso está a requerer, tanto para salvaguarda da sua / e da honorabilidade pessoal dos seus integrantes, quanto para / corrigir as injustiças contidas no documento ora referido. // Sala das Sessões da Câmara Municipal de Fortaleza, 14 de / março de 1986. // Djalma Eufrásio Rodrigues / Presidente

NR16

Periódico: *Diário do Nordeste*

Data / Edição: 05 de abril de 1986, n.1.539

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

Nota ao público // As entidades abaixo assinadas, indignadas com a Nota Oficial / oriunda da Câmara Municipal de Trairi, e com o texto ridículo Pro- / jeto de Lei que considera “persona non grata” ao *Dr. Inocêncio / Uchôa*, veiculados na imprensa nos últimos dias, “por suas ativid- / des políticas e ligações com movimentos clandestinos execrações / públicas, promovendo climas de insegurança pública”, vêm externar / seu mais veemente repúdio aos vereadores que subscreveram a re- / ferida Nota e Projeto de Lei, os quais, numa atitude de lamentável subserviência aos que se encontram eventualmente no poder, ten- / tam denegrir a imagem de um dos profissionais mais dignos que o / Estado do Ceará tem nos dias hoje. Um advogado que tem se con- / duzido com o mais alto grau de ética, competência e dedicação às / causas que tem defendido, todas de extrema importância para o / conjunto das lutas dos trabalhadores e do povo cearense. // Denominar os movimentos da população como “subversivos”, / “clandestinos” etc., ou ainda, compreender a luta contra a corrupção / e pela democracia plena como promoção do ódio ou da insegurança / pública, assim como o fizeram os edis de Trairi, é, antes de tudo, / passar atestado de completo despreparo político. Tal atitude revela, / na verdade, um incontido desejo de retorno ao regime de ditadura / que infortunou este País por longos 21 anos, e que a força do povo / conseguiu derrotar com a eleição de Tancredo Neves e com o adven- / to da Nova República. // Do episódio, o povo do Ceará, e especialmente o de Trairi, certa- / mente saberá extrair uma profunda lição: de que cada vez mais se / torna necessário afastar da política de nossa terra, os que utilizam / seus mandatos eletivos como instrumentos dos grupos dominantes, / traindo os superiores interesses do povo. // Resta conclamar a população a sair em defesa firma da demo- / cracia já conquistada, fazendo-a caminhar cada vez mais no sentido / de sua consolidação definitiva, e se impedindo que as forças oligár- / quicas consigam tornar letra morta o que todo o povo conseguiu / com o sacrifício de tantas lutas. // Fortaleza, 02 de abril de 1986 // **Assinam esta nota: PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ, FRENTE SIN- / DICAL DOS TRABALHADORES RURAIS URBANOS DO CEARÁ, FEDRAÇÃO (sic) / DOS TRABS. NA AGRICULTURA DO CEARÁ, FEDERAÇÃO DOS TRABS. NA / INDÚSTRIA DO CEARÁ, CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA E CON- / SELHO REGIONAL DE FARMÁCIA, COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS / DA OAB-CEARÁ, FASE, DELEGACIAS REGIONAIS DA FETRAECE EM IGUA- / TU, CRATO, SOBRAL, E CRATEUS, ASSOC. AGENTES INSP. TRAB, CEARÁ, / ASSOC. ADVOGADOS TRAB. RURAIS CEARÁ, ASSOC. ENG.º AGRÔNOMOS / CEARÁ, ASSOC. ADVOGADOS TRABALHISTAS CEARÁ, ASSOC. BRAS. / REF. AGRÁRIA, ASSOC. MUTUÁRIOS CEARÁ, FEDERAÇÃO BAIROS FA- / VELAS FORT., COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, COLÉGIO SUPLENTE, / COLÔNIA PESCADORES ARACATI e mais 98 SINDICATOS DE TRABALHA- / DORES URBANOS E RURAIS DO ESTADO DO CEARÁ.**

NR17

Periódico: *Diário do Nordeste*

Data / Edição: 12 de maio de 1986, n.1.575

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA OFICIAL // Tornamos público o repúdio dos trabalhadores em Água e Es- / goto do Ceará, da tentativa de punição por parte da Diretoria da Ca- / gece, ao **Dirigente Sindical** –

Isaac Rodrigues da Silva, funcioná- / rio com oito anos de Cagece, sem nenhuma infração disciplinar, / sob a alegativa de considerar os pronunciamentos deste (**denuncia / do caso Comind, denuncia da doação ilegal de terras do Sistema / Pacoti-Riachão-Gavião e inexperiência em saneamento básico do / atual Diretor de Operações**), como ofensa à direção da Empresa, / em Assembléia Geral do Sindiágua, dia 06/05/86, na Praça do Va- / queiro. // O ato da Diretoria da Cagece é arbitrária e tem o caráter de in- / timidar os trabalhadores em suas justas reivindicações. // Estranhamos a atitude da Empresa, enquanto os casos acima / denunciados e agressões físicas e morais de alguns dirigentes da / Empresa a subordinados permanecem sem a devida apuração e / punição dos responsáveis. // Finalmente os funcionários da Cagece estão revoltados com a / Direção da Empresa devido a **perseguição ao Dirigente Sindical, no / momento em que prestamos irrestrita solidariedade ao compa- / nheiro**. // A Diretoria

NR18

Periódico: *Tribuna do Ceará*

Data / Edição: 19 de maio de 1989, n.15.717

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA AO PÚBLICO // CENTRO ACADÊMICO CLÓVIS BEVILÁQUIA // O Centro Acadêmico Clóvis Beviláquia, entidade representativa dos estudan- / tes de Direito da UFC, vem a público repudiar a atitude do DCE e do “Comitê de / Greve dos Estudantes” face ao espancamento sofrido pelo ex-presidente do / CACB, Francisco Antônio de Menezes Cristino, pelos citados colegas. // Aproveitamos e convocamos todos os estudantes, para a partir de 22/05, / segunda-feira, reiniciarmos as aulas normalmente, haja vista a não adesão a / greve pela maioria dos professores de nossa Faculdade. // CENTRO ACADÊMICO CLÓVIS BEVILÁQUIA // A DIRETORIA

NR19

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 19 de abril de 1991, n.20.505

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

ABTC REPUDIA NOTA APÓCRIFA CONTRA CTC // A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OPERADORES PÚBLICOS DE / TRANSPORTES COLETIVOS – ABTC, repudia nota apócrifa publicada / na edição de 18/abril/91, de O POVO. A referida nota tenta denegrir a / imagem da Companhia de Transporte Coletivo – CTC de Fortaleza, nos- / sa associada reconhecida nacionalmente a empresa modelo do setor en- / tre as estatais, por sua organização e eficiência. // O teor da nota difamatória é insustentável mesmo para os seus autores, / que se escondem no anonimato. // É também insustentável pelo fato de a CTC apresentar os melhores in- / dicadores administrativos-financeiros entre todas as empresas estatais de / transporte coletivo do País. // Essa situação imuniza a CTC contra ataques levianos que tentam desa- / creditar seus dirigentes e funcionários, co-responsáveis pelo crescimento / saudável da empresa, o que se tornou possível para uma conduta pauta- / da na integridade e voltada para o interesse público. // **A DIRETORIA**

NR20

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 11 de maio de 1991, n.20.527

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA DE REPÚDIO // A Associação dos Servidores da EMATERCE-ASSEMA manifesta seu / veemente repúdio diante da atitude insensível, fisiológica, sectária e anti- / democrática dos 32 deputados (relação abaixo), que num gesto de sub- / serviência e sob troca de favores para beneficiar seus “correligionários” / e suas empresas, colocaram seus mandatos a serviço do Governo. // Numa atitude fria e desumana, estes mesmos deputados, que se dizem / representar o povo, desrespeitando o mandato que a sociedade lhes con- / feriu, simplesmente deram poderes ao Governador a colocar na rua mi- / lhares de servidores, que representam o sustento de milhares de famílias. / Estes “nossos representantes”, que vivem sob o acalanto e às “asas” do / Governo, votaram por unanimidade, no dia anterior, em causa própria, a / favor dos jetons (ganhar sem trabalhar), numa atitude imoral, aética e / desrespeitosa à sociedade cearense. // Num gesto inconseqüente, estes “fiéis legisladores” assinaram docu- / mento em branco, dando poderes ao Governador para extinguir órgãos / importantes e úteis à sociedade, principalmente os pequenos produtores / rurais, retirando direitos dos servidores públicos, conquistados durante / anos e anos de trabalho e luta a serviço da comunidade cearense. // O sentido da extinção da EMATERCE não foi modernizar, dinamizar, / enxugar e economizar a empresa, e sim, de reprimir o direito de cidadã- / nia dos servidores que procuram e ganharam na Justiça do Trabalho, o / cumprimento das leis vigentes, que vinham sendo desrespeitadas. Esta / decisão dos servidores só aconteceu depois de esgotadas as alterna- / tivas de negociação, tendo o próprio Governo indicado o caminho da / Justiça. // Relação dos “fiéis legisladores”: Cirilo Pimenta (“servidor da EMA- / TERCE”), Roberto Costa e Alexandre Figueiredo (agrônomos), Manoel / Salviano, José Duquinha, Francisco Aguiar, Moésio Loiola, Cid Gomes, / Valdomiro Távora, Ximenes Filho, Teodorico Menezes, João Viana, Via- / ninha, Maria Lúcia, Paulo Duarte, Raimundo Macêdo, Silene Aguiar, / Francinet Girão, José Maria Melo, Nonato Prado, Silva Neto, João Bosco, / José Jácome, Abelardo Filho, Marcone Matos, Luciano Monteiro, Eve- / rardo Silveira, Chagas Alves, Marcelo Abreu, Fernando Hugo, Ted Pon- / tes e Henrique Azevedo. // A DIRETORIA

NR21

Periódico: *O Povo*

Data/ Edição: 29 de junho de 1991, n.20.576

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA DE REPÚDIO // O SINDICATO DOS ODONTOLOGISTAS NO ESTADO DO / CEARÁ, / vem a público, **REPUDIAR** matéria divulgada pela imprensa / local e nacional de autoria do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, que trata da / questão das extrações dentárias. // Não pode o **MINISTÉRIO** deixar dúvida à população quem é respon- / sável pelo número de dentes extraídos, como o fez afirmando que os / **CIRURGIÕES-DENTISTAS** iriam ganhar menos com estes procedi- / mentos, como se a questão fosse financeira. O que devem

ASSUMIR / PUBLICAMENTE OS GOVERNANTES é o **DESCASO** para uma política séria e responsável com a **SAÚDE BUCAL** da população, não priorizando as Ações Preventivas e Curativas na Odontologia, **DESRESPEITANDO e DESVALORIZANDO OS PROFISSIONAIS / CIRURGIÕES-DENTISTAS SERVIDORES PÚBLICOS E / CREDENCIADOS.** // Portanto, fica neste momento registrado nosso **REPÚDIO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE** pela maneira indevida como colocou esta situação e aos mesmo tempo aproveitamos para alertar o povo de nossa Capital / e do Estado do Ceará a manter-se atento e aliado conosco, buscando cobrar a presença do **CIRURGIÃO-DENTISTA NAS ESCOLAS, HOSPITAIS, POSTOS E CENTROS DE SAÚDE**, criar Núcleos de Odontologia, enfim, viabilizar de toda maneira as Ações Preventivas, Curativas e Reabilitadoras, que temos certeza será a conduta adotada pelas **PREFEITURAS MUNICIPAIS E GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**, buscando assim uma melhoria significativa da **SAÚDE BUCAL DE NOSSA POPULAÇÃO.** // Fortaleza, 29 de junho de 1991.

.....

N22

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 23 de julho de 1991, n.20.600

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

AGRESSÃO É ATO CRIMINOSO // O Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência / Social do Ceará – SINPRECE vem de público repudiar o bárbaro ato praticado por dois policiais militares que na madrugada da / última quinta-feira, 18, fortemente armados, invadiram a sede da / Federação Nacional Dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde e / Previdência Social, em Brasília. // Alegando “cumprimento do dever” invadiram a sede danificando instalações e agredindo física, moral e sexualmente respectivamente Luís Carlos Torres de Castilho e Maria Darcy da Silva que / àquela hora e no cumprimento do dever, de fato, enviaram informações via fac-símile aos comandos estaduais de greve. Fato dessa natureza julgava-se acabado a partir do momento em que / afirmou-se estar o Brasil sob regime democrático. // A ocorrência vem bem demonstrar o desrespeito a que estão submetidos os servidores públicos federais que há muito vem sendo / transformados em objetos manipuláveis sujeitos aos descalabros e / atos de arbitrariedade de quem está no poder. // O acontecido reforça a intencionalidade de não negociação por / parte das autoridades, que optam por fazer uso da força como / forma de solucionar o impasse criado com o movimento paredista. // É preciso que a população esteja alerta e acione os mecanismos / legais a sua disposição para que fatos dessa natureza não venham / a repetir-se. Nesse sentido solicitamos a sociedade civil organizada / encaminhar telegramas ao secretário de Segurança Pública do / Distrito Federal, Ministro da Justiça, presidente da Ordem dos / Advogados do Brasil e Comissão de Justiça do Congresso exigindo providências cabíveis, desde a apuração do fato à punição, / conforme determina a lei, dos policiais e mandante. // **COMANDO ESTADUAL DE GREVE DOS / PREVIDENCIÁRIOS / SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS EM / SAÚDE E PREVIDÊNCIA / SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ / SINPRECE**

.....

NR23

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 09 de agosto de 1991, n.20.677
 Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA OFICIAL // A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Fortaleza protesta e re- / podia todo e qualquer ato de violência física praticado contra o Estado / de Direito e de cidadania, a exemplo, do que sofreu um de seus inte- / grantes, vereador Artur Bruno, quando da ocupação da sede da 1ª DE- / RE por professores da Rede de Ensino Estadual. E com este mesmo pro- / pósito vem a público solicitar das Instituições, e autoridades envolvi- / das, as investigações pertinentes, respeitando sempre o exercício ple- / no dos representantes do povo. // Fortaleza, 08 de agosto de 1991 / José Maria Couto Bezerra / Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza

NR24

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 12 de janeiro de 1992, n.20.771

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

CONTRA A INTERVENÇÃO TODO O APOIO / AO SINDIUTE // Nós, entidades abaixo-relacionadas, reconhecendo como de grande im- / portância o processo de unificação política e orgânica dos trabalhadores / em educação do Ceará, no atual momento sócio-político lo- / cal e nacional, tendo em vista o fortalecimento das lutas dos trabalhado- / res em educação contra as políticas governamentais municipal, estadual e / federal, que se refletiram em ações como: // 1º.) na criação do projeto alternativo “Por uma Escola Pública do / Trabalhador”; / 2º.) mobilizações contra a realização do provão; / 3º.) luta contra a apreensão dos cheques-salários que culminou com a ati- / tude fascista do Governador de expulsão dos professores pela força poli- / cial, gerando o repúdio de toda a sociedade e a vitória da liberalização / dos referidos cheques; / 4º.) realização do III Congresso de Unificação em dezembro passado, que / culminou com a fundação do SIND.UTE-CE (Sindicato Único dos Tra- / balhadores em Educação) e eleição da sua diretoria provisória colegiada e / paritária unificando politicamente SINTECE e APEOC – hoje em pro- / cessos de incorporação ao SIND.UTE-CE; / 5º.) a luta contra o projeto das bolsas de estudo do Prefeito que visava fa- / vorecer a escola particular em detrimento do ensino público municipal. // Neste sentido repudiamos com veemência a ação golpista divisionista e / intervencionista contra os educadores do SIND.UTE-CE, tentada por / Jaime Alencar, no dia 08 de janeiro de 1992, e divulgada pela imprensa, / que culminou com o espancamento do professor Fausto Arruda (Mem- / bro da diretoria colegiada do SIND.UTE-CE) e outros professores, por / policiais que baseados numa liminar equivocada e eivada de irregularida- / des judiciais, visavam empossar Jaime na presidência da APEOC, carac- / terizando uma verdadeira intervenção, já que o mesmo foi destituído do / cargo de vice-Presidente em assembléia geral desde julho do ano / passado. // Somos sabedores que o professor Jaime Alencar é considerada “perso- / na non grata” no magistério por sua prática colaboracionista com o Go- / verno Estadual e com a Força Sindical, ligada ao Governo Collor; e por / praticar boicotes e sabotagens contra a unificação, como apoiar o provão / e não participar do III Congresso de Unificação que foi espaço demo- / crático onde foram tratadas as divergências e discutidos todos os proble- / mas do magistério. // Aparece somente para tentar sabotar a unificação, apoiado no apare- / lho

repressivo cambebiano. Sendo assim nos solidarizamos com a resis- / tência dos companheiros professores e demais trabalhadores em educa- / ção cont(r)a a tentativa de golpe intencionado pelo Governo Estadual e seu / aliado Jaime Alencar e prestamos nosso apoio a essa luta, que é de todos / que defendem o ensino público, gratuito, de qualidade e pela defesa da / dignidade do magistério cearense. // CNTE, CUT, CGT, **Confederação das Mulheres do Brasil, UBES, Sindicatos: Trabalhadores em Educação (RN), / Rodoviários (MG), Processamento de Dados (SP), Construção Civil (MS), Construção Civil (PE), Construção Civil / (MG), Calçados (PE), Panificadores (CE), Comerciantes (Fortaleza), Metalúrgicos, Têxteis, Eletricistas, / SINTSEF, Sapateiros, Construção Civil, Gráficos, Petroleiros, Associação dos Fiscais do Município, UMES, / União das Comunidades das Grande Fortaleza, UMC, Federação das Mulheres Cearenses, Grêmio da ETFCE, / Grêmio Henfil-UV8, CCOP do Conjunto Ceará, Juventude Socialista Brasileira - PSB, JR8, PSB, Maria Luiza, / deputado estadual Inácio Arruda – PC do B, Vereador Artur Bruno – PT, vereador Francisco Lopes - / PC do B, PC do B, PSB, e MR8 e Confederação Geral dos Trabalhadores.**

NR25

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 15 de março de 1992, n.20.831

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA DE SOLIDARIEDADE E DESAGRAVO À JUSTIÇA / DO TRABALHO, SEUS JUÍZES E AOS ELETRICITÁRIOS / DO CEARÁ // Nos últimos dias a imprensa de um modo geral vem veiculando pronunciamen- / tos caluniosos, ferinos e em linguagem inadequada e desrespeitosa à dignidade do / PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO, atingindo, em cheio, a honradez e a cultu- / ra jurídica de seus membros, particularmente aos desta 7ª. Região da Justiça do / Trabalho. // Se tais manifestações partissem de elemento desqualificado qualquer, a rea- / ção seria pronta, mas não traria a desagradável surpresa e estupefação que enseja, / quando da autoria do Governador de um Estado da Federação. // É que o Governador do Estado do Ceará procura a imprensa de seu Estado, ve- / zes seguidas e nas oportunidades que lhe são oferecidas, para denegrir a honra de / Juizes, cujo comportamento profissional não permite nem autoriza tal evento. Mas / *S. Exa.* vai longe, ao qualificar de licenciosas, injustas e ilegais as decisões proferi- / das, em todas as instâncias do Judiciário Trabalhista desta Sétima Região, decla- / rando não cumpri-las, como se detivesse, em mãos, o poder ditatorial de um Impe- / rador Romano, para quem a lei era simplesmente ele. // Manifestar-se, como o fez, no programa policial “BARRA PESADA”, em fa- / vor do Estado de Direito, mas concluir, nessa mesma manifestação, pelo desrespei- / to “à coisa julgada”, com ameaças aos humildes servidores da COELCE, injusti- / çados e vilipendiados, é, inquestionavelmente, confessar desconhecimento à previ- / são Constitucional, especialmente aquela de que cuidam os incisos XXXV e / XXXVI do art. 5º. 2º. da referida Carta. // Não disse, porém, o *Sr.* Governador do Estado, que a COELCE, através do seu / corpo jurídico, exercitou o seu mais amplo direito de defesa, utilizando de todos os / recursos processuais possíveis, mas sem o total sucesso frente à meridiana clareza dos / direitos reivindicados, frutos do desrespeito intolerável ao Contrato Individual de / Trabalho, matéria, aliás, que só deve ser discutida por aqueles que dominam a le- / gislação laboral e suas peculiaridades processuais. A simples titularidade profissio- / nal não autoriza a seu detentor, tal discussão. // Por outro lado, os valores mencionados nas entrevistas do dirigente maior do so- / frido Estado do Ceará, com

todo o respeito, não são aqueles mencionados, espe- / cialmente quando dito que cada um dos reclamantes da COELCE iria receber valor / individual superior a CEM MILHÕES DE CRUZEIROS. Os processos aí estão / para uma análise de quem interessar possa. Mas se milhões fossem, seria o direito / apurado dentro de cada uma das verdades processuais. // Assim, os integrantes do SINDISSÉTIMA repelem e repudiam as declarações / tendenciosas assacadas contra a dignidade do Judiciário Trabalhista, pelo Executi- / vo Cearense, manifestando, ao mesmo tempo, a sua total solidariedade aos Srs. / Juizes, de todas as instâncias, e aos trabalhadores eletricitários e demais servidores / do Estado do Ceará, ameaçados de desemprego, caso recorram à Justiça do / Trabalho. // Deixa-se de tecer considerações sobre pronunciamento feito pelo Superintende- / te da COELCE, também desrespeitoso à dignidade dos Juizes da 7ª. Região, por- / que este, evidentemente, não sabe o que diz, apenas espelhando-se na pessoa de seu / Chefe Maior. // A DIRETORIA

NR26

Periódico: *Diário do Nordeste*

Data / Edição: 14 de agosto de 1992, n.3.759

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA DE REPÚDO // A Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira na / Assembléia Legislativa manifesta publicamente o seu repúdio / ao comportamento assumido pelo Deputado Antônio Câmara, / líder do PMDB. Movido pelo mais mesquinho oportunismo / eleitoral, aviltando a Tribuna daquela Casa a serviço de / interesses da candidatura do seu partido em Fortaleza, o / deputado afrontou, de modo torpe e irresponsável, a honrada / e respeitada imagem pública do ex-Governador Tasso / Jereissati, presidente nacional do nosso Partido. // A atitude do líder do PMDB não é um fato isolado. Ela integra / um esquema complexo de forças políticas, cujo objetivo é / fragilizar a firme e coerente posição assumida pelo PSDB, / liderado por Tasso Jereissati, no combate público contra os / desmando e os atos de corrupção do Governo Collor. // Lamentamos, profundamente, que, para a consecução dos seus / escusos fins, o deputado Antônio Câmara tenha abandonado o / decoro parlamentar para cometer o desplante de agredir e / ofender a memória do senador Carlos Jereissati, pai do / ex-Governador Tasso Jereissati, há 30 anos falecido. // Não só repudiamos essas agressões, como reafirmamos a / convicção de que Tasso Jereissati, pelo seu modelo de homem / digno, político austero e administrador exemplar representa / para o Ceará e o Brasil motivo de grande orgulho.

NR27

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 14 de agosto de 1992, n.21.978

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA DE REPÚDIO // A FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA / AGRICULTURA DO ESTADO DO CEARÁ – FETRAECE, / entidade sindical do 2º grau, representante de 175 Sindicatos / de Trabalhadores Rurais e mais de hum milhão de filiados, / vem, perante a sociedade cearense e a opinião pública, / repudiar de forma veemente e ao mesmo tempo

emitir seu / ponto de vista sobre o pronunciamento do Deputado / Estadual – Sr. Antônio Câmara, veiculado nos jornais locais / no dia 13.08.92. // Analisando friamente os quatro anos do Governo das / Mudanças, conduzido pelo então Governador Tasso / Jereissati, somos testemunhas de que jamais na História do / Ceará houve período tão rico no que diz respeito à seriedade, / à participação popular, ao compromisso e ao apoio aos / movimentos organizados da sociedade civil. Mais do que / isso, os setores mais carentes da população, assimilando esse / ideal das mudanças, construíram através dos mutirões / habitacionais, das obras comunitárias, dos benefícios às / pequenas comunidades das Arrancadas da Produção, da / participação nas diversas formas de Conselhos, tiraram o / nosso Estado do atraso, da opressão coronelista, do alto / índice de mortalidade infantil, da pistolagem, do / empreguismo e por fim quase conseguem de vês o / sepultamento de todos os políticos inescrupulosos, atrasados / e viciados em ludibriar os menos esclarecidos. // Hoje e como durante os quatro anos do Governo das / Mudanças, políticos de comportamento daqueles / qualificados no final do parágrafo anterior, buscam / desesperadamente denegrir os maiores líderes que esse / Estado já construiu, principalmente no momento em que o / país precisa desses líderes para levantar a Nação e cobrar a / apuração até o final, das falcaturias, dos desmandos e do / desgoverno do Presidente e seus apaniguados. // Entendemos, que comparar o atual Presidente Nacional do / PSDB, Tasso Jereissati e a outras lideranças do Partido ao / corrupto PC Farias, esconde por trás do biombo o interesse / de defender esse estado de coisas e se beneficiar dos recursos / públicos federais, que o planalto promete distribuir para / comprar a maioria do Congresso Nacional. // Compreendemos ainda, que nesse complô não está somente o / Deputado repudiado. Ele representa e se faz porta-voz do / grupo político, que desesperado, a tudo se permite fazer / para manter o poder local. // Por último, conclamamos aos candidatos e parlamentares / que elevem o nível da campanha, conduzindo-a para a / discussão dos reais problemas de fortaleza, que recebe / milhares de trabalhadores expulsos do campo, por falta de / uma política nacional para a agricultura direcionada para a / pequena produção do Semi-Árido Nordeste, bem como dos / problemas vivenciados na Previdência Social, do / desemprego, da saúde, dos baixos salários e da crise de / governabilidade vivida por nós brasileiros. // **Fortaleza, 13 de agosto de 1992 // Antônio Uda Urbano / Presidente da FETRAECE**

NR28

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 14 de agosto de 1992, n.21.978

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA DE REPÚDIO // Eu, produtor de sementes fiscalizadas e mudas, venho a público repudiar / as declarações grosseiras, maldosas e inverídicas proferidas pelo / Deputado Antônio Câmara, na Assembléia Legislativa, contra o / GOVERNO DAS MUDANÇAS e ex-governador TASSO / JEREISSATI. // A administração de TASSO JEREISSATI marcou para nós produtores de / sementes do Estado a passagem de um período em que o setor primário / era tratado com clientelismo, falta de seriedade. O GOVERNO DAS / MUDANÇAS avançou passando a ofertar sementes de boa qualidade / para cerca de 200 mil agricultores e possibilitando o desenvolvimento da / produção agrícola do Estado. // Conduzido pelo ex-governador TASSO JEREISSATI e sua equipe o / GOVERNO DAS MUDANÇAS impôs seriedade, honestidade e respeito / à coisa pública. Nesse tocante, o desenvolvimento do setor agropecuário / deu um salto qualitativo, e graças a ele o Ceará é alto suficiente na / produção

de sementes de feijão, milho e arroz irrigado, servindo de / modelo para outros Estados do País. // **Adauto Cesar Ferreira Machado**

NR29

Periódico: *Diário do Nordeste*

Data / Edição: 18 de setembro de 1992, n.3.794

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA DE REPÚDO // A Prefeitura Municipal de Maracanaú vem de público repudiar a atitude / de total descontrole do Vereador Isaías Furtado Neto, em suas tentativas / fracassadas de atingir a Administração Municipal – JUVENTUDE E AÇÃO. / O Citado vereador defendendo interesses espúrios, por duas vezes tentou / conturbar a ordem pública e promover baderna e atos de terror em órgãos / públicos municipais. A primeira foi no dia quinze do corrente no / CAD – Centro de Apoio ao Deficiente. Na ocasião, o Vereador acompa- / nhado com mais de setenta pessoas, as quais vestiam camisas com propa- / ganda do mesmo na parte de frente, e nas costas, com o nome do candi- / dato a Prefeito do PMDB, Carlos Castelo, invadiram o referido estabeleci- / mento, onde na ocasião crianças portadoras de deficiências físicas e men- / tais faziam recreação, deixando-as em estado de choque. Será este o papel / de Vereador? Levar o pânico e o terror às pessoas, inclusive crianças / que não a graça de serem perfeitas como nós? Continuando sua / caminhada do terror, do vandalismo e da baderna, desta feita o mesmo / grupo, com as mesmas características, no dia dezesseis próximo passado, / tentou invadir a Secretaria de Ação Social, feito este alcançado pelo Ve- / reador Isaías e sua companheira, posteriormente retirados pelo Delegado / Dr. Moreno, escoltados por policiais. Ainda no interior da Secretaria, o / Vereador agrediu o reporter fotográfico e o Assessor de Comunicação da / Prefeitura, quando na abertura do episódio, lesionando-os e danificando a / máquina fotográfica. Também foram agredidos e lesionados dois vigias da / Prefeitura, que ora prestavam serviços àquela Secretaria, como também / dezenas de senhoras, algumas com seus filhos, e que aguardavam serem / atendidas ficaram em pavorosa. Esta é uma atitude correta de um homem / que se diz representar a comunidade maracanaense? Por tudo isso, mais / uma vez repudiamos a atitude deste senhor. Deste senhor, que busca mais / uma vez ocupar o cargo, o qual lhe foi cassado uma vez. // Palácio Genipapeiro, 17 de Setembro de 1992. / Prefeito Municipal *Dr. Júlio César Costa Lima*

NR30

Periódico: *O Estado*

Data / Edição: 22 de outubro de 1992, n.16.706

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA DE REPÚDIO // O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do / Ceará repudia veementemente as 44 demissões, incluindo 12 / profissionais no Departamento de Jornalismo, feitas pela Te- / levisão Jangadeiro na quarta-feira, dia 14. A Justificativa da / empresa de que se deve a medidas de “contenção de despesas” / apenas encobre os gastos milionários feitos na tentativa de / eleger o empresário Assis Magalhães Neto, um de seus pro- / prietários, para a Prefeitura de Fortaleza. // A Televisão Jangadeiro sempre descumpriu as

convenções / coletivas de trabalho assinadas entre o Sindicato das Empre- / sas de Rádio e Televisão de Fortaleza e o Sindicato dos Jor- / nalistas, principalmente no que se refere às questões salariais. / A atitude da empresa traz enormes prejuízos à luta pela re- / gionalização das produções artísticas, culturais e jornalísticas, / já garantida pela Constituição Federal. A Televisão Janga- / deiro vinha se destacando como a emissora com o maior nú- / mero de programas locais: Primeira Hora Política, Jornal Li- / vre, Canal Popular, Jornal da Jangadeiro, Esporte Total, Jogo / Duro, Plantão da Jangadeiro – agora todos extintos na esteira / das demissões. A falta de visão dos donos da empresa ofuscou / seu lema de canal popular num flagrante desrespeito ao públi- / co que levou alguns destes programas a elevados índices de / audiência. // **SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS / NO ESTADO DO CEARÁ**

NR31

Periódico: *Tribuna do Ceará*

Data / Edição: 23 de fevereiro de 1994, n.17.501

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA DE REPÚDIO // Nós do corpo técnico da área de Saúde do Município / de Fortaleza, estamos indignados com a atitude / intempestiva do senhor Governador **CIRO FERREIRA / GOMES**, que decretou “**ESTADO DE ERMEGÊNCIA**” / no Sistema de Saúde Municipal, sob a inverídica / argumentação de que só uma ação Estadual seria / capaz de debelar o curso atual da Cólera em Fortaleza. // Considerando os dados Epidemiológicos atuais / que mostram com clareza a fase de declínio da doença / (400 casos/dia em meados de JANEIRO/94 para / menos de 30 casos/dia na última semana), fato este / analisado e reconhecido por Autoridades Sanitárias / do Ministério da Saúde, repudiamos veementemente / tal ato inoportuno, incabível, arbitrário, ditatorial, e de / caráter puramente eleitoreiro, até porque a doença / encontra-se totalmente sob controle, já tendo superado / a fase de epidemia. // Apesar dessa infeliz atitude do Senhor Governador / do Estado continuaremos no trabalho diuturno no / enfrentamento da cólera em nossa cidade com apoio / da população.

NR32

Periódico: *Tribuna do Ceará*

Data / Edição: 25 de fevereiro de 1994, n.17.503

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

Nota ao Público // Os Vereadores abaixo-assinados de forma suprapartidária / vêm ao público para esclarecer ao povo de Fortaleza e do Estado / do Ceará, que repudiam o gesto vergonhoso e macabro dos Ve- / readores José Maria Couto (PFL), Alberto Queiroz (PL) e Carlos / Mesquita (PPR), votando pelo encerramento das investigações da / C.P.I. que apurava as irregularidades da administração do ex-Pre- / feito Juraci Magalhães. // O pedido de encerramento firmado pelo advogado dos acu- / sados representa o atestado eloquente de suas culpas e ficam os / mesmos identificados como se fossem verdadeiros réus confessos. // Repudiamos o comportamento abusivo e suspeito dos Ve- / readores acima nominados, os quais por suas condutas de parcia- / lidade e comprometimentos escusos, procuram até mesmo

enxova- / lhar a dignidade dos demais Vereadores que integram o corpo / Legislativo da Câmara Municipal de Fortaleza. // Precisamos salvaguardar a Instituição, enquanto PODER, a / fim de que atentados desta natureza não decretem definitivamente / o seu próprio estado de falência pública. // Urge que a opinião pública tome conhecimento dos autores / desta farsa e julguem com suas consciências a indignidade pra- / ticada pelos três Vereadores que atentam contra os princípios da / moralização e da ética, desde quando, os seus gestos só servirão / para ocultar a corrupção, o enriquecimento ilícito e a dilapidação / do patrimônio do Município de Fortaleza. // **Vereadores:** Heitor Férrer (PDT) / Artur Bruno (PT) / Francisco Lopes (PCdoB) / Augusto Gonçalves (PSB) / Iraguassu Teixeira (PDT) / Paulo Mindêllo (PSDB) / Tin Gomes (PSDB) / Idalmir Feitosa (PSDB) / Sérgio Novaes (PSB) / Durval Ferraz (PT) / João Pinheiro (PSDB) / Cid Marconi (PSDB) / Antonio Silveira (PSDB) / Emanuel Teles (PL)

NR33

Periódico: *Diário do Nordeste*

Data / Edição: 16 de setembro de 1994, n.4.510

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA DE REPÚDIO // O Ministério Público Estadual, representado por sua legítima Entidade de / Classe, vem externar veementemente repúdio pelo tratamento discriminatório dispensado / por alguns parlamentares vinculados ao esquema político dominante, na Assem- / bléia Legislativa, que têm impedido a aprovação de Projeto de Lei instituidor da / gratificação denominada “Parcela de Desempenho”, impondo, presentemente, a / percepção de vencimentos aviltantes, inadequados à condição de autoridade exhibi- / da por Promotores e Procuradores de Justiça. // Referido Projeto de lei encontra-se desde o mês de abril do corrente ano / na citada Casa Legislativa, circunstância indicadora do descaso dos aludidos par- / lamentares situacionistas em cumprir sua missão legislativa, tal como já foi efetivado / em relação aos demais Agentes Políticos do Estado (Deputados Estaduais, Mem- / bros do Judiciário, Conselheiros dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municí- / pios). // Em razão do não entendimento do Procurador Geral de Justiça, Chefe / do Ministério Público, com os Poderes Executivo e Legislativo, a Entidade Classista / desempenhou intensas conversações no sentido de fazer tramitar a propositura, / culminando com duas audiências concedidas pelo atual Governador do Estado, / Desembargador Adalberto Barros Leal, homem sensível e conhecedor do Direito, e / que por isso após o seu aval. // A manifesta demonstração de má vontade dos citados setores refratários, / ensejou a presença dos colegas à “Casa do Povo”, com o único sentido de acom- / panhar a votação esperada por seis meses. Temos a convicção de que o Projeto de / Lei somente foi desengavetado e votado nas comissões em razão da mobilização e / comparecimento legítimo dos membros do Ministério Público na Assembléia Legis- / lativa. // Repudiamos, assim, a conduta de parlamentares que tentaram intimidar / os Promotores, afirmando que “se sentiam pressionados”, bem como aqueles que / se retiraram deliberadamente do plenário com o nítido propósito de negar quórum / para a votação do projeto. // Esperamos que o Poder Legislativo cumpra o seu dever, votando e apro- / vando a matéria que dormita há seis meses, dando ao Ministério Público o mesmo / tratamento conferidos aos demais Agentes Políticos do Estado. // Por fim, reafirmamos nosso compromisso de defesa da sociedade, rejei- / tando qualquer patrocínio de interesse que não sejam os relacionados às funções / institucionais do Ministério Público. // Fortaleza, 15 de setembro de 1994 // A DIRETORIA

NR34

Periódico: *Diário do Nordeste*

Data / Edição: 27 de setembro de 1994, n.4.511

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA AO POVO DE FORTIM // Nós, vereadores livremente eleitos pelo município de Fortim, / vimos por meio deste repudiar as denúncias mentirosas e torpes / propagadas pelo vereador Francisco Joventino, vulgo “Quimquim”, / e esclarecer a verdade dos fatos: // - O citador vereador “Quimquim” já tem conduta duvidosa na / sua vida pregressa na Câmara Municipal de Fortim, sendo inclusive / já ADVERTIDO POR FALTO DE DECORO PARLAMENTAR na ses- / são do dia 30/10/1993, conforme certidão da Câmara Municipal. // - O referido vereador também responde a INQUÉRITO POLI- / CIAL instaurado na Delegacia de Polícia de Fortim por agressão e / tortura física e (*sic*) um jovem agricultor em data 10/09/1994. // - Contra este vereador “Quimquim” já conta instaurada mais de / nove (09) processos por calúnia e difamação, instaurado pelos ve- / readores que subscrevem esta nota pelo Prefeito e Vice-prefeita / municipal, secretários municipais e cidadãos. // - Foi intentado contra o citado vereador denunciado um proces- / so de **Exame de Sanidade Mental**, para verificar suas atitudes ab- / surdas. // Afirmamos que para difamações deste tipo o único remédio é a / justiça. E é o que está sendo feito com o citado vereador tendo de / provar tal difamação, bem como assinamos a presente nota por não / sermos covardes de revelar nosso pensamento e nossa posição e / fazemos constar toda nossa dedicação e trabalho pelo povo de / Fortim honrando nosso mandato de parlamentar. // **Assinam a presente nota:** / Osias Silvano Silva / Raimunda Ribeiro dos Santos (Preta) / Francisco Mendes Ribeiro (Chico Luca) / José Arlindo Pereira / José Osmildo Facundo

NR35

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 17 de março de 1995, n.20.883

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA DE REPÚDIO // A SAÚDE EXIGE RESPEITO // A população Cearense usuária do Sistema Único de Saúde sofre mais uma / vez com a greve causada pelo descaso do Governo do Estado, Sr. Tasso / Jereissati, que além das más condições de trabalho, insiste em não apresentar / uma proposta que melhore as condições salariais dos profissionais de saúde. // No último dia 15.03.95, quando mais uma vez se tentava uma solução para / o impasse, o governo resolveu usar a força. Numa manifestação pacífica e / ordeira na Secretaria de Administração os servidores foram estranhamente / recebidos pela guarda do palácio, inclusive tendo uma de sus lideranças – a / presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Est. Do Ceará – sido agredida por um / policial, todos os servidores sentiram-se agredidos. Repudiamos esta prática / autoritária do governo que na realidade é um desrespeito a população. // **SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO EST. DO CEARÁ, SIN- / DICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS EM SERVIÇO / DE SAÚDE DO EST. DO CEARÁ, SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO / EST. DO CEARÁ, SINDICATO DOS**

FARMACÊUTICOS DO EST. DO / CEARÁ, SINDICATO DOS FISIOTERAPÊUTAS OCU- / PACIONAIS DO EST. DO CEARÁ, SINDICATO DOS MÉDICOS DO EST. / DO CEARÁ, ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO IPEC, CENTRAL / ÚNICA DOS TRABALHADORES-CUT-CE, MOVA-SE.

NR36

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 21 de abril de 1995, n.22.916

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA DE REPÚDIO // 1. A Greve dos Profissionais de Saúde por melhores condições de Tra- / balho e salários dignos é CONSTITUCIONAL, prevista na Constituição / Federal no seu Cap. II, Art. 9º: “Assegura o direito de greve ao traba- / lhador brasileiro”; 2. Para nós profissionais de saúde, ILEGAL é a sonogação de impos- / tos, o sucateamento dos Hospitais Públicos, os desvios dos recursos fi- / nanceiros do SUS, o alto índice de mortalidade infantil e as epidemias / que se alastram por todo o nosso Estado; 3. Pela primeira vez na história do Ceará uma greve dos profissionais / de saúde sofre ação judicial. Não se resolve impasse com o uso da “força / judicial” e sim através de negociação; 4. Repudiamos a atitude desrespeitosa do Sr. Secretário de Saúde, / Anastácio Queiroz, dia 19 de abril para com o comando de greve dos / profissionais de saúde, quando este aguardava audiência com o governa- / dor Tasso Jereissati agendada pelo Procurador do Estado, Djalma Pinto. / O Secretário de Saúde declarou publicamente nada ter a tratar com o Co- / mando dos Profissionais de Saúde, evitando, portanto, o diálogo direto / com o governador do Estado. Tal atitude não é digna de alguém que se / propõe a administrar o Sistema único de Saúde no Estado; 5. Nossa greve está pautada numa proposta que busca tratamento JUS- / TO, NÃO DIFERENCIADO PARA COM TODOS OS PROFISSIONAIS / DO SUS, através de uma Política de Desenvolvimento de Recursos Hu- / manos para o Sistema Único de Saúde. // SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO CEA- / RÁ, SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS / EM SERVIÇO DE SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, SINDICATO / DOS ENFERMEIROS DO ESTADO DO CEARÁ, SINDICATO DOS / FARMACÊUTICOS DO ESTADO DO CEARÁ, SINDICATO DOS FI- / SIOTERAPÊUTAS E TERAPÊUTAS OCUPACIONAIS DO ESTADO / DO CEARÁ, ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO IPEC, ASSO- / CIAÇÃO DOS SERVIDORES DE NÍVEL MÉDIO E ELEMENTAR DA / SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, CENTRAL ÚNI- / CA DOS TRABALHADORES - CUT-CE, SINDICATO DOS TRABA- / LHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ - / MOVA-SE.

N37

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 28 de abril de 1995, n.22.923

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA DE REPÚDIO // Manifestamos o repúdio dos Fazendários às medidas do governo em

relação à greve / dos servidores da Saúde, especificamente as medidas que tentam envolver diretamente / servidores de nossa categoria para se contrapor ao legítimo movimento. // O governador Tasso Jereissati determinou à direção do Departamento de Auditoria do / Estado/Sefaz – órgão de controle interno do poder Executivo – que atuasse nas dependências dos / hospitais públicos. Motivo: por causa da greve, o governo quer que os servidores da Fazenda / auditem a presença, assinaturas de pontos e procedimentos de atendimento dos servidores da / Saúde. O governo pretende, desta forma, que os Fazendários cumpram papel de repressores, / desvirtuando-os das funções de auditagens dos procedimentos e controle das gestões financeira / e patrimonial no âmbito interno do poder Executivo. // Ao tomar conhecimento da determinação do governo, o **Sintaf** manteve audiência com o / diretor do Departamento de Auditoria do Estado, quando representantes do Sindicato se / posicionaram contra a medida e reivindicaram sua imediata revogação. O diretor levou o pleito / ao titular da Sefaz. O secretário Ednilton Soares afirmou estar cumprindo determinação do / governador e não voltaria atrás. // Colocar os auditores nos hospitais, neste momento, além do notório caráter autoritário, é / desvio de função. Os servidores da Fazenda estão cumprindo a determinação sob coerção. A / dependência da produtividade – que chega a representar 80% dos seus rendimentos -, os impele / a cumprir essa determinação arbitrária do governo. // O **Sintaf** envia esforços para por fim a esta situação. Os Fazendários não são débeis. O / governo não pode esquecer que órgãos de repressão como o SNI foram extintos e que a / “ditadura acabou (?)”. Não podemos admitir quaisquer mecanismos de repressão, muito menos / pressionar servidores públicos civis a exercerem tal papel. // Com a medida, o governo tenta colocar servidores contra servidores. O **Sintaf** reafirma / solidariedade ao movimento dos servidores da saúde. Notifica que continuará lutando / por Justiça e denunciando as incorreções do governo no tratamento aos servidores públicos.

NR38

Periódico: *Diário do Nordeste*

Data / Edição: 29 de março de 1996, n.5.051

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA OFICIAL // A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) vem a público manifestar o / mais veemente repúdio às declarações dos deputados federais Newton / Cardoso (PMDB-MG) e Márcio Reinaldo Moreira (PPB-MG) para quem os pro- / fissionais da imprensa do país são “vagabundos” e “cachorros”. Tamanho / destempero verbal dos deputados, inaceitável em um parlamento democrático / que se pretende transparente, apenas confirma as reportagens dos jornalis- / tas que fazem a cobertura política no País, revelando o loteamento e a sórdida barganha de cargos por votos do Governo Fernando Henrique Cardoso para / aprovação do projeto de reforma da Previdência Social, na semana passada. // Com estas declarações desequilibradas, os deputados revelam, mais / uma vez, a sua mais completa ignorância quanto ao papel da imprensa em uma / sociedade democrática. Ao contrário de serviço do poder, seja do Executivo, / Legislativo ou Judiciário, o jornalista deve exercer sua atividade profissional / com independência e autonomia, pautando-se pela busca da verdade dos fa- / tos, na precisa apuração dos acontecimentos. Antes de ser um instrumento de / punição, de intimidação ou cerceamento, como querem estes deputados, a Lei de Imprensa deve representar, portanto, a garantia para a mais ampla liber- / dade de expressão e manifestação, definindo ainda as responsabilidades dos / jornalistas e dos veículos de comunicação. Este é o espírito que norteia a Lei / de Imprensa, não o revanche, as sombras do

autoritarismo. // Não bastassem estes ataques e agressões, o ex-governador de Minas, / Newton Cardoso, tenta também inutilmente denegrir a imagem e a credibilida- / de dos jornalistas brasileiros, ao afirmar que a imprensa é subornada pela As- / sembléia Legislativa de seu Estado. Sem apontar empresas ou nomes, o / Deputado escuda-se em sua imunidade parlamentar para agredir irresponsa- / velmente. Para o bem da democracia, é fundamental que manifestações levia- / nas como a destes parlamentares sejam coibidas e esperamos que a Câmara / dos Deputados tome as providências necessárias para anto. // Brasília, 28 de março de 1996 / A diretoria da FENAJ

NR39

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 13 de março de 1999, n.24.319

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA DE REPÚDIO // Um crime contra a Instituição do Poder Judiciário do Estado do / Ceará foi e está sendo praticado por pessoas recalçadas e inescrupu- / losas, as quais já estão sendo investigadas para ser lavrado o devido / flagrante penal. // Acobertando-se sob um nome falso, tais pessoas de mente / pervertida concluíram a elaboração de um documento tão mentiroso / quanto infamante, assacando variadas acusações a ilustres membros / do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. A simples existência / de documento dessa natureza reclamaria a intervenção da Polícia para / apontar seus autores e processá-los na forma da lei. Contudo, a / maldade dessas pessoas se apóia nas asas da audácia criminosa, / tendo enviado esse documento, sorrateiramente, para autoridades e / cidadãos de expressão da sociedade. // Por esse fato, pela distribuição inconseqüente dessa insânia / imoral, o Tribunal Pleno, em reunião do dia 11 de março, resolveu, por / unanimidade, divulgar esta Nota de Repúdio, com a qual desagrava os / seus ilustres membros vilmente acusados e, ao mesmo tempo, / pretende dar uma satisfação à opinião pública. // Conscientes são os membros do Egrégio Tribunal de Justiça que / a instituição, como qualquer outra formada por seres humanos falíveis, / padece de erros e de falhas. No entanto, se elas existem e precisam de / correção, as respectivas denúncias deverão vir com os autores identi- / ficados e com a suposta falta devidamente caracterizada. Formalizada / de acordo com a lei, a denúncia será apurada, não se constrangendo o / Poder em aplicar ao eventual faltoso a sanção cabível. // O documento apócrifo, objeto deste repúdio, foi inspirado pela / malícia e escrito por covarde com as tintas da afronta. Com quê intuito? / A resposta seria vaga e ampla no vasculhar as visões mirabolantes de / uma mente doentia. Todavia, percebe-se que, na base do ato criminoso, / está o propósito de intimidar os membros do Egrégio Tribunal de Justiça. / Sono de insano, pois não pode ser Juiz aquele que se deixa intimidar. // Os membros do Egrégio Tribunal de Justiça, em repudiando o / documento apócrifo, asseguram às autoridades e à sociedade que / continuarão exercendo com altivez as suas obrigações funcionais e não / permitirão que atos criminosos venham comprometer a estabilidade dos / órgãos da Justiça Cearense. // Fortaleza, 12 de março de 1999. // **Desembargadora Águeda Passos Rodrigues Martins** / Presidente do Tribunal de Justiça.

NR40

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 14 de março de 1999, n.24.320

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

MOÇÃO DE REPÚDIO // A ADUFC-SS vem repudiar veementemente, de público, a tentativa de intimidação a que está sendo / submetida a *Prof^a* Maria Luiza Fontenele, diretora desta entidade sindical, pela Polícia Federal, que vem de / intimidar a referida professora a comparecer às 9 horas do dia 15 de março de 1999 na referida Polícia Federal / em termos que tenta ignorar que ela é uma cidadã com endereço estabelecido e amplamente conhecida por / sua luta pelas causas populares, no Estado do Ceará, além de deter o título de ex-prefeita de Fortaleza. // Ao não especificar o motivo da intimação, o documento da PF transforma-se em instrumento de coerção / e busca intimidar a professora no que tange a sua luta histórica pela justiça social e pelo bem-estar dos / segmentos economicamente menos favorecidos da população. // A ADUFC-SS denuncia à sociedade mais este ato de arbítrio e injustiça o qual só vem reforçar nosso / desejo de luta por uma sociedade mais justa e democrática. // **Fortaleza, 14 de março de 1999** // **ADUFC** – Assoc. dos Docentes da UFC – Seção Sindical do ANDES-SN / **SINDIUTE** – Sind. Único dos Trabalhadores em Educação do Est. Do Ceará / **SINTUFCE** – Sind. Dos Trabalhadores da UFC / **SINTSEF** – Sind. Dos Servidores Públicos Federais / **SINTAF** – Sind. Dos Fazendários / **SINDFORT** – Sind. Dos Servidores Públicos Municipais de Fortaleza / **CMP** – Central dos Movimentos Populares / **UCGF** – União das Comunidades da Grande Fortaleza / **UMC** – União das Mulheres Cearenses / **ATEFCE** – Associação dos Trab. Da escola Técnica Federal do Ceará / Sindicato dos Mototaxistas de Fortaleza / Movimento Alternativo da Juventude / Associação dos Agentes de Saúde de Fortaleza / **PART** – Partido da Revolução dos Trabalhadores pela Emancipação Humana / **SINDIJORCE** – Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado Do Ceará

NR41

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 13 de maio de 2001, n.24.132

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA OFICIAL // A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Ceará, por esta Nota oficial, vem expressar sua / unânime posição de repúdio aos dramáticos acontecimentos da vida pública nacional, inerentes as / denúncias de condução indevida da coisa pública e de irresponsável exercício dos misteres / constitucionais mandatários da vontade popular. // A democracia brasileira e as instituições republicanas, caso não sejam resguardadas e enaltecidas a / ética e a moralidade, sofrerão inequívocos abalos, impondo-se a Ordem dos Advogados do Brasil a se / engajar na luta sem tréguas contra essa situação. // O primado da Lei de prevalecer como conduto indispensável à evolução política e moral do Estado. // **Neste domingo, dia 13 de maio, está programada em todo o Brasil, a Vigília Cívica contra a Corrupção.** // Apoiando a orientação do Conselho Federal, adotada pelo Colégio de Presidentes de Seccionais, em / sua reunião de 27 de abril próximo passado, transcreve-se a seguir, a **Declaração de Brasília:** // “O Colégio de Presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil, reunido em Brasília-DF, nos dias 26, / 27 e 28 de abril de 2001, tornando pública sua posição institucional e corporativa dentro do temário / posto à sua apreciação, declara que **RESOLVEU:** // a) **REPUDIAR** as distorções dos valores éticos e morais na prática política brasileira, e **EXIGIR** a / punição exemplar, com a perda do mandato, dos três Senadores, não

permitindo espaço para se / atenuar ou abrandar a punição que se impõe; // b) REAFIRMAR o apoio à imediata criação e instalação da **CPI da Corrupção** e de todos os demais / mecanismos de apuração de atos desta natureza; // c) **REPUDIAR** a prática do uso e reedição indiscriminados das Medidas Provisórias com força de / lei pela Presidência da República, fora dos padrões constitucionais, fatos que provocam a / instabilidade do direito positivo brasileiro, usurpando a competência do Poder Legislativo que, / por sua vez, se omite no controle desse exercício e **LAMENTAR** a interpretação permissiva do / Supremo Tribunal Federal sobre o tema; // d) **EXIGIR** das autoridades públicas de todo o país ações efetivas de combate à violência e à / criminalidade com respeito aos direitos dos cidadãos; // e) **RECOMENDAR** às Seccionais e Subseccionais da Ordem dos Advogados do Brasil a promoção / de eventos destinados a conscientizar e mobilizar a sociedade civil na defesa de seus direitos, / denunciando a quebra de princípios constitucionais em face das edições e reedições das medidas / provisórias; // f) **RECOMENDAR** às Seccionais e Subseções que adotem o projeto “**A OAB vai à Escola**” como / instrumento de integração da classe dos advogados e da OAB junto à sociedade, no resgate da / cidadania; // g) **RECOMENDAR** que as Seccionais acompanhem o desenvolvimento dos cursos de bacharelado / em direito existentes em seus Estados, de modo a incentivar e cobrar a melhoria do nível do ensino / jurídico e evitar o descrédito do profissional do direito; // Deste modo, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Ceará convida os advogados e advogadas e / toda a sociedade civil, para prestigiarem uma grande **CARREATA CONTRA A CORRUPÇÃO**, / neste **DOMINGO, dia 13**, a partir das 8 horas da manhã, saindo da **PONTE DO RIO CEARÁ** e / terminando na Praça da **ESTÁTUA DE IRACEMA**. // **O Brasil espera que cada um cumpra seu papel neste momento histórico**. // Fortaleza, 13 de maio de 2001. // **Paulo Napoleão Gonçalves Quezado / PRESIDENTE/ OAB-CE**

NR42

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 29 de setembro de 2001, n.24.271

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA À SOCIEDADE // Os professores das Universidades Federais do Brasil, em / greve há mais de 30 dias, juntamente com os servidores técnico-/ administrativos, tentando garantir a sobrevivência dessas / instituições, ante a investida do Governo Federal da (sic) acabar com o / ensino superior público no País, vem manifestar seu repúdio a / atitude do representante do governo, ministro Paulo Renato de / Sousa, de ameaça de suspensão do pagamento dos salários dos / grevistas, relativo ao mês de setembro. // Tal atitude de força revela, além de uma inabilidade política, a / intransigência em conversar com o movimento grevista, justo no / momento em que iriam ser iniciadas as negociações. // Uma medida dessa ordem não tem respaldo jurídico, já que a greve não foi considerada ilegal e, ao mesmo tempo, fere a / autonomia das Universidades, uma vez que, (sic) a atribuição de cortar / salários é prerrogativa da administração da Universidade e não do / cargo de ministro. // Diante da ameaça do Governo, a ANDES – Sindicato Nacional e / ADUFC-S. Sind tomaram imediatamente as providências jurídicas / e administrativas no sentido de assegurar o direito dos professores / de fazerem greve, assegurado pela Constituição Brasileira. // Neste momento, consciente da responsabilidade que nos / cabe, queremos reafirmar a justeza de nosso movimento, dizer que / não iremos recuar diante de qualquer intimidação e conclamar a / sociedade a se somar a nós em defesa da Universidade Pública, / Gratuita e de Qualidade. //

Por fim, esperamos que o bom senso prevaleça, para termos a / certeza que as Universidades Federais Brasileiras serão / preservadas e que a sociedade poderá continuar tranquila no que / diz respeito [ao] cumprimento dos preceitos básicos da democracia e / da ordem constitucional. // ADUFC – Seção Sindical da ANDES-SN

.....

NR43

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 14 de novembro de 2001, n.24.317

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

MOSTRE A FOLHA! // O PSDB do Ceará vem a público repudiar as agressões do presidente / da Assembléia Legislativa do Estado, deputado Wellington Landim, ao / seu ilustre filiado governador Tasso Jereissati, somente porque este, / investido da autoridade moral que o faz respeitado pelos cearenses e / por todo o país, cobrou transparência da presidência daquele poder na / aplicação de recursos públicos, que lhe são repassados pelo Tesouro / estadual. // O Governador tornou públicas informações que lhe chegaram ao / conhecimento, advertindo-o de que o atual presidente da Assembléia / estadual estaria utilizando parte do dinheiro destinado pelo Estado, de uma folha à parte que não se sabe a que fins reais se destina, quais / os critérios de contratação e remuneração, nem os nomes dos / beneficiários. O caso entrou para o domínio da opinião pública como o / escândalo da “Folha 8”. // Em vez de esclarecer os fatos, para resguardar a verdade, dever de / quem detém responsabilidades na atividade pública, o presidente da / Assembléia tem se limitado a agredir moralmente o Governador recorrendo a um linguajar chulo que apenas depõe mais ainda contra a / dignidade do cargo que ocupa como dirigente de um poder. Mas nada / esclareceu, até hoje, sobre o mistério que cerca a famigerada “Folha 8”. // Ao mesmo tempo, sem o menor respeito às justas expectativas da / sociedade, que deseja saber a verdade, ele se utiliza do episódio para / tentar se passar por vítima, engendrando uma farsa de supostas / perseguições e insegurança, criações comuns nas mentes ociosas dos / que se puseram à margem da dignidade, ou embalados nos pesadelos / de grandeza e poder, quando não enredados em surtos de desajustes / emocionais. // O PSDB, fiel aos postulados da mora e da ética, ao solidarizar-se com / o governador Tasso Jereissati, por sua conduta respeitável de cidadão, / político e homem público, soma-se a ele e a toda a sociedade cearense / na cobrança de transparência na aplicação e administração dos / recursos públicos e não crê que os que a isso se opõem possam merecer / a credibilidade da população ou a acolhida e confiança dos partidos / comprometidos com a moralidade e a renovação. // Entende, por isso, que só há uma atitude para o presidente da / Assembléia conseguir sanar as suspeições que atingem a presidência / da Casa e eximir-se das responsabilidades que a denúncia lhe coloca / aos ombros: é mostrar à opinião pública quais os critérios adotados / para a “Folha 8”; quem recebe por ela, quanto recebe e se de fato / trabalha. Eis a transparência que cobra o Governador. // Executiva Regional do PSDB

.....

NR44

Periódico: *Diário do Nordeste*

Data / Edição: 09 de maio de 2002, n.7.255

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

A ASSOCIAÇÃO CEARENSE DE MAGISTRADOS, / por seu Presidente, vem a público, reconhecendo a / gravidade do momento, repudiar a maneira como / alguns Deputados Estaduais apontaram possíveis / desvios atribuídos a membros do Poder Judiciário / estadual, em recentes sessões da Assembléia / Legislativa do Estado do Ceará. Fatos ali pronunciados / acabaram por condenar magistrados perante a opinião pública, / sem oportunizá-los o sagrado direito de defesa / e fora do devido processo legal, em nada contribuindo / para o aperfeiçoamento das instituições. A harmonia / entre os Poderes não pode ser rompida pela / inconsequente reiteração de acusações apócrifas, / atitude típica dos que adotam o deplorável expediente / da covardia. A opção, sem demonstração, não merece / crédito. Em verdade, impende acreditar que o Poder / Judiciário vivencia um caminho de resgate do bom / conceito, demonstrando a intenção de cumprir com a / expectativa desejada pela sociedade cearense e já / propalada pela própria Casa Legislativa. Tais / comportamentos não se coadunam com o elevado / mister daqueles que se propõem representar o povo e / põem em risco a estabilidade democrática. Têm os / membros desta Associação o lídio interesse em / conhecer a verdade cristalina dos fatos, mas abominam / veementemente ataques inconsequentes à vida / pessoal de magistrados, que deve ser respeitada por / força do imanente direito à intimidade. Sobre decisões / de juízes nos processos, a lei processual assegura a / eventuais prejudicados o exercício dos recursos, com / possibilidade de revisão por instâncias superiores. / Impõe-se, no Estado Democrático de Direito, o respeito / aos agentes políticos. Urgem incontínentis mudanças / para que a Justiça se imponha a todos os homens. // Michel Pinheiro / Presidente

NR45

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 29 de junho de 2002, n.24.540

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA OFICIAL // O Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva do **CEARÁ SPORTING CLUB**, repudiam, / veementemente, as declarações injuriosas, difamatórias e caluniosas assacadas pelo apitador de futebol / **MARCOS BRASIL**, Presidente do Sindicato dos Árbitros do Futebol Cearense, contra o *dr.* **ALEXANDRE / BEZERRA FROTA**, Presidente da Diretoria Executiva do **CEARÁ**. // A comparação feita pelo sr. Marcos BRASIL, do Presidente do Ceará ao Presidente do Vasco, este / indiciado em processo de Apuração de Corrupção no Futebol Brasileiro, mas sem sentença condenatória / transitada em julgado, teve o claro objetivo de insinuar que os atos atribuídos ao Presidente do Vasco, também / são praticados pelo *Dr.* Alexandre Frota, numa manifesta declaração caluniosa e, portanto, sem sentido, contra / a qual toda a família alvinegra ora se insurge. // O *sr.* **MARCOS BRASIL** demonstra toda a sua falta de prumo e de sensatez, ao declarar aos jornais / que: // *“Fica muito difícil apitar desse jeito, principalmente, com imparcialidade”*. // Para concluir: // *“Se for assim é melhor deixar ele trazer os árbitros dele”*. // Ora, na primeira afirmação, ele se declara passível e, na segunda, agride ao Presidente da Federação, / *Sr.* **FARES LOPES**, de forma grosseira, quando diz: *“trazer os árbitros dele”*. // E o Presidente do Sindicato sabe que o Presidente da Federação tem *“os árbitros dele”*?... // O *sr.* Marcos Brasil deveria vir a público sim, mais (sic) para explicar alguns fatos dos quais ele participou, / diretamente, como soprador de apito e, de outros, indiretamente, como Presidente do Sindicato, juntamente / com o atual Presidente da CEAF. // **(Só pra lembrar a memória dele**

e dos Desportistas Cearenses): // A expulsão do JÚNIOR TOUCHÊ, no campeonato de 2000, num jogo CEARÁ x FORTALEZA, para / beneficiar o time da sua preferência. // O gol anulado do REINALDO, no campeonato de 2000, também num jogo CEARÁ x FORTALEZA, por / motivos óbvio! // As suas declarações às emissoras de rádio e televisão, pedindo desculpas por um erro fatal de sua / arbitragem, que beneficiou o Fortaleza, num clássico contra o CEARÁ. // O jogo FORTALEZA 1 x 1 ITAPAJÉ, Campeonato deste ano, quando um árbitro do seu sindicato, / marcou um penalty contra o Fortaleza, no final do jogo, e foi obrigado a desmarcar, trocando por um escanteio, / (fato inédito no futebol mundial, e que, de novo, beneficiou o Fortaleza). // Nos três últimos jogos FERROVIÁRIO x FORTALEZA, assinalamos: // * No 1º - Dia – 16.06 – houve um erro grosseiro do apitador, beneficiando o Fortaleza. O atleta Daniel / Frassom puxou o zagueiro do Ferroviário (a TV mostrou) e outro atleta do Fortaleza fez o gol. Isto, aos / 45 minutos do 2º tempo. // Obs.: Por causa desse gol, o Fortaleza jogou por dois empates no “mata-mata” e jogará pelo empate na / decisão do turno. // * No 2º - O Fortaleza ganhou de 1 x 0, gol de penalty. // * No 3º - O Fortaleza ganhou de 3 x 0, aos 5 minutos, houve 1 penalty a favor do Fortaleza, aos 11 / minutos, foi marcada uma falta dentro da meia lua, a favor do Fortaleza (2 x 0). // * **É MUITA COINCIDÊNCIA, NÃO ACHA SR. MARCOS!!!** // Como esse MARCOS BRASIL, explica na condição de presidente do sindicato dos Árbitros, o fato de que em / todos os jogos do Fortaleza, necessariamente, ter que existir 1 penalty a seu time querido. Quem duvidar, é só / examinar as súmulas dos jogos. // O atleta SINVAL, reedita, neste campeonato, o “feito” do atleta SANDRO, ambos do Fortaleza: mais de / dois terços dos seus jogos, são de penalty!!! // Nós do CEARÁ, não podemos ser responsabilizados por suas frustrações, de nunca ter chegado ao / nível de um **GILBERTO FERREIRA**, de um **LEANDRO SERPA** e de um **DACILDO MOURÃO**, que foram / vencedores e ficaram conhecidos, nacionalmente, como árbitros. Aí, sim, **ÁRBITROS DE FUTEBOL!** // Sua insignificância como apitador não é culpa do CEARÁ. Por isso, saiba que, doravante, a família / alvinegra não terá mais o desprazer e a infelicidade de vê-lo enodoar jogos com suas arbitragens / desclassificadas, facciosas, manifestamente prejudiciais ao Clube que é uma expressão da Glória do nosso / futebol. // CEARÁ SPORTING CLUB / o Conselho Deliberativo / a Diretoria Executiva

NR46

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 03 de agosto de 2002, n.24.575

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA DE REPÚDIO // A ABERT – Associação Brasileira das / Emissoras de Rádio e Televisão, repudia os fatos / ocorridos ontem, 01 de agosto, nas dependências / da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará / quando o jornalista Marcelo Fraga, da TV / Jangadeiro, foi agredido fisicamente, de forma / violenta e injustificável pelo Coordenador de / Comunicação da Assembléia, jornalista Luciano / Luque, na ocasião em que era entrevistado no / plenário, o Presidente da Casa, Deputado Wellington Landim. // A ráiodifusão brasileira condena o / ocorrido que atenta contra a liberdade de / expressão e exige que as autoridades / competentes apurem o fato com brevidade rigor. // Paulo Machado de Carvalho Neto / Presidente da Abert

NR47

Periódico: *Diário do Nordeste*

Data / Edição: 13 de janeiro de 2003, n.7.502

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

Nota ao público // À fiel torcida alvinegra, à imprensa, aos conselheiros, empresas / patrocinadoras e ao público em geral. // Nós atletas profissionais de futebol, que integramos o elenco do / Ceará Sporting Club, vimos, pela presente, expressar nosso repúdio, / nossa indignação por fatos que estão ocorrendo atingindo diretamente / a associação (Ceará Sporting Club) em que trabalhamos, através da / qual ganhamos nossos salários para sustento de nossas famílias, atra- / vés da qual também fazemos e temos nossa imagem perante o cenário / futebolístico, pelas razões expostas: // 1 – Repudiar, veementemente, a “charge” publicada no Jornal O Po- / vo, na qual figuramos como excluídos da sociedade e participantes da / Fome Zero do Governo Lula. É uma grosseria, um ato irresponsável do / chargista e mais ainda do jornal que publica, denegrindo não só a nos- / sa imagem como atleta do clube em que trabalhamos, bem como o fu- / tebol profissional do Estado do Ceará. // 2 – A crise financeira é mundial, tanto que grandes empresas ame- / ricanas como Att, Enron, Arthur Andersen, American Airlines, den- / tre outras, simplesmente faliram. No Brasil não é diferente. Estados / estão com salários atrasados, grandes empresas faliram e os grandes / clubes de futebol como Flamengo, Fluminense, Botafogo, Palmeiras e / Corinthians, entre outros, estão com sua situação financeira bastante / delicada, chegando ao ponto de não ter recursos para contratar os ar- / tilheiros do Campeonato Brasileiro de 2002, os quais se encontram / desempregados. // 3 – Reconhecemos que existem problemas na empresa (Ceará Spor- / ting Club) na qual estamos prestando nossos serviços como atletas / profissionais, porém, temos o bom senso de entender que um clube / vive de renda e o Ceará, desde nossa contratação, em dezembro, ainda / não tem, devido à desorganização do futebol, jogos definidos para a / nossa equipe. Sabemos que isto acarreta maiores problemas financei- / ros para o clube, porque é obrigado a honrar nossos salários sem ne- / nhuma receita de bilheteria. // 4 – Comunicamos à torcida que, em um acordo com a Diretoria, dis- / putaremos o Campeonato Cearense e o Campeonato Brasileiro, en- / vidando todos os nossos esforços para nos “sagrarmos campeões / cearenses” e colocarmos o nosso clube na 1ª Divisão do Campeonato / Brasileiro”. Para isso apelamos à fiel torcida para que compareça aos / nossos jogos, para gerar renda de bilheteria. // 5 – Apelamos à imprensa para que acabem com as más notícias vei- / culadas diariamente contra o nosso clube, pois isso vem prejudicando / a Diretoria a conseguir investidores e patrocinadores, que injetariam / recursos no clube para pagamento de todo o elenco e mais outras des- / pesas inerentes à disputa dos campeonatos. // 6 – Que os conselheiros do clube, também fiéis torcedores, invistam / recursos no clube para que possamos atingir, juntos a nós atletas e aos / senhores conselheiros, a meta de nos sagrarmos campeões cearenses / e elevar o Ceará à 1ª Divisão do Campeonato Brasileiro. // 7 – Aos patrocinadores apelamos no sentido de que acreditem que / investir na marca do nosso clube lhes dará retorno financeiro e nós / atletas faremos esta marca campeã. // 8 – O Ceará Sporting Club, pelos seus 88 anos, sendo tetracampeão / e com dezenas de títulos, merece respeito. // Elenco de jogadores do Ceará Sporting Club.

.....

NR48

Periódico: *O Povo*

Data/ Edição: 02 de agosto de 2003, n.24.935

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA DE REPÚDIO E INDIGNAÇÃO // O Sindicato dos Servidores da Emlurb – SINDILURB, vem de Público repudiar a atitude / irresponsável do secretário de Administração do / Município Sr. Francisco José Barreto Pierre Lima, / em suspender o pagamento dos Servidores da / Emlurb, pois os mesmos ainda não haviam feito o / recadastramento do IPM, gostaríamos de saber do / Secretário de Administração que Lei autoriza / suspender o pagamento de Servidores por não / haver feito o referido recadastramento, muito dos / Servidores a maioria garis, ao banco seu o / seu pagamento estava suspenso, não conhecemos / a Lei que autoriza a suspensão de pagamentos de / Servidor, por não se recadastrar no IPM, até porque / o próprio IPM não suspendeu o atendimento aos / seus segurados por conta do referido / recadastramento. // Para que as pessoas tomem conhecimento, esta / é uma **Administração truculenta e irresponsável**, a / revolta dos Servidores é muito grande até porque / são na maioria pessoas humildes que tem / compromissos a cumprir, e ficaram com seu / pagamento retido no banco, que seja resolvido o / mais rápido possível. // Benedito Alves Aragão / Presidente do Sindilurb

NR49

Periódico: *Diário do Nordeste*

Data / Edição: 01 de abril de 2004, n.7.938

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA DE REPÚDIO // O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO Estado DO CEARÁ – CRC/CE, através de seu / Conselho Diretor, reunido extraordinariamente nesta quarta-feira, às 13 horas, e as entidades da classe contábil / do Estado do Ceará, abaixo assinadas decidiram por apresentar manifestação pública em nome da classe / contábil, em função das contraditórias e nefastas declarações proferidas pelos *Srs.* Promotores Públicos / Estaduais Luiz Alcântara Costa Andrade e Herton Ferreira Cabral, na tarde desta segunda-feira 29/03, no / auditório da Associação Cearense do Ministério Público, quando afirmaram que a “maioria esmagadora dos / Contadores está ensinando a roubar”. // O CRC/CE e as entidades, vêm a público informar que a classe contábil, hoje composta por mais de / 16.000 profissionais no Estado do Ceará, é responsável pela correta e pontual arrecadação dos impostos / federais, estaduais e municipais e carregam consigo o legado de ter em mãos a riqueza de um Estado. / Exercendo o seu múnus, os Contabilistas fazem girar a economia do Estado, operacionalizam a arrecadação e / contribuem para a escorreita aplicação dos recursos arrecadados. // A classe contábil cearense desconhece o ofício de ensinar a roubar. Se os ilustres Promotores de Justiça, / na realização de seu mister, encontraram profissionais que transmitem essa idéia porque então clamam pela / criação de uma Assessoria contábil? As colocações são extremamente contraditórias, pois ora imputam aos / Contabilistas uma conduta desonrosa, ora pedem seu auxílio através de uma Assessoria. Por outro lado, é / necessário reconhecer que a sociedade está assolada por decisões administrativas e/ou judiciais que / beneficiam alguns gestores municipais. Contudo, atirar pedras e apontar falhas é muito cômodo, quando todo / um sistema já vem fragilizado desde o seu nascedouro. Reconhecer seus limites e desempenhar com bravura / seu papel na sociedade é essa a grande missão dos profissionais de hoje, notadamente, daqueles que detêm o / poder da mudança. //

O CRC/CE e as entidades, pontuando sua posição de defensores dos bons profissionais, preferem / acreditar que não é pensamento de todos os Promotores de Justiça do Estado do Ceará, mas tão somente uma / infeliz e isolada afirmativa de dois profissionais que não souberam reconhecer a colaboração que esta classe / pode e vem prestando à sociedade em geral. // Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará (CRC-CE) / Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assesso., Perícias, Informações e Pesquisas do / Ceará (SESCON-CE) / Federação Norte Nordeste dos Contabilistas / Sindicato dos Contabilistas do Estado do Ceará (SINDICONT) / Associação dos Técnicos em Contabilidade do Estado do Ceará (ASTEC) / Associação dos Contadores do Estado do Ceará (ACEC) / Associação dos Jovens Contabilistas do Ceará (AJC) / Sindicato dos Contabilistas da Região do Cariri / Sindicato dos Contabilistas da Região da Ibiapaba / Sindicato dos Contabilistas da Região Norte / Associação dos Peritos Contadores do Ceará – APECEC

NR50

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 14 de maio de 2004, n.25.217

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

Nota de repúdio // A Associação Nacional de Jornais – ANJ, que congrega 125 empresas editoras / jornalísticas de todo o Brasil, representando mais de 90% da circulação dos jornais diários, / repudia a determinação do Ministério da Justiça de cancelar o visto temporário do jornalista / americano Larry Rohter, autor de reportagem publicada pelo jornal *The New York Times* nesta / semana. // A medida é calcada em bases legais que restaram de uma legislação autoritária / tantas vezes combatida e que merecem repulsa quando são retomadas. Expulsar do território / brasileiro um profissional de imprensa em razão de sua atividade é uma medida atentatória à / liberdade de imprensa e que foge aos preceitos democráticos que o Brasil defende. // A reportagem assinada por Larry Rohter que noticia o Presidente da República / Luiz Inácio Lula da Silva deve merecer crítica e reação pelo cunho sensacionalista e pela / irresponsabilidade que contiver, mas não causa mais dano ao país do que um ato de notória / ameaça à liberdade de imprensa como esse, que se agrava pelo aval do governo legalmente / constituído. // A resposta do Governo deve-se pautar pelos ditames da verdade dos fatos / de interesse público, mas preservado intacto o livre exercício da atividade jornalística no território / nacional, uma garantia da Constituição Federal que tem a firme defesa da **Associação / Nacional de Jornais**. Brasília, 12 de maio de 2004. // **Francisco Mesquita neto** / Presidente da ANJ // **Jaime Câmara Júnior** / Vice-presidente responsável pelo / Comitê de Liberdade de Expressão

NR51

Periódico: *O Estado*

Data / Edição: 24 de maio de 2004, n.19.645

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA DE REPÚDIO // Tornou-se comum algumas autoridades públicas investigadas por práticas de atos de im- / probidade administrativa, com objetivo de desviar a atenção da

sociedade da realidade de / atos lesivos ao patrimônio público e, sobretudo, tentar escudar-se da prática desses atos, / assacarem contra o Ministério Público e seus membros, cuja missão é a defesa das garan- / tias constitucionais do cidadão, dentre elas, o acesso do povo à saúde pública de qualidade, / inverídica acusação de que a Instituição ministerial é movida por interesse político-eleitoral. // É por todos sabido que o Ministério Público, no cumprimento de seu mister constitucio- / nal, não é – e nunca foi – impulsionado por quaisquer outros motivos que não a defesa do / Estado Democrático de Direito, a intransigente vigilância à correta aplicação da lei, o zelo / pelo patrimônio público, a fiscalização incansável da aplicação dos recursos públicos, etc. // Mais uma vez, a sociedade cearense foi colhida de surpresa com a divulgação de matéria / veiculada nos jornais de grande circulação no Estado onde o Procurador Geral do Município / de Fortaleza, fugindo às suas atribuições, e com infração à disposição legal que lhe veda / fazer a defesa de funcionários da Prefeitura Municipal de Fortaleza, mas apenas da Municipa- / lidade, ilegalmente acusa a Dra. Isabel Maria Salustiano Arruda Porto de se ter havido de / forma “irresponsável” ao ingressar com ação civil pública contra o Secretário de Saúde do / Município Galeno Taumaturgo, contra os ex-secretários de saúde Aldrovando Nery de Aguiar / e Adelmo Martins, e contra o Coordenador do Fundo Municipal de Saúde, Edísio Caval- / cante Filho por malversação de verbas públicas destinadas a área de saúde. // Também causou espécie ao Povo cearense a ilegal publicação, pela Prefeitura Municipal / de Fortaleza, de “NOTA DE ESCLARECIMENTO”, por si só caracterizadora de ato de impro- / bidade administrativa, cuja apuração igualmente será feita com destemor, veiculada nos / jornais “O POVO” e “O ESTADO”, do dia 21.05.2004, onde as agressões À Promotora de / Justiça de Defesa da Saúde Pública e, especialmente, à Instituição do Ministério Público, / são, de forma aleivosa, reiteradas. // Ao contrário do que foi inveridicamente publicado, a Dra. Isabel Maria Salustiano Arruda / Porto, depois de receber documentação acompanhada de relatório final de autoria do De- / partamento Nacional de Auditorias do Sistema Único de Saúde, onde os agentes públicos / citados tiveram a oportunidade de apresentar defesa, constatou irregularidades na aplicação / de verbas destinadas à área de saúde, após o quê agitou a ação própria para a correção do / desvio de conduta apurado, o que fez com a prudência, porém, com a percuciência, que / norteiam a atuação dos valorosos membros do **Parquet**. // **A Associação Cearense do Ministério Público**, reconhecendo a retidão da atitude da / **Dra. Isabel Maria Salustiano Arruda Porto** e a isenção e independência dos membros / do Ministério Público, razão pela qual repudia, veementemente, as inverdades assacadas / contra a referida Promotora de Justiça e contra a citada Instituição, que tem merecido o / reconhecimento e o aplauso dos homens de bem do Povo do Ceará. // **Fortaleza, 21 de maio de 2004 / A DIRETORIA**

NR52

Periódico: *O Estado*

Data / Edição: 04 de junho de 2004, n.19.654

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

Nota de Repúdio // A Prefeitura de Fortaleza repudia de forma veemente o ataque covarde / desferido por marginais na manhã desta quinta-feira, 3 de junho. Não só / porque foi um ataque contra o patrimônio e a democracia, mas, / principalmente, contra a vida de dezenas de pessoas, entre os quais / mulheres e idosos, que ficaram acuadas em salas sem terem como / defender-se de uma verdadeira chuva de pedras de todos os tamanhos. // Movidos por interesses contrariados, esses marginais agiram de forma / premeditada, inclusive trazendo as

pedras em caminho, o que reforça / ainda mais o caráter covarde do ataque. / Em função dos tristes / acontecimentos desta quinta-feira, que ficarão infelizmente marcados para / sempre na memória de todos aqueles que se encontravam no Gabinete da / Prefeitura, a administração municipal vem a público informar o seguinte: // - Não procede, sob hipótese alguma, a informação segundo a qual a / bilhetagem eletrônica irá extinguir ou restringir o uso da carteira de / estudante. Uma coisa não tem nada a ver com a outra, mesmo porque / a meia passagem é um direito garantido aos estudantes pelo artigo / 185 da Lei Orgânica do Município. O sistema de bilhetagem eletrônica / trará, isso sim, diversos benefícios para a população usuária do / sistema de transportes coletivos de Fortaleza porque, entre outras / medidas, fará a substituição de vale-transporte em papel por vale / eletrônico, com o número de créditos relativos à quantidade de vales / normais a que o trabalhador teria direito. Essa mudança dará maior / segurança e eficácia ao controle de demanda do sistema. O único / traço em comum entre a bilhetagem e a carteira de estudante será a / tecnologia de leitura dos cartões magnéticos. Uma outra vantagem / do novo sistema é que, numa segunda fase, a bilhetagem eletrônica / permitirá a integração temporal, ou seja, o usuário poderá fazer / conexões entre ônibus pagando apenas uma passagem e sem a / necessidade de ir até os terminais. Além disso, o sistema fará / promoções, entre os quais, a redução do valor da passagem em / horários que não sejam os de pico; // - No campo judicial, a Procuradoria Geral do Município designou dois / procuradores para acompanhar, junto ao 25º Distrito Policial, o / inquérito que apura as responsabilidades material e intelectual do / ataque ao prédio do Gabinete da Prefeitura; // - A Procuradoria Geral do Município ingressará com ação civil contra / as pessoas apontadas como responsáveis que foram presas e contra / as entidades jurídicas promotoras do ataque para que sejam / reparados todos os danos materiais; // - Em decorrência do ataque, o expediente do Gabinete da Prefeitura / voltará à normalidade apenas na segunda-feira, 7 de junho. // A Prefeitura de Fortaleza entende que o ataque desta quinta-feira faz / parte de um movimento político orquestrado que objetiva inviabilizar a / implantação de um projeto que trará diversos benefícios para o grande / contingente de pessoas que diariamente utilizam o sistema de transporte / coletivo de nossa cidade. No entanto, esses percalços não serão / suficientes para frear o ímpeto daqueles que trabalham por uma / Fortaleza socialmente mais justa e humana. // Finalmente, ressalte-se a atuação firme e corajosa da Guarda Municipal na / preservação do patrimônio público e na defesa da vida dos servidores / municipais. Sem isso, o saldo do ataque poderia ser bem mais trágico.

NR53

Periódico: *Diário do Nordeste*

Data / Edição: 06 de maio de 2005, n.8.333

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

Nota de Repúdio // O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do / Ceará (Sindjorce), a Associação Recreativa e Esportiva para / Crianças e Adolescentes (Arca), a União das Mulheres Ce- / renses (UMC) e o Grupo Crítica Radical repudiam publica- / mente o comportamento truculento de integrantes do / Batalhão de Choque da Polícia Militar do Ceará, por ocasião / do protesto de moradores das Comunidades Zizi Gavião e / Conjunto São Miguel, no dia 4 de maio, contra a construção / da linha de alta tensão da Companhia Hidrelétrica do São / Francisco (Chesf). // Durante a manifestação, policiais agrediram crianças, mu- / lheres e trabalhadores, entre eles o repórter fotográfico do / Diário do Nordeste, André Lima, que foi atingido com / um tapa no rosto e teve seu equipamento

danificado. // Lamentamos que membros da PM, instituição que deveria / preservar a segurança da sociedade, protagonizem cenas / de violência, desrespeitando o direito ao livre exercício pro- / fissional de trabalhadores da imprensa. // Reforçamos que manifestações das comunidades que se / sentem ameaçadas pela linha de alta tensão da Chesf são / legítimas e devem ser respeitadas dentro do princípio da li- / berdade de expressão. // Esperamos ainda que o governo do estado e o comando / geral da Polícia Militar tomem as providências cabíveis no / sentido de punir os responsáveis pela arbitrariedade, para / preservar a imagem dessas instituições e o direito dos ci- / dadãos. // Fortaleza, 06 de maio de 2005. // As Diretorias das Entidades

NR54

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 02 de setembro de 2005, n.25.688

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA DE REPÚDIO // Nós estudantes do Curso de Ciências Sociais, repudiamos o fato ocorrido na manhã / do dia 31 de agosto de 2005 na entrada do estabelecimento dos Departamentos / de Ciências Sociais e Filosofia. // Na manhã do dia supracitado um grupo de ativistas, que representava o comando geral / da greve dos servidores técnico-administrativos da UFC, fechou os portões do referido / estabelecimento, impedindo o acesso dos professores e estudantes. // Ao sentir que o seu direito constitucional de ir e vir estava sendo ferido, a coordenadora / do curso de graduação, Isabelle Braz, tentou negociar a abertura dos portões, / tendo em vista que professores e estudantes não são categorias atinentes ao movimento / grevista. Não tendo abertura para uma negociação, alunos pularam a grade / do estacionamento de maneira pacífica, sendo que a reação a este ato resultou / em agressões morais por parte dos servidores, o que provocou a adesão de alguns / professores, no sentido de garantir a integridade física dos alunos e do patrimônio / público. // Em meio à confusão estabelecida, alguns grevistas utilizaram truculência para impedir / a entrada de alunos, chegando ao ponto de uma aluna e outro aluno serem empurrados / contra a grade. Agressões homofóbicas também foram lançadas contra os alunos, / que a esta altura já estavam indignados, reagindo de maneira exaltada. Outro fato / ocorrido, e dos mais graves, envolveu um professor estrangeiro que serve à Universidade / há quase vinte anos, que, ao tentar expressar suas posições junto ao microfone, / foi impedido pelo comando da greve, sofrendo discriminação de natureza xenofóbica / e séria ofensa moral. // Os servidores mantiveram os portões fechados até as 11:30h da manhã, impedindo / a entrada ou saída de alunos e professores, inclusive do chefe de Departamento / de Ciências Sociais, caracterizando verdadeiro cárcere no Campus Universitário. // Desqualificar quem tem posições divergentes, com expressões e xingamentos do tipo: / “burguês”, “maconheiro”, “fura-greve”, “viadinho”, “piranha” não é uma atitude / construtiva para quem defende uma sociedade justa e democrática. // Queremos ressaltar, que não somos contrários ao exercício do direito de greve. / No entanto, repudiamos, a forma exaltada, autoritária e intimidatória como o ato / foi conduzido. Concebemos que esta é uma estratégia política equivocada, pois, / ao confrontar segmentos da comunidade acadêmica, sem favorecer o diálogo, / impossibilita o fortalecimento de uma ação conjunta em prol de uma universidade / pública, gratuita e de qualidade. // Estudantes do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará.

NR55

Periódico: *Diário do Nordeste*

Data / Edição: 08 de março de 2006, n.8.637

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA DE REPÚDIO // A AACRIMEC REPUDIA COAÇÃO PRATICADA PELA DIRETORIA DA UNIMED // A ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS CRIMINALISTAS DO ESTADO DO CEARÁ – AACRIMEC, instada / a se manifestar, por provocação de associados, repudia, através da presente nota oficial, **ato de / coação praticado por Diretores da UNIMED FORTALEZA**, mediante os seguintes termos: // A AACRIMEC teve ciência de que o Sr. Manoel [Bezerra] de Sousa Neto, ex-representante de vendas da / própria **UNIMED FORTALEZA**, convocado para depor junto ao 30º Distrito Policial de Fortaleza, / denunciou atos de corrupção ativa e passiva de Diretores da **UNIMED FORTALEZA**, em 03 de Março / de 2006, às 12h31h. // No referido depoimento, o Sr. Manoel Bezerra [e]sclareceu sobre um milionário esquema fraudulento / praticado pelos Diretores da **UNIMED FORTALEZA**, em que as comissões de venda do referido / plano de saúde passavam pela conta bancária da empresa do denunciante, mediante extorsão, / apenas para “esquentar” o respectivo dinheiro e depois era distribuído entre alguns Diretores da / própria **UNIMED FORTALEZA**. Consta da [furo], inclusive, distribuição de propina pelo Sr. / **GUSTAVO BARROS DE OLIVEIRA**, para vender [furo] licitação pública. // Ficando, inclusive, consignado no termo de depoimento. (Ver documento nº1/ esquerda) // Na mesma data do primeiro depoimento, mas já por volta das 16h, o ex-vendedor da **UNIMED / FORTALEZA**, Sr. Manoel Bezerra, foi abordado no seu escritório, por policiais armados que tinham / como objetivo conduzi-lo para novo testemunho, junto ao mesmo 30º DP. // Fortemente coagido, o ex-vendedor foi levado [numa] viatura, para o 30º DP, onde também estava o / Sr. **GUSTAVO BARROS DE OLIVEIRA** (gerente da **UNIMED FORTALEZA** e sobrinho do Diretor / Comercial do mesmo plano de saúde, Sr. FRANCISCO JOSÉ BARROS DE OLIVEIRA). // Na delegacia, o Sr. Manoel Bezerra, **ameaçado de morte, teve que assinar um novo depoimento, / forjado pelos próprios Diretores da UNIMED FORTALEZA** ali presentes, com a finalidade de / substituir o texto verdadeiro (**impresso com a mesma data e horário do primeiro e verídico / termo de declarações!**). O novo depoimento inocentaria absolutamente os Diretores da / UNIMED e descaracterizaria qualquer “esquema”. // Após assinar o fraudulento documento, o ex-vendedor ainda foi ameaçado para que não / divulgasse o ocorrido. // Com a certeza de que a justiça prevalecerá, o Sr. Manoel Bezerra e seu advogado, destemidos, / negaram-se em calar diante da existência dos dois termos de depoimento, que se contradizem / e provam atos de abuso de poder e caracterizam vários crimes outros, inclusive contra os / basilares direitos humanos do Sr. Manoel Bezerra. Após narrarem à AACRIMEC o acontecido, / esta também não pode omitir-se diante de tais fatos, já que os mesmos representam grande / agressão aos princípios humanistas e, nesse passo, constituem verdadeira afronta à / sociedade como um todo. // O depoimento forjado esconde a corrupção praticada pelos Diretores da **UNIMED / FORTALEZA**. A excessiva força armada utilizada na coação para “fabricação” deste / documento justifica-se pela seriedade das denúncias, que, por serem verdadeiras, / ressoariam negativamente em relações aos nomes dos envolvidos. // O segundo depoimento, falso, elaborado pelo Diretores da **UNIMED FORTALEZA**, com o / objetivo de esconder as falcaturas praticadas na gestão deste plano de saúde, foi assinado / nos seguintes termos (termo escrito [furo] do Sr. **GUSTAVO BARROS DE OLIVEIRA** da / Diretoria da **UNIMED FORTALEZA**): (documento nº2 / esquerda) (sic) [o referido documento nº2 é reproduzido no lado direito da página] // A sociedade tem

que ter conhecimento sobre o ocorrido e as autoridades devem adotar / urgentes providências quanto aos crimes denunciados, porque pessoas que gerem a / **UNIMED FORTALEZA** desta forma, coagindo e ameaçando, à mão armada, com o / objetivo de esconder as fraudes praticadas na gestão da cooperativa. // A AACRIMEC continuará atenta a defender e [ilegível] qualquer vida humana que venha a ser / ameaçada, como no presente caso, e não aceitará que pessoas de bem sejam coagidas a exercer atos / processuais mediante a mira de uma arma. // RAIMUNDO IVAN VASCONCELOS MOURA / Presidente da AACRIMEC

NR56

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 05 de setembro de 2006, n.26.052

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA DE REPÚDIO // A família QUEIROZ, em toda sua genealogia, de forma contundente e irrevogável, vem pelo presente / apresentar repúdio público ao ato irresponsável, inconsequente e inadmissível, representado pelo decreto / 041/2006 da lavra do prefeito ora afastado por atos de improbidade administrativa, *Dr. Marcos de Queiroz / Ferreira*, em que autoriza a desapropriação das duas principais partes do Sítio Lucas, berço do município de / Beberibe, da família Queiroz, orgulho de todos beberibenses e que constitui-se hoje, provavelmente, no único / exemplo de propriedade rural do Estado do Ceará auto-sustentável. // Vale lembrar que a propriedade, objeto daquele ato desvariado, conta com mais de 200 anos de / fundação, onde nasceram e se criaram mais de quatro gerações da qual fazem parte os subscritores da / presente nota de repúdio. // Ressalta-se ainda, que o ato que autoriza mencionada desapropriação foi praticado por quem jamais / poderia fazê-lo por tratar-se de descendente direto de um QUEIROZ, nascido ali, irmão e tio dos subscritores / da presente, *Dr. José de Queiroz Ferreira*, de saudosa memória e que foi Deputado, Prefeito de Cascavel e / Ministro do Tribunal de Contas do Município. // Confiantes no tirocínio e equilíbrio jurídico *Exmo. Sr. Dr. Whosemberg Moraes*, mui juiz desta / comarca de Beberibe, e que tal afastamento seja em caráter definitivo, temos certeza de que tamanha injustiça / não há de prosperar para o bem e tranqüilidade de todos. // Beberibe, 30 de agosto de 2006 // *Maria de Queiroz Ferreira*, 94 anos, professora aposentada; / *José Maria de Queiroz Ferreira*, 92 anos, professor, desembargado e / ex-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará aposentado; / *Maria José Bessa de Queiroz*, 88 anos, proprietária aposentada; / *Maria Vitória de Queiroz Santos*, 85 anos, funcionária pública aposentada; / *Maria Zea de Queiroz Ferreira*, 83 anos, professora aposentada

NR57

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 11 de agosto de 2007, n.26.388

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

MOÇÃO DE APOIO // A Associação dos Advogados do Estado do Ceará (AAEC), entidade / de classe que congrega advogados e advogadas de todas as especialidades à vista de / ato descortês e ilegal, praticado pela Juíza Titular da 12ª Vara Criminal da Comarca / de

Fortaleza, *Dra.* Maria Ina Lima de Castro, contra as prerrogativas funcionais do / zeloso e respeitado defensor público **Professor Roberto Ney Fonseca de / Almeida**, consubstanciado na injusta e arbitrária proibição de seu acesso às / dependências da secretaria do referido juízo, com evidente prejuízo para o regular / exercício de suas funções, vem a público manifestar seu repúdio ao insidioso ato e, / na mesma oportunidade, manifestar sua irrestrita solidariedade ao digno colega. / Isto porque o Defensor Público em apreço, no exercício de suas funções legais, não / pode ter sua autonomia profissional diminuída, tampouco sua dignidade pessoal / ultrajada pelos constantes desatinos da famigerada Juíza. **Há que se destacar / também que o comportamento irrito, autoritário e truculento da indigitada / magistrada é costumeiro e de conhecimento público e notório**, o que, inclusive, / já lhe valeu várias reclamações na Corregedoria do Tribunal de Justiça do Ceará e / uma reclamação no Conselho Nacional de Justiça, movida pela Ordem dos / Advogados do Brasil – Seção do Ceará, onde esta requer o desencadeamento do / processo de verificação de incapacidade contra a mencionada Juíza. O ato / desrespeitoso mereceu a repulsa de todos os operadores do direito que dele / tomaram conhecimento, tendo a Associação dos Defensores Públicos impetrado / Mandado de Segurança e obtido prontamente provimento liminar, garantindo ao / Defensor Público ofendido, novamente, o livre acesso a qualquer dependência do / Juízo da 12ª Vara Criminal. No ensejo, pelo dia do advogado, a **AACE** congratula-se / com todos os advogados e advogadas na pessoa do ilustre e destemido Defensor. // **A DIRETORIA**

NR58

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 09 de junho de 2009, n.27.048

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA À IMPRENSA // A Associação Nacional de Jornais (ANJ) manifesta seu repúdio pela atitude antiética e esquiva com que a Petrobras / vem tratando os questionamentos que lhe são dirigidos pelos jornais brasileiros, em particular por O Globo, Folha de S. Paulo e / O Estado de S. Paulo, que nas últimas semanas publicaram reportagens sobre evidências de irregularidades e de / favorecimento político em contratos assinados pela estatal e suas controladas. // Numa canhestra tentativa de intimidar jornais e jornalistas, a empresa criou um blog no qual divulga as perguntas / enviadas à sua assessoria de imprensa pelos jornalistas antes mesmo de publicadas as matérias às quais se referem, numa / inaceitável quebra da confidencialidade que deve orientar a relação entre jornalistas e suas fontes. Como se não bastasse / essa prática contrária aos princípios universais de liberdade de imprensa, os e-mails de resposta da assessoria incluem / ameaças de processo no caso de suas informações não receberem um “tratamento adequado”. Tal advertência intimidatória, / mais que um desrespeito aos profissionais de imprensa, configura uma violação do direito da sociedade a ser livremente / informada, pois evidencia uma política de comunicação que visa a tutelar a opinião pública, negando-se ao democrático / escrutínio de seus atos. // Brasília, 8 de junho de 2009 // **Júlio César Mesquita** / Vice-Presidente da ANJ / Responsável pelo Comitê de Liberdade de Expressão

NR59

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 03 de agosto de 2010, n.27.464

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

PARA ESCLARECER OS FATOS // O Grupo Marquise, em respeito à população cearense, vem a público manifestar seu repúdio / e indignação acerca dos ataques orquestrados, de interesses nebulosos, de maneira covarde, / que têm como pano de fundo o processo licitatório de reforma, ampliação e operação do Estádio / Castelão para a Copa do Mundo de 2014. // Há 37 anos, o Grupo Marquise investe de maneira incansável no potencial e desenvolvimento / do nosso estado. Genuinamente cearense, o grupo atua nas áreas de Limpeza Urbana (Marquise, / EcoFor, EcoUrbis, EcoOsasco e EcoPorto), Hotelaria (Gran Marquise Hotel), Finanças (Múltipla / Financeira e Capitalize Fomento), Comunicação (TV e Rádio Tambaú e Rádio Palmares) / e Construtora Marquise (Incorporação Imobiliária e Obras Públicas). Estamos construindo / uma história de sucesso, tanto que hoje geramos mais de 5 mil empregos diretos. A qualidade / do nosso trabalho vem sendo reconhecida com a conquista de importantes prêmios. O mais recente / é o título de Construtora do Ano, concedido pelo Sinduscon-CE. // É lamentável que o nosso trabalho venha sendo alvo de ataques norteados por inverdades. Para / tratar das acusações, estamos tomando todas as medidas cabíveis. // Entendemos que a Marquise tem apresentado um notável crescimento e ganho de mercado graças / à sua competitividade, incomodando concorrentes que, até pouco tempo, estavam acostumados / a vencer as grandes obras do Estado do Ceará. As mesmas tentam, por todos os meios, manter / esse monopólio e, além disso, impor uma proposta de preço para a licitação do Castelão que / representa um gasto de cerca de **R\$ 100 milhões** a mais para os cofres públicos. // A Construtora Marquise é uma empresa com solidez comprovada, possuindo um corpo técnico / altamente capacitado, e reconhecida por executar todas as suas obras rigorosamente dentro dos / prazos contratados. // Nossa resposta se dará através do trabalho. A conquista é do Ceará e dos cearenses, a quem / o Grupo Marquise deve respeito e admiração pela confiança depositada ao longo dos seus quase / 40 anos de atuação.

NR60

Periódico: *O Povo*

Data / Edição: 13 de janeiro de 2011, n.27.625

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

Não à condescendência do / jornal O Povo com a violência // As entidades abaixo assinadas repudiam, de forma veemente, as agressões praticadas por três / empregados do Marketing do jornal O Povo contra os diretores do Sindicato dos Gráficos do Ceará, Juarez Alves e / Josenaldo Ferreira, na última sexta-feira (07/01), na praça do Ferreira. Após o encerramento da celebração pelos 83 / anos da empresa, os dirigentes iniciaram panfletagem, quando foram atacados com socos no rosto e nas costas por / agressores ainda não identificados. // Ironicamente, os panfletos distribuídos pelos sindicalistas denunciavam caso de violência cometida pelo / jornal contra profissionais e dirigentes sindicais, inclusive contra o próprio Juarez, dispensado ilegalmente pelo O / Povo por comandar protestos contra a empresa. Funcionários do Marketing também tentaram tomar a máquina / fotográfica da ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas no Ceará, Déborah Lima. // Repórter de política do jornal há 13 anos, Déborah foi impedida pelo O Povo de voltar à redação, após o / término do mandato, em relação à postura combativa do Sindicato. O jornal também demitiu ilegalmente

o / repórter-fotográfico Evilázio Bezerra, empregado da empresa há 16 anos, após tomar conhecimento de que ele / se candidatara à diretoria da entidade. // Diante da gravidade dos fatos, era esperado que o jornal O Povo não só fizesse o registro das agressões, / como também adotasse providências no sentido de identificar e punir os agressores. Ao contrário, silenciou. Não / pode um jornal, no dia em que completou 83 anos de história, permanecer silente e inerte diante das hostilidades / desferidas por seus por seus empregados contra aqueles que denunciavam a conduta anti-sindical da empresa. A / passividade e a indiferença, caso venham a persistir, refletirão algo ainda mais grave: a condescendência do jornal O / Povo com a violência. // **FENAJ, CUT, SINTIGRACE, SINDJORCE, SJSP, SJRJ, SJRS, SJGO, / FETRACE, SEEB, SINDVIGILANTES, SINDVALORES e CONLUTAS.**

NR61

Título: *O Povo*

Data / Edição: 11 de maio de 2016, n.29.548

Fonte: Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

NOTA DA ASSEMBLEIA GERAL DA ADUFC – SINDICATO // Estamos vivendo um momento gravíssimo em nosso / País, que combina uma crise estrutural na economia e uma / crise política desencadeada por setores dominantes que / querem jogar ainda mais o ônus da crise sobre os trabalha- / dores e os pobres. // A “Ponte para o Futuro”, programa de Michel Temer, / elenca um conjunto de medidas que visa acabar com o mo- / delo de financiamento da educação e da saúde no Brasil, / reduzir drasticamente salários e políticas de assistência so- / cial, privatizar “tudo que for possível”, dispensar licenças / ambientais e retirar do Estado brasileiro a capacidade de / proteger a economia nacional frente a ataques especulati- / vos e posicionar o País com alguma autonomia no cenário / econômico internacional. // Longe de indicar o futuro, tal programa engendra um / retrocesso à velha forma excludente do desenvolvimento / brasileiro, com ganhos imediatos para os setores dominan- / tes envolvidos e as consequências da desagregação e da in- / justiça social para a grande maioria da população brasileira, / na cidade e no campo. // Só num processo antidemocrático e ilegítimo, que não / se deteve nem diante da Constituição do País, tal programa / de governo poderia ser apresentado e aspirar a ser executa- / do. De fato, ele é o programa de um golpe parlamentar- / jú- / rídico-midiático, que quer depor a Presidenta da República / para acelerar a drenagem da riqueza socialmente produzida / para o grande capital. É o projeto de um golpe cuja base so- / cial real é o consenso momentâneo e espúrio entre classes / dominantes: as oligarquias representadas no Congresso Na- / cional, a grande mídia monopolizada nas mãos de poucas / famílias e setores partidarizados do Judiciário. // A “Ponte para o Futuro” de Temer ataca frontalmente / os serviços públicos, sobretudo saúde e educação. Visa, / com isso, destruir políticas universalizantes, de combate à / segregação e inclusivas, que apontam para a formação no / Brasil de uma sociedade mais igualitária e justa, capaz de se / defender da exploração e da manipulação e fazer valer seus / interesses coletivos. // Agora mesmo, o PL 257/16, que tramita no Congresso / Nacional, prevê o congelamento de salários dos servidores / públicos, suspensão dos concursos e desmonte da previdên- / cia social, além da supressão de outros de outros direitos adquiridos. / Está ameaçado, inclusive, o insuficiente reajuste de 5,5% / previsto para os professores do Magistério Público Federal, / em agosto/16. Tais medidas resultam necessariamente em / precarização dos serviços públicos, com prejuízos para toda / sociedade. // Como professores na universidade pública, que assumi- / mos um compromisso profissional e ético com a sociedade à / qual servimos, queremos denunciar e

expressar nosso repú- / dio à ruptura das regras democráticas, duramente conquista- / das nas lutas contra a ditadura, para mais uma vez bloquear / avanços sociais e políticos no Brasil. Aproveitamos ainda para / manifestar nossa firme resolução de continuar na luta junto / aos professores e aos estudantes de todos os níveis de ensino, / às categorias dos servidores públicos e dos trabalhadores em / geral, e aos movimentos sociais, para aprofundar a democra- / cia econômica, social e política no País e enfrentar todas as / formas de opressão e discriminação. Juntos, somos mais fortes! // **CONTA O GOLPE E O REAJUSTE FISCAL! / PELA MELHORIA, VALORIZAÇÃO E EXPANSÃO DOS / SERVIÇOS PÚBLICOS! / PELA CONTINUIDADE E APROFUNDAMENTO DAS / POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA! / CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS / E PELO RESPEITO ÀS NOSSAS REIVINDICAÇÕES! / PELA URGENTE REFORMA POLÍTICA COM PARTICIPAÇÃO / DA SOCIEDADE! / PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA! CONTRA OS ATAQUES AOS DIREITOS DOS / TRABALHADORES!** // Fortaleza, 10 de maio de 2016 / ADUFC – SINDICATO

NR62

Fonte: *Ordem dos Advogados do Brasil Seção Ceará (OAB/CE)*

Data / Edição: 28 de janeiro de 2018

Disponível em: <https://oabce.org.br/2018/01/nota-de-repudio-chacina-de-cajazeiras-2/>

Acesso em: 17 de julho de 2023

Nota de repúdio: Chacina de Cajazeiras // A Ordem dos Advogados do Brasil Seção Ceará vem a público expressar seu repúdio à chacina ocorrida na madrugada / deste sábado (27/01) no bairro de Cajazeiras, que resultou na morte de 14 pessoas. A chacina ocorreu em uma festa na / Comunidade Barreirão. Às famílias das vítimas, a Ordem se solidariza pelo drama que vivem neste momento. À / população cearense, a OAB reafirma sua posição de luta contra a violência e de defesa dos direitos do cidadão. Ressalte- / se que um deles é o direito à segurança. // A ação violenta desta madrugada foi a maior do Estado do Ceará e é atribuída a disputas entre facções criminosas, já / com informações de revanche. O ocorrido comprova o que a sociedade cearense já vem presenciando no seu cotidiano, / estamos vivendo um colapso na segurança pública e, a cada dia, nos tornamos reféns de atos da violência urbana, / situação que se repete no interior do Estado, com a presença do crime organizado desafiando o poder estatal. // A falta de efetividade na execução de um plano de segurança pública, a ausência de políticas sobre drogas e a falta de / atenção ao sistema prisional que transforma os presos em pessoas ainda mais brutalizadas, acabam facilitando a / ingerência das organizações criminosas. A soma desses pontos tem sido a fórmula para instituir o caos social e a / insegurança no Estado do Ceará. // Uma real mudança é necessária e, para isso, a OAB Ceará sugere uma reforma na segurança pública, com ações / planejadas, combativas, atuantes e efetivas, garantindo investimentos em políticas públicas, com equipamentos / adequados, inteligência das polícias, e demais ferramentas que garantam uma investigação eficaz para cada cidadão / cearense. Propomos AÇÕES URGENTES e a UNIÃO DE TODOS OS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS. Convocamos a SOCIEDADE / CIVIL e o ESTADO para juntos conquistarmos um Ceará mais SEGURO e FRATERNAL.

NR63

Fonte: *Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual do Ceará (MOVA-SE)*

Data / Edição: 12 de junho de 2019

Disponível em: <https://www.mova-se.org.br/nota-de-repudio-ao-projeto-do-deputado-capitao-wagner/>.

Acesso em: 17 de julho de 2023

NOTA DE REPÚDIO AO PROJETO DO / DEPUTADO CAPITÃO WAGNER //
Recentemente, o deputado federal / Capitão Wagner (PROS) apresentou projeto de lei (PL / 2307/2019) que autoriza a polícia militar a se / infiltrar em manifestações sociais. // A tentativa do deputado em criminalizar os / movimentos sociais, sindicais e suas lideranças, / reflete a permanência do autoritarismo e a / ascensão crescente do fascismo em nossa sociedade. A criminalização e perseguição aos / movimentos não é de hoje, a história está aí / para nos contar que se governou e se governa com / essa perseguição e usurpação dos direitos sociais e democráticos. O deputado se utiliza do / braço repressor do Estado para manutenção dos seus próprios privilégios. // O Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual do Ceará/MOVA-SE repudia esse / ato de censura e intolerância do deputado. Nós dirigentes sindicais desta entidade, / reforçamos que o ato de se manifestar é um instrumento mais do que legítimo numa / ordem dita democrática, de resistência e de luta política, e segue na sua mais plena medida / do exercício de sua cidadania. Não abriremos mão do livre direito de manifestação e / protesto. // Somos legitimamente representantes da classe trabalhadora, e reivindicamos apenas / construir um mundo melhor, mais justo e menos desigual. Não vão nos calar. Protesto não é / crime! // MOVA-SE

NR64

Fonte: *Governo do Estado do Ceará*

Data / Edição: 30 de abril de 2020

Disponível em: <https://www.opovo.com.br/coronavirus/2020/05/01/governo-do-ceara-repudia-questionamentos-de-carla-zambelli-quanto-ao-numero-de-mortos-por-coronavirus.html>

Acesso em: 30 de julho de 2023

NOTA DE REPÚDIO // O Governo do Estado do Ceará repudia, de forma veemente, / as declarações levianas e inconsequentes proferidas pela / deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP), em entrevista à / Rádio Bandeirantes, na última quarta-feira (29), em que / levanta suspeitas sobre as mortes em decorrência da / Covid-19 no Ceará. // Tais declarações são um insulto aos profissionais de saúde / cearenses e um desrespeito às famílias das vítimas, que já / sofrem neste momento tão difícil. // O Governo do Estado do Ceará está tomando as medidas / jurídicas cabíveis.

NR65

Fonte: *Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Ceará (ADUFC)*

Data / Edição: 20 de agosto de 2019

Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/113tTfjZ9gyO7cHK-toe6tqge93lWnLyP/view>

Acesso em: 28 de março de 2024

Em defesa da autonomia e da / democracia na UFC: nós dizemos não / à intervenção! //
 A Diretoria do Sindicato dos Docentes das Universida- / des Federais do Estado do Ceará (ADUFC) vem a públi- / co repudiar a nomeação por Jair Bolsonaro e Abraham / Weintraub do candidato menos votado na consulta / à comunidade universitária, Cândido Albuquerque, / como reitor da UFC. // As Universidades Federais são instituições de ensino / que se estruturam em órgãos colegiados de vários ní- / veis que decidem sobre o seu funcionamento. Numa / universidade como a UFC, todos os dias, milhares de / pessoas estão envolvidas em discussões pedagógicas, / científicas, extensionistas e administrativas, no âmbito / de conselhos, colegiados e grupos dos mais variados / tipos. A livre discussão de ideias, projetos e problemas / é o ar que respiramos. A democracia é nossa atmosfere- / ra. Por isso, a nomeação arbitrária do reitor, baseada / em compromissos acertados dentro de gabinetes em / Brasília, fere a organização mais básica dessa institui- / ção plural e complexa, que, nos termos da Constituição / Federal, possui autonomia frente aos governos. // A imposição da fi gura autocrática desse interventor, / rejeitado por ampla maioria (ele obteve 610 votos fren- / te aos 7.772 do mais votado), é na verdade mais um / ataque à universidade pública, mais uma medida para / causar confusão e prejudicar seu funcionamento. Com / ela, o atual governo demonstra mais uma vez seus pe- / rigosos instintos autoritários, seu despreço à demo- / cracia brasileira e à livre produção do conhecimento. // Se o dirigente máximo da instituição não é reconhe- / cido nem pelos professores e professoras, nem pelos / funcionários técnico-administrativos, muito menos / pelos estudantes, como irá se inserir nessa estrutura / que depende da apreciação e reconhecimento dos de- / mais? Que engajamento poderá inspirar a professores, / pesquisadores e estudantes uma autoridade universi- / tária que não traz consigo a legitimidade do reconhe- / cimento e da confi ança manifestados através do voto? / Como poderá discutir os rumos da universidade, que é / o que está na pauta do país neste momento? Sua indi- / cação é a negação de todo esse processo deliberativo / e coletivo, que está na base da construção e da vida da / universidade pública. // Essa nomeação vem se somar aos graves cortes no or- / çamento da universidade, à proposta de privatização / via mercado fi nanceiro, que é o Future-se, e à destrui- / ção das agências de fomento à pesquisa. O interventor, / nesse contexto, terá como missão destruir por dentro o / caráter público da universidade e colocá-la a serviço de / uma aventura lucrativa para alguns, impedindo, com / isso, o acesso à universidade ou a permanência nela / das maiorias sociais. // Diante da gravidade desse ataque e da desagregação / em curso no país, conclamamos a comunidade uni- / versitária, ex-estudantes, amigos da instituição e a so- / ciedade em geral a defender a Universidade Federal / do Ceará e a dizer não à intervenção. Está em risco um / projeto coletivo, público e bem-sucedido de educação / e produção de pesquisa, um dos maiores patrimônios / da sociedade brasileira e do povo cearense. // Em defesa da Universidade Pública! // #ForaInterventor!

NR66

Fonte: *Sindicato dos Jornalistas do Ceará (Sindjorce)*

Data / Edição: 22 de junho de 2021

Disponível em: <https://www.sindjorce.org.br/nota-de-repudio-ao-presidente-jair-bolsonaro-e-de-solidariedade-a-colega-laurene-santos/>

Acesso em: 17 de julho de 2023

Nota de Repúdio ao Presidente Jair / Bolsonaro e de Solidariedade à colega / Laurene

Santos // As Comissões de Mulheres dos Sindicatos dos / Jornalistas nos Estados do Pará (SinjorPA) e / Ceará (Sindjorce), o Sindicato dos Jornalistas / Profissionais do Município do Rio de Janeiro, os / Sindicatos dos Jornalistas do Tocantins / (SindjorTO) e Paraná (SindjorPR), a Comissão de / Defesa da Liberdade de Imprensa da OAB-PA, a / Frente Feminista do Pará e o Coletivo Firminas de / Jornalismo Independente e Feminista, entre outras entidades, REPUDIAM a conduta do / Presidente da República JAIR MESSIAS / BOLSONARO durante entrevista concedida em / Guaratinguetá, SP, nesta segunda, 21 de junho de 2021. // Na ocasião, em uma cerimônia de formatura da Escola de Especialistas da Aeronáutica / (EEAR), o presidente tirou a máscara de proteção contra a Covid-19, intimidou a repórter / Laurene Santos, da TV Vanguarda, afiliada da Globo em São Paulo e mandou a profissional / calar a boca. // É muito importante destacar que apesar do tratamento constrangedor ser uma marca da / conduta do atual presidente, principalmente no trato com as mulheres, as entidades que / assinam essa carta não vão jamais naturalizar que uma jornalista mulher, no exercício da sua / profissão, seja constrangida dessa forma degradante e ofensiva. Laurene, assim como todas / nós, sai de casa todos os dias pra trabalhar, exercer sua profissão com dignidade, e dessa / forma sustentar sua família e pagar suas contas. // Laurene, cada uma de nós que subscrevemos essa nota somos SOLIDÁRIAS com você e / nos sentimos constrangidas e indignadas junto com você nesse episódio LAMENTÁVEL. Nem / você, nem nenhuma jornalista mulher merece ser tratada dessa forma no exercício da sua / profissão, muito menos por um Presidente da República, servidor público que tem por / obrigação servir o povo da melhor forma possível. // O tratamento humilhante contra mulheres é um importante elo de fortalecimento e / manutenção da dinâmica patriarcal, que determina uma realidade de assédio físico, / psicológico, moral, sexual e patrimonial, num país que é o quinto do mundo em número de / feminicídios. Esse tipo de situação não pode, nem deve se repetir. É ofensivo e anacrônico. // Nesse sentido, por se tratar de um PRESIDENTE DA REPÚBLICA, as entidades signatárias / dessa nota: // Consideram importante que O GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA emita nota ou / pedido de desculpas nas redes próprias; // Consideram fundamental que O GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA realize um amplo / programa de combate ao machismo entre os funcionários do Gabinete, para evitar que / situações como essa voltem a se repetir. // Atenciosamente, / Comissão de Mulheres do SINJOR Pará / Comissão de Mulheres do Sindjorce / Comissão de Mulheres do Sinjorba / Sindicato dos Jornalistas do Paraná / Sindicato dos Jornalistas do Norte do Paraná / Sindicato dos Jornalistas do Tocantins / Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro / Sindicato dos Jornalistas do Estado do Rio de Janeiro / Sindicato de Jornalistas do Distrito Federal / Núcleo de Diversidade e Gênero do Sindjors / Coletivo de Mulheres Jornalistas do DF / Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa da OAB-PA / Rede Lume de Jornalistas independentes / Frente Feminista do Pará / Coletivo Firminas de Jornalismo Independente e Feminista

NR67

Fonte: *Sindicato dos Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (SINDSIFCE)*

Data / Edição: 22 de abril de 2022

Disponível em: <https://sindsifce.com.br/lorem-ipsum-dolor-sit-amet-consectetur-adipiscing-elit/>.

Acesso em: 17 de julho 2023

Nota de Repúdio contra o ataque que / acabou com uma comunidade indígena / yanomami // O SINASEFE vem publicamente repudiar o ataque, possivelmente feito por garimpeiros, que incendiou uma / aldeia da tribo yanomami, em Roraima, e deixou pelo menos 25 indígenas desaparecidos até o momento. // Este ataque, que deixou em choque defensores dos direitos humanos e dos direitos indigenistas, ocorreu / logo após uma série de graves denúncias contra o avanço do garimpo e da violência contra os povos / originários na terra yanomami. Antes do desaparecimento da aldeia, que foi completamente incendiada, já / era de conhecimento público que uma criança indígena de 12 anos foi estuprada e assassinada / por garimpeiros na mesma região. // A tensão entre garimpeiros que operam ilegalmente na região norte do país, inclusive invadindo terras / indígenas, protegidas por lei desse tipo de atividade, tem se agudizado desde a posse de Bolsonaro na / Presidência da República, tanto pelo incentivo dado nas falas do Presidente, quanto pelo desmonte / promovido na estrutura de fiscalização ambiental e indigenista – formadas por Ibama, ICMBio e Funai. // Poucos dias atrás, quando celebramos o Dia de Luta e Resistência dos Povos Indígenas, em 19/04, o / SINASEFE já denunciava que “*os povos indígenas enfrentam atualmente um período de retrocesso nos direitos / conquistados nas últimas décadas, vidas e tradições indígenas estão ameaçadas pela desestruturação da Funai, / pelo retrocesso na demarcação de terras, pelo desmonte de políticas públicas nas áreas da Saúde e Educação, e pelo / estímulo do governo Bolsonaro para que garimpeiros, madeireiros e o agronegócio invadam territórios indígenas / sem qualquer preocupação com as leis*”. // Agora, tristemente, temos que repudiar um crime de estupro contra uma criança e outros 25 possíveis crimes / de homicídio e tortura contra uma aldeia inteira. // O SINASEFE cobra das autoridades competentes (Ministério Público e Polícia Federal) e também dos Três / Poderes da Nação (Executivo, Legislativo e Judiciário) que esse caso seja elucidado de maneira rápida e / séria. Queremos saber quem estupro a criança de 12 anos e queremos a punição adequada, dentro da lei, / para essa pessoa que cometeu tal crime. Queremos saber onde estão os 25 yanomamis e porque a aldeia foi / queimada. // O Estado Brasileiro tem o dever de tratar essa situação como prioridade e mostrar que as leis e o respeito / aos povos originários desse país são maiores que a violência e a ganância de quem pratica garimpo e / desmatamento ilegais nas florestas brasileiras. // **Queremos saber: cadê os yanomami?**

NR68

Fonte: *Sindicato dos Jornalistas do Ceará (Sindjorce)*

Data / Edição: 17 de maio de 2022

Disponível em: <https://www.sindjorce.org.br/nota-de-repudio-contra-tentativa-de-censura-a-radio-universitaria/>

Acesso em: 17 de julho de 2023

Nota de Repúdio Contra Tentativa de / Censura à Rádio Universitária // O Curso de Jornalismo e o Programa de Pós-Graduação em Co- / municação Social da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM), / bem como o Sindicato dos Jornalistas do Ceará (Sindjorce), vêm / a público para expressar o repúdio contra a tentativa de censura / à Rádio Universitária FM, tentativa que culminou com a saída do / professor Nonato Lima da direção da rádio. // Ao lado de representantes de toda a comunidade acadêmica, en- / tre eles docentes, estudantes e servidores da universidade, esti- / vemos na tarde desta segunda-feira, dia 16 de maio, em frente à / Reitoria para expressar a solidariedade ao professor Nonato, que / naquele momento estava sendo comunicado de seu desligamen- / to da rádio pelo

reitor Cândido Albuquerque. Foi com aplausos e / com gritos de “a luta continua” que recebemos o professor Nonato, que reafirmou, em discurso, seu compromisso com a defesa / da liberdade de expressão e com a produção de uma comunicação pública de qualidade a serviço da população. // Além de dirigir a Rádio, o professor Nonato produzia há 26 anos / o programa Rádio Livre, para tratar, de maneira crítica, de temas / de relevância pública. A tentativa de censura foi justamente contra o programa, mas foi além. A administração superior, por meio / da gestão da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC), à / qual a Rádio Universitária é vinculada, chegou a sugerir que poderiam ser feitas restrições à difusão de músicas que expressassem / aspectos da cultura ligadas a religiões afro-brasileiras. Também / foi sugerida, por mais de uma vez, a inclusão na programação de / discussões que incluíssem pontos de vista de negacionistas e de / extremistas de ultra-direita, em franco desrespeito aos princípios / jornalísticos adotados pela redação. // A Rádio Universitária é um veículo de comunicação pública que / preza pela defesa dos direitos humanos e pela valorização da cidadania, praticando uma comunicação de qualidade, responsável / e que respeita a ética jornalística. Pela própria natureza desse veículo de comunicação, trata-se de um equipamento muito próximo / do Curso de Jornalismo, sendo também um espaço que contribui / para a formação de futuros jornalistas. // Por tudo o que a Rádio Universitária representa, não só para a comunidade acadêmica, mas para toda Fortaleza, nós repudiamos / enfaticamente a forma como tem sido almejada uma alteração / dos princípios e padrões de produção de conteúdo da rádio. A Rádio Universitária FM é um patrimônio da sociedade cearense, um espaço livre de comunicação ampla e de apreço à cultura local. **E aqui reiteramos:** não se trata de um equipamento pertencente / a uma gestão da Reitoria da universidade, e sim de um patrimônio / da sociedade. // Não vamos acatar, calados, a imposição de censura a este patrimônio. Como costuma afirmar o professor Nonato, a luta continua, / e ficaremos atentos para resistir e para apontar cada desvio que / seja imposto a este projeto de comunicação tão relevante para / toda a nossa comunidade. // **Fortaleza, 17 de maio de 2022. // Assinam: / Docentes do Curso de Jornalismo da UFC / Docentes do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da / UFC (PPGCOM) / Sindicato dos Jornalistas no Ceará (Sindjorce)**